

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**JUSSARA RODRIGUES DA SILVA**

**REFORMAR OS COSTUMES PELA HISTÓRIA:  
A HISTORIOGRAFIA DE FRANCISCO LISBOA NO *JORNAL DE  
TIMON***

**MARIANA**

**2017**

JUSSARA RODRIGUES DA SILVA

**REFORMAR OS COSTUMES PELA HISTÓRIA:  
A HISTORIOGRAFIA DE FRANCISCO LISBOA NO *JORNAL DE  
TIMON***

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em História.

Área de Concentração: Ideias e Historiografia  
Linha de Pesquisa: Ideias, Linguagens e Historiografia

Orientador: Dr. Valdei Lopes de Araujo

MARIANA

2017

S586r

Silva, Jussara Rodrigues da.

Reformar os costumes pela história: a historiografia de Francisco Lisboa no  
Jornal de Timon [manuscrito] / Jussara Rodrigues da Silva. - 2017.  
192f.:

Orientador: Prof. Dr. Valdei Lopes de Araújo.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de  
Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-  
Graduação em História.

Área de Concentração: História.

1. Lisboa, João Francisco, 1812-1863. 2. Jornal de Timon. 3. Historiografia.  
I. Araújo, Valdei Lopes de. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 94(81)

**JUSSARA RODRIGUES DA SILVA**

**REFORMAR OS COSTUMES PELA HISTÓRIA:  
A HISTORIOGRAFIA DE FRANCISCO LISBOA NO *JORNAL DE  
TIMON***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em 06 de setembro de 2017.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Valdei Lopes de Araújo  
Universidade Federal de Ouro Preto  
Orientador

---

Prof. Dr. Júlio Bentivoglio  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Evandro Santos  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

---

Prof. Dr. Marcelo Santos de Abreu  
Universidade Federal de Ouro Preto

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Helena Miranda Mollo  
Universidade Federal de Ouro Preto



**Jussara Rodrigues da Silva**

“Reformar os costumes pela história : a historiografia de Francisco Lisboa no Jornal de Timon”

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Dr. Valdeci Lopes de Araujo (orientador)**  
Departamento de História/ UFOP

**Prof. Dra. Helena Miranda Mollo (membro)**  
Departamento de História/ UFOP

**Prof. Dr. Marcelo Santos de Abreu (membro)**  
Departamento de História/ UFOP

**Prof. Dr. Julio Bentivoglio (membro)**  
Departamento de História/ UFES

**Prof. Dr. Evandro Santos (membro)**  
Departamento de História/ UFRN

## AGRADECIMENTOS

O momento de agradecer é sempre permeado pelo receio da injustiça, pois é difícil elencar todas as pessoas que em diferentes sentidos contribuíram para a concretização desse trabalho.

Em primeiro lugar agradeço à minha família, especialmente minha mãe Irene Rodrigues, por me apoiar em todas as minhas escolhas e decisões e por continuar sendo a minha fonte de força e calma.

Ao professor Valdeir Araújo por ter solícitamente me recebido na UFOP e ter aceitado orientar o meu trabalho, pelas leituras atentas e pontuações sempre pertinentes.

Aos professores Marcelo Abreu, Henrique Estrada Rodrigues e Luisa Rauter Pereira que durante o meu exame de qualificação fizeram apontamentos e críticas que foram fundamentais para o amadurecimento e desenvolvimento da tese.

Sou imensamente grata aos professores Evandro Santos, Marcelo Abreu, Helena Mollo e Julio Bentivoglio por terem aceitado o convite para participar de minha banca de defesa da tese e pelos diálogos acadêmicos de sempre.

Agradeço ao professor Flávio Soares que me auxiliou com as fontes e indicações bibliográficas sobre o Maranhão durante a minha estadia nos Estados Unidos.

A CAPES pela concessão das bolsas de doutorado e PDSE sem as quais esse trabalho não poderia ser realizado.

A State University of New York at Buffalo pela recepção e pelo suporte material, especialmente ao departamento de história.

Não tenho palavras para agradecer o auxílio com a burocracia para a realização do estágio de doutorado sanduíche de Jessica Ereiz do International Student and Scholar Services e a Gloria Paveljack do Departamento de História da UB.

Ao International Institute of Buffalo pelas aulas de inglês gratuitas e de qualidade.

Agradeço ao professor Hal Langfur pela disponibilidade em supervisionar o meu estágio de doutorado sanduíche, pela seriedade e respeito com que conduziu a minha

orientação. Serei eternamente grata pelos diálogos constantes e agradáveis e, sobretudo, por ter me lembrado da dimensão humana do trabalho acadêmico. Ao Hal por ter acreditado que essa tese era possível. Espero um dia ter a oportunidade de retribuir toda a atenção recebida. Muito obrigada por tudo!

Não poderia deixar de mencionar os meus amigos, que apesar da minha rabugice não desistem de mim. Em Ouro Preto as minhas amadas: Clarissa, Raphaela, Íris, Arianne, Daniely, Ana Carolina, Maria Emília e Nathane. Em Mariana: Renan Magalhães, Lucas Quadros, Adriano Rodrigues, Naiara Souto e Welington Silva.

Aos companheiros de casa em Ouro Preto: Wagner Fernandes e Melissa Sanches. A Mel por ter compartilhado muito mais do que uma casa, mas também angústias, sonhos e muitas risadas.

A Sheila Leal, companheira de doutorado e de viagens. Já estou ansiosa para as próximas temporadas.

Ao Bruno Gianez, cuja amizade amenizou a transição Vitória-Mariana e continua sendo, a despeito do tempo e da distância, um porto seguro.

Às amigas da UFES: Ana Paula Calegari, Dionne Azevedo, Mirela Marin Morgante e Layli Rosado. Muito obrigada por estarem sempre presentes!

*Para Irene Rodrigues da Silva, por ser e me deixar ser!*

*“Nenhum dia sem uma linha” é preceito que toma a escrita por uma atividade ascética, um esforço de colocar-se além da esterilidade nossa de cada dia. Como se, no fundo, a escrita combatesse a secura do cotidiano, lembrando-nos que o que quer que floresça, florescerá aí, desse solo estéril que é a vida moderna.*

(Pedro Meira Monteiro – **Conta-Gotas**)

## RESUMO

Esta tese tem como tema de estudo a publicação do *Jornal de Timon* (1852-1853; 1858) no Maranhão por Francisco Lisboa. Este se destacou no Brasil oitocentista como um dos principais nomes dos estudos históricos no país sendo indicado como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e para a Academia de Ciências de Lisboa em virtude do seu *Jornal*. Debaixo do pseudônimo de Timon, Francisco Lisboa escreveu sob temas diversos, da história das eleições da Antiguidade aos tempos modernos passando para os partidos políticos e eleições no Maranhão e diferentes questões do passado colonial maranhense. Este trabalho, então, é orientado por duas perguntas principais: como Francisco Lisboa, sob o pseudônimo Timon, escreveu a história e, aliado a essa particularidade, como foi possível que ela fosse escrita daquela forma. Argumenta-se, em resposta, que o *Jornal de Timon* se caracterizou como uma escrita moral com o objetivo de reformar os costumes maranhenses por meio de lições fornecidas pela história. Para tanto, o *Jornal* reúne diferentes mecanismos de legitimação, temas, modos de publicação e um estilo particular que aproximam a prática historiográfica de Francisco Lisboa de uma historiografia ligada a demandas locais e ao mercado editorial e mais flexível quanto às normas de um modelo disciplinar. Assim, o *Jornal de Timon* pode ser entendido como uma história escrita para os maranhenses, o que significa que a sua compreensão deve ser feita mediante o contexto de publicação pós Balaiada e em meio aos debates em torno da criação de uma identidade maranhense pela ideia de “Atenas Brasileira”. No confronto e na junção desses diferentes elementos que o caracterizam, o *Jornal de Timon* pode ser tomado como exemplo da complexidade de formas pelas quais a história foi escrita no Brasil oitocentista.

**Palavras-chave:** Francisco Lisboa. *Jornal de Timon*. História e Moral. História da Historiografia.

## ABSTRACT

This work has as major subject the publishing of *Jornal de Timon* (1852-1853; 1858) at Maranhão by Francisco Lisboa. As one of the most important historians at Brazil in the 19th century, Francisco Lisboa was indicated as a member of Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro and of Academia de Ciências de Lisboa. Using the pseudonym Timon he wrote about different historical subjects like History of elections from Antiquity to Modern times passing to political parties and elections in Maranhão and various nonchronological themes of its colonial past. Our work, then, is guided by two main questions: how did Francisco Lisboa, under the pseudonym Timon, write history and how was it possible that it was written in that way? It is argued, in response, that *Jornal de Timon* was characterized as a moral writing with the aim of to reform the manners of the people from Maranhão. Therefore, it condenses different mechanisms of legitimacy, themes, modes of publication and a style that approximate its historiographic practice of a historiography linked to local problems and to the publishing market and less rigid as to the norms of a disciplinary model. Accordingly, *Jornal de Timon* can be understood as a written history for the people from Maranhão, which means that their understanding must be made through the context of publication after Balaiada and within of debates about the creation of an identity for their people, by the idea of "Atenas Brasileira". In the confrontation and junction of these different elements that characterize it, *Jornal de Timon* can be taken as an example of the variety of possibilities of historical writing in that context.

**Keywords:** Francisco Lisboa. *Jornal de Timon*. History and Moral. History of Historiography.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1 A METAMORFOSE DE FRANCISCO LISBOA EM TIMON: AUTORIA E AUTORIDADE NA HISTÓRIA .....</b>	<b>33</b>
1.1. A PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA: DOS ARQUIVOS MARANHENSES AOS ARQUIVOS PORTUGUESES .....	33
1.2 A RESPONSABILIDADE HISTÓRICA E A AUTORIDADE MORAL DO HISTORIADOR .....	48
1.3 QUEM SERÁ ESSE TIMON? PERMISSÕES E INTERDIÇÕES DO NOME .....	63
<b>2 O ESTILO IRÔNICO DE TIMON: A ESCRITA DA HISTÓRIA COMO AÇÃO DIRETA.....</b>	<b>76</b>
2.1 A IRONIA COMO ESTILO HISTORIOGRÁFICO .....	76
2.2 CENAS, PERSONAGENS E EPISÓDIOS IRÔNICOS NO <i>JORNAL DE TIMON</i> .....	76
<b>2.2.1 História das eleições da Antiguidade aos tempos modernos.....</b>	<b>83</b>
<b>2.2.2 Eleições na Idade Média e tempos modernos.....</b>	<b>91</b>
<b>2.2.3 Considerações gerais .....</b>	<b>95</b>
<b>2.2.4 Partidos e eleições no Maranhão.....</b>	<b>98</b>
<b>2.2.5 Apontamentos, notícias e observações para servirem à história do Maranhão .....</b>	<b>108</b>
2.3 DAS PARTES AO TODO: O SENTIDO IRÔNICO DA HISTÓRIA .....	113
<b>3 COMO ESCREVER A HISTÓRIA DO MARANHÃO: DISPUTAS HISTORIOGRÁFICAS NO PRESENTE.....</b>	<b>124</b>
3.1 A HISTÓRIA PROVINCIAL E A PROVÍNCIA: DEBATES A PARTIR DO IHGB .....	124
3.2 AS EXIGÊNCIAS DO AGORA: O PRESENTE MARANHENSE E A ATENAS BRASILEIRA.....	129
3.3 QUANDO O PRESENTE REVERBERA NO PASSADO: O PERÍODO COLONIAL SOB DISPUTA .....	139
3.4 OS ANTIGOS E OS <i>ATUAIS</i> MARANHENSES: A HISTÓRIA DO MARANHÃO COMO REPETIÇÃO .....	146
3.5 INTERPRETAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA: COMO FOI ESCRITA A HISTÓRIA MARANHENSE .....	152

3.6 UMA HISTÓRIA PARA OS MARANHENSES: O <i>JORNAL DE TIMON</i> E AS HISTORIOGRAFIAS POPULARES .....	165
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>173</b>
<b>5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>175</b>
5.1 PERIÓDICOS.....	175
5.2 BIBLIOGRAFIAS.....	175

## INTRODUÇÃO

O *Jornal de Timon* foi publicado no Maranhão, até o seu número dez, entre os anos de 1852 e 1853 e os dois últimos números foram publicados, com uma pausa de cinco anos, em 1858 em Portugal por Francisco Lisboa. Nascido em Pirapemas, no Maranhão em 1812, ele iniciou os seus estudos em São Luís, onde frequentou algumas aulas de literatura, mas acabou se formando como um autodidata.<sup>1</sup>

Francisco Lisboa se envolveu muito cedo na política escrevendo em jornais como: *O Brasileiro*, *Farol Maranhense*, *Eco do Norte*, *Crônica Maranhense*, *Publicador Maranhense* (1842-1855). Escreveu os folhetins “*A festa de N. Senhora dos Remédios*”, “*A procissão dos ossos*” e “*Teatro São Luís*”.<sup>2</sup> Francisco Lisboa publicou ainda o *Jornal de Timon* em 1852, cuja periodicidade nos primeiros cinco meses foi mensal. Os números de seis a dez foram publicados em 1853, sofrendo uma interrupção na publicação e voltando em 1858 com os números onze e doze.<sup>3</sup> Em 1855 muda-se para o Rio de Janeiro onde contribui com o *Correio Mercantil* e com o *Jornal do Comércio*. Torna-se também sócio do IHGB e consegue integrar uma comissão encarregada de pesquisar no exterior documentos sobre o Brasil. Além das atividades de pesquisa em Portugal ele publica os números 11 e 12 do *Jornal de Timon* e a biografia de Odorico Mendes. Em meio à preparação do material para escrever a Vida do Padre Antônio Vieira ele veio a falecer em Lisboa em 26 de abril de 1863.<sup>4</sup>

Formado como escritor na lide jornalística, foi graças ao *Jornal de Timon* que Francisco Lisboa ganhou notoriedade entre os letrados do Império no âmbito nacional e passou a fazer parte, em 1855, do grupo reunido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi também em virtude dessa publicação que ficou conhecido na história da historiografia brasileira. Sua produção histórica ganha ampla divulgação, logo após a sua morte, por meio da publicação *Obras Completas de João Francisco Lisboa* em 1864-1865 por Antônio Henriques Leal e Luiz Carlos Pereira de Castro em quatro volumes. Uma segunda edição dessas obras foi feita em 1901, sendo uma reedição da primeira com uma apresentação crítica de Teófilo Braga no formato de dois volumes.

---

<sup>1</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes M. **João Francisco Lisboa: jornalista e historiador**. São Paulo: Ática, 1977. p. 21.

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 23-28.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 29.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 29-31.

Em 2013, a Academia Maranhense de Letras lançou uma nova reedição também no formato das anteriores com quatro volumes das obras completas de Francisco Lisboa, sob a coleção Documentos Maranhenses.

Segundo Flávio Soares, poderíamos dividir os leitores da obra de Francisco Lisboa em dois grupos: um primeiro, antigo, representado por aqueles que seguiram os escritos de Antônio Henriques Leal, e um segundo, moderno, representado pelos leitores de Maria de Lourdes Janotti.<sup>5</sup> Esse mesmo autor divide o que ele chama de “comunidade de leitores” de Francisco Lisboa em quatro fases, todas, segundo ele, relacionadas a momentos de criação da memória do maranhense tais como: o enterro, a inauguração da sua estátua e o centenário de seu falecimento.<sup>6</sup>

O primeiro trabalho que se deteve em estudar a obra de Francisco Lisboa em seus diversos âmbitos, incluindo toda a sua produção jornalística, foi a tese de doutorado de Maria de Lourdes Janotti defendida na Universidade de São Paulo em 1977. Intitulada *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*, a tese analisa, a partir da perspectiva das “visões de mundo”, as concepções política, econômica e histórica de nosso autor por meio de sua atuação política e letrada. Janotti chama a atenção para a pouca produção na perspectiva historiográfica sobre o maranhense até a década de 1970. A autora divide as contribuições sob três aspectos: “[...] o das notícias biobibliográficas, o das histórias da literatura e da imprensa e o dos pequenos artigos”.<sup>7</sup> Fazendo um levantamento desses trabalhos nota-se que a produção de Francisco Lisboa foi revisitada inúmeras vezes desde o seu tempo até os dias recentes de nosso século. Porém, a maior parte restringe-se, ainda, aqueles tipos de trabalhos elencados por Janotti e reproduzem as leituras de seus textos entre os seus contemporâneos do século XIX.<sup>8</sup>

Os trabalhos produzidos sobre Francisco Lisboa se iniciam na segunda metade do século XIX logo após a sua morte constituindo-se em momento importante na construção de sua memória. Destes nomes destaca-se pelo esforço de seu trabalho Antônio Henriques Leal que logo após a morte de Lisboa empreendeu, juntamente com

---

<sup>5</sup> SOARES, Flavio José Silva. **No avesso da forma:** apontamentos para uma genealogia da Província do Maranhão. Tese de Doutorado. 370 f. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. p. 178.

<sup>6</sup> Ibidem, p. 179.

<sup>7</sup> JANOTTI, op. cit., p. 32, nota 1.

<sup>8</sup> Para um levantamento exaustivo da bibliografia sobre Francisco Lisboa ver: LIMA, Israel Souza. **João Francisco Lisboa e Joaquim Caetano da Silva.** Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras (Coleção Afrânio Peixoto) – Bibliografia dos Patronos, v.10, 2007.

Luiz Carlos Pereira de Castro a edição e publicação das *Obras Completas de João Francisco Lisboa* em quatro volumes, pela tipografia Belarmino de Mattos. Além desse trabalho, Antônio Henriques Leal escreveu ainda uma biografia para Francisco Lisboa em que procurou reforçar o lugar não apenas do homem, mas também de sua obra. Os textos de Leal representam caminhos incontornáveis para compreender a obra de nosso autor e seu lugar na sociedade maranhense.

Antônio Henriques Leal também se encarregou de zelar pela sua memória de seu conterrâneo na apresentação da edição feita, na biografia do *Pantheon Maranhense* e na defesa de seu amigo diante das acusações de Varnhagen quando estourou a polêmica em torno da mudança de posicionamento de Francisco Lisboa sobre a escravidão. Em virtude dessa centralidade, optamos por analisar as avaliações feitas sobre o Timon e sua obra a partir da leitura de Antônio Henriques Leal.

O tom enfatizado na biografia escrita por Leal foi reproduzido por autores como Pedro Lessa, Artur Mota, Joaquim Serra, Clarindo Santiago, além, segundo Janotti, dos textos lidos e reunidos no volume composto pelos discursos de inauguração da estátua de Francisco Lisboa em São Luís.<sup>9</sup> Em oposição à visão presente nele podemos citar as críticas de Frederico José Correia sobre as escolhas dos nomes que compuseram o *Pantheon* de Leal que teria-se feito “árbitro supremo dos talentos e virtudes alheias” chegando a classificar o grupo de biografados que incluía Gonçalves Dias e Odorico Mendes de “*coterie*”.<sup>10</sup>

O didatismo de Francisco Lisboa parece ser o elemento de maior destaque e aquele que parece garantir o seu valor. As dificuldades enfrentadas por ele com relação a sua formação básica e profissional se dissolvem na presença de suas qualidades, capazes de eliminar qualquer desvantagem que ele pudesse apresentar diante de outros intelectuais de sua época. Leal enfatiza o quanto Francisco Lisboa venceu as adversidades que se apresentavam em virtude de seu talento individual.<sup>11</sup> De fato, um

---

<sup>9</sup> JANOTTI, op. cit., p. 34, nota 1.

<sup>10</sup> CORREA, Frederico José apud JANOTTI, op. cit., p. 35, nota 1.

<sup>11</sup> Como destacado neste trecho da biografia escrita por Leal: “Nascem muitas vezes os engenhos privilegiados como a Palas da fabula, já revestidos com todas peças da armadura. Para essas inteligências sobre quem Deus bafejou o sopro do gênio não há disciplinas escolares nem tempo, não são precisos estudos regulares nem mestres para que se formem, desenvolvam e robusteçam: dispensam não raro as doudas academias, volumosas bibliotecas, e o trato e a convivência dos sábios. Afastados dos grandes focos de luz e civilização, adstritos por necessidade ao acanhado torrão onde lhes foi o berço, ai, na solidão do gabinete, bastam-lhes os esforços do raciocínio, alumados pelas cansadas lucubrações que lhes fornecem os fracos meios de que dispõem, para refulgirem com a coroa resplendente e a majestade

dos pontos mais enfatizados pela bibliografia existente acerca da obra de Lisboa é o fato dele não ter saído de sua província até os 43 anos de idade e ter feito a maior parte de seus estudos sem ter as condições ideais para tanto. Ao lado desse quadro de dificuldades emerge a vitória do indivíduo sobre a sociedade, pois o que a sua biografia sugere, e as avaliações posteriores reafirmam, é a posição de vencedor de Francisco Lisboa. Leal mobiliza, dessa forma, uma série de autores com o objetivo de comprovar e para legitimar as suas palavras. Com o objetivo de criar uma imagem digna da memória de nosso autor, Leal traz até mesmo nomes com os quais o seu conterrâneo entrou em contenda como forma de mostrar sua imparcialidade.

O primeiro a se pronunciar foi Sotero dos Reis com quem Francisco Lisboa teve inúmeros embates no âmbito político e jornalístico. Em seu *Curso de Literatura portuguesa e brasileira* Sotero dos Reis diz que Francisco Lisboa era “[...] formado a todo o gênero de literatura no estudo particular do seu gabinete, o político profundo, o escritor abalizado e o adversário mais temível pela insigne mestria com que manejava a pena”, no mesmo trabalho acrescenta ainda que “[...] entre todos esses vultos de talentos superiores que colocamos em lugar próprio n’esta espécie de galeria jornalística” destaca-se aquele maranhense que parecia “[...] ser o mais preeminente e grandioso vulto que se apresenta aos olhos do observador”.<sup>12</sup> Das posições de Sotero dos Reis em seu *Curso* que Leal adiciona ao seu *Pantheon* há ainda o destaque feito aos conhecimentos que Lisboa adquiriu “devido a estudo feito no remanso do gabinete, e não a lições que bebesse em academias nacionais ou estrangeiras que não cursou”.<sup>13</sup>

Outro maranhense ilustre que teve suas opiniões mobilizadas no esforço de canonização de Francisco Lisboa foi Gonçalves Dias. Leal reproduz uma carta recebida do poeta maranhense em que o mesmo procura precisar quem foi o Timon, o valor de sua obra e suas qualidades. Sobre o estilo, por exemplo, afirmava o poeta que achava “[...] excelente, que ele prima no epigrama, naquele dizer faceto, alegre, espirituoso, um pouco chasqueador, no qual se demandava algumas vezes falando, mas na escrita irrepreensível”.<sup>14</sup> Para o poeta, Francisco Lisboa estaria em um patamar destacado, como poucos exemplos na língua portuguesa achando “incomparavelmente superiores

---

de reis do pensamento, e como tais serem aplaudidos e admirados”. LEAL, Antônio Henriques. **Pantheon Maranhense**: Ensaios biográficos dos Maranhenses Ilustres já Falecidos. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875, v. 4, p. 3.

<sup>12</sup> REIS, Sotero apud LEAL, op. cit., p. 34-35, nota 11.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 148.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 149.

aos outros, os seus primeiros folhetos, quando trata dos costumes políticos do Maranhão, que o são de todo o Brasil”.<sup>15</sup> O perfil traçado por Gonçalves Dias não poderia ser melhor: “[...] foi felicidade do Maranhão, e parecia complemento necessário de um poeta e mestre como Odorico – um prosador como o Lisboa”.<sup>16</sup>

A escolha de Leal não poderia ser melhor, ter as suas ideias confirmadas nas palavras de ilustres filhos do Maranhão com quem Francisco Lisboa nem sempre teve uma boa relação colocava a imagem criada por ele fora de suspeita. Os posicionamentos políticos e, em especial, os ataques que ele promovera em seus jornais a muitos intelectuais e políticos da província, ou apenas as suas opiniões mais extremadas ficaram de fora do perfil biográfico traçado por Leal. A imagem traçada, contudo, encontrou alguns empecilhos. Uma imagem negativa dele circulava desde os anos finais da sua vida como “rábula dos Maranhões”, “crítico de léguas”, “catilina maranhense”, “gamela do Maranhão”, traidor, “mau esposo”, “mau filho”, entre outros epítetos que foram surgindo e sendo reforçados pela polêmica em que seu nome esteve envolvido com Varnhagen.<sup>17</sup>

A publicação do folheto *Os índios bravos e o sr. Lisboa* que desencadeou a polêmica sobre a mudança de posicionamento de Francisco Lisboa sobre a escravidão colocando-o contrário as ideias de Varnhagen ocorreu após a morte do maranhense. A polêmica se deu, de fato, entre o historiador sorocabano e seus seguidores e Antônio Henriques Leal que saiu em defesa de Francisco Lisboa. Nessa polêmica foram mobilizados alguns posicionamentos sobre a obra, a personalidade, as qualidades e defeitos de Francisco Lisboa endossando as avaliações positivas e negativas feitas no século XIX. Antônio Henriques Leal lamentava ter que incluir a questão nas páginas do seu *Pantheon*, mas era preciso que os leitores ouvissem “escapar do coro uníssono de louvores de seus feitos e excelências a voz desafinada e rouquenha de enfunado”.<sup>18</sup> Do lado de Leal figuraram como defesa de Francisco Lisboa a posição de Gonçalves de Magalhães, Joaquim Serra, Lopes de Mendonça, Inocencio da Silva, do lado de Varnhagen o opúsculo anônimo *Diatribes contra a Timonice*, cuja autoria foi atribuída ao seu cunhado.

<sup>15</sup> DIAS, Gonçalves apud LEAL, op. cit., p. 149, nota 11.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 150.

<sup>17</sup> LEAL, op. cit., p. 165, nota 11. Tais avaliações segundo Flávio Soares marcaram a imagem de Francisco Lisboa com um aspecto negativo que visava coloca-lo ao lado do que Varnhagen denominava “patriotismo caboclo”. SOARES, op. cit. p. 189, nota 5.

<sup>18</sup> LEAL, op. cit., p. 165, nota 11.

Vale destacar que a polêmica entre Francisco Lisboa e Varnhagen produziu uma posição para o maranhense nas avaliações posteriores ligadas à sua condição de historiador. A comparação com Varnhagen se tornou um caminho obrigatório para estabelecer o lugar de cada um. Leal tem parte nesse processo, pois é ele quem inicia a comparação ao dizer que Francisco Lisboa seria o verdadeiro “sucessor de Robert Southey”.<sup>19</sup> Quando se propõe a analisar a obra histórica de seu conterrâneo a comparação volta à cena no *Pantheon* de Leal. As qualidades de Francisco Lisboa, o historiador, são retomadas a partir das avaliações feitas na imprensa acerca do surgimento do *Jornal de Timon*. Sua obra *Apontamentos* é colocada lado a lado com os trabalhos de Guizot e Thierry em mais de um periódico e Leal se apressa em destacar que todos esses juízos foram emitidos quando a *História Geral* de Varnhagen já havia sido publicada.<sup>20</sup> Com isso, Leal pretendia demarcar uma posição para Francisco Lisboa e para o seu *Jornal* em um momento em que já existiam produções sobre o passado nacional.

As produções mais recentes constituem diferentes tipos de trabalhos, entre edições críticas, balanços historiográficos e trabalhos acadêmicos. É preciso mencionar ainda que nos últimos anos o nome de Francisco Lisboa tem voltado à cena da historiografia brasileira em discussões em torno da prática historiográfica oitocentista.<sup>21</sup>

\*\*\*

Neste trabalho, nossa análise se restringe ao *Jornal de Timon*. Tendo-o como objeto de pesquisa, os textos que o compõem serão analisados dentro do que

<sup>19</sup> LEAL, op. cit., p. 152, nota 11.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 153.

<sup>21</sup> Como exemplo cito as recentes teses de doutorado defendidas no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: JUNIOR, Vitor Claret Batalhone. **O cavalo de Tróia da Nação: tempo, erudição, crítica e método em João Capistrano de Abreu**. Tese de Doutorado. PPGHIS-UFRGS, 2015; SANTOS, Evandro. **Ensaio sobre a constituição de uma ética historiográfica no Brasil oitocentista: Francisco Adolfo de Varnhagen, o historiador no tempo**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014; e também alguns artigos que colocam a questão da memória de Francisco Lisboa como os de COSTA, A. S. Quem tu foste? Quem tu és? E o que fazes aí sentado? Um discurso apologético sobre João Francisco Lisboa, o Jornalista Pena de Ouro. **Revista Anagrama**, v. 05, São Paulo, p. 01-12, 2012; COSTA, A. S. João Francisco Lisboa, das tintas dos jornais ao trono do descaso: Um discurso apologético sobre a memória do Timon Brasileiro. In: **III Simpósio de História do Maranhão Oitocentista**, v. 1, São Luís, UEMA, 2013, p. 01-11. MENONCELLO, Aline Michelin. A escolha de Pedro Lessa: João Francisco Lisboa, o historiador patriótico. In: **XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS**. Anais... Florianópolis/SC, 27 a 31 de julho de 2015.

compreendemos como um objetivo maior de Francisco Lisboa com tal publicação: como um projeto de moralização do presente por meio da escrita da história. O *Jornal* é composto, em seus primeiros dez números publicados entre 1852-1853, por um *Prospecto* que possui caráter introdutório; uma história das eleições da Antiguidade aos tempos modernos encerrando-se com o texto *Partidos e Eleições no Maranhão*; pelo texto *Timon a seus Leitores*; *Considerações Gerais* e pela primeira parte dos *Apontamentos, Notícias e Observações para servirem à História do Maranhão*. Os dois últimos números, publicados em 1858, são a segunda parte dos *Apontamentos*.

No *Prospecto*, que abre a publicação, Francisco Lisboa afirma que, em sua concepção, desde a origem do mundo, o bem e o mal estiveram em uma luta incessante, por vezes prevalecendo o bem e, por outras, o mal.<sup>22</sup> A determinação de qual prevaleceria dependia dos entraves que lhes eram impostos. Ele nota, dessa forma, que o Maranhão, ou como ele gostava de chamar o “obscuro canto do mundo” em que habitava, e sua época era uma daquelas em que o mal era preponderante.<sup>23</sup> Este diagnóstico era a razão da publicação do *Jornal*. Assim, ele empreende um estudo da vida política e sua influência sobre os costumes e a moral pública e privada. Promete ainda fazer algumas considerações sobre os grupos em que se dividiam a população de sua sociedade, “sobre a sua condição, índole, costumes, sobre o seu passado, e o seu porvir”, destacando que, para isso, seria necessário explorar alguns pontos da história antiga e moderna dos maranhenses.<sup>24</sup> Ele propõe, a partir de seu trabalho, reformar os costumes maranhenses de modo a promover uma evolução moral capaz de eliminar a corrupção e os vícios que ele identificara nos processos eleitorais. Não por acaso, um dos verbos mais utilizados por ele é o emendar, fazer emendas, corrigir a sua sociedade.

Nesse projeto há, no entanto, duas instâncias importantes. Uma voltada para o momento imediato em que ele escreve e outra que diz respeito a um presente mais longo em que a mudança moral deveria acontecer. Ele identifica que não somente os homens de sua sociedade eram corruptos, bem como movidos por interesses próprios, o que os tornava inaptos para efetuar a transformação necessária. Por sua experiência no mundo da política e por meio de seus estudos sobre as eleições, ele estabelece a sua crítica ao

---

<sup>22</sup> LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão; precedidos de uma notícia biográfica pelo Dr. Antônio Henriques Leal.** 4 v. São Luís: Typographia de Belarmino Matos, 1864-1965 v. IV, p. 5.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 5

<sup>24</sup> LISBOA, *op. cit.*, v. I, p. 10, nota 22.

sistema representativo como um todo devido à incapacidade deste em selecionar adequadamente os eleitores e seus governantes. Trata-se de um problema de ordem política que é, também, moral. Faz-se necessário, nesse sentido, uma reforma nos costumes políticos e no próprio sistema que garanta a escolha correta de eleitos e eleitores, governantes e governados. Um processo, assim, que demandaria tempo, sendo necessário pensar, conjuntamente, uma alternativa provisória. Dessa forma, ele propõe uma solução política imediata com a suspensão das eleições em sua província e com a intervenção direta do Imperador D. Pedro II nos processos eleitorais ao transformar os presidentes provinciais apenas em figuras administrativas.<sup>25</sup>

A segunda instância, de longo prazo, também em virtude da ineficiência desses mesmos homens em sair da sua condição imoral, era promover uma reforma dos costumes que deveria começar a partir de cima, dos homens políticos. Isso porque, para ele, toda a imoralidade presente no Maranhão oitocentista passava do âmbito político para a vida civil.<sup>26</sup> O período imperial, para tanto, era tido como momento profícuo para que a mudança ocorresse uma vez que ele o compreendia como uma *época de transição*, o que significava que, sendo o Brasil um país novo, “[...] onde não vícios e virtudes, nem costumes de qualidade alguma profundamente arraigados, uma iniciativa vigorosa e franca se faz sobretudo sentir”.<sup>27</sup> Por isso, a moralização era não somente necessária como possível, pois “[...] o impulso partido do alto achará por toda parte matéria flexível e branda como a cera, pronta e disposta a amoldar-se em todos os sentidos”.<sup>28</sup> O “remédio para o mal”, usando as palavras de Francisco Lisboa, estaria na prática e direcionamento para o bem, para a moralidade. Ele crê que a reforma dos costumes é possível pela ação do próprio homem. Contudo, essa ação deve ser direcionada, pois como enfatiza, “a força sem conselho desaba com o próprio peso”.<sup>29</sup>

---

<sup>25</sup> LISBOA, op. cit., v. I, p. 411, nota 22.

<sup>26</sup> Ibidem, p. 397. Pensamento semelhante ao defendido por Gonçalves de Magalhães em sua Memória Histórica sobre a Balaiada ao expressar que as características de uma sociedade passavam sempre das classes mais altas para as demais. Assim afirma Magalhães: “Qualquer que seja o pensamento da época, nobre ou vil, nunca das classes inferiores se eleva às culminantes; nestas se ele germina, e daí, como o contágio, se vai estendendo até a choupana, donde reage”. MAGALHÃES, Domingos Gonçalves de. Memória histórica e documentada da revolução da província do maranhão desde 1839 até 1840. **Novos Estudos do CEBRAP**, n. 23, março, 1989, p. 14.

<sup>27</sup> LISBOA, op. cit., v. I, p. 411, nota 22. Gonçalves de Magalhães, escrevendo na década de 1840, também considerava que se vivia uma época de transição “em que pensamentos de reformas são os que ocupam o espírito humano”. MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de, op. cit., p. 14, nota 26.

<sup>28</sup> LISBOA, op. cit., v. I, p. 429, nota 22.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 422.

Fazia-se necessário, assim, uma reorientação ética dos grupos políticos da sociedade maranhense e o caminho escolhido é a escrita da história.

Três críticos da produção histórica de Francisco Lisboa destacaram seu aspecto moral. São eles: José Veríssimo, João Alexandre Barbosa e Luiz Costa Lima. O segundo e o terceiro, com textos datados de 1967, classificaram o maranhense como um moralista. A diferença entre eles, no entanto, está na forma como tal classificação se estabelece. Barbosa, que não desenvolve um argumento sobre o assunto, baseia esse aspecto na utilização que Francisco Lisboa faz do pseudônimo Timon para criticar a situação política maranhense como forma de disfarçar a sua personalidade.<sup>30</sup> Costa Lima, por outro lado, se atém de forma mais central à questão, desenvolvendo-a a partir da leitura que José Veríssimo fez do *Jornal de Timon* em 1901. O texto de Veríssimo do qual parte Costa Lima intitula-se *Francisco Lisboa, Moralista e Político*, presente na segunda série de seu *Estudos de Literatura*. Nele, seu autor faz pontuações interessantes da questão levantada em nosso trabalho. Para ele, o moralista, ao lado do historiador, seria a verdadeira feição do maranhense, enfatizando que, mesmo quando o assunto é o passado, o que lhe preocupava eram os aspectos morais. Tanto que, continua Veríssimo, o interesse que desenvolveu pela história não se limitava ao seu “[...] lado dramático, pitoresco ou emocional”, mas como “[...] um compêndio de lições morais”.<sup>31</sup> Costa Lima, retomando a avaliação de Veríssimo, defende que o moralismo de Francisco Lisboa se encontra já nos estudos sobre as eleições, característica que se relacionava ao fato de, no mencionado estudo, a posição do maranhense não ser a de um historiador – “o que seria na Vida do Pe. Vieira - mas o de um pedagogo, em que já fortemente transparece o moralista”.<sup>32</sup>

Há, na posição de Costa Lima, certa crítica ao aspecto moralizante da escrita histórica de Francisco Lisboa que segundo o crítico, se tivesse se estendido, poderia ter colocado a sua figura de prosador em segundo plano.<sup>33</sup> Para aquele autor, o *Jornal de Timon* teria ultrapassado a “teoria” com a qual iniciara - referindo-se à questão moral -, porém, chama a atenção para uma “debilidade”, na *História das eleições*, resultante, por

<sup>30</sup> BARBOSA, João Alexandre. **João Francisco Lisboa: Trechos Escolhidos**. Coleção Nossos Clássicos, nº 94. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1967, p. 11.

<sup>31</sup> VERÍSSIMO, José. **Estudos de Literatura Brasileira**. 2ª série, cap. VII. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901, p.198.

<sup>32</sup> COSTA LIMA, Luiz Costa. João Francisco Lisboa: A presença da ruptura. **Vozes**, agosto, nº 8, 1967, p. 707.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 707.

um lado, da carência bibliográfica de Francisco Lisboa e, por outro, “[...] da entronização de uma ética abstrata e absoluta a julgar os povos e os tempos”.<sup>34</sup> O moralismo do maranhense teria sido, na opinião do crítico, um entrave ao desenvolvimento de seu trabalho histórico, não somente no estudo das eleições, como, principalmente, na biografia do padre Antônio Vieira. Francisco Lisboa sofreria, nas palavras de Costa Lima, de uma “miopia histórica” e de um “racionalismo também moralizador de seu tempo”.<sup>35</sup>

A defesa que aqui fazemos do *Jornal de Timon* como uma forma de moralização da sociedade maranhense parte do princípio de que a escrita da história guarda uma função moralizante que assume a posição de condição de possibilidade para a execução do projeto proposto por Francisco Lisboa. Nesse sentido entendemos que o moralismo presente no *Jornal* não se constitui como uma deficiência no procedimento analítico sob o qual o maranhense escreve a história, mas como uma escolha, uma opção que se insere em um amplo esforço de seleção dos materiais que compõem o *Jornal*, das formas de representação, da compreensão da função da história e do papel do historiador, do lugar reservado à ação dos homens no seu desenvolvimento e do ponto vista por meio do qual a história do passado e no/do presente deveria ser entendida.

Dito isso, é preciso estabelecer de que forma moral e história se relacionam no contexto específico que ressaltamos segunda metade do século XIX. A pontuação é patente uma vez que, na passagem do século XVIII para o XIX, a escrita da história passa por um processo de disciplinarização em que a sua tradicional função moralizante teve que ser repensada.<sup>36</sup> Em um contexto anterior, pautado pela utilização do topos história mestra da vida, era conferido à história a capacidade de conduzir os homens “ao relativo aperfeiçoamento moral e intelectual”, mas isso só era possível “se e enquanto os pressupostos para tal” fossem basicamente os mesmos.<sup>37</sup>

Até o Setecentos, tal utilização ainda se constitui como um sinal “[...] inquestionável da constância da natureza humana, cujas histórias são instrumentos recorrentes apropriados para comprovar doutrinas morais, teológicas, jurídicas ou

<sup>34</sup> COSTA LIMA, op. cit. p. 708, nota 32.

<sup>35</sup> Ibidem, p. 708 e 713.

<sup>36</sup> ARAUJO, Valdeí. Sobre a permanência da expressão história magistra vitae no século XIX brasileiro. In: **Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 21.

<sup>37</sup> KOSELLECK, Reinhart. Historia Magistra Vitae. Sobre a dissolução do topos na história em movimento. In: **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos modernos**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006, p. 43.

políticas”.<sup>38</sup> O processo que marca a transição para Oitocentos têm como uma de suas marcas as transformações na forma como os homens experienciaram o tempo, demarcando um futuro cada vez menos dependente e diferente do passado.<sup>39</sup> Um alargamento da distância entre o horizonte de expectativa e o espaço de experiência, para usar as categorias de Reinhart Koselleck para o caso alemão. Junto com a história, e com sua função moralizante, a moral também passou por transformações. Como nota o historiador alemão, a moral se temporalizou na história processo.<sup>40</sup> O conceito reflexivo de história, singular coletivo, colocou em xeque o postulado de uma moral da história em detrimento de uma justiça do processo histórico.<sup>41</sup> O que significa dizer que, nesse moderno *regime de historicidade*, não se espera da história e do historiador que forneçam sentenças morais.<sup>42</sup> A história em si e para si só pode tratar de seu próprio processo. Nesse sentido, há uma mudança importante, pois, o juízo histórico se converteu em uma expectativa histórica de que se fizesse justiça.<sup>43</sup>

Tendo isso em mente, como poderia Francisco Lisboa, entre 1852-1853 e 1858, promover a reorientação ética da sociedade maranhense por meio da história? Defendemos que, aliado à preocupação com o aspecto metódico da pesquisa arquivística no processo de escrita e da busca pelo caráter e índole dos maranhenses, aproximando-se da perspectiva romântica dos historiadores nacionais oitocentistas, a concepção que rege a criação, produção e desenvolvimento do *Jornal de Timon* é marcada, ainda, por traços de uma história filosófica.<sup>44</sup> A busca pela individualidade maranhense é acompanhada por sua inserção em um processo, não linear, marcado pela

<sup>38</sup> KOSELLECK, op. cit. p. 43, nota 37.

<sup>39</sup> KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos modernos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Puc-Rio, 2006, p.315.

<sup>40</sup> KOSELLECK, Reinhart. **História, história**. Madrid: Trotta, 2004, p. 63.

<sup>41</sup> Ibidem, p. 65.

<sup>42</sup> Tal como o define François Hartog “[...] como uma formulação sábia da experiência do tempo que, em retorno, modela nossos modos de dizer e de viver nosso próprio tempo. Um regime de historicidade abre e circunscreve um espaço de trabalho e de pensamento. Ele ritma a escritura do tempo, representa uma “ordem” do tempo, à qual se pode subscrever ou, ao contrário (e mais frequentemente), querer escapar, procurando elaborar uma outra”. HARTOG, François. O tempo desorientado. Tempo e história. “Como escrever a história da França?”. **Anos 90**, Porto Alegre, PPG em História da UFRGS, n. 7, julho 1997, p. 8.

<sup>43</sup> KOSELLECK, op. cit., p. 62-63, nota 40.

<sup>44</sup> A presença de ambas as concepções não foi exclusiva do *Jornal de Timon*. O próprio IHGB, instituição da qual ele faria parte, foi marcado pelas mesmas bases. Sobre as concepções filosóficas que marcaram a construção e desenvolvimento da agremiação ver: GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: **Estudos Históricos. Caminhos da Historiografia**. n. 1. Rio de Janeiro: Vértice, 1988; e também WEHLING, A. Historicismo e concepção de História nas origens do IHGB. In: WEHLING, A. (Org.). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.

luta entre bem e mal, ressaltamos, mais amplo que coloca os maranhenses na marcha do progresso e da civilização. Em virtude de tal crença, o Misanthropo, como ficou conhecido Francisco Lisboa, revela certo otimismo ao sinalizar uma esperança na evolução moral dos homens de sua sociedade e de um futuro melhor.<sup>45</sup> A função moralizante é, a partir de tal filiação, reatualizada uma vez que, com o Iluminismo, se “[...] fortalecia decisivamente o campo que exigia do historiador que tomasse enfaticamente posição em favor da verdade, e especialmente em favor das doutrinas morais da história”, tendo o juízo histórico da posteridade um efeito regulador nos comportamentos ao substituir a função do Juízo Final.<sup>46</sup> O historiador, nessa perspectiva, é um juiz e a história um tribunal de onde emana uma força moralizadora.<sup>47</sup> Tal definição, contudo, longe de pretender estabelecer o projeto do *Jornal de Timon* como uma iniciativa pioneira, insere a empresa de Francisco Lisboa e ele próprio dentro de uma geração romântica preocupada com a formação da Nação e que produziu diferentes projetos civilizacionais e críticas ao recém instaurado Estado nacional.<sup>48</sup>

\*\*\*

Esta tese é composta por três capítulos. O primeiro, intitulado “A metamorfose de Francisco Lisboa em Timon: autoria e autoridade na história” tem como objetivo discutir duas questões que se interligam e que estão diretamente relacionadas ao problema da variedade da escrita da história no Brasil oitocentista. O título remete, em princípio, à utilização do pseudônimo Timon por Francisco Lisboa para escrever história, mas ele alude também a um processo de mutação do jornalista, advogado e político em historiador. A metamorfose, assim, diz respeito a duas instâncias importantes da prática historiográfica: os modos de fazer e os meios de legitimação desse fazer. Dessa forma, a preocupação central deste capítulo é a demarcação da

<sup>45</sup> Janotti chama a atenção para esse aspecto ao discutir a remissão que Francisco Lisboa faz à Providência no *Jornal*. JANOTTI, op. cit., p. 184, nota 1.

<sup>46</sup> KOSELLECK, op. cit., p. 61, nota 40.

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 61.

<sup>48</sup> Como é o caso, a título de exemplo, de Gonçalves de Magalhães e do grupo ligado a ele em torno da revista *Niterói* e os historiadores do IHGB como Varnhagen. Cf. FERRETI, Danilo José Zioni. Gonçalves de Magalhães e o sacerdócio moral do poeta romântico em tempos de guerra civil. **Almanack**, Guarulhos, n.02, p.66-86, 2º semestre de 2011 (DOI - <http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320110205>); RANGEL, Marcelo. **Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói**: os primeiros românticos e a civilização do Império do Brasil. Tese de doutorado. Departamento de História, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2011; RANGEL, Marcelo de Mello. **Reflexão e diálogo**. Liberdade e responsabilidade em Gonçalves de Magalhães e a construção da Nação brasileira. Dissertação de mestrado. Departamento de História, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2005.

especificidade da historiografia de Francisco Lisboa em um contexto de disciplinarização da tarefa do historiador.

Como demonstrado na introdução do trabalho, a recepção imediata do *Jornal de Timon* foi não só positiva, como garantiu a ele a indicação como membro do IHGB e da Academia de Ciências de Lisboa. Entre as razões do reconhecimento estavam, especialmente, as particularidades de sua forma de escrever a história, o que leva a crer que havia um espaço para trabalhos que não seguissem o modelo voltado com maior atenção para a documentação como aquele representado por Varnhagen.

A discussão, então, gira em torno da questão da autoridade do relato histórico de Francisco Lisboa sob a forma de Timon. Em um momento de disciplinarização da história no Brasil, com um aprofundamento do debate em torno da tarefa e características do historiador e da história, com o questionamento da autoridade das citações de antigos e modernos para um deslocamento em direção ao trabalho em arquivos e crítica das fontes, quais foram os meios de legitimação que garantiam a autoridade da intervenção de Francisco Lisboa ao escrever a história por meio de um narrador-personagem fictício?

Para responder a essa questão, o capítulo foi dividido em três partes. Em um primeiro momento a discussão foi estabelecida em torno da autoridade dos documentos de arquivos como forma de prova da veracidade do relato. Por isso, esse tópico foi construído a partir da relação estabelecida por Francisco Lisboa com dois interlocutores, Gonçalves Dias e Varnhagen. O primeiro prestou auxílios e dialogou com Francisco Lisboa, seu conterrâneo, a respeito da obtenção de arquivos e esclarecimentos de pontos sobre a história maranhense que estavam disponíveis somente no Rio de Janeiro, a maior parte no IHGB. O segundo fez parte do processo de formação de Francisco Lisboa ao contribuir para o desenvolvimento do trabalho nos arquivos portugueses no período que integrou a comissão responsável pela coleta de documentos sobre o Brasil em Portugal.

Da exterioridade do relato passamos para o *Jornal de Timon* onde, pelo confronto entre as fontes e bibliografias citadas nos dois momentos da produção, durante o período em que escreveu no Maranhão e no exterior, se discute o lugar que Francisco Lisboa conferiu aos documentos e como esse papel se relaciona com os usos

que foram feitos na sua escrita da história. Argumenta-se que a autoridade conferida aos documentos no *Jornal de Timon* se relaciona às funções por ele atribuídas à história.

Francisco Lisboa instaura diferentes meios de legitimação do seu trabalho. Para tanto, o segundo tópico explora, em princípio, o aspecto pragmático conferido à história por meio da análise da crítica efetuada por Timon ao posicionamento de Varnhagen sobre a escravidão na *História Geral do Brasil*. O objetivo é destacar o caráter que mesmo a partir de uma concepção moderna de história o aspecto pedagógico se mantém e justifica o empreendimento de Francisco Lisboa. Em virtude do caráter pragmático conferido à história, Timon defende a responsabilidade do historiador. Assim, selecionando os temas e interpretando-os a partir de um ponto de vista *moral* ele reivindica para si e para a sua obra uma autoridade *moral* baseada na sua responsabilidade histórica.

O terceiro momento do capítulo discute um último elemento ligado à autoridade de nosso autor: a transformação de Francisco Lisboa em Timon. Com exceção da advertência que antecede a publicação dos dois últimos números do *Jornal* em 1858, em que Francisco Lisboa dá explicações aos seus leitores sobre o intervalo de cinco anos que separa a nova publicação dos dez números anteriores e sobre a escolha dos temas que comporiam os números finais, todos os panfletos que o compõem foram assinados por Timon. Mesmo com relação aos dois últimos números, que completavam os *Apontamentos para servirem à história do Maranhão*, antecidos da advertência assinada como João Francisco Lisboa, tem na sua introdução a presença de Timon como autor do conjunto dos textos.

A utilização do pseudônimo traz a lume o problema da autoria que está, também, relacionado ao problema da autoridade. Uma das hipóteses frequentes na bibliografia sobre Francisco Lisboa é a de que o pseudônimo funcionaria como um disfarce capaz de impedir que o maranhense sofresse os ataques da crítica em virtude do conteúdo e da forma como escreveu a história. Maria de Lourdes Janotti lembra que o pseudônimo não era anonimato, apontando para a utilização do mesmo em outras ocasiões além do *Jornal de Timon*, a escolha seria, nesse sentido, consciente. Em concordância com essa autora, podemos citar, por exemplo, as críticas a que Francisco Lisboa foi sujeito por ter traçado uma imagem negativa de sua província. Retomando o processo de disciplinarização da história temos a discussão em torno de alguns vetos, especialmente

em relação à escrita do tempo presente. Assim, podemos pensar, para além do pseudônimo, na criação de personagens fictícios para a escrita da história das eleições que, na visão de Francisco Lisboa, preservariam o “sagrado lar doméstico”. O pseudônimo estabelece a distância entre o narrador e a realidade narrada, dotado de uma autonomia não disponível para o historiador que precisa responder a cada momento aos seus pares. Nesse sentido, considera-se importante o aspecto de disfarce e proteção garantido pelo uso pseudônimo. Porém, retomando a informação de que o mesmo pseudônimo fora utilizado anteriormente por Francisco Lisboa podemos questionar o motivo dele publicar o *Jornal de Timon* sob o mesmo pseudônimo e não utilizando outro. A pergunta implica em definir quem é Timon, que características ele possui e de que maneira essas características se relacionam com a historiografia de Francisco Lisboa. Dessa forma, esse terceiro tópico é voltado para a caracterização de Timon.

Reunindo a caracterização com as funções desempenhadas pelo pseudônimo, argumenta-se que a escolha de Timon foi consciente e que pode ser compreendida como uma nomeação motivada, algo próximo aos romances realistas do século XIX em que a escolha dos nomes estava relacionada aos significados, características e destino dos personagens. Assim, Timon, pelas características, ações que faz e sofre no *Jornal*, representa a junção do plano histórico com plano ficcional ao englobar sob um mesmo nome o narrador-personagem fictício e o seu criador Francisco Lisboa. A autoridade, então, é estabelecida por uma coerência que mantém, ao mesmo tempo, distância e proximidade dos relatos como vistas a garantir a veracidade da narrativa. Nesse sentido, com a união de um conjunto de elementos, Francisco Lisboa assenta a sua autoridade como historiador por meio de uma autoria construída às margens, por meio de Timon.

O capítulo segundo tem como questão central o estilo na escrita histórica de Francisco Lisboa. Trabalhando com a noção de estilo de Peter Gay e Hayden White que reúne uma forma de escrita e de interpretação, argumenta-se que o *Jornal de Timon* foi escrito a partir de uma compreensão realista e irônica da história. Não sendo a ironia um gênero ou um conceito bem definido, para afirmarmos que o estilo do *Jornal* é irônico o capítulo reserva uma primeira parte, de caráter teórico, que tem como objetivo discutir as funções da ironia.

Por isso, o primeiro tópico do capítulo objetiva fornecer a base da análise da ironia no *Jornal*. Através da discussão sobre a ironia em dois momentos importantes

para a formação da noção adotada correntemente privilegiamos o período da Antiguidade Clássica que marca o surgimento da noção de ironia, designando uma forma de comportamento atribuída a quem a emprega e como antífrase. O segundo momento importante discutido nesse tópico é o período moderno com o surgimento da noção de ironia romântica, depois chamada também de literária. Essa segunda concepção é de fundamental importância para o trabalho, pois ao englobar as funções já presentes na ironia clássica e novos aspectos estilísticos voltados para o aspecto criador do autor, a ironia romântica diz respeito não somente a uma forma de escrever, mas, também, designa uma maneira própria de interpretá-lo.

Em virtude do que fora afirmado acima acerca da uma única definição que conceitue a ironia abrimos espaço ainda nesse primeiro tópico do capítulo para noções com as quais a ironia se relaciona como sátira e riso. Cada um deles guarda uma função capaz de explorar somente em parte a potencialidade de funções da ironia. Por isso, a identificação da ocorrência de cada um deles ao longo do *Jornal* permite a acumulação e reunião das funções da ironia que se intenta discutir nos textos analisados.

A partir da base teórica estabelecida no primeiro tópico passamos, no segundo, para uma análise densa de algumas ocorrências pontuais e selecionadas da ironia no *Jornal*. A seleção dos trechos analisados segue dois parâmetros. Primeiro, como se pretende analisar a ironia como estilo historiográfico, consideramos importante a discussão de trechos irônicos presentes em todos os folhetos que compõem o *Jornal* e, em seguida, uma análise ampla. Pretende-se, dessa forma, mostrar que a presença da ironia em todos os folhetos corresponde a uma marca, é um traço do estilo de Francisco Lisboa. Em segundo lugar, a escolha dos trechos obedece a uma sequência de publicação dos folhetos no *Jornal* e a estrutura de escrita assumida pelo seu autor por meio da descrição de quadros gerais e cenas particulares.

Os trechos escolhidos para análise nesse segundo tópico do capítulo são essas cenas particulares, frequentemente presentes na forma de anedotas, em que Francisco Lisboa resume os seus argumentos. A metodologia adotada para a análise é a retomada do contexto em que ocorre a ironia e ao qual ela está associada. Argumenta-se que tendo a ironia uma função especialmente pragmática, mas também lúdica, ela funciona como meio adequado ao objetivo central da publicação do *Jornal de Timon* de reforma dos costumes maranhenses. Por meio do seu potencial de incitar os leitores à reflexão, à

crítica, ao espanto, ao riso sério, a ironia pode ser tomada como uma estratégia de ação por meio do qual Francisco Lisboa estabelece a sua interferência em seu tempo.

Das partes que formam o *Jornal* e das funções identificadas nos trechos selecionados, passamos para o terceiro tópico do capítulo. Nele, o objetivo é demonstrar de que forma a ironia está presente não apenas como figura de linguagem, mas representa uma forma de interpretação da história. Como estudiosos como Northrop Frye e Hayden White demonstram, a emergência de um estilo irônico como forma de escrita está associada a momentos de críticas intensas à religião, ao poder da monarquia, aos privilégios de uma classe. Ela representa uma visão de continuidade, de ciclos fechados, de uma eterna recorrência da qual não se pode escapar. Assim, ao assinalarmos que o estilo de Timon é irônico defendemos que, por meio da análise conjunta dos folhetos que compõem o *Jornal*, é possível identificar o momento de crítica e contestação que demarca a ascensão da ironia com a narrativa sobre a corrupção eleitoral no Maranhão e da interpretação da história por Timon como uma repetição de sucessivas derrotas do bem pelo mal.

Esse terceiro tópico tem, portanto, um caráter de conclusão que permite reunir as conclusões parciais de cada folheto para definir um estilo, forma de representação e interpretação, característico de Francisco Lisboa sob o nome Timon. A ressalva final é importante porque a escolha do pseudônimo, discutida no primeiro capítulo, está relacionada ao estilo adotado. À duplicidade da narrativa composta por uma junção entre os planos ficcional e histórico e pelo uso de um narrador-personagem que tem como característica principal o ceticismo é agregado à duplicidade constitutiva da ironia.

O terceiro capítulo tem como objetivo discutir como Francisco Lisboa escreveu e interpretou a história maranhense. A discussão nele empreendida é de central importância para o problema geral da tese, pois é a partir do diagnóstico da realidade de seu tempo que o autor se interessa pela história e pela forma adequada para escrevê-la. À especificidade de escrever a história *na* província, como vimos no primeiro capítulo, insere-se o debate sobre a escrita da história *da* província.

A questão, então, que permeia o capítulo é a da relação entre a variedade das formas de escritas da história no Brasil oitocentista no que tange ao debate do desejo por uma história nacional, ligada à formação de uma identidade nacional, em contraste

com o lugar ocupado pela história provincial. Para tanto, o problema é discutido sob dois aspectos: o do tema, nacional e local, e dos gêneros de escrita, história geral e apontamentos, memórias. A escolha feita por Francisco Lisboa dentro do *Jornal de Timon* com a publicação dos *Apontamentos* permite acrescentarmos aspectos importantes ao problema, pois envolve formas de produção, publicação e limites de uma escrita ligada a um modelo mais disciplinar, aos moldes da *História Geral do Brasil* de Varnhagen. Para tanto, o capítulo está dividido em seis tópicos.

No primeiro, apresenta-se o debate dentro do IHGB sobre a escrita das histórias provinciais em detrimento da necessidade de uma história nacional, demonstrando que o debate envolvia, também, as formas adequadas de representar cada uma delas com a primazia do gênero da história geral. No segundo, a nossa preocupação é com a interpretação que Francisco Lisboa dá ao seu próprio tempo. A partir dos debates travados no IHGB sobre o veto à história do tempo presente discutimos as formas pelas quais o autor do *Jornal* pretendeu não ultrapassar esses limites, como com a utilização de personagens fictícios na narrativa sobre os partidos. Porém, a fidelidade da forma de representar o seu presente teve como consequência o embate de interpretações sobre a realidade maranhense oitocentista. Para Timon, o seu presente era uma realidade “fantasmagórica”, em que tudo se desfazia facilmente, sem a solidez de instituições e ideias. Tal interpretação o colocou no lado oposto do projeto de criação da *Atenas Brasileira* que pretendia fundar uma identidade positiva maranhense.

A disputa pelo presente reverbera, também, na disputa pelo passado, de que trata o terceiro tópico do capítulo. Em virtude desse debate em torno da *Atenas*, Timon dirige sua atenção para o passado colonial com o intuito de buscar as origens que garantiriam a individualidade maranhense. Com um foco no sistema colonial, Timon defende que a história do passado colonial maranhense, especialmente o século XVII, é a história do Maranhão do século XIX. Do presente corrupto para o passado, Timon vê a repetição de imoralidade, falta de firmeza religiosa, a subversão da legislação colonial na aplicação das leis, especialmente sobre os indígenas. O passado colonial e o presente são vistos como inversão.

Passa-se, então, para o quarto tópico em que se demonstra a percepção de Timon da história de sua província como uma eterna repetição de opressão, primeiro por parte da metrópole e, depois, por parte da Corte. Para tanto, utilizamos a comparação feita por

ele entre os “antigos” e os “atuais” maranhenses. No quinto tópico, argumenta-se que na historiografia de Francisco Lisboa a interpretação da história está diretamente relacionada às suas formas de produção. Para tanto, refazemos a crítica de Timon aos autores que se dedicaram a escrever a história da sua província anteriormente à publicação do seu trabalho. Com isso intenta-se demonstrar como, para Timon, havia uma inadequação quanto ao formato de escrita utilizado que não condizia com a sua interpretação da história do Maranhão. A província, considerada de segunda ordem, marcada no relato sobre as eleições como oprimida pelas decisões tomadas na Corte é, também, marginal em seu passado pela ausência de fatos notáveis e que, portanto, não caberiam em uma história geral, mas, somente, em apontamentos. Porém, como vamos demonstrar com o caso da narrativa da Revolta de Beckman, quando o tema era considerado de maior valor para o projeto de Timon o texto ganhava novas formas e recursos capazes de despertar a sua centralidade e o interesse do leitor.

O sexto, e último tópico, analisa a recepção imediata da publicação do *Jornal de Timon* na imprensa periódica oitocentista relacionando as avaliações feitas em torno de suas características com os elementos que deveriam compor uma obra histórica. Tendo um caráter conclusivo, esse tópico defende, a partir do que foi encontrado em tais avaliações em conjunto com o restante da tese, que o *Jornal de Timon* pode ser entendido como uma história escrita para os maranhenses que aproximava a prática historiográfica de Francisco Lisboa de um modelo mais próximo do mercado editorial e de demandas locais a exemplo do que se encontra nas historiografias populares.

## 1 A METAMORFOSE DE FRANCISCO LISBOA EM TIMON: AUTORIA E AUTORIDADE NA HISTÓRIA

Fique-se, pois, entendendo, que no descobrimento ou citação de um documento, de um nome, de uma data, e no mais que concerne ao lado material da história é em que assenta a reputação e popularidade de um escritor, que não na crítica e inteligência com que os estuda, confronta e aproveita com espírito analítico e a um tempo sintético, na largueza de vistas e profundidade de raciocínio com que sabe desprezar dos fatos o que é pueril e inútil, e colher o que há neles de lição e deleite, apresentando no correr da narrativa esplendidos quadros quando lhe aconselha o tino e bom gosto literários, revivendo épocas com as suas gerações, costumes e interesses (...). São essas as balizas que extremam da mediocridade o engenho bem formado, e de tantos remendões de datas e fatos mal apreciados e acumulados sem lógica nem talento quem era fadado para historiador.<sup>49</sup>

Francisco Lisboa metamorfoseia-se primeiro em Timon para depois transformar-se em historiador. Um duplo movimento que congrega um esforço para escrever adequadamente a história e por meio dela adquirir o reconhecimento esperado. Escrever a história no Brasil oitocentista, no entanto, não era uma tarefa que vinha acompanhada com seu manual de execução. O *Jornal de Timon* é expressão da variedade da historiografia produzida no país naquele período. Sua particularidade está na resposta à demanda que se apresentava por meio da mobilização de diversos mecanismos de legitimação dos seus escritos que foram fundamentais, também, para a formação da autoridade de Francisco Lisboa como historiador.

### 1.1. A prática historiográfica: dos arquivos maranhenses aos arquivos portugueses

Em uma de suas cartas a Francisco Lisboa, datada de novembro de 1853, Gonçalves Dias notifica o seu conterrâneo de tê-lo indicado como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Título que, naquele momento, segundo consta o poeta, era cobiçado, mesmo que durante algum tempo tivesse sido, continua a carta, “conferido e oferecido sem muito escrúpulo”.<sup>50</sup> O motivo da indicação foi a publicação do *Jornal de Timon*, obra que, segundo o poeta, era rara, inestimável, especialmente por

<sup>49</sup> LEAL, op. cit., p. 175-176, nota 11.

<sup>50</sup> Um exemplo interessante sobre a preocupação em definir a instituição como não política é a polêmica em torno de uma memória sobre os limites do Brasil escrita por José Joaquim Machado de Oliveira em 1852 envolvendo vários membros. Para acompanhar os textos que compõem a polêmica ver **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, 16(12), out./dez, 1853, p. 385-560. Houve, em 1851, uma mudança nos estatutos que requeria a comprovação das qualidades científicas e literárias dos novos membros. Sobre tal mudança ver **Novos estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tipografia de F. de Paula Brito, Rio de Janeiro, 1851.

estar à disponibilidade e “alcance de todas as inteligências”, que juntara profundidade sem esforço, era severa, porém “sem azedume”, sendo “talhada por todos, para andar nas mãos de todos”.<sup>51</sup> A par de tais características, estariam a limitação do mundo literário nacional e o fato de que, dentro dele, dos que se dedicavam às letras, eram poucos os que reuniam “lição tão variada”, “estilo tão fácil e castigado”, uma maturidade de pensamento e a “precisão de ideias como de quem tem vivido no Gabinete com os homens de outrora, e nos conciliábulos e imprensa com os nossos de hoje”.<sup>52</sup>

A avaliação do *Jornal*, feita por Gonçalves Dias, suscita questões importantes sobre a formação da figura do historiador no Brasil oitocentista. A conformação de um perfil único, com regras e determinações sobre esta figura para o período mostra-se ainda uma tarefa complicada. O que se pode afirmar é a existência de critérios diversos que se alternam e se sobrepõe numa tentativa de definir quem era e o que era o historiador no Brasil oitocentista.

Valdeci Araújo fala da relação entre as expectativas e demandas apresentadas ao historiador no contexto de formação nacional, de modo que ele não poderia ser apenas o panegerista ou o cronista. As novas expectativas colocaram em questão, também, a qualidade das obras em jogo, pois o historiador agiria “como o instrutor de um processo, cujo trabalho deve ser avaliado no que concerne à imparcialidade, fontes e crítica”.<sup>53</sup> Temístocles Cezar chama a atenção para o fato, no entanto, da prática simultânea de tarefas pelos letrados. Segundo ele, esse trânsito entre campos e tarefas se constituía mais como uma opção do que como um impedimento ou impossibilidade intelectual.<sup>54</sup> Preocupado com o que qualificava esses homens que se dedicaram à escrita da história, Rodrigo Turin estabeleceu três características que identificavam um *ethos* particular: a sinceridade, a utilidade e a cientificidade.<sup>55</sup> Maria da Glória de Oliveira, em consonância com a proposição de Rodrigo Turin, afirma que essas

---

<sup>51</sup> Correspondência Ativa de Antônio Gonçalves Dias. **Anais da Biblioteca Nacional**. v. 84, 1964, p. 146.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 145.

<sup>53</sup> ARAUJO, Valdeci Lopes de. História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica. **Almanack Braziliense**, São Paulo, 2008. p. 39.

<sup>54</sup> CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. **Métis: história & cultura**, v.2, n.3, jan.-jun., 2003, p.74.

<sup>55</sup> TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. **História da Historiografia**, n.2, mar., 2009, p.12-28.

qualificações eram as mesmas também para os homens de ciência.<sup>56</sup> Esta autora sugere como forma de pensar essa prática a partir de uma noção de performance virtuosa. Tal ideia pretende indicar como critério de credibilidade das histórias escritas no Brasil oitocentista algumas virtudes que seriam consideradas inatas dos homens de letras, são elas o amor à verdade, a abnegação e a imparcialidade.<sup>57</sup>

O ponto de partida para o caso aqui apresentado começa pela caracterização final feita por Gonçalves Dias, aquela que via em Francisco Lisboa uma facilidade, transmitida por meio desse mesmo trabalho, em transitar entre o passado e o futuro. Tal caracterização remete às múltiplas faces que autor do *Jornal* reuniu, passando da advocacia para a política, na posição de deputado provincial no Maranhão, sendo, ao mesmo tempo, jornalista e, por fim, *transformando-se* em historiador. A escolha do verbo transformar, aqui, não é casual. Antes, trata-se de uma forma de enfatizar que o percurso efetuado por Francisco Lisboa ao se inclinar para o estudo do passado revela um processo em curso de distinção da figura do historiador daquelas outras ligadas ao mundo letrado.

O caso do maranhense, que ora evidenciamos, não pretende, nesse sentido, ser a expressão de originalidade e/ou pioneirismo, mas uma peça a mais de um processo de mudanças por que passava o estudo da história no Brasil que remete a períodos anteriores ao da Independência e ao da criação do IHGB e que envolvia diferentes demandas, características de produção e publicação.<sup>58</sup> Por outro lado, o mesmo caso permite que acompanhem o caminho percorrido por ele para tornar-se historiador e as

---

<sup>56</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória de. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. **Revista Brasileira de História [online]**, v.30, n.59, 2010, pp.37-52. ISSN 1806-9347. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882010000100003>>. Acesso em 20 de agosto de 2016.

<sup>57</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória de. O nobre sacerdócio da verdade: reflexões sobre o ofício de historiador no Brasil oitocentista. **Lusíada**. Série de História (Lisboa), v. 9, 2013, p. 191-207.

<sup>58</sup> A aludida variedade tem sido demonstrada por Valdeci Araújo por meio de sua pesquisa acerca dos regimes de autonomia e das histórias populares e de trabalhos de Raína de Castro Ferreira e Thamara de Oliveira Rodrigues orientados por ele na Universidade Federal de Ouro Preto. Sobre esse assunto ver do autor: ARAUJO, Valdeci Lopes de. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v.31, n.56, Agosto, 2015, p. 365-400. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752015000200365&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752015000200365&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 novembro de 2016. Exemplos de trabalhos recentes sobre a variedade da historiografia oitocentista: FERREIRA, Raína de Castro. **Utopia e prognóstico na história do Brasil imaginada por Joaquim Felício dos Santos (1860-1873)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017; e o seguinte artigo OLIVEIRA, Thamara Rodrigues. A Revolução Pernambucana e as disputas historiográficas: Abreu e Lima e Francisco Adolfo de Varnhagen. **História e Cultura**, Franca, v. 6, n. 1, mar., 2017, p. 289-308.

mudanças que se efetuam na forma como Francisco Lisboa faz história à medida em que se modificam as suas condições de trabalho. Expressão mais forte do que dissemos é a sua participação na missão cultural responsável pela coleta de documentos referentes à história do Brasil no exterior e ao contato que estabelece com Francisco Adolfo de Varnhagen.<sup>59</sup> Porém, não nos adiantemos. É preciso voltar e indicar de onde provém aquela experiência que tornava tarefa fácil para o maranhense tratar do passado e do presente.

Francisco Lisboa já era velho conhecido entre os letrados maranhenses em virtude da série de jornais publicados ao longo de sua vida política. O *Jornal de Timon*, no entanto, se diferenciava dos demais não somente em virtude dos temas históricos, mas da forma pela qual fora estabelecido. O que nos leva a mais uma questão suscitada pela avaliação feita por Gonçalves Dias, aquela que afirmava que o *Jornal* era para todos, pois reunia características que garantiriam a profundidade dos estudos com um estilo que o tornava acessível aos leitores leigos. No entanto, creio que seja importante incluir outro aspecto da produção histórica de Francisco Lisboa: a forma de publicação.

A publicação de seus textos no formato de um jornal e não de um livro permitia que ele fizesse diversas retificações, e ele as fez, em seu próprio trabalho, haja vista não se caracterizar como uma obra fechada, mas, por outro lado, o colocava em uma relação de dependência com os seus leitores/subscritores.

Não é ao acaso que ele, após se voltar para os estudos históricos, tenha buscado uma estabilidade na atividade, que seria garantida através da sua designação para a missão cultural. Expressiva, nesse sentido, é um trecho de uma de suas correspondências a Varnhagen em que afirma detestar a política e estar “aborrecido da vida de advogado” e que seria de bom grado se o governo imperial lhe permitisse “servir o país” com a habilidade que os seus contemporâneos letrados o reconheciam. Caso contrário, ele assinala, “volverei ao meu antigo teor de vida, pois me faltam

---

<sup>59</sup> Francisco Lisboa substituiu Gonçalves Dias na missão responsável por procurar documentos referentes à história do Brasil. Como assinala José Honório Rodrigues, ao contrário do que se pensa, o processo de substituição não ocorreu por meio de uma indicação por parte de Dias, mas como resultado do empenho de Francisco Lisboa com vários amigos para que alcançasse a indicação. Rodrigues destaca ainda o fato de que “[...] o próprio Gonçalves Dias, não se sentia satisfeito com a comissão e percebeu que João Francisco Lisboa a desejava ansiosamente”. RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952, p. 68.

recursos para me dar à minha custa a trabalhos que nada fundem para poder viver um homem com família”.<sup>60</sup>

Faltavam-lhe as condições materiais para que pudesse dedicar-se integralmente ao estudo da história. Um fator que demonstra a dependência em relação aos seus leitores pode ser visto no balanço que ele faz da imprensa no Maranhão na década de 1850.<sup>61</sup> Ele frisa que nenhum dos escritores maranhenses tinha feito fortuna por meio da publicação de seus jornais e, ainda, que o número de jornais superava o número de leitores. Sendo que, aqueles que pretendiam publicar os seus textos montavam as suas próprias tipografias.<sup>62</sup>

Tais fatores exigiam que ele demonstrasse aos seus leitores em que o seu jornal se diferenciava dos demais produzidos na província. Sobre o tempo presente, especialmente no texto *Partidos e Eleições no Maranhão*, o leitor encontraria um tema recorrente, mas não como um panfleto desse ou daquele partido, mas uma “narração exata e imparcial” sobre o assunto. Sobre o passado, ele prometia “satisfazer a curiosidade” dos leitores retratando o que ainda não havia sido tratado em Berredo ou em qualquer “outro cronista da mesma escola”. A narrativa ainda teria vantagem por ser “pintada” com novas cores, o que daria o tom da novidade.<sup>63</sup>

Essa relação afetaria também a sua forma de produzir história, como se depreende de outro trecho da carta já citada. Nele, Francisco Lisboa confessa que os seus estudos sobre a história do Brasil eram feitos em uma semana, para serem escritos na semana seguinte, o que teria efeito em suas publicações, dando-lhes um teor de precipitação.<sup>64</sup> Afirmava a Varnhagen, ainda, que não havia probabilidade de os dois se “encontrarem na História do Brasil”, pois para isso seria necessário “[...] um trabalho insano de 15 a 20 anos, parte passado em Portugal, parte no Rio, e parte viajando pelas principais províncias ao menos”.<sup>65</sup> Além das características de Varnhagen, Francisco Lisboa destacaria, em tom irônico, tempos depois em uma nota, que a poucos fora concedido reunir a um só tempo todas as condições necessárias, o que lhe parecia

---

<sup>60</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º**: apostila e nota G aos números 11 e 12 do ‘Jornal de Timon’; contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extracto do folheto ‘Diatribes contra a Timonice’, etc. Lima: Imprensa Liberal, 1867, p. 68-69.

<sup>61</sup> LISBOA, op. cit., v. I p. 359, nota 22.

<sup>62</sup> Ibidem, p. 359-360.

<sup>63</sup> LISBOA, op. cit., v. III, p. 14, nota 22.

<sup>64</sup> VARNHAGEN, op. cit., p. 76, nota 60.

<sup>65</sup> Ibidem, p. 77.

curiosas coincidências.<sup>66</sup> Se, contudo, tempos depois, a posição assumida por Lisboa foi utilizada como meio de provar a sua falta de experiência com o trabalho arquivístico por Varnhagen<sup>67</sup>, por outro lado, ela revela outra face do processo de formação do historiador no Brasil oitocentista ao demonstrar as dificuldades em atingir o mesmo nível de especialização do visconde de Porto Seguro. Observação que nos remete a outro ponto da correspondência de Gonçalves Dias: a indicação de Francisco Lisboa ao IHGB.

No momento da indicação a maior parte do *Jornal* já havia sido publicada no Maranhão. Como enfatizou Maria de Lourdes Janotti, é muito difícil precisar a influência que a produção dos membros da agremiação nos estudos do maranhense. Certamente ele conhecia o que era produzido e publicado, haja vista a crítica que ele teceu sobre a instituição<sup>68</sup>, mas com relação a um texto central como o de Martius, que procurava fornecer um plano para a escrita da história nacional, parece ter-lhe servido como guia na eleição dos temas a serem tratados.<sup>69</sup> Porém, por outro lado, o IHGB contribui de duas formas diferentes para o trabalho de Francisco Lisboa; primeiro, ao tentar estabelecer a supremacia dos documentos encontrados em arquivos como uma das etapas de um processo mais amplo de construção de uma história disciplinar e, segundo, e relacionado a esse aspecto, ao centralizar as fontes sobre o passado nacional e por privilegiar a escrita de uma história geral.<sup>70</sup>

O IHGB, no momento de sua criação, estabeleceu como tarefa principal a coleta e reunião de documentos referentes à história do Brasil.<sup>71</sup> Importante, nesse sentido, é o texto de um dos seus sócios Rodrigo de Sousa da Silva Pontes. No texto intitulado *Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil?*, Silva Pontes estabelece estratégias para reunir os materiais necessários como a compra de obras importantes, a criação de comissões responsáveis pela coleta no exterior e nas províncias, e as viagens

---

<sup>66</sup> LISBOA, op. cit., v. III, p. 515, nota 22.

<sup>67</sup> Varnhagen fala em uma falta de firmeza de ideias por parte de Francisco Lisboa em virtude das mudanças em seu posicionamento. VARNHAGEN, op. cit., 1867, p.7, nota 60. Tal aspecto foi também utilizado por Varnhagen em legítima defesa na polêmica que se desenvolveria entre ele e seguidores de Francisco Lisboa como demonstra Evandro Santos. Sobre este uso ver o capítulo 2 da tese deste autor. SANTOS, op. cit., p. 85-102, nota 21.

<sup>68</sup> A crítica se restringe às indicações do IHGB sobre os estudos indígenas. LISBOA, op. cit., v. II, p. 201, nota 25.

<sup>69</sup> JANOTTI, op. cit., p. 150-153, nota 1.

<sup>70</sup> GUIMARÃES, op. cit., p. 8, nota 44.

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 8.

científicas.<sup>72</sup> Todo esse conjunto de fontes deveria ficar reunido no Rio de Janeiro, nos arquivos do IHGB, para que com eles se pudesse escrever a história nacional.<sup>73</sup> Sem ter saído do Maranhão até os anos de 1855, quando já havia publicado os dez primeiros números do seu *Jornal*, o maranhense enfrentou dificuldades em encontrar documentos para escrever sobre o passado da província, como consta na correspondência com Gonçalves Dias. Nela, solicita ao poeta, seu conterrâneo, informações sobre os livros da municipalidade que foram levados para o Rio de Janeiro. Trechos da carta são ilustrativos desse procedimento:

V. S<sup>a</sup> deixou no arquivo da câmara alguns livros interessantes, mas suponho que levou os melhores. A falta deles me tem causado, e há de causar ainda grandes embaraços nos trabalhos que trago entre mãos. Só essa grande falta me faria aventar a seguinte ideia: Será possível virem a meu poder os mais importantes desses livros? Creio que isso não seria muito difícil, vindo eles por mão do nosso Antônio Henriques, e reenviando-os eu na primeira ocasião segura, e delas se oferecem todos os dias. Sobre não serem muitos os livros que V. S<sup>a</sup> levou, (apenas doze) e bastar que viessem só os mais importantes, é certo que eu aqui mais facilmente poderei escolher e fazer copiar o que me convém.<sup>74</sup>

Francisco Lisboa estabelece também uma série de questões sobre os mesmos documentos tais como os conteúdos dos livros, os critérios que guiaram a escolha de Gonçalves Dias ao fazer a remessa de livros para o Rio de Janeiro, pergunta se não existiam nos mesmos informações importantes sobre a Revolta de Beckman que publicaria nos números seguintes. Requeria, ainda, se não era possível que o poeta fizesse cópias de alguns documentos do arquivo do IHGB.<sup>75</sup> Na resposta de Gonçalves Dias constam notas como resposta às informações solicitadas e a promessa de fazer as cópias dos documentos solicitados. Essa correspondência, ao lado dos apelos aos subscritores revela o outro lado da produção histórica, longe dos subsídios dos arquivos e recursos a que estava sujeito o historiador na província. Um desses impasses, a carência de documentos, seria sanado com a participação na missão cultural em Portugal e traria ainda como acréscimo os ensinamentos de Varnhagen sobre o trabalho nos arquivos e de crítica de fontes.

O relacionamento entre Varnhagen e Francisco Lisboa foi se estabelecendo aos poucos sendo pautado por uma grande admiração de Varnhagen aos trabalhos do Timon

<sup>72</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Livro de Fontes de Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p. 45-61

<sup>73</sup> GUIMARÃES, op. cit., p. 8, nota 44.

<sup>74</sup> DIAS, op. cit., p. 20, nota 51.

<sup>75</sup> *Ibidem*, p. 21.

maranhense expresso nas páginas da primeira edição da *História Geral do Brasil* e em sua correspondência com o imperador. Em uma delas, datada de 1856, ele relatou o desejo de retardar a publicação do segundo volume da sua obra em decorrência da indiferença com que a mesma fora recebida no IHGB. Entre as razões que, segundo ele, teria provocado tal reação foi o fato dele não simpatizar com “certo perigoso brasileiro caboclo, como lhe chama com tanta razão o Timon”.<sup>76</sup>

Nota-se que desde já havia um motivo inicial forte que aproximava Varnhagen e o autor de Timon, ambos se colocavam contra as ideias de ser o indígena o legítimo representante da nacionalidade brasileira. Ainda na mesma carta Varnhagen acrescentou a importância de um escrito como o de Timon e de seu autor com quem estava em “correspondência e perfeita harmonia, até na maior parte das ideias”.<sup>77</sup> Essa confluência de ideias está expressa desde as primeiras páginas do primeiro volume da *História Geral* e se estende pelas inúmeras notas de rodapé e nas notas no fim do livro. Em um *Suplemento* ao tomo primeiro da primeira edição da sua obra Varnhagen escreve uma nota em que cita a proximidade de pensamento entre ele e Lisboa antes mesmo de se conhecerem:

Temos a maior satisfação em ver corroboradas as nossas conjecturas acerca da escassez da antiga população indígena no nosso país por um *benemérito escritor do Maranhão, de que acabamos de ter conhecimento, e que pelo pseudônimo de Timon acaba de recomendar-se a todos os pensadores*. É-nos sumamente grato, e ao mesmo tempo não deixará acaso de ser um argumento em favor das ideias que ambos pela força de convicções e pelo amor da justiça, timbramos em defender, o fato de havermo-nos nessas ideias encontrado, sem conhecimento um do outro, acerca deste e de outros pontos. (grifo nosso)<sup>78</sup>.

Ainda na mesma nota Varnhagen não deixou de destacar que da mesma forma como ele citava Lisboa, este também utilizava a obra do sorocabano como referência:

E para estarmos ainda mais de acordo, encontramos o ilustre Timon apoiando, sem a nós se referir, o pensamento de uma *História Geral do Brasil* nos seguintes termos (II, 14): «Das pequenas províncias de um Estado não é mister escrever um corpo completo de história; bastam simples e modestas memórias, que sirvam depois ao trabalho complexo que compreenda o todo».<sup>79</sup>

<sup>76</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência Ativa**. Coligida e anotada por LESSA, Clado Ribeiro. Rio de Janeiro, INL/NEC, 1961. p. 235.

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 235.

<sup>78</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. Tomo I. Madrid: Imprensa de V. Dominguez, 1854, p. 483.

<sup>79</sup> *Ibidem*. p. 483.

A autoridade das afirmações de Lisboa se expressaram ainda em outra nota em que Varnhagen se viu dividido entre a autoridade de Gabriel Soares de Souza, cujo roteiro de viagem era considerado por ele uma das fontes mais confiáveis sobre o início da colonização portuguesa no Brasil, e as afirmações de Francisco Lisboa que divergiam das informações fornecidas por Gabriel Soares.

Temos hoje para nós que a primitiva colônia fundada com o nome de Nazareth, pelos que escaparam do naufrágio ou naufrágios (pouco nos interessa em que baixos ou coroas de areia) da primeira armada colonizadora do Maranhão, teve lugar na própria ilha, onde depois se construiu a cidade de S. Luiz, e que por conseguinte foi esta ilha a que então se denominou da **Trindade**. Assim se colige considerando atentamente o que a tal respeito nos transmite Gabriel Soares [...] E não ocultaremos que muito sentimos que, no ajuizar tão favoravelmente acerca da autoridade do nosso predileto Gabriel Soares, nos encontremos **em** oposição «com um estimável escritor moderno, também muito nosso predileto, e com cujas ideias muitas outras vezes vamos ele acordo, o **Timon** maranhense que acha «singular que nós, **no ano de 1851**, fundássemos uma conjectura na relação de Gabriel Soares, tão evidentemente inexata e escrita com tão **pouco conhecimento das cousas**, que nela se figuram duas diversas expedições — do Ayres da Cunha, o dos filhos de João de Barros— quando houve uma só de todos eles (grifos do autor).<sup>80</sup>

Varnhagen, ao final, procurou uma razão que justificasse a afirmação de Gabriel Soares, pois para ele o roteiro de viagem deste carregava fortes marcas de verdade decorrentes da proximidade entre o autor do roteiro e os acontecimentos. Com os apontamentos de Lisboa, contudo, Varnhagen teve que admitir que em certos pontos Gabriel Soares escreveu “[...] de ouvida e vista, porém sem documentos” mas que “[...] nem por isso a sua autoridade deixa de ser sempre da maior valia, quando não rebatida por outra de mais fé”.<sup>81</sup> A autoridade de mais fé, neste caso, era Francisco Lisboa.

A relação entre o autor de Timon e Varnhagen se intensificaria quando o primeiro conseguiu por meio da influência de amigos no Rio de Janeiro ser escolhido para desenvolver pesquisas históricas na Missão Cultural de que era encarregado Gonçalves Dias.<sup>82</sup> Francisco Lisboa até então não tinha saído do Brasil para fazer pesquisas, sua experiência vinha do tempo que passou nos arquivos e bibliotecas de São Luis. A dificuldade em trabalhar nos arquivos estrangeiros e promover a crítica das fontes logo surgiu e encheu as páginas da correspondência trocada entre ele e Varnhagen.

<sup>80</sup> VARNHAGEN, op. cit., p. 485, nota 78.

<sup>81</sup> Ibidem, p. 485.

<sup>82</sup> A missão tinha por meta investigar o estado da instrução primária e secundária em alguns países da Europa e de examinar e copiar documentos e notícias sobre a história do Brasil. JANOTTI, op. cit., p. 164, nota 1.

Já na primeira carta Lisboa deixa claro suas intenções em ter como ocupação não a política ou a magistratura, queria ser pesquisador assim como Varnhagen e tê-lo como mestre e guia.<sup>83</sup> Varnhagen tomou para si tal tarefa e passou a ajudar e guiar o inexperiente autor de Timon nos arquivos estrangeiros. Porém, como nota José Honório Rodrigues, além das indicações das localizações dos documentos e a relevância para cópia de cada um, também deixou claro ao seu aprendiz, ao qual nunca viu, que era preciso fazer a crítica dos documentos, tirar cópias limpas com textos corretos.<sup>84</sup> Como o próprio Lisboa revelou a Varnhagen em carta “tirá-las com correção, castigar os manuscritos pela maior parte incorretos e estupidamente copiados (...) me levaria muito tempo, ou me absorveria todo”.<sup>85</sup> Ainda sobre seu trabalho nos arquivos disse que se limitou a “escolher as peças e manuscritos (...) interessantes e fazê-los copiar tais e quais com todos os seus erros e irregularidades”. A correção de tais documentos deveria ser feita, segundo ele, no Brasil por quem fosse utilizá-los.<sup>86</sup>

Ao contrário de seu mestre, Varnhagen, Lisboa não se preocupava em fazer atentamente a crítica documental, mas nem por isso podemos desqualificá-lo enquanto erudito. Se por um lado ele não estava no mesmo nível de técnicas de pesquisa histórica como Varnhagen, por outro, foi um dos principais pesquisadores brasileiros do Oitocentos cujas pesquisas se encontram nas páginas de seu *Jornal de Timon*. A pouca documentação arquivística, no entanto, contrasta com o enorme repertório de cronistas e viajantes do período colonial como principais fontes de seu trabalho. Apesar das ressalvas que faz a cada um dos autores, eles ainda constituem a principal fonte na qual Francisco Lisboa buscou as informações para a construção do seu relato. Eles desempenham, dessa forma, diferentes papéis na narrativa do *Jornal*, mas há o estabelecimento preciso entre tais produções, pois as primeiras e seus autores, foram tomados como cronistas, já o seu periódico era o trabalho de um historiador. Não há, por parte de Lisboa, uma definição clara do que diferenciava um e outro, mas é possível

---

<sup>83</sup> VARNHAGEN, op. cit., p. 69, nota 60.

<sup>84</sup> RODRIGUES, op. cit., p. 79-80, nota 59.

<sup>85</sup> VARNHAGEN, op. cit., p. 92, nota 60.

<sup>86</sup> Ibidem, p. 92. O problema desse procedimento de Lisboa para a época é que a cópia de documentos pressupõe o trabalho de especialistas. Afinal, não era qualquer um que poderia ser designado para trabalhar em arquivos. A esse “profissional” poderiam ser direcionadas possíveis adulterações e supressões na cópia e até mesma a falsificação de um documento original. Como salienta Grafton, a crítica e a falsificação de textos tiveram uma relação de grande proximidade na tradição ocidental. Tanto uma como a outra são maneiras de afrontar um mesmo problema geral. Elas são formas de lidar com grupos de textos autorizados que regulam práticas sociais e políticas. GRAFTON, Anthony. **Falsarios y críticos**. Creatividad e impostura em la tradición occidental. Barcelona: Editorial Critica, 2001, p. 147.

estabelecer, por meio de seu texto, algumas características.<sup>87</sup> Um primeiro aspecto a ser destacado, nesse sentido, são os autores utilizados e como foram utilizados.

Na primeira parte dos *Apontamentos* estão presentes os principais cronistas do período colonial como, por exemplo, João de Barros, Manuel Severim de Faria, Berredo, bem como viajantes - Gabriel Soares, Hans Staden, Claude D’Abeville -, historiadores estrangeiros e brasileiros como Tocqueville, Macaulay, Chateaubriand, Varnhagen e Machado de Oliveira.<sup>88</sup> A intenção aqui não é exaurir os autores citados, mas dizer que mesmo diante dessa diversidade, o uso que ele faz é o mesmo.

Os trabalhos desses autores são tomados como fontes históricas. Eles possuem o peso dos documentos, ou seja, são importantes na medida em que fornecem fatos, dados, acontecimentos e não como modelos de historiadores propriamente. Contudo, é patente a maior relevância que os cronistas possuem em sua obra, mesmo diante das críticas efetuadas por ele e dirigidas aos cronistas maranhenses. Para Janotti, tais críticas representam o “rompimento definitivo com este gênero de história” que o colocava em um “sistema historiográfico novo”.<sup>89</sup> Este sistema de que fala a autora seria a relação de dependência entre o trabalho do historiador e as fontes documentais, um moderno trabalho de crítica histórica.<sup>90</sup> Contudo, devemos pontuar aqui que os elementos que comporiam a tarefa do historiador nesse novo sistema elencado pela autora também são projetados por Francisco Lisboa para o cronista Berredo e seus *Anais*.

Dentro do balanço por ele efetuado, Berredo adquire uma centralidade por ser a fonte para as obras seguintes, inclusive para os *Apontamentos*, onde ela seria a principal fonte segundo Francisco Lisboa. Se os *Anais* são classificados como “simples crônica”,

---

<sup>87</sup> Postura essa sintomática da coexistência de diferentes formas de escrita da história e de diferentes tradições historiográficas dentro do processo mais amplo de construção de uma história “oficial” no período imperial. MEDEIROS, B. F. **Plagiário, à maneira de todos os historiadores**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2012, p. 95-96. Hugo Hruby destaca ainda, para o mesmo período, o fato de os sócios do IHGB “se referiam a si mesmos e aos demais autores de trabalhos históricos como historiadores, historiógrafos e cronistas. A diferença entre eles era estabelecida nos pareceres de cada comissão de trabalho, conforme o posicionamento do escritor diante do que fora relatado e a extensão do conteúdo abordado”. Contudo, ainda segundo esse autor, a qualificação de cronistas designava escritos conjunturais, enquanto os historiadores apresentavam obras estruturais. HRUBY, H. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)**. 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2007, p. 24-25.

<sup>88</sup> Maria de Lourdes Janotti elabora uma lista completa dos autores utilizados por Francisco Lisboa nas duas fases de sua obra. JANOTTI, op. cit., p. 156 e 169, nota 1.

<sup>89</sup> JANOTTI, op. cit., p.158, nota 1.

<sup>90</sup> A autora insere diversos autores do Brasil oitocentista nesse sistema como Varnhagen, Joaquim Felício dos Santos e o grupo representado pelo IHGB. JANOTTI, op. cit., p. 20, nota 1.

denotando uma hierarquização dos gêneros historiográficos, por outro lado, a classificação de Berredo o projetava como moderno historiador. Ele seria “[...] exato e imparcial, procurando verdade em todas as fontes em que podia bebê-la”.<sup>91</sup> Berredo não fazia, em seu entender, apenas os relatos dos fatos, mas atesta a veracidade dos mesmos com as fontes encontradas. Estava-se, portanto, diante de um procedimento moderno. Mesmo depois da ida de Francisco Lisboa para a Europa, onde obteve uma quantidade significativa de documentos sobre a sua província, Berredo continuou sendo a sua principal fonte de informações.

Há um aspecto importante que se mantém: o valor da pesquisa histórica. Ele já indicava uma preocupação com a submissão de seu trabalho aos procedimentos de crítica e pesquisa necessários para que ele fosse tomado como verdadeiramente histórico. Trata-se em sua obra de uma concepção de história com pretensões científicas. A crítica efetuada por ele aos cronistas do Maranhão, por exemplo, foi entendida por Janotti como uma ruptura definitiva com a crônica e a inserção do trabalho em um “sistema historiográfico novo” ou moderno, mais dependente da crítica das fontes. Em outras palavras, a constituição da história com pretensões científicas que colocaria os documentos e a atitude crítica sobre eles como central.

No Brasil oitocentista, essa inclinação esteve bem presente no IHGB ao colocar como tarefa principal da agremiação coligir e metodizar os documentos sobre a história e geografia nacional e que parece ter encontrado em Varnhagen e em sua *História Geral* o modelo ideal e que acabou por desqualificar outras produções importantes do período. Foi o caso, por exemplo, de Francisco Lisboa durante o século XX. O amadorismo, a pouca experiência de Francisco Lisboa e a falta de crítica documental são os elementos enfatizados por Varnhagen para desqualificar a validade das proposições daquele sobre a escravidão. Contudo, esse modelo de historiador erigido por Varnhagen e por talvez alguns membros do IHGB não era unanimidade. Na prática o que se vê é uma produção diversa em que a argumentação tem um peso tão grande quanto a pesquisa documental. Percebe-se que outros aspectos da prática eram valorizados e não apenas a crítica documental era suficiente para definir a qualidade de um historiador.

Francisco Lisboa entendia que fazer história era também dar prova do que era dito, porém, essa verificação ocorria de modos diferentes. Ele mesclava em sua

---

<sup>91</sup> LISBOA, op. cit., v. II, p. 246, nota 22.

narrativa relato e documentação, utilizava as notas de fim de texto para reproduzir alguns documentos na íntegra, mas também se dava a liberdade de comentá-los, destacando o que lhe parecia de maior importância para os leitores. Outro elemento que funcionava como prova das suas afirmações nos folhetos era a sua posição como testemunha ocular dos acontecimentos que narrava. Sua autoridade, como chama a atenção Vitor Batalhone Júnior, provinha também do princípio da *autopsia*, pela superioridade de um relato baseado na experimentação direta da realidade ao dizer, por exemplo, em seu texto que “Timon tem presenciado algumas dessas cenas” ou “ainda hoje ouço dizer” e pela reprodução dos diálogos que, supostamente, presenciara entre os membros da elite política provincial.<sup>92</sup>

A aplicação do princípio provocava, dessa forma, a transgressão dos limites que separavam o sujeito histórico e seu objeto. Francisco Lisboa, ao narrar os episódios das eleições, provavelmente de 1846, não é somente narrador, mas está tratando de eventos nos quais teve participação ativa. Como afirma Temístocles Cézar, “a distinção entre sujeito e objeto da pesquisa” era um dos fundamentos teóricos da emergente ciência histórica no oitocentos, porém, nem sempre os historiadores conseguiram se ocultar no texto ou apagar as marcas de sua presença, como foi o caso de Varnhagen.<sup>93</sup> Nesse sentido, Francisco Lisboa não estava sozinho na sua prática. Contudo, preocupava-lhe que essa proximidade pudesse colocar em dúvidas as suas asserções, tanto que ele procura outros elementos que garantissem que se tratava de algo verdadeiro. Timon respalda a sua narrativa com a afirmação a cada passo, em nota de rodapé, que um e outro evento eram históricos, ou seja, que realmente aconteceram, confirmando a sua existência com a publicação de trechos dos jornais da época.

Timon já está receando que alguém o acuse de tomar o tempo a seus leitores, com frioleiras e trivialidades, mas a verdade histórica não exige menos; e quantos têm alguma experiência das nossas coisas sabem que nada invento ou altero, antes levo o escrúpulo e o amor da verdade a tão alto ponto, que extratando os jornais do tempo, conservo fielmente não só as ideias, senão o estilo e a frase.<sup>94</sup>

Em outro trecho, ainda com relação a essa posição privilegiada de testemunha ocular, Timon chama a atenção para a validação de sua narrativa também pela percepção do leitor para o qual escreve que, poderia indicar que se tratava da

<sup>92</sup> JÚNIOR, op. cit., p. 135-136, nota 21.

<sup>93</sup> CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi [online]**, vol.8, n.15, Rio de Janeiro, 2007, p. 161.

<sup>94</sup> LISBOA, João Francisco. Partidos e Eleições no Maranhão. In: **Obras Completas**. v. I, p. 84-85.

apresentação do que realmente ocorrera, justificando a classificação de histórico. Nesse caso, a autoridade do relato está ligada, também, à sua capacidade de representar fielmente a realidade, mesmo trabalhando com personagens fictícios como no folheto sobre os partidos políticos. Um exemplo é quando trata de dois personagens, Anastácio Pedro, representando o presidente de província que perdeu o emprego, e o coronel Santiago, homem de posses que sonhava com a carreira política.

Timon oferecendo ao respeitável público estes documentos com tanto custo desenterrados e adquiridos, julga escusado garantir a sua autenticidade, porque os fatos, a ortografia-Santiago, e o estilo-Anastácio são coisas tão verossímeis e triviais, que ainda quando fosse tudo apócrifo, não haviam mister de apologia, para serem admitidos por um público tão esclarecido e judicioso.<sup>95</sup>

Do que foi discutido ao longo desse texto podemos tirar algumas conclusões importantes sobre a prática historiográfica de Francisco Lisboa. A metamorfose em Timon foi também a metamorfose do jornalista e advogado em historiador. Tal mudança implicava a demarcação das tarefas, regras e qualidades que conformavam a nova ocupação do maranhense. A aproximação com Gonçalves Dias nos permitiu verificar as dificuldades que fazer história na província representava. Encontramos na bibliografia sobre Francisco Lisboa a sugestão de que boa parte de suas “falhas” ao escrever a história foram decorrentes de uma pobreza bibliográfica na sua província que o teria impedido de ter acesso a materiais diversificados que dariam outra dimensão para o seu trabalho. Esse tipo de associação, não raro, se transformou na associação de Francisco Lisboa como o homem da província. De nossa parte, porém, defendemos que é preciso pensar no homem *para* a província.

Francisco Lisboa escreveu história para os maranhenses. Essa afirmativa não implica somente os temas escolhidos, mas, sobretudo, uma forma de escrever a história que lhe garantiu a autoridade e reconhecimento no Maranhão e no Brasil oitocentista. Podemos confirmar a assertiva retomando alguns elementos explorados ao longo de nosso texto. Como vimos, nosso autor se preocupou em reunir os materiais necessários para escrever o seu *Jornal*, reunindo diferentes tipos de fontes que pudessem validar a sua narrativa. Porém, se compararmos a sua produção durante a estadia no Maranhão e durante aquela em Portugal veremos que, com poucas diferenças, se mantém a utilização de um conjunto de textos dos mesmos cronistas do período colonial.

---

<sup>95</sup> LISBOA, João Francisco. Partidos e Eleições no Maranhão. In: **Obras Completas**. v. I, p. 182.

Um exemplo interessante são os *Anais* de Berredo, considerados imparciais e corretos na primeira fase, que mereceram uma nota ao final do *Jornal* em que Francisco Lisboa diz aos seus leitores que havia se enganado quanto à autoridade da narrativa daquele cronista. Porém, no corpo do texto ele não se prende a demonstrar as inexactidões ou em corrigir os erros encontrados. Faz pequenos lembretes, mas não chega a abrir mão do conteúdo presente nos *Anais*. Outro exemplo fundamental é a afirmação de Francisco Lisboa em uma de suas cartas a Varnhagen onde trata da publicação dos dois números que faltavam para completar o *Jornal*. Nele, nosso autor enfatiza que a obrigação de publicar a parte restante e o compromisso em satisfazer os seus leitores o levaram a “mutilar” os trabalhos que vinha fazendo nos arquivos portugueses. Na advertência que abre os novos números vemos que essa mutilação estava relacionada à não utilização da parte dele dos inúmeros documentos que tivera contato durante as suas pesquisas dizendo que se impôs “formalmente a lei de não fazer uso dos numerosos subsídios que o exame dos arquivos nos ia cada dia fornecendo”.<sup>96</sup> No mesmo texto afirma ainda que poderia dar provas de cada uma de suas afirmativas, mas que isso significaria a publicação de inúmeros livros a mais, o que excederia “desmesuradamente as dimensões restritas do plano traçado”.<sup>97</sup>

As ressalvas de Francisco Lisboa em não exceder o plano traçado, não fugir ao “espírito” da publicação, a obrigação de satisfazer os seus leitores nos ajudam a pensar nas escolhas que fez e nos limites que impôs ao *Jornal*. Essas questões ficam bem demarcadas quando tomamos como exemplo a publicação, em nota de final de texto, da *Sinopse da legislação colonial, notícias estatísticas, usos e costumes do Maranhão* em nota no fim do número doze do *Jornal*. Ao invés de publicar os documentos na íntegra, como bem notou Janotti, ele opta por fazer uma resenha do conteúdo principal de cada um deles com os seus comentários.<sup>98</sup> Nesse processo, Francisco Lisboa não somente fornece as provas de suas asserções aos seus leitores, mas também a interpretação que guarda sobre as fontes que utilizou constituindo a *Sinopse* em um novo texto. A atitude em seu trabalho tinha, como ele afirma, a intenção de “[...] fugir a essa desordem, e às redundâncias e repetições que só serviriam de o avolumar inutilmente”.<sup>99</sup> Procedimento semelhante ocorre também na sua publicação das Cartas de doações e forais de

---

<sup>96</sup> LISBOA, João Francisco. Apontamentos, notícias e observações para servirem à história do Maranhão. In: **Obras Completas**. v. I, p. 11.

<sup>97</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>98</sup> JANOTTI, op. cit., p. 171, nota 1.

<sup>99</sup> LISBOA, op. cit., v. III, p. 295, nota 22.

capitanias, onde ele ao invés de publicar as cartas na íntegra opta por fazer reuni-las e fazer um resumo que contivesse o que de mais importante se encontra em seu conteúdo.<sup>100</sup>

Ao contrário de historiadores como Varnhagen incluía em seu trabalho nos arquivos a publicação de cópias dos documentos aos leitores resguardando a sua originalidade e materialidade, para Francisco Lisboa importava mais a capacidade de retirar dos mesmos as informações mais importantes evitando a publicação de textos volumosos que em termos de conteúdo pouco ofereceriam aos leitores. A autoridade de Francisco Lisboa se construiu, dessa forma, também por estar atenta à demanda do seu público leitor não pela exaustão de documentos e informações, mas pela capacidade de garantir resumos, resenhas com o que lhes eram mais importantes aliado a mecanismos de verificação. A autoridade de Francisco Lisboa era, assim, a autoridade do historiador que escreveu a história do Maranhão para os maranhenses.

## **1.2 A responsabilidade histórica e autoridade moral do historiador**

A determinação das funções atribuídas por Francisco Lisboa à história está aqui relacionada à autoridade do seu relato. Se, como vimos no tópico anterior, ele demonstrou uma preocupação com a obtenção e crítica adequada dos documentos como formas de autenticação das suas proposições, é também verdade que ele congregou em seu trabalho outros mecanismos com a mesma motivação. Neste tópico, portanto, discutimos a autoridade conferida através da responsabilidade moral do historiador.

Para Francisco Lisboa a história carregava uma função pragmática, sendo capaz de fornecer lições úteis aos homens no presente. Não é por acaso que boa parte dos textos biobibliográficos produzidos sobre a sua historiografia destacam a sua postura como um pedagogo, que buscou no estudo do passado os exemplos que pudessem servir de estímulo para as mudanças no seu presente. Porém, quando falamos do caráter pragmático da escrita da história no *Jornal de Timon* não estamos tratando apenas de uma continuidade com a concepção antiga de história.<sup>101</sup> Francisco Lisboa entendia que a ideia de uma história mestra da vida era mais pretensiosa do que verdadeira, defendendo que ainda que:

---

<sup>100</sup> JANOTTI, op. cit., p. 171, nota 1.

<sup>101</sup> Sobre o topos antigo ver KOSELLECK, op. cit., p. 41-60, nota 37.

[...] as diversas fases da existência do gênero humano se reproduzam a espaços, geradas e reconduzidas constantemente pelas mesmas paixões, as circunstancias, todavia variam e se disfarçam por tal modo sob os acidentes externos dos fatos, que escapam de ordinário à observação mais perspicaz, e tornam a lição erudita do passado inteiramente inútil como precaução para o presente e para o futuro.<sup>102</sup>

Nesse sentido, sua concepção mantém o aspecto pedagógico da história, mas sem pretender o sentido edificante do topos antigo ao postular que

O ensino da história resulta, portanto, mas é da infusão dos sentimentos de justiça e de moral, da aprovação e louvor constante do bem, e da condenação inexorável do mal. Radicando-se profundamente nos ânimos, e perpetuando-se de uma a outra geração, estas noções servem a prevenir, e tornam difícil, senão impossível, o regresso aos erros e crimes do passado.<sup>103</sup>

Assim, vemos que para ele o estudo da história deveria cumprir com a prerrogativa da “infusão de sentimentos” para que presente e futuro fossem diferentes do passado, eliminando pelos exemplos negativos as ações contrárias a toda defesa da justiça, da moral e do bem.<sup>104</sup> O ensino da história se apresenta como caminho para a confrontação do mal pelo incentivo do bem. Em virtude dessa função atribuída à história, também se colocava para Francisco Lisboa a necessidade de estabelecer a posição do historiador, especialmente, o ponto de vista sob o qual a história deveria ser escrita.<sup>105</sup>

Um dos pontos que diferenciava a historiografia de Francisco Lisboa perante outros discursos produzidos no Maranhão era, segundo ele, tê-la escrito sob um ponto de vista “atual”. Se analisarmos a concepção que permite a reunião dos diferentes textos que compõem o *Jornal* veremos que esse ponto de vista era, sobretudo, moral. A expressão dessa afirmação está em um dos meios mais significativos pelos quais o historiador indica a sua posição frente à sua realidade: a seleção dos materiais.

<sup>102</sup> LISBOA, op. cit., p. 510-511, nota 22.

<sup>103</sup> LISBOA, op. cit., p. 510-511, nota 22.

<sup>104</sup> Como salienta Isadora Maleval, a permanência do topos no século XIX brasileiro sinaliza “diferentes releituras para a função moralizante da história. Nem sempre o seu uso propunha um sentido prático, de esclarecer o modo pelo qual o passado ensina”. MALEVAL, I. T. (2015). **Entre a “arca do sigilo” e o “tribunal da posteridade”**: o (não) lugar do presente nas produções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). Tese (Doutorado em História). 2015. Programa de Pós-graduação em História, UERJ, Rio de Janeiro, 2015., p. 35.

<sup>105</sup> Segundo Koselleck, até o século XVIII o postulado científico da imparcialidade no sentido do apartidarismo, da neutralidade ou da abstenção mantém-se intacto. A partir daí formulou-se um conceito reflexivo de história onde as condições da ação, do fluxo e do conhecimento da história se relacionam entre si. Isso só foi possível porque se adotou um ponto de vista em meio ao movimento histórico. Foi Chladenius que, ao partir do princípio de que a história e sua representação seriam coincidentes, percebeu a necessária separação metodológica entre a história e seu relato para que se pudesse interpretá-la e julgá-la. Isso porque todo relato que se faz da história é fragmentado pela visão perspectivista. A adoção de um ponto de vista passa então a se constituir como um pressuposto do conhecimento histórico (Ver KOSELLECK, op. cit., p. 169, nota 37).

A definição do que deve ou não ser objeto da atenção dos historiadores e, assim, dos seus leitores é um ato moral.<sup>106</sup> A escolha dos acontecimentos, então, implica que aquilo de que se trata é importante.<sup>107</sup> Nesse sentido, o historiador direciona o olhar do leitor para aquilo que ele, a partir de seu ponto de vista, considerou que tivesse maior utilidade para as demandas que se apresentavam. Partindo das análises de Koselleck sobre a simultaneidade, Evandro Santos defende que “a dimensão eminentemente ética da historiografia talvez resida justamente na seleção feita quando do trabalho com as três faces da temporalidade” em que os historiadores, na eleição de suas formas de relacionamento com o tempo, determinam “[...] acentos escolhidos em uma infinidade de possibilidades de se escrever a história”.<sup>108</sup>

A escolha dos temas e dos fatos a serem tratados no *Jornal de Timon* seguiram aquele ponto de vista atual, preocupado com o potencial pragmático da história. Nesse sentido, é fortuito trazermos a posição de Francisco Lisboa em relação a alguns deles. Um dos fatos que mereceu a atenção dos historiadores brasileiros no oitocentos e foi objeto de disputas historiográficas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi o descobrimento do Brasil e seus primeiros exploradores.

A divisão dos *Apontamentos* para a história do Maranhão não segue uma ordenação unicamente cronológica ou temática, mas inicia a sua publicação com o descobrimento. Nos parece que a opção de Timon fora adotar um princípio comum para introduzir os assuntos que considerava mais importantes dentro do seu trabalho. Porém, esse capítulo primeiro demarca a sua posição frente ao debate sobre a seleção dos fatos. Assim, chama a atenção a crítica que ele faz às disputas entre historiadores e cronistas

---

<sup>106</sup> Algo presente também, como afirma Lubbe, quando se tem como referências os arquivos. Para este autor, “a tradição moral está bem familiarizada com esse topos” ao trabalhar com a lembrança e o esquecimento, algo expresso, por exemplo, na responsabilidade entre o que será mantido e o que será eliminado dos arquivos de acordo com os possíveis interesses pelo passado que serão futuramente suscitados. LUBBE, H. Esquecimento e historicização da memória. **Estudos Históricos**, 29, p. 285–300, 2016.

<sup>107</sup> É preciso, pois, entender o processo de produção do conhecimento histórico também como resultado do que Marc Bloch chama “escolhas do historiador”, a seleção dentro de um emaranhado de opções a serem narradas. BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O Ofício de Historiador**. Edição anotada por Étienne Bloch. Prefácio de Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira de Lília Moritz Schwartz. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 51-52. Paul Veyne, a partir da noção de trama, chama a atenção para a dependência do fato em relação à trama escolhida pelo historiador. Um fato por si só “não é nem interessante, nem o deixa de ser”. VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história**. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora UnB, 1982, p. 28.

<sup>108</sup> SANTOS, Evandro. O ser historiador, ontem, hoje e amanhã: ética e história, um mapeamento a ser trabalhado. In: **X ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA**. Anais... Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul, 2010, p. 7

quanto à verdade sobre quem foi o primeiro navegador a chegar na região que depois se tornaria o Brasil ou sobre quem foram os primeiros navegadores e as primeiras expedições na região do Maranhão.

Seja como for, não nos parece ponto digno de averiguar-se, à custa de tão laboriosas investigações, qual destes ousados aventureiros se mostrou primeiro e tão de passagem nestas regiões; que não é grande o seu mérito deles, nem dos corsários e piratas que depois infestaram as mesmas paragens, em andarem velejando ao longo da costa, e tomarem terra em uma ou outra enseada, para se refazerem do quebramento e cansaço da viagem, deixando por único rasgo e memória de sua passagem, erigida alguma tosca cruz de madeira, ou cravado algum marco de pedra na plaga deserta e abandonada.<sup>109</sup>

A crítica de Timon aponta, por um lado, o seu posicionamento sobre a situação de abandono em que durante muito tempo ficou a região do Maranhão até que se estabelecesse a ocupação definitiva, mas, por outro, revela a sua inclinação com relação aos eventos que seriam e deveriam ser objeto do historiador. Como podemos ver no trecho destacado, para Timon, mais importante do que definir quem fez era definir o que fez e como. Foi em torno de fatos relacionados ao problema da civilização que a historiografia de Timon iria se dedicar. Para ele os cronistas e historiadores dedicaram muito tempo com “pueris discussões” deixando de ocuparem-se mais detidamente “às empresas verdadeiramente dignas de memória” como as ações dos “homens de gênio e ciência” que se caracterizaram pela “posse permanente com ânimo de povoar, cultivar e civilizar o país descoberto”.<sup>110</sup>

Timon entendia que esse era um dos méritos do seu trabalho, pois a história que havia disponível aos maranhenses padecia por não terem feito os cronistas e historiadores do período colonial a seleção dos temas adequados. Tal nota, então, uma predileção naqueles trabalhos no que concerne aos assuntos relacionados às guerras e violência. Ele faz questão de destacar como o tema parecia ser o único assunto de interesse daqueles que escreviam sobre o Brasil. Os historiadores e cronistas portugueses, ele segue, tratando de um país “essencialmente agrícola e industrial”, enchiam os seus livros com as guerras e conquistas, “fazendo contínuo alarde das armadas, fortalezas, tropas, expedições e combates intermináveis”.<sup>111</sup> A tendência se

---

<sup>109</sup> LISBOA, João Francisco. Apontamentos, notícias e observações para servirem à história do Maranhão. In: **Obras Completas**, 1865, v. II, p. 30.

<sup>110</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>111</sup> *Ibidem*, p. 45.

verificava não apenas em relação ao passado nacional, mas também em relação ao Maranhão.<sup>112</sup>

É com base na mesma inclinação que Timon tece a sua crítica aos historiadores que o precederam. Era o caso da obra de Berredo, cujo assunto principal e quase exclusivo seriam as guerras e conquistas, aparecendo notícias sobre agricultura, costumes, população e comércio por “uma simples casualidade” ou na medida em que podiam esclarecer ou explicar algum ponto relacionado aos temas principais.<sup>113</sup> Gayoso era outro que Timon não recomendava por seu “amor da humanidade” por defender o emprego da violência para “acabar” com os índios e o uso da escravidão para índios e negros.<sup>114</sup> A esses se juntaria o opúsculo do coronel Lago, que teria seguido ambos os autores. Nosso autor não deixa de demonstrar o seu desapontamento e, ao mesmo tempo em que critica a opção de seus predecessores pela escolha de temas ligados a violência, apresenta a sua posição sobre que tipo de história seria compatível com o seu projeto. Para tanto, Francisco Lisboa nota que

[...] todos eles andavam apostados a escrever somente de guerras estrangeiras ou tumultos civis, não lhes passando sequer pela ideia que o desenvolvimento gradual, posto que vagaroso, da nossa civilização colonial, fosse um assunto tão histórico como qualquer outro, e onde o espírito curioso e indagador acharia uma ampla messe de fatos, e um campo vastíssimo para observações.<sup>115</sup>

Timon, dentro de um quadro vasto de assuntos que poderiam compor o seu *Jornal*, seleciona, escolhe, determina aqueles que poderiam servir de lições para o seu presente contribuindo para o seu desenvolvimento civilizacional. Assim, podemos pensar na justificativa que ele dá para a decisão de escrever uma história das eleições da antiguidade aos tempos modernos. Segundo ele, os leitores na “[...] notícia sobre os costumes eleitorais de alguns povos antigos e modernos” encontrariam, “[...] nos ditos, rasgos, ações e personagens”, a “matéria para sisudas reflexões, e picantes

<sup>112</sup> Tais temas, que na concepção clássica eram tomados como eminentemente históricos, começaram a competir com uma história dos costumes e da civilização a partir do século XVIII. Tal mudança pode ser vista no privilégio, por exemplo, que Edmund Burke, citado por Pocock, dá aos costumes em comparação com as leis. Este último entende esse florescimento possível através do desenvolvimento de uma cultura comercial. POCOCK, J. **Barbarism and Religion**. Vol. I. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 109. É nesse sentido que Flávia Varella entende a prática historiográfica de John Armitage como ligada à linguagem do humanismo comercial. VARELLA, F. F. **Da impossibilidade de aprender com o passado**: sentimento, comércio e escrita da história na “História do Brasil” de John Armitage. São Paulo: São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011, p. 73.

<sup>113</sup> LISBOA, op. cit., 1867, p. 11.

<sup>114</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>115</sup> Ibidem, p. 22.

aplicações”.<sup>116</sup> Dessa forma, os seus escritos, através da seleção adequada dos temas, tornariam possível que ele concretizasse o seu objetivo de extrair e copiar “transformando e aplicando as cópias e as coisas aos homens do seu tempo”.<sup>117</sup>

A função da história determina, assim, uma responsabilidade do historiador quando escreve a história que se estende desde a escolha dos materiais até a sua transformação narrativa. Essa relação, quando analisamos a historiografia de Francisco Lisboa, fica sobremaneira evidente na nota sobre a escravidão e a *História Geral do Brasil* de Varnhagen. Ela será aqui retomada não com a preocupação de exaurir os argumentos dos dois autores sobre o princípio da escravidão em si, mas nas indicações que a crítica de Francisco Lisboa ao posicionamento de Varnhagen nos dá sobre a aquisição de uma autoridade para si baseada em sua responsabilidade histórica.

Intitulada *Sobre a escravidão, e a - História Geral do Brasil - pelo Sr. Varnhagen*, a nota tinha como objetivo justificar a mudança de posicionamento de Francisco Lisboa em relação ao exame que este havia feito sobre os indígenas na primeira parte de seu trabalho. O nosso objetivo ao retomar a nota publicada em 1858, é demonstrar a posição de Francisco Lisboa no debate sobre a dimensão moral do trabalho do historiador na sociedade por meio da discussão em torno da responsabilidade da escrita da história. Para ele, a história possuía uma “missão augusta e sacrossanta”, “[...] cuja indulgência e compaixão, condenável sempre em relação aos algozes, mesmo para com as vítimas nunca deve ir até o silêncio”.<sup>118</sup> Tal concepção é mais evidente na sobredita nota. Isso porque ela é uma crítica dura ao papel irresponsável desempenhado por Varnhagen ao propagar a instituição em uma obra histórica como se depreende das palavras de Francisco Lisboa que reproduzimos abaixo:

Os deveres imperiosos que esta convicção nos impunha não consentiam que, expondo as ideias que nos parecem as únicas verdadeiras, deixássemos de combater vigorosamente os erros opostos. A dissimulação destes erros, ao tratarmos de um assunto que tem sido objeto especial da nossa atenção e estudo, sobre afetada em si, obstaria por outra parte a que rendéssemos o devido tributo de admiração ao grande e perdurável monumento que na *História Geral* acaba de elevar-se a literatura brasileira. O silêncio da censura

<sup>116</sup> LISBOA, João Francisco. Prospecto. In: **Obras Completas**, 1865, v. II, p. 8.

<sup>117</sup> *Ibidem*, p. 13.

<sup>118</sup> LISBOA, op. cit., v. III, p. 511, nota 22.

implicaria necessariamente o do louvor; e com todos os seus perigos, a franqueza pareceu-nos preferível na dupla face do nosso juízo.<sup>119</sup>

A crítica se estabelece a partir de uma dupla estratégia que remete ao uso da retórica. A argumentação desenvolvida por ele não é puramente lógica, mas envolve também o questionamento moral daquele que argumenta. Assim, ele faz uso do *argumentum ad personam* (preocupado com a desqualificação do adversário) e do *argumentum ad hominem* (desqualifica argumentos de adversários específicos), este comum nos debates políticos. Os dois tipos de argumento, como ressalta José Murilo de Carvalho, “facilmente se confundem, uma vez que desqualificar um argumento desmoraliza seu autor”.<sup>120</sup> Dessa forma, Francisco Lisboa procura demonstrar os motivos pelos quais nenhum tipo de escravidão deveria ser incentivado. Para isso, contudo, fazia-se necessário um movimento inicial de sua parte. Era preciso reconhecer que errara, ser sincero, voltar atrás e corrigir a si mesmo. Não por acaso, um dos percursos efetuados na carta é a refutação que ele faz de seus argumentos anteriores.

Em 1858 foram publicados em Portugal os números onze e doze do *Jornal de Timon*. Com os novos números, os leitores acompanharam não apenas os resultados das novas pesquisas e estudos empreendidos por Francisco Lisboa como historiador no exterior, mas também um novo posicionamento que o levou a rever os seus argumentos e a promover uma extensa refutação de suas ideias. Segundo ele, em virtude dos novos estudos no exterior e as pesquisas em presença dos novos documentos o fizeram modificar muitas das ideias apresentadas na primeira parte.<sup>121</sup> Tanto que na segunda parte, dedicada a tratar da legislação restante sobre a escravidão indígena como também da escravidão africana ele assume uma postura diferente e se aproxima das ideias defendidas por Gonçalves Dias.

Por um lado, ele demonstra que “[...] entre nós a escravidão, desbastando e cultivando o solo, promoveu o desenvolvimento da riqueza”, por outro lado, continua, “[...] este resultado nunca foi geral nem permanente” e “[...] encarada por esta só face a funesta instituição trouxe sempre de companhia com os seus pretendidos benefícios

<sup>119</sup> LISBOA, João Francisco. Nota C: Sobre a escravidão, e a - História Geral do Brasil - pelo Sr. Varnhagen. In: **Obras Completas**, 1865, V. II, p. 511.

<sup>120</sup> CARVALHO, José Murilo de. História Intelectual no Brasil: A retórica como chave de leitura. **Topoi [online]**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 141.

<sup>121</sup> LISBOA, João Francisco. Nota C: Sobre a escravidão, e a - História Geral do Brasil - pelo Sr. Varnhagen. In: **Obras Completas**, 1865, v. II, p. 465.

amargas e dolorosas compensações”.<sup>122</sup> A escravidão, para ele, não só não civilizava o escravo como “barbarizava” e corrompia o senhor. Uma vez, continua, ela facilitava a mescla de raças e “abastardeava” a classe mais nobre, juntando na “[...] organização da sociedade a todos os embaraços das classes todos os perigos das castas”.<sup>123</sup> A escravidão não é vista apenas como um problema, mas como um crime que foi legado pelo passado e que os homens de seu tempo não tinham sido capazes de resolver. Os homens do tempo de Timon, assim como ele próprio, eram, em seu entender “herdeiros forçados da escravidão africana”, instituição esta que estaria sendo “ensaiada” novamente com os índios e compondo novas páginas desse “livro funesto” que os seus antepassados “escreveram com sangue”.<sup>124</sup>

A refutação de suas próprias ideias não foi a única motivação da nota. Ele também considerava de sua responsabilidade retificar aqueles que as estivessem reproduzindo e disseminando. É aí que entra a sua crítica a Varnhagen. Segundo Timon, suas ideias não apenas foram apresentadas por aquele na primeira edição da *História Geral do Brasil* como foram, na segunda edição, desenvolvidas de uma forma que “[...] não só justifica os colonizadores, e condena os indígenas, como propõe formalmente o emprego da força, da guerra, e da escravidão para converter e civilizar as tribos selvagens que ainda restam, relíquias das antigas devastações”.<sup>125</sup> Diante disso ele afirma que não podendo “aceitar esses pretendidos meios de civilização, que considerava “tão iníquos como funestos”, julgava conveniente, “no interesse da história pátria, aproveitar a oportunidade para fazer o seu exame e refutação”.<sup>126</sup>

Há na crítica de Timon a Varnhagen elementos importantes para entender o seu *Jornal*. Se, por um lado, ele demonstra contradições ao justificar, em um primeiro momento, a violência praticada contra os indígenas e depois modifica a sua posição, por outro, o critério por meio do qual interpreta essa parte do passado colonial é o mesmo: o da justiça e da moral. É assim que, ele pôde defender os portugueses quando as evidências encontradas o levaram a creditar todo tipo de imoralidade por parte dos indígenas e ações civilizacionais por parte dos portugueses. No entanto, uma vez que os próprios documentos oficiais relatavam a “barbárie da civilização”, por meio da

---

<sup>122</sup> LISBOA, op. cit., v. II, p. 142, nota 22.

<sup>123</sup> Ibidem, p. 142.

<sup>124</sup> Ibidem, p. 147.

<sup>125</sup> LISBOA, op. cit., v. III, p. 465-466, nota 22.

<sup>126</sup> Ibidem, p. 466.

corrupção, dos excessos, da imoralidade dos colonos, era preciso fazer “justiça” aos índios e reescrever aquelas páginas da história.

Timon não condena somente o uso da violência, mas a sua prática pela forma institucional da escravidão e, conseqüentemente, a necessária condenação daqueles que a defendiam. É, precisamente, dessa forma, que Timon passa a discutir a questão a partir do pensamento de Varnhagen expresso na *História Geral*. Ele dá o primeiro passo, pois a seu ver como havia levantado o problema era de sua responsabilidade discuti-lo, mas esperava ainda que o historiador sorocabano se pronunciasse “reconhecendo” a impertinência da defesa de tal instituição.

Varnhagen afirma em sua *História Geral* a necessidade da escravidão como medida para alcançar-se a civilização.<sup>127</sup> Em suas palavras, “A escravidão e a subordinação são o primeiro passo para a civilização das nações” e que dessa forma:

Assim longe de condenarmos que se fizesse uso da coação pela força para civilizar os nossos Índios, estamos persuadidos que não era possível haver empregado outro meio; e que dele havemos ter que lançar mão nós mesmos, em proveito do país, que aumentará seus braços úteis, em favor da dignidade humana, que se vexa em presença de tanta degradação, e até em benefício desses mesmos infelizes, que ainda quando nas nossas cidades passassem à condição em que se acham os nossos Africanos, viveriam nelas mais tranquilos e mais livres do que vivem, sempre horrorizados na sua medonha liberdade dos bosques, temendo a cada momento ser apanhados e trucidados por seus vizinhos.<sup>128</sup>

Antônio Henrique Leal, principal biógrafo de João Francisco Lisboa, afirma que ele pretendia escrever uma grande obra sobre a escravidão e sobre os males, mas que mudara de opinião após ler o livro *Uncle Tom's cabin* de Harriet Stowe. Todavia, como destaca Janotti, a escravidão não foi um tema ao qual o autor tenha se dedicado com afinco.<sup>129</sup> Ele apresenta algumas ideias sobre ela na *Crônica Maranhense*, ideias que tomam mais forma quando desenvolvidas no *Jornal*. Contudo, nota-se certa coerência de um periódico a outro. Lisboa já considerava que a escravidão corrompia a

---

<sup>127</sup> Mas não somente isso. Como destaca Junior, os argumentos levantados por Varnhagen sobre a escravidão devem ser entendidos dentro de uma tentativa de legitimação da colonização portuguesa. Nesse sentido, ele considerada a escravidão dos índios justificada porque “refutar a captura e escravização dos índios significaria questionar a própria colonização portuguesa”. JUNIOR, S. H. K. **A construção da narrativa nacional brasileira:** a escrita da nação em Barbosa, Martius e Varnhagen. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2007, p. 97-98.

<sup>128</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**, isto é, do descobrimento deste Estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, Natural de Sorocaba. Tomo II. Madrid: Imprensa de J. Del Rio, 1857, p.XXI.

<sup>129</sup> JANOTTI, op. cit., p. 123-124, nota 1.

sociedade, especialmente os senhores. Em suas palavras, “assaz bárbaro se ostenta o aspecto das nossas cidades, atulhadas de uma população escrava, meia nua dos corpos, e ainda mais despida de sentimentos morais, cujo contato incessante serve espantosamente, e em todos os sentidos à corrupção e atraso das classes superiores”.<sup>130</sup>

É esse também um dos pilares de sua longa discussão sobre a escravidão no *Jornal*. A escravidão, para ele, não só não civilizava o escravo como “barbarizava” e corrompia o senhor.<sup>131</sup> Uma vez, continua, ela facilitava a mescla de raças e “abastardeava” a classe mais nobre, juntando na “organização da sociedade a todos os embaraços das classes todos os perigos das castas”.<sup>132</sup>

A sua posição se deu por meio da busca de respostas para questões que vão desde a relação civilização/escravidão até a contestação das fontes utilizadas por Varnhagen para endossar o seu pensamento sobre o assunto. As perguntas, que orientaram toda a escritura da nota, são as seguintes:

Deveras o Brasil não poderia civilizar-se sem a escravidão dos indígenas, conseguida pela força, e pela guerra? São com efeito vãos e ilusórios, simples fantasia de cabeças ocas, os meios brandos e persuasivos da catequese? Ou por outra, e generalizando estas ideias, a coação e o terror, a escravidão e a guerra, são os grandes e verdadeiros instrumentos de civilização e de propaganda religiosa? Estarão as sociedades humanas condenadas sem regresso á dura alternativa de perecerem ou barbarizarem-se, a não se dividirem por precaução em classes de opressores e oprimidos, de senhores e de escravos, sempre que os elementos de que se compuserem, em relação à

<sup>130</sup> LISBOA, João Francisco. **Crônica Maranhense**. n.º 242, 7-6-1840, p. 969.

<sup>131</sup> A posição de Francisco Lisboa se aproxima daquela defendida por Torres Homem. Para aquele, a escravidão “[...] alimentando a ociosidade dos senhores, desonrou o trabalho, e tornou por muito tempo, no passado, como no presente, e ainda no futuro, dispendiosos, e pouco produtivos os diferentes processos das artes e das indústria, os da agricultura sobretudo, quase exclusivamente confiados a mãos que, além de inábeis, caem de frouxas e inertes à minguia de incentivos”. LISBOA, op. cit., p. 142, nota 22. Analisando a crítica de Torres Homem à escravidão, Marcelo Rangel afirma que, para aquele, “[...] as sociedades escravocratas seriam acometidas pela decadência da agricultura e das artes”, bem como, “[...] incapazes de produzir aquilo mesmo que era necessário à sua sobrevivência, e isto porque o setor produtivo acabaria entregue a uma classe diminuta, explorada, raivosa e despreparada, consciente de que sua atividade era fundamental ao progresso material de seus proprietários e que, ao fim, acabava provendo e sustentando os privilégios de alguns poucos, em detrimento de seu próprio progresso”. RANGEL, op. cit., p. 243, nota 48. Varnhagen chega a apontar esse como sendo um dos aspectos negativos da forma como a escravidão foi implantada no Brasil, pois, a passagem do escravo de um dono a outro, fazia com que ele não tivesse interesse em desenvolver as suas potencialidades no trabalho. Porém, Varnhagen defende que “[...] o melhor amigo que tem o bom escravo é geralmente o seu amo e senhor”. Isso em virtude de duas questões: pela opinião e religião que impediriam o senhor de ser “despótico” e “cruel”, mas, especialmente, pelo interesse no escravo como propriedade no sentido de que seria protegido. Ele expressa essa condição com as seguintes palavras: “De modo que se pode afoitamente assegurar que a não encontrar dono, - a não passar a ser no Brasil escravo o colono negro boçal que chegada da África, sem protetor algum natural, sem uma enxada sequer de seu com que revolvesse a terra, sem ninguém interessado a entendê-lo nas queixas de seus sofrimentos, devia perecer à minguia”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. Tomo I. Madrid: Imprensa de V. Dominguez, 1854, p. 185.

<sup>132</sup> LISBOA, op. cit., v. III, p. 142, nota 22.

inteligência e à polícia social, tocarem os dois extremos opostos? Que valor finalmente têm os exemplos antigos e modernos, e as diversas autoridades que o autor invoca em abono da sua opinião?<sup>133</sup>

O primeiro passo de Timon foi, então, procurar meios de provar que a escravidão não era apenas condenável, mas também a ineficácia dos seus resultados. A presença da discussão em torno da escravidão no mundo antigo não foi uma escolha deliberada de Timon. Ela se fez necessária por ser o exemplo levantado por Varnhagen na *História Geral* e, portanto, cabia ao maranhense promover a sua investigação no sentido de demonstrar a sua impertinência.<sup>134</sup> Dois autores, o mesmo contexto, a mesma questão, mas com resultados bem distintos. Se, para o historiador sorocabano o Império poderia espelhar-se em um modelo de escravidão antigo, para o maranhense, ao dirigir-se à essa instituição e seus exemplos não se poderia encontrar “[...] quaisquer ideias de humanidade, de religião e de civilização”.

Nesse contexto, Timon enxerga a ação civilizadora do cristianismo, que teria invadido o mundo pagão para destruir e abolir a escravidão e “[...] tantas outras misérias que o afligiam e degradavam”. Tal missão, ele segue, “[...] posto que contrariada e retardada em seus efeitos, por tantas e tão variadas causas, conseguiu-a já em grande parte em todos os pontos do universo em que a sua origem divina é reconhecida e venerada”. Ele enfatiza, dessa forma, a eficácia da aplicação da moral, mas da moral cristã que poderia ser capaz de eliminar a presença da escravidão a exemplo do que ocorrera no passado.<sup>135</sup>

Identificando o feudalismo como sistema retrógrado, decorrente da adoção de um regime de escravidão na Antiguidade que ganhou novas feições, Timon estabelece a comparação com o sistema defendido por Varnhagen. Ele chega a relacionar o feudalismo ao período colonial. Assim, ele lembra que “os primeiros ensaios do feudalismo tentados entre nós com as doações de capitâneas foram ou desastrosos ou infrutíferos”. Em virtude disso, ele questiona, com certa ironia, quem foram “os entes

<sup>133</sup> LISBOA, op. cit., v. I, p. 483-484, nota 22.

<sup>134</sup> Varnhagen fala que a escravidão era um princípio que fora adotado desde a Antiguidade e propõe que fosse utilizado um sistema de clientela, porém, que se mantivesse vitalício e hereditário. VARNHAGEN, op. cit., p. X, nota 128. Francisco Torres Homem também recorre ao mundo antigo, Egito e Roma, mas para promover a sua crítica à escravidão. Ele procura, ao estabelecer a ponte com a história, identificar os elementos que a orientava e que teriam levado tais sociedades à decadência. Para uma análise da crítica deste autor ver o capítulo 4 da seguinte tese de doutorado: RANGEL, op. cit., nota 48.

<sup>135</sup> LISBOA, op. cit., v. III, p. 485-486, nota 22.

privilegiados e de escolha que emancipando-se da ignorância comum inventaram na idade média a maravilhosa combinação? – (feudalismo e escravidão) –.”<sup>136</sup>

Os “entes privilegiados” seriam os pensadores, intelectuais responsáveis pela criação de sistemas. E em seu tempo, Timon veria a repetição do que se passara em relação ao mundo antigo e ao surgimento do feudalismo. Segundo ele, dirigindo-se aos seus dias, era possível ver “o abuso das generalizações e dos sistemas” que não poucas vezes “[...] nos tem conduzido às mais deploráveis aberrações”.<sup>137</sup> Podemos perceber que Timon, aqui, não faz a condenação dos “entes”, mas do uso indiscriminado de suas teorias. O risco estaria nos resultados que a aplicação e generalização de seus sistemas poderiam provocar, pois, ele afirma, “as paixões e interesses de indivíduos, de classes, de partidos, assinalando-se por atos monstruosos, deram mais tarde ocasião a resultados que seus autores não tiveram de modo algum em vista, e com que nem sequer sonharam”.<sup>138</sup>

Como resultado, ele denuncia, com a sua característica ironia, a ação de “certos escritores modernos a gratifica-los, senão constantemente com um sistema formal e completo, ao menos com uma certa presciência do gênio que os guiou evidentemente nos menores passos da sua carreira, todos encaminhados a regular os futuros destinos da humanidade!”.<sup>139</sup> Timon enfatiza, dessa forma, a que custos o “progresso” era alcançado. Em sua opinião, a história, a filosofia e “o senso moral da humanidade” deveriam “condenar” e “repelir” tais iniciativas entendidas como “egoísmos covardes”, “sofismas grosseiros” que disfarçavam e anistiavam até “os crimes históricos”, fazendo com que os homens de seu tempo gozassem “tranquilos dos seus proveitos”; e provocando-os a “imitá-los”, fundando “a felicidade do presente e do futuro nas calamidades do passado, como se a consciência do gênero humano pudesse sem remorsos aceitar outros sacrifícios” que não fossem os da dedicação voluntária”.<sup>140</sup>

Era, pois, a gravidade da defesa que justifica a escrita da nota e a possibilidade da aplicação do texto para impedir a disseminação das ideias de Varnhagen. Demonstrado, então, a ineficácia da argumentação de Varnhagen pelo questionamento dos exemplos antigos e modernos por ele levantados, restava a Lisboa promover o

---

<sup>136</sup> LISBOA, op. cit, v. III, p. 486, nota 22.

<sup>137</sup> Ibidem, p. 487.

<sup>138</sup> Ibidem, p. 487.

<sup>139</sup> Ibidem, p. 487.

<sup>140</sup> Ibidem, p. 488.

questionamento das fontes de seu contendidor. Assim, a última pergunta que compõe o esforço de refutação das ideias de Varnhagen sobre a escravidão se dirige ao valor das autoridades por ele invocadas. O método de argumentação seguia aquele utilizado anteriormente, primeiro a exposição do posicionamento de Varnhagen e em seguida a resposta de Francisco Lisboa.

Timon promove duplamente a desqualificação da autoridade invocada e daquele que a invocara. É exemplar, então, a última autoridade utilizada pelo historiador sorocabano: o bispo Azeredo Coutinho. Para confirmar que a defesa que fazia da escravidão não era apenas de sua parte, Varnhagen invoca a figura do bispo para endossar a necessidade de sua prática para se alcançar o estado civilizado. Porém, nesse processo de invocação feito pelo visconde, Francisco Lisboa enfatiza a forma como o bispo é retratado como “sábio, filósofo, virtuoso”. Timon chama “a atenção do leitor para todos estes epítetos laudatórios, exemplo significativo das injustiças e extremos a que nos podem levar em história e filosofia as predileções ou simpatias pessoais”.<sup>141</sup> Seu esforço, nesse sentido, foi o de contestar a validade desses epítetos e, assim, refutar a validade e autoridade do bispo para se defender a prática da escravidão. A estratégia utilizada por Timon foi, então, demonstrar como Varnhagen julgou diferentemente os dois defensores da escravidão comparando a forma como ele trata de Las Casas e como trata de Azeredo Coutinho enfatizando a parcialidade do visconde de Porto Seguro.

O bispo de Chiapas havia também aconselhado a escravidão dos africanos, ao mesmo tempo que defendia a todo transe a liberdade dos índios (...). Pois bem, o autor, quando Las Casas defende a liberdade, chama-lhe maníaco, alucinado, e pseudo filantropo, e quando aconselha a escravidão sujeita a sua memória a processo criminal como negreiro! Recordemos aqui de passagem nem a repetição será de todo inútil, que o mesmo autor, estigmatizando veementemente a escravidão africana, justifica a dos índios, e aconselha a sua renovação, bem que modificada e regenerada.... Entretanto, quando trata de Azeredo Coutinho o seu tom é muito diverso. Este escritor, ou alvistrista político como lhe ele chama, não se limitou a pugnar pela conservação da escravidão existente, (...). Mas o que ele fez foi coisa muito diferente. (...) publicou não só a favor do princípio da escravidão, como da efetiva continuação do tráfico africano, um opúsculo, vertido depois em francês, cujos argumentos fariam honra ao mais duro e calejado traficante de carne humana. E fê-lo de ânimo espaçoso e sossegado, sem ter, como Las Casas, a desculpa da cegueira e dos arrebatamentos que gera uma luta ardente e apaixonada.<sup>142</sup>

Francisco Lisboa explica a predileção pessoal de Varnhagen como um dos pontos chave para entendermos a forma como ele trata Azeredo Coutinho. Dessa forma,

<sup>141</sup> LISBOA, op. cit., 1865, v. III, p. 492, nota 22.

<sup>142</sup> Ibidem, p. 492-493.

ele destaca como o historiador sorocabano procura criar uma imagem incontestável para a sua autoridade, não apenas pela utilização dos epítetos, mas também ao demonstrar o seu patriotismo. Assim, passa Timon a desqualificar a figura do bispo para refutar Varnhagen. Nota, assim, que para este último, o bispo Azeredo Coutinho “[...] foi grande advogado da indústria e do comércio do Brasil”, mas pelo seu conhecimento o bispo “[...] foi que ele aconselhou e justificou a memorável destruição de todas as nossas fábricas decretada pelo governo português”.<sup>143</sup>

Para Francisco Lisboa, no entanto, Azeredo Coutinho parecia “[...] um destes publicistas em disponibilidade, que escrevem ao sabor das cortes, e seria quando muito um grande patriota português, brasileiro certamente não”, mesmo assim, Varnhagen, ele segue, demonstrava a sua predileção e simpatia pessoal ao bispo ao “dar-lhe a primazia por Silva Lisboa, e sobre os Andradas!” substituindo na *História Geral* o retrato de José Bonifácio pelo de Coutinho.<sup>144</sup> No entanto, a par das escolhas de Varnhagen, o que Lisboa faz é promover toda uma anulação da autoridade invocada pelo sorocabano ao demonstrar que os critérios de apreciação das fontes variava, como mostrado na comparação entre Las Casas e Coutinho, e ao demonstrar o caráter antipatriótico da fonte invocada. Francisco Lisboa classifica Varnhagen como um “historiador-publicista, que sem dúvida se deixou fascinar pela suposta autoridade daquele de quem os recebeu” e por isso o esforço de questionamento das autoridades era tão importante.<sup>145</sup>

Ele fornece uma lição, a partir de sua crítica a Varnhagen sobre qual era a verdadeira função do historiador e, ao mesmo tempo, reforça aquelas características que pareciam conformar o *ethos* historiográfico no Brasil oitocentista em torno da imparcialidade, da sinceridade e da utilidade como nos informa Rodrigo Turin. Francisco Lisboa reforça que “[...] o historiador há de ser sempre verídico, imparcial e severo, e tanto maior será o seu mérito quanto, para o ser, conseguir vencer e dominar as seduções da fortuna, da opinião e do sangue ou origem, a favor das raças inimigas, vencidas e desamparadas”, ou, em outras palavras, fazer aquilo que Varnhagen não fizera ao se posicionar ao lado dos vencedores, de amparar-se nas “autoridades”

---

<sup>143</sup> LISBOA, op. cit, v. III, p. 493, nota 22.

<sup>144</sup> Ibidem, p. 494.

<sup>145</sup> Ibidem, p. 494.

questionadas no *Jornal*.<sup>146</sup> O trabalho do historiador deveria ser guiado pelo compromisso com a verdade, tentando apartar-se dos “[...] interesses e considerações de natureza alguma, nem mesmo o receio, aliás tão natural, de ceder na aparência á voga, como cedem com efeito os escritores fracos e sem consciência, que armam sobretudo ao favor e à popularidade”.<sup>147</sup> Ele conclui, no entanto, que quanto a esse risco Varnhagen não conseguiu fugir.

Desse receio parece que infelizmente se deixou vencer o autor da *História Geral*, quando nos fala dessas obras em que, no momento de aparecerem, o público só encontra que aplaudir. Aí esteve sem dúvida o perigo a que quis fugir, sem lhe ocorrer que, à míngua de precauções, ia dar no escolho contrário. A adulação à voga é um ato de fraqueza tão trivial, e tem caído em tal descrédito, que um espírito nobre e elevado bem longe de inclinar para esse defeito, há de por certo preferir e buscar o papel brilhante e sedutor de contraste e censor austero da opinião transviada. Mas por que se há de antecipadamente supor a opinião geral hostil à verdade, e desde quando foi esta lance exclusivo das minorias? No meio destes perigos opostos, a única tábua de salvação, o norte fixo de todo espírito judicioso deve ser a verdade nua e simples, sem nenhuma atenção ao número dos seus adoradores ou dos seus inimigos.<sup>148</sup>

Francisco Lisboa se posiciona do início ao fim contra a escravidão como meio de civilização. A sua conclusão sobre a questão se dá a partir da invocação do exemplo de Aristides que aconselhava em uma assembleia ao povo “[...] rejeitar a proposição de uma empresa útil ao mesmo povo, mas injusta e iníqua em relação a outro”. Este deveria ser o exemplo a ser seguido na visão de Francisco Lisboa, pois ele entendia que “essas pretendidas utilidades não são senão aparentes, efêmeras, falsas, em uma palavra, e convertem-se mais tarde, por uma lógica implacável e nunca desmentida, em danos e desastres, justa punição do esquecimento e desprezo das regras eternas da moral”.<sup>149</sup>

A condenação, a punição, contudo, não cairia apenas sobre os princípios adotados, mas também sobre aqueles que os adotara. Dessa forma, há no trabalho de refutação feito por Timon uma concepção muito forte de dever de justiça que impele os historiadores a condenar as ideias, princípios que vão contra as ditas “regras da moral”, mas também condenar os seus propagadores como ele fez com Varnhagen. Ao lado do historiador juiz, emerge na sua narrativa também o juízo da história. É em torno dessa concepção que ele justifica a sua iniciativa em escrever o opúsculo sobre a escravidão e a *História Geral*, pois o silêncio quanto às ideias presentes na mesma poderia chegar

<sup>146</sup> LISBOA, op. cit, v. III, p. 510, nota 22.

<sup>147</sup> Ibidem, p. 510.

<sup>148</sup> Ibidem, p. 510.

<sup>149</sup> Ibidem, p. 508.

“[...] à posteridade, como o seu mérito lhe afiança, sem o corretivo de um protesto contemporâneo, pudesse servir de corpo de delito para a condenação do nosso tempo”.<sup>150</sup> Dessa forma, ele cumpre um duplo papel. Por um lado, perante o seu próprio tempo ao alertar para os prejuízos que a escravidão traz à civilização. Por outro, em relação à posteridade ao deixar registrado que houve oposição à adoção de tal instituição em seu tempo como forma de minimizar um julgamento negativo de sua época. Reassumia, assim, Francisco Lisboa o compromisso ético da sua historiografia ao mesmo tempo em que estabelecia um lugar para si por meio da sua responsabilidade instituindo-se como uma autoridade moral.

### 1.3 Quem será esse Timon? Permissões e interdições do nome

Um dos aspectos que chama atenção na historiografia de Francisco Lisboa foi que ele publicou os seus textos sob o pseudônimo Timon. Aqui nossa perspectiva de análise de tal uso foi realizada a partir da relação entre a autoria e autoridade. Pensamos, então, de que forma a omissão do nome próprio funcionou como mecanismo de validação dos relatos históricos de Francisco Lisboa. Para tanto, interessou-nos a definição dos motivos que levaram aquele autor a adotar o procedimento e, mais importante, como ele permitiu a identificação da autoridade do mesmo por meio de uma autoria construída às margens, por meio de Timon. Defendemos aqui que a utilização do pseudônimo funcionou no *Jornal de Timon* de forma dupla, como uma dissimulação do autor e como uma marca específica que permitia identifica-lo. Argumentamos, portanto, que o uso foi consciente e correspondia a uma estratégia que se relaciona com a organicidade do conjunto de textos que compõem o *Jornal* e o seu objetivo maior de reforma dos costumes maranhenses.

Alguns posicionamentos divergem quanto à adoção do pseudônimo. Luiz Costa Lima procura separar Timon como narrador-personagem fictício e Timon como referência ao *Jornal*.<sup>151</sup> Ele defende que Francisco Lisboa teria, com o pseudônimo, tentando evitar as críticas que os seus textos poderiam suscitar nos seus contemporâneos, funcionando, portanto, como mecanismo de proteção.<sup>152</sup> Posição

<sup>150</sup> LISBOA, op. cit, v. III, p. 511, nota 22.

<sup>151</sup> COSTA LIMA, Luiz. João Francisco Lisboa: A presença da ruptura. *Vozes*, Setembro, n. 9, 1967, p. 818.

<sup>152</sup> *Ibidem*, p. 818.

contrária a essa foi a de Maria de Lourdes Janotti. Para esta autora, a divisão feita por Costa Lima não leva em consideração os artigos e notas assinados por Timon antes da publicação do *Jornal*, o que exigiria uma divisão diferente. Ela defende que o uso foi consciente, mas não chega a desenvolver a sua afirmativa.<sup>153</sup> A compreensão mais próxima da qual temos foi a de João Alexandre Barbosa. Este autor, embora remeta ao mascaramento da personalidade de Francisco Lisboa ao classifica-lo como “moralista disfarçado”, sugere que Timon continha as características ideais para que o historiador maranhense fizesse as suas críticas.<sup>154</sup> Ele refere-se especialmente à misantropia que acabou por designar Francisco Lisboa entre os seus conterrâneos.

O uso de pseudônimos e o anonimato não foi exclusividade nem de Francisco Lisboa e nem do Maranhão oitocentista. Para entendê-lo é preciso pensar nas funções do autor e suas modificações ao longo do tempo. Como afirma Michel Foucault, o nome do autor não é apenas um elemento de um discurso, ele exerce um papel em relação ao discurso, ele classifica, delimita, exclui e reúne.<sup>155</sup> Roger Chartier, refletindo a partir das formulações de Foucault, lembra que longe do que se pensa para finais do setecentos em que se presumia a existência de uma “figura romântica, magnífica e solitária do autor soberano, cuja intenção (primeira e última) encerra a significação da obra, e cuja biografia dirige a escrita em uma transparente imediatez”, devemos ter em mente que o significado das obras ia muito além da identificação da autoria.<sup>156</sup> O autor chama a atenção com isso para a importância das relações que permeiam a produção das obras e que interferem na apreensão dos seus significados como quem é o autor, a quem a obra se dirige, quem são os editores e impressores.<sup>157</sup> A relação de dependência e autonomia com o patronato ou com o mercado editorial, portanto, são elementos que devem ser considerados quanto se questiona a autoria e as funções do autor.<sup>158</sup>

---

<sup>153</sup> JANOTTI, op. cit., p. 43-44, nota 1.

<sup>154</sup> BARBOSA, op. cit., p. 11, nota 30.

<sup>155</sup> FOUCAULT, Michel. O que é um autor? [1969] In: **Ditos e Escritos** – Estética: literatura e pintura; música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 273

<sup>156</sup> CHARTIER, Roger. Figuras de autor. In: **A ordem dos livros**. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Trad. Mary del Priori. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 1998, p. 35

<sup>157</sup> Ibidem, p. 35-36.

<sup>158</sup> Exemplo dessas relações para o século XVIII pode ser visto em um trabalho recente sobre o projeto editorial britânico da *Universal History*. No que tange, especialmente, à questão da autoria a análise de Valdeci Araújo e André Ramos mostra que no modelo compilativo adotado na *Universal History* há o que chamam de uma “versão fraca de autoria” em virtude de seu caráter coletivo, sendo distribuído a equipes que iam atualizando as histórias. A remuneração dos autores era medida pela quantidade de publicação. ARAUJO, V. L. de, & Ramos, A. da S. The Emergence of a Cosmopolitan Point of View: The Experiencing of the Universal History’s History of Portugal. **Almanack**, agosto(10), 2015, p. 482.

No Brasil oitocentista o procedimento adotado por Francisco Lisboa de utilização do pseudônimo era comum, ao lado também do anonimato que causou problemas de ordem bibliográfica. É o que vemos no desabafo de Sacramento Blake, autor do *Dicionário Bio-bibliográfico* brasileiro, durante a sua tarefa de escrita. Segundo ele, o procedimento atrapalhou o seu trabalho que já era penoso de decifrar quem eram os autores e provocou o esquecimento de muitos deles.<sup>159</sup> Em sua reclamação Sacramento Blake questiona “[...] porque esses trabalhos são publicados sob o anônimo, ou são assinados por pseudônimos, ou somente pelos apelidos ou por um título de autor?”<sup>160</sup> Sobre esse procedimento na publicação periódica, Cecília Salles Oliveira destaca como o uso do anonimato permitia aos autores participarem da política sem sofrerem represálias que pudessem comprometer a sua posição social. Pela mesma razão, a autora indica que a escolha dos pseudônimos também era feita de forma a resguardar a ausência de um envolvimento pessoal, ou seja, um pseudônimo que não denunciasses a posição política do autor por trás dele.<sup>161</sup> Já Socorro Barbosa enfatiza que os pseudônimos representavam as posições de seus autores frente às suas realidades presentes, aos acontecimentos políticos e sociais e a linha editorial dos jornais nos quais publicavam.<sup>162</sup>

O pseudônimo Timon já havia sido utilizado por Francisco Lisboa antes da publicação do seu Jornal em notas e artigos na *Crônica Maranhense* e em folhetins no *Publicador Maranhense*, são eles *A festa de Nossa Senhora dos Remédios*, *A procissão dos Ossos* e o *Teatro de São Luís*. Esse uso prévio nos levou a questionar quem é Timon, o que ele representa, qual a particularidade que fez com que Francisco Lisboa optasse por continuar fazendo o seu uso ao invés de escolher outro? As nossas perguntas relacionam-se diretamente com a proposição de Luiz Costa Lima sobre a utilização do pseudônimo como proteção da identidade de Francisco Lisboa. Como demonstrado por Janotti, o nosso autor era bastante conhecido no Maranhão no tempo da publicação do Jornal especialmente por seu envolvimento em diversas polêmicas

---

<sup>159</sup> BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883, p. IV.

<sup>160</sup> *Ibidem*, p. IV.

<sup>161</sup> OLIVEIRA, Maria Cecília Lorenzini de Salles. Na querela dos folhetos: o anonimato dos autores e a supressão de questões sociais. **Revista de História**, São Paulo, n. 116, p. 55-65, June 1984. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61360/67999>>. Acesso em: 09 dez. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i116p55-65>.

<sup>162</sup> BARBOSA, Socorre de Fatima. A escrita epistolar, a literatura e os jornais do século XIX: uma história. **Revista Anpoll**, v. 1, n. 30, 2011, p. 261-291.

públicas nos periódicos da província.<sup>163</sup> Além disso, Francisco Lisboa assumiu publicamente no *Jornal de Timon* a alcunha com a qual ficou conhecido.<sup>164</sup> Em virtude disso devemos destacar que o procedimento não significava anonimato e não funcionava como medida para que o autor se eximisse das críticas a que poderia estar sujeito ou às responsabilidades de seus textos.

As perguntas, assim, nos conduzem para a necessária caracterização do narrador-personagem fictício Timon. Entendemos a escolha feita por Francisco Lisboa como próxima daquela realizada nos romances realistas do século XIX, como uma “nomeação motivada, atribuindo um significado aos nomes de suas personagens, relacionado com os caracteres que lhes deram ou o destino que lhes reservaram”.<sup>165</sup> A retomada do conteúdo desses textos nos ajuda a estabelecer algumas características de Timon fornecendo aspectos para entendermos a posterior presença do mesmo no *Jornal*. De imediato podemos afirmar que todos esses textos estavam preocupados com os costumes e hábitos cotidianos como tentativa de qualificar a sociedade maranhense da segunda metade do século XIX. Tomamos como exemplo do caráter desses textos um dos folhetins que condensa a opinião de Timon presente em todos eles.

Em *A festa de Nossa Senhora dos Remédios* Francisco Lisboa se propõe a tratar da festa que reunia a maior variedade de classes do povo maranhense. Além desse aspecto popular ela representava, para o autor, um momento especial para a apreciação dos costumes e cenas da província sendo, assim, merecedora de ser narrada em algum dos jornais maranhenses. A sua decisão de escrever sobre a festa pretendia corresponder a um desejo de satisfazer aquele “[...] pobre respeitável público, que vegeta em tamanha e tão rigorosa dieta de tudo quanto pode alimentar e deleitar o espírito, os ouvidos, os olhos, e todas as mais faculdades e sentidos da alma e do corpo”.<sup>166</sup>

Para cumprir com essa tarefa aparece Timon “[...] vencendo por um pouco a feroz misantropia de que me acusam, verei se faço o que outros não têm feito e, no entanto da mesma via desmentirei a abominável calúnia de que sou vítima, narrando o

<sup>163</sup> JANOTTI, op. cit., p. 44, nota 1.

<sup>164</sup> Na advertência que abre a pública dos dois últimos números do *Jornal de Timon* o autor data e assina o trabalho com o próprio nome.

<sup>165</sup> CAMPOS, Raquel. Nome próprio e descrição do social: poética da nomeação em Balzac. **História da Historiografia**, n. 16, dezembro, 2014, p. 56.

<sup>166</sup> LISBOA, João Francisco. Folhetins. In: **Obras completas**. v. IV, p. 537-538, nota 22.

mais agradavelmente que puder, o que tão agradavelmente presenciei e gozei”.<sup>167</sup> A narrativa conta em detalhes a agitação das senhoritas de famílias abastadas na expectativa da chegada dos navios com perfumes, sedas, chapéus e demais adereços na preparação para a festa. Timon não esconde a sua crítica ao aspecto popular da festa que reunia diversas barracas nas ruas com venda de comida e bebidas.<sup>168</sup> A narrativa das cenas procura expressar certo horror do narrador aos acontecimentos dando a sensação de que estava ele fazendo um sacrifício de participar da festa para fornecer a imagem correta dos costumes maranhenses aos seus leitores.

Dizendo das particularidades dos maranhenses, Timon diz que ao contrário do que os católicos consideram uma novena, as preces durante nove dias, no Maranhão ela era dividida entre externa e interna. Na primeira a sua narração traça as cenas em torno da igreja com uma mudança que pretendia tornar os hábitos mais refinados com a substituição das barracas e das comidas por opções mais refinadas, ainda que alguns se mantivessem fieis e procurassem as barracas escondidas atrás da igreja.<sup>169</sup> Quanto às músicas não acertavam nem na escolha das peças e nem nos instrumentos, todos desafinados. Na parte interna da festa, aquela dentro da igreja, o que predominava era a presença conjunta de pretas, mulatas, senhoras e “gente do grande tom”, a quantidade lâmpadas inundavam o espaço com luz e calor e “[...] o hálito de tanta gente ali oprimida e apertada o centuplica, e torna insuportável”.<sup>170</sup>

Não escapam aos olhos críticos de Timon os cavalheiros que nem sempre davam a preferência dos lugares às damas, com a repetição das mesmas cenas durante os nove dias da novena. O leitor seria, para Timon, também sujeito à ilusões de ótica ao observar os costumes maranhenses através do folhetim.<sup>171</sup> Por meio de uma narrativa áspera é revelado aos leitores um simulacro da realidade em que somente Timon era capaz de descrever a imagem real.<sup>172</sup> Ao contrário de uma sociedade civilizada e culta ele via hábitos grosseiros onde reúne a diversidade racial e social como um traço negativo daquela sociedade e questiona a tentativa de alguns letrados em individualizá-la como o

<sup>167</sup> LISBOA, João Francisco. Folhetins. In: **Obras completas**. v. IV, p. 538, nota 22.

<sup>168</sup> Ibidem, p. 540.

<sup>169</sup> Ibidem, p. 541.

<sup>170</sup> Ibidem, p. 545.

<sup>171</sup> BORRALHO, José Henrique de Paula. **A Athenas Equinocial**: a literatura e a fundação de um Maranhão no Império brasileiro. São Luís: Edfunc, 2010, p. 241.

<sup>172</sup> SOARES, Flávio José da Silva. **Barbárie e simulacro no jornal de Tímon de João Francisco Lisboa**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2002.

melhor exemplo da vida civilizada.<sup>173</sup> Não escapa a Timon os políticos, religiosos e letrados maranhenses, especialmente Gonçalves Dias, a quem avistara “[...] dando braço a umas senhoras, conversando alegre e satisfeito, sem deixar rever o menor vislumbre daquela melancolia e exasperação que nos vende nos seus mimosos versos”.<sup>174</sup>

Nos demais folhetins Timon mantém o mesmo tom de crítica, sobre os costumes, sobre a arquitetura, sobre a música, sobre a literatura, sobre os homens de sua sociedade. Porém, sobre maneira, o Timon dos folhetins assume publicamente o classificador misantropo. No *Prospecto* que abre o *Jornal de Timon*, Francisco Lisboa reserva um espaço para falar de sua opção em usar o pseudônimo para escrever os folhetos que compõem a publicação admitindo que o mesmo nome possuía uma dupla referência, uma antiga, o Timon ateniense, e outra moderna, Louis Marie de Cormenin.

O leitor perguntará agora naturalmente a que propósito este nome de Timon? Que sei eu? Esse nome, ilustrado por um dos mais belos talentos da literatura moderna, pertenceu na antiguidade a um homem singular e estranho que, azedado pela injustiça e ingratidão que com ele usaram alguns dos seus contemporâneos, votou um ódio tão entranhável ao gênero humano, e de maneira o reputava entregue aos crimes e aos vícios, que se pagava mais do desprezo que da estima dos homens.<sup>175</sup>

As referências que faz o Timon maranhense sobre o Timon ateniense provém do livro de Jean Jacques Barthelemy intitulado *As viagens do jovem Anarcasis pela Grécia*.<sup>176</sup> A partir de tal livro, o maranhense extrai algumas cenas que procuram ilustrar o ódio do ateniense à humanidade que lhe rendeu a alcunha de misantropo. Além disso, ele destaca que o ateniense viveu em uma época em que os costumes e as leis antigas lutavam com as paixões ligadas para destruí-los. Tais épocas ele classificou como épocas de transição “[...] em verdade perigosas para as nações; nos caracteres fracos, e amigos do repouso”, em que “[...] as virtudes são indulgentes e se amoldam às circunstâncias; nos caracteres vigorosos, porém, redobram de energia, e se tornam às vezes odiosas por uma inflexível severidade”.<sup>177</sup> Os desafios que essas épocas promoviam aos homens desencadeariam situações capazes de transformar a sociedade.

É com esse plano de fundo que Francisco Lisboa justifica a misantropia do grego. Segundo ele, “Timon erra homem de engenho, amigo das letras não menos que

<sup>173</sup> BORRALHO, op. cit., p. 236, nota 171.

<sup>174</sup> LISBOA, João Francisco. Folhetins. In: **Obras completas**. v. IV, p. 560, nota 22.

<sup>175</sup> LISBOA, João Francisco. Prospecto. In: **Obras completas**. V. I. p. 10, nota 22.

<sup>176</sup> Jean-Jacques Barthélémy (Cassis, 20 de janeiro de 1716 — Paris no dia 30 de abril de 1795) foi um eclesiástico, arqueólogo, escritor e numismata francês.

<sup>177</sup> LISBOA, João Francisco. Prospecto. In: **Obras completas**. V. I. p. 11, nota 22.

da virtude; mas azedado pelo triunfo e preponderância do crime e do vício, tornou-se tão rude de maneiras e linguagem, que alienou todos os espíritos”, colocando explicitamente a sua opção em adotar o pseudônimo pela proximidade de situação vivida pelo grego e por ele. Timon questiona se a Providência andaria bem ou mal se suscitasse um novo Timon em sua época “da verdadeira raça das fúrias, que com as pontas viperinas do azorrague vingador, lacerasse sem piedade os crimes e os vícios que a desonram”.<sup>178</sup>

Em seguida, afirma que não aspirava ao renome e glória do Timon parisiense, Cormenin, mas esperava não ser acusado da feroz misantropia do ateniense. Porém, ainda no Prospecto ele admite que tentaria dosar as suas palavras e não se deixar dominar pelo “[...] seu ódio pretendido ao gênero humano, ou pelo menos à geração presente”.<sup>179</sup> Dessa forma, por essas pistas, Timon foi caracterizado pela quase totalidade dos críticos da obra de Francisco Lisboa por sua misantropia, qualidade que se adequaria perfeitamente às derrotas pessoais do maranhense no âmbito político ao ser preterido por outro candidato.<sup>180</sup> Assim, a escolha do pseudônimo guardaria uma relação íntima que ajudaria a identificar o autor.

Se percorrermos as páginas do *Jornal de Timon* veremos que são incontáveis os momentos em que os planos do narrador/personagem ficcional Timon se confundem com o seu criador Francisco Lisboa, muitas vezes, como vimos no tópico anterior deste capítulo como forma de garantir a veracidade do relato por uma testemunha ocular. Além do Timon ateniense temos ainda outro misantropo presente na narrativa do maranhense. Vemos o Alceste de Moliere sendo classificado como bondoso frente aos erros da humanidade, o que denota a preferência por uma figura mais radical como a do grego.

Assumidamente ele confirma as acusações que sofria de seu ódio contra a geração presente. No *Jornal de Timon*, quando assume Francisco Lisboa publicamente a alcunha, afirma não desejar ser tomado apenas por essa característica. A qualidade da misantropia funcionaria como elemento capaz de justificar o tom no qual escrevia Francisco Lisboa, mas podemos levantar aqui a questão da pertinência do uso. O *Jornal*

<sup>178</sup> LISBOA, João Francisco. Prospecto. In: Obras completas. V. I. p. 12, nota 22.

<sup>179</sup> Ibidem, p. 06.

<sup>180</sup> Em 1840 João Francisco Lisboa é preterido pelo partido liberal por outro candidato da família Jansen. Segundo Maria de Lourdes Janotti, esse acontecimento foi decisivo para as publicações seguintes do maranhense, incluindo o *Jornal de Timon*. JANOTTI, op. cit., p. 26, nota 1.

*de Timon* não foi nem a primeira e nem a última produção de Francisco Lisboa. Mesmo durante a publicação do *Jornal* ele mantinha outras tarefas como advogado e como jornalista escrevendo sobre questões relacionadas ao direito e, depois de encerrar o *Jornal*, publicou em Portugal a biografia de Odorico Mendes como João Francisco Lisboa e não como Timon. O que se afirma, então, é a pertinência do uso de acordo com a situação apresentada, com a necessidade. Timon é convocado por seu autor para tratar de temas e momentos específicos onde as suas características funcionem como um elemento a mais da argumentação.

Dessa característica expressa e assumida por Francisco Lisboa para Timon nos folhetins e retomada no *Prospecto do Jornal* devemos, no entanto, assinalar que há uma mudança significativa quando comparamos a sua atuação dentro dos textos que compõem um e outro trabalho. Enquanto nos folhetins Timon surge apenas como um observador ora distante, ora participativo das cenas que procura fornecer um panorama geral da sociedade maranhense, no *Jornal de Timon* ele é um narrador e personagem dentro de um projeto maior de pintura dos costumes com vistas a sua mudança. Se pensarmos na proposta que rege o *Jornal* veremos que uma das ambições que Francisco Lisboa aspira com ele é a reforma, a emenda, a correção dos costumes, especialmente políticos. Porém, o agente do *Jornal é Timon*, o misantropo, mas, sobretudo, o cético.

É corrente encontrarmos na bibliografia sobre Francisco Lisboa a afirmação de que este teria sido cético, sarcástico, pessimista, irônico. No entanto, podemos confirmar que para o Timon do *Jornal* a aproximação com uma postura cética está relacionada ao objetivo maior da publicação de reformar os costumes maranhenses, reforma essa que não partia da apresentação de uma solução única e pronta, mas do incentivo da reflexão, da crítica, do estímulo à percepção do que estava errado naquela sociedade.

Dessa forma, poderíamos enquadrar Timon dentro de um ceticismo preocupado em expor e perseguir os problemas ao invés de propor uma forma de resolvê-lo.<sup>181</sup> Tal

---

<sup>181</sup> Como afirma André Verdán, o cético “é um homem que se abstém de adotar e formular opiniões dogmáticas: diante de questões ‘obscuras’, as quais os filósofos se esforçam em resolver, ele renuncia igualmente a toda afirmação e a toda negação”. Tal posição, enfatiza o autor, não é negativa, mas dubidativa ou aporética, medida pela qual o cético “se reserva à suspensão do juízo”. VERDAN, André. **O ceticismo filosófico**. Tradução Jaimir Conte. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998, p. 37-38. O uso das aporias, nesse sentido, é uma característica por vezes usada para definir o ceticismo pirrônico como aporético, “pelo seu hábito de duvidar e investigar tudo, ou como dizem alguns, por sua indecisão a

característica foi notada pelos críticos da obra de Francisco Lisboa como um aspecto que contribuiu para o lugar marginal a que foi relegada o seu trabalho, especialmente depois da polémica com Varnhagen. O visconde de Porto Seguro talvez tenha sido o primeiro a destacar esse ponto como um aspecto negativo da historiografia de Francisco Lisboa.

Um primeiro aspecto que foi alvo de crítica por parte de Varnhagen e que relaciona ao problema aqui levantado foi o da originalidade. A adoção do pseudônimo seria, na visão do visconde Porto Seguro, um “triste plágio” porque o mesmo já havia sido utilizado na França pelo publicista barão de Cormenin.<sup>182</sup> Segundo ele, a aparência de constante dúvida e ausência de fortes convicções na historiografia de Francisco Lisboa seria, ainda, resultado da forma como fazia as suas pesquisas, concentrando os seus estudos em uma semana para publicá-los na semana seguinte.<sup>183</sup> Essa prática seria, para Varnhagen, não somente uma prova da falta de legitimidade do que falava Francisco Lisboa, bem como justificava a afirmação do maranhense nas cartas de que “[...] era natural que quanto publicara se ressentisse da precipitação com que estudara e escrevera”.<sup>184</sup>

Na polémica decorrente sobre a mudança de posicionamento de Timon sobre o lugar que deveria ser reservado aos indígenas no desenvolvimento civilizacional do Brasil Varnhagen explorou a seu favor a ausência de convicções de Francisco Lisboa em virtude dessa mudança. As supostas dúvidas e incertezas quanto ao que escrevia Timon seriam, para Varnhagen, resultado de amadorismo e falta de correta crítica documental que garantisse ao maranhense o estabelecimento de uma conclusão final sobre os temas que estudava. A crítica de Varnhagen, no entanto, nos permite pensar essa ausência de convicções de outro ângulo que se relaciona diretamente com o caráter cético de Timon.

Defendemos aqui que a escolha do pseudônimo foi consciente e intencional, o que nos remete à necessidade de demonstrar o seu funcionamento dentro do projeto do *Jornal*. Em virtude disso, assinalamos em primeiro lugar que os objetivos de Timon ao escrever a história não eram os mesmos de Varnhagen. Enquanto o autor da *História*

---

respeito do assentimento ou da negação”. **SEXTO EMPÍRICO**. Esbozos Pirrónicos. Livro I. Madrid: Editorial Gredos, 1993, p. 53.

<sup>182</sup> VARNHAGEN, op. cit., p. 7, nota 60.

<sup>183</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>184</sup> Ibidem, p. 7.

*Geral* se envolveu em diversas polêmicas e passou boa parte da vida ocupado com arquivos, com a descoberta de fontes originais que permitissem a ele chegar a “verdade” da história nacional, Timon não pretendia ter a última palavra em nenhum dos temas que analisou, nem no que tange às eleições gerais e nem quanto ao passado colonial maranhense. Com isso não estamos dizendo que Timon acreditava ser impossível chegar a essa verdade, não se trata de um ceticismo epistemológico, mas de que dentro do seu projeto historiográfico era mais importante colocar em cena o debate, o que incluía a sua percepção e as demais em um mesmo plano sem ter que afirmar qual deveria ser tomada como verdadeira.

Tal posição pode ser encontrada ao longo dos diferentes folhetos que compõem o *Jornal*. Na discussão sobre o papel dos indígenas para a civilização do Brasil ele apresenta as posições de Gonçalves Dias, Varnhagen e as suas próprias, porém não entra no mérito de afirmar qual delas era a correta e adequada. Segundo ele, não possuía quanto ao assunto “a orgulhosa pretensão de sustentar que ele errou, e só nós acertamos”, mas dizer apenas que “nossas ideias sobre o assunto discordam em grande parte das suas”.<sup>185</sup> De qualquer forma, ele defende, quando “os talentos elevados se apoderam quaisquer assuntos importantes, ainda que não acertem com a verdade, fazem sempre o assinalado serviço de os entregar à discussão, abrindo o exemplo dela, suscitando ideias novas, e iluminando os tempos e as coisas, por certas faces até então obscuras e mal distintas”.<sup>186</sup>

Timon tinha consciência de que o seu modo de proceder em relação aos diferentes temas que tratava pudessem suscitar críticas, especialmente por não se posicionar e oferecer uma solução para os problemas que trazia a lume. A constatação dessa posição difícil faz com que ele apresente questionamentos que pensava possíveis em seus leitores. Pergunta dessa forma, “[...] quererá isto dizer que Timon é indiferente ao bem e ao mal, à opinião e estima dos seus contemporâneos, desprezador, enfim, de homens e deuses?”.<sup>187</sup> A resposta não era a indiferença, mas assumir uma posição de suspender o juízo, de resguardar o direito de não decidir ou fornecer caminhos pelos quais os maranhenses pudessem transformar a sua realidade. Ele defendia que era parte de suas características ser um “espírito tímido e flutuante” e que, assim, não ousava

---

<sup>185</sup> LISBOA, João Francisco. Apontamentos, notícias e observações para servirem à história do Maranhão. In: **Obras Completas**. Vol. III, 1865. p. 207, nota 22.

<sup>186</sup> Ibidem, p. 207.

<sup>187</sup> LISBOA, op. cit. Vol. I, 1865, p. 425, nota 22.

“esperar coisa alguma com fé robusta” numa época como a dele “de dúvidas e incertezas”.<sup>188</sup> No trecho a seguir ele se justifica:

Puro ceticismo, dirão, falta de crenças e de religião política. Mas Timon entende que a timidez e irresolução, antes prudência e modéstia, nunca são demais em uma época que tanto se caracteriza pelo orgulho, jactância e temeridade; e como Cícero, conhece que é mais fácil e seguro apontar o mal, e arguir os erros, do que achar-lhes o remédio, descobrindo a verdade.<sup>189</sup>

Timon defende assim que a sua posição era uma estratégia, que desejava a reforma dos costumes maranhenses, mas provocando a reflexão fazendo com que eles percebessem as incongruências e o estado de decadência moral no qual se encontravam. Timon estuda o passado para falar do presente enquanto espera uma mudança que afastasse os homens da sua sociedade de um provável futuro ruim. A esse desejo se juntaria a personalidade de Timon como expresso no trecho a seguir:

Falta a Timon essa flexibilidade que sabe amoldar-se a todas as situações; e falta-lhe sobretudo a mola poderosa de ambição, a força, energia e atividade, bem como todas as esperanças e ilusões que ela gera; e eis aí porque, no estado das coisas, e segundo o juízo que delas forma, entende ele que **o seu dever é abster-se**; que assim conserva ao menos intacto o único patrimônio que possui, o da integridade do seu caráter. **Sem a orgulhosa pretensão de reprimir o mal, e convertê-lo** em bem, que há aí de mais lógico e natural do que **o seu retiro e apartamento** dos públicos negócios, abandonado por uma vez o empenho perigoso e inútil de discutir e conciliar os interesses variados, recíprocos e encontrados de concidadãos que não solicitam, antes de muito bom grado dispensam o auxílio dos seus conselhos?<sup>190</sup> (Grifo nosso)

Apesar dessa ressalva, podemos ver que a melhor interpretação feita até os nossos dias sobre a historiografia de Francisco Lisboa reafirma o papel que esse aspecto pusilame teve no reconhecimento do mesmo dentro do quadro dos historiadores nacionais. Assim, Janotti declara que “João Francisco Lisboa não foi um historiador tão convicto quanto Varnahgen” e que suas páginas refletem dúvidas quanto a diferentes pontos da história, como a colonização portuguesa e o sentido moral da história.<sup>191</sup> Quando afirmamos aqui que Timon foi cético estamos assumindo um posição que, concordando com Janotti, reconhece que para o movimento de desenvolvimento de uma história ligada a modelos disciplinares ao longo do oitocentos brasileiro a posição de incerteza e dúvida presente nos relatos do *Jornal* contribui para o lugar ocupado por Francisco Lisboa como historiador menor do que Varnhagen.<sup>192</sup>

<sup>188</sup> LISBOA, op. Cit. Vol. I, 1865, p. 14, nota 22.

<sup>189</sup> Ibidem, p. 431-432.

<sup>190</sup> Ibidem, p. 425.

<sup>191</sup> JANOTTI, op. cit., p. 233, nota 1.

<sup>192</sup> Ibidem, p. 233.

Porém, ao afirmá-lo acrescentamos que defendemos a utilização como opção consciente, o que significa dizer que aliado à misantropia o ceticismo de Timon se configura como uma estratégia narrativa que permitiu a Francisco Lisboa intervir em sua sociedade, intentar a reforma dos costumes exatamente através das contradições e paradoxos presentes nas páginas do *Jornal*. A afirmação nos coloca, em certa medida, próximos a defesa que faz Luiz Costa Lima sobre o uso do pseudônimo. Digo próximos em parte porque esse crítico desloca a questão para um sentido de proteção no qual o uso do pseudônimo por Francisco Lisboa permitiria que ele ficasse imune às críticas de seus contemporâneos. Nesse sentido, especificamente não concordamos. Ao assinar os seus textos como Timon, Francisco Lisboa não estava trabalhando sob um anonimato, pois já era sabido dentro da província, por meio dos textos na *Crônica Maranhense* e nos folhetins, que a alcunha a ele pertencia. Porém, Costa Lima sugere, relacionando o uso da imaginação histórica no *Jornal*, diferenças entre as possibilidades narrativas na forma histórica e na forma ficcional. É quanto a esse aspecto de possibilidades narrativas que a avaliação de Costa Lima nos é importante e faz com que nos aproximemos de outra expressa por Alexandre Barbosa.

Assumindo que o pseudônimo não indicava anonimato podemos entrever que a associação feita entre Timon e Francisco Lisboa foi mecanismo de legitimação, por exemplo, no folheto *Partidos e Eleições no Maranhão* colocando-o como testemunha ocular dos eventos narrados. Mas, sobretudo, Timon, permitia a manutenção de uma distância, de uma “temperatura”, como sugere Alexandre Barbosa, responsável por estabelecer a imparcialidade necessária para avaliar diferentes aspectos da sociedade maranhense.

Timon, misantropo e cético, guardaria as qualidades necessárias para tratar de uma sociedade vista como um simulacro permitindo a crítica do seu presente e, ao mesmo tempo, enquanto um narrador ficcional transpor os limites temporais e espaciais, indo da Antiguidade ao Brasil Império, imaginando desfechos diferentes e sentimentos dos agentes históricos, garantindo a imparcialidade de quem não teria nenhum interesse com polemicas ou com a crítica de seus conterrâneos, que alijado da política e da sociedade não estaria “contaminado” pelo mal que atingira todos os homens da província, para, assim, promover a reforma dos costumes maranhenses.

Timon desfrutaria de uma condição essencial para a efetivação do projeto de reforma dos costumes maranhenses frente aos homens da sua sociedade. Embora reconheça que existiam homens honestos e de grandes qualidades ele entendia que eles estavam acurvados “de presente ao peso do mal, presos uns pelos outros, e contaminados do mau exemplo, da mesma forma que as pedras de uma abobada comprimidas e arrimadas umas às outras se sustem reciprocamente”.<sup>193</sup> Para modificar essa situação era necessário, então, “[...] uma mão vigorosa que aplicando-lhes o ferro destruidor faça saltar duas ou três, e para logo desabará todo o edifício que na robustez da sua construção parecia desafiar o tempo”.<sup>194</sup> Longe da vida política e dos interesses que dominavam a sua sociedade, Timon se destaca, pois

No silêncio e retiro da obscuridade, ocupado, como Erasmo, a corrigir provas de imprensa, ou desempenhando outros deveres igualmente obscuros e modestos da vida privada, esquivando o comercio da multidão, **Timon, como em porto abrigado da tormenta, escapa mais facilmente ao turbilhão dos maus costumes**, que à nossa vista, e à roda de nós, envolve e arrebatá tantos outros que fatigam as cem bocas da fama, e trazem cheio o universo do ruído dos seus nomes (grifo nosso).<sup>195</sup>

O uso de Timon foi, dessa forma, em nosso entender, uma estratégia narrativa que englobou a nominação, no que tange a escolha do nome relacionada à características e destinos dos personagens, funcionou como elemento de autoridade do autor ao manter o aspecto imparcial do texto, forneceu as possibilidades imaginativas que permitiam tornar a narrativa mais interessante e agradável e fez parte de uma necessidade da própria percepção de Francisco Lisboa sobre a incapacidade dos homens de sua sociedade de reformarem os próprios costumes garantindo a Timon uma posição singular por meio da qual Francisco Lisboa foi estabelecendo uma autoria construída às margens.

---

<sup>193</sup> LISBOA, op. cit., v. I, p. 405, nota 22.

<sup>194</sup> Ibidem, p. 405-406.

<sup>195</sup> Ibidem, p. 425.

## 2 O ESTILO IRÔNICO DE TIMON: A ESCRITA DA HISTÓRIA COMO AÇÃO DIRETA

Por que alguém iria querer usar essa estranha forma de discurso onde você diz algo que você, na verdade, não quer dizer e espera que as pessoas entendam não só o que você quer dizer de verdade, como também sua atitude com relação a isso?<sup>196</sup>

O estilo é o desenho no tapete – a indicação inequívoca, para o colecionador informado, do local e época de sua origem. É também a marca nas asas da borboleta – a assinatura inconfundível, para o lepidopterista atento, de sua espécie. E é o gesto involuntário da testemunha no banco dos réus – o sinal infalível, para o advogado observador, da prova oculta. Deslindar o estilo é, pois, deslindar o homem.<sup>197</sup>

Francisco Lisboa abandonou o mundo da política e mergulhou nos estudos históricos. Viu na história a função pragmática por meio da qual ele poderia empreender o seu projeto do *Jornal de Timon* de reformar os costumes maranhenses. Essa intervenção, porém, demandava um estilo próprio capaz de englobar a forma agradável e as lições julgadas necessárias para o seu sucesso. Dessa forma, cada personagem, cada cena, cada anedota narrada constituem uma parte desse projeto e revelam, ao mesmo tempo, a consciência do autor perante sua realidade.

### 2.1 A ironia como estilo historiográfico

De quantas formas diferentes pode o historiador escrever a história? Ou falando de outra maneira, o que as formas escolhidas nos dizem sobre os textos históricos? Quais as implicações das escolhas, ou, seriam elas escolhas? Todas essas questões estão diretamente ligadas à discussão empreendida ao longo desse capítulo. A pergunta pelo estilo de Francisco Lisboa ao escrever a história como Timon remete a elementos que não estão restritos ao aspecto formal, mas tal aspecto permite o desnudamento de operações historiográficas, seleções, escolhas e posicionamentos ideológicos. Nossa afirmação dialoga, nesse sentido, com as assertivas de Peter Gay em seu clássico *O estilo na História*. Partindo da máxima de Buffon, de que o estilo é o próprio homem, aquele autor procura nos mostrar que as opções presentes na escrita histórica denotam para além do homem elementos de sua própria cultura. Assim, o estilo seria capaz de

<sup>196</sup> HUTCHEON, Linda. **Teoria e política de ironia**. Tradução de Julio Jeha. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 17.

<sup>197</sup> GAY, Peter. **O estilo na história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 21.

nos fornecer indícios do que caracterizaria não somente o homem, mas também uma época.<sup>198</sup> Preocupado também com a variedade de formas que a historiografia tomou ao longo do tempo, Hayden White propõe uma discussão sobre os estilos historiográficos pensando-os como “uma combinação particular de modos de elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica”.<sup>199</sup> A tensão que marca a combinação desses elementos em uma obra histórica é o que daria, segundo White, o caráter magistral do trabalho de um historiador ao denotar a coerência e consistência capazes de conferir um estilo próprio para cada obra.<sup>200</sup>

Ao nos questionarmos sobre o estilo no qual Francisco Lisboa escreveu a história, entendemos que ela foi escrita em um modo irônico. Por isso, nos pareceu fundamental investigar no que a ironia, tomada como estilo historiográfico, poderia nos oferecer para compreender as características da historiografia de Timon e de que forma ela se liga aos objetivos de publicação do *Jornal*. Questionamos-nos, então, sobre quais especificidades da ironia teriam levado Francisco Lisboa a optar por esse tipo de escrita.

Encontramos uma definição interessante no estudo clássico do filósofo Vladimir Jankelevitch sobre a ironia. Ele a qualifica como uma espécie de jogo perigoso do qual o ironista tem consciência. Ilustrando com imagens a sua afirmação, o filósofo nos remete à variedade de possibilidades discursivas que a ironia oferece. Ele afirma que “[...] o perigo está numa jaula; a ironia vai visita-lo, o imita, o provoca, o ridiculariza, o mantém vivo para divertir-se” chegando a arriscar-se atravessando as jaulas “para a que a diversão seja a mais perigosa possível, para obter a ilusão completa da verdade”<sup>201</sup>.

O perigo a que se refere Jankelevitch não está na ironia, mas no uso que dela fazem os homens ao trabalharem com algo ambíguo, capaz de reunir em um mesmo espaço diferentes sentidos. Não por acaso, o exemplo desse perigo, para o filósofo, é Sócrates, cujo uso da ironia, como espírito de distensão, custou-lhe a vida.<sup>202</sup> A ironia remove as certezas, irrita, provoca, julga. Ela compreende uma gama tão variável e diversa de possibilidades que, não raro, dificulta a sua definição como um conceito.

---

<sup>198</sup> GAY, op. cit. p. 24, nota 197.

<sup>199</sup> WHITE, Hayden. Introdução: A Poética da História. In: **Meta-História**. A imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Editora da USP, 1995, p. 43.

<sup>200</sup> *Ibidem*, p. 44.

<sup>201</sup> JANKÉLEVITCH, Vladimir. **La ironía**. Versión castellana de Ricardo Pochtar. Madrid: Taurus Ediciones, 1982, p. 11.

<sup>202</sup> *Ibidem*, p. 11.

A ironia possui dois momentos centrais para a sua construção e desenvolvimento. Até o século XVIII, ela permaneceu como uma figura retórica para, então, adquirir uma dimensão estética e se transformar em ironia romântica ou literária. Como ressalta Miguel Gonçalves, a tradição do termo, que já era vasta em sua evolução literária como ironia socrática, retórica, metafísica, de espírito, etc., ganha um elemento a mais com o Romantismo ao exprimir “[...] o desencanto com que o espírito humano se assume perante o universo”.<sup>203</sup>

A primeira palavra que a designa se encontra entre os gregos. Miguel Gonçalves nos fala da ironia como um processo retórico derivado do *ieron*, personagem típica da comédia grega, mantendo, dessa forma, a relação da ironia com um agente.<sup>204</sup> Juntamente com o *ieron*, e mesmo a partir dele, temos, então, o termo *ieronía*, ambos associados a Sócrates, sendo a última, que significava dissimulação, a forma de designar o fingimento socrático. Este tinha como objetivo estimular o discípulo a descobrir a verdade com os seus próprios meios, fingindo-se semelhante a ele, equiparando-se a ele, inclusive, em termos de ignorância, ou seja, ligada a um agente a ironia também é ação.<sup>205</sup>

Sócrates é considerado o fundador da ironia como discurso. O procedimento do filósofo consistia na perseguição de um pensamento incorreto que levasse o seu adversário a notar a própria ignorância. Seguindo um modelo em que, “[...] primeiro ele forçava uma definição do assunto sobre o qual se centrava a investigação”; depois, a partir da definição fornecida, “explicitava e destacava as carências e contradições que implicava”; o filósofo levava “o interlocutor a tentar uma nova definição, criticando-a e refutando-a com o mesmo procedimento; e assim continuava procedendo, até o momento em que o interlocutor se declarava ignorante.”<sup>206</sup>

Já com a ironia romântica ampliou-se a problemática, embora ela tenha permanecido devedora da matriz socrática. É o que se pode ver, por exemplo, a partir das reflexões de Schlegel, um dos principais atores dessa mudança. Como destaca Karin Volobuef, ainda que não tenha sido o único a propor uma teoria sobre a ironia romântica, Schlegel se destacou entre os outros. A autora nos mostra que a concepção

<sup>203</sup> GONÇALVES, Miguel. Para Uma História Da Noção De Ironia Da Antiguidade Clássica a Escola Clássica Francesa”. *Revista Portuguesa De Filosofia*, v. 52, no. 1/4, 1996, p. 418.

<sup>204</sup> *Ibidem*, p. 418.

<sup>205</sup> *Ibidem*, p. 420.

<sup>206</sup> REALE, Giovanni. *História da Filosofia*. v. I. São Paulo: Papyrus, 1990, p. 98.

de ironia romântica presente no poeta alemão é marcada pela compreensão do mundo como paradoxo, por um conjunto de contradições e incoerências, que deveriam ser refletidas nas obras de arte para abarcar a realidade.<sup>207</sup> O recurso da ironia romântica, assim, permitiria a apreensão do fazer poético, a centralidade do indivíduo como sujeito criador sobre a sua obra “como uma determinada escritura poética que sinaliza, dentro do texto, a presença de seu autor. Em suma, trata-se da ascendência do autor em relação à obra.”<sup>208</sup>

Ascendência que pode ser apreendida também quando nos atentamos para as funções desempenhadas por essa ironia. Linda Hutcheon estabelece uma divisão principal entre uma ironia semântica, que teria como característica o contraste, e outra pragmática, tendo como característica a avaliação. Para nosso trabalho, a função pragmática é uma das mais importantes, tal como ela é explicada pela autora:

A função pragmática da ironia é, pois, a de sinalizar uma avaliação, muito frequentemente de natureza pejorativa. O seu escárnio pode, embora não necessariamente, tomar a forma de expressões laudatórias, empregues para implicar um julgamento negativo; ao nível semântico, isto implica a multiplicação de elogios manifestos para esconder a censura escarneadora latente.<sup>209</sup>

Essa dimensão pragmática está relacionada aos efeitos e funções que podem ser mais bem compreendidos quando a ironia é analisada em sua relação com alguns conceitos próximos a ela, no que Rita Santos definiu como graus de ironia.<sup>210</sup> Como afirma esta autora, a ironia se diversifica em diferentes conceitos que conseguem cada um cobrir somente parte de sua potencialidade.<sup>211</sup> Em nossa análise interessa-nos, especialmente, a relação estabelecida da ironia com o riso e com a sátira. Para estabelecer as distinções e pontos de contato, lembramos que nem toda ironia é humorística, mas não raro ela tem sido associada ao riso. Este último, como demonstra Verena Alberti em seu trabalho, tem a sua própria história e sua função ultrapassa o cômico. Interessa-nos, particularmente, as designações na modernidade onde o riso passa a desempenhar “a função crítica, de escárnio, de derrisão, de zombaria, ele se

---

<sup>207</sup> VOLOBUEF, Karin. Ironia Romântica. In: **Frestas e arestas: a prosa de ficção do romantismo na Alemanha e no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 90.

<sup>208</sup> *Ibidem*, p. 90-91.

<sup>209</sup> HUTCHEON, Linda. **Uma teoria da paródia**. Lisboa: Edições 70, 1985, p. 73.

<sup>210</sup> SANTOS, Rita. **Uma leitura pragmática do Jornal de Timon de João Francisco Lisboa**. São Luís: EDFMA, 2000, p. 172.

<sup>211</sup> *Ibidem*, p. 172.

torna ácido”.<sup>212</sup> Esse riso moderno ou romântico, como afirma Minois, funcionaria como uma forma de consolo dos homens perante às misérias de seu tempo. Assim, “o riso protege contra a angústia, ao mesmo tempo que a expressa. Ele é alegria e protesto”.<sup>213</sup> Segundo Verena Alberti, “[...] a explicação do riso tem um lugar preciso: rimos da incongruência entre as duas formas de representação pelas quais apreendemos o mundo, ou, mais especificamente, pelas quais o mundo é, já que ele só existe para o sujeito”.<sup>214</sup>

Ao lado desse riso romântico interessa-nos também a sátira, comumente associada à ironia. Hayden White, a partir da teoria dos tropos de Frye, defende a sátira como forma ficcional da ironia. Aliás, Frye é quem nos dá uma distinção importante para entender a diferença entre ambas. Ele defende que “[...] a principal diferença entre ironia e sátira é que a sátira é uma ironia militante: suas normas morais são relativamente claras, e aceita critérios de acordo com os quais são medidos o grotesco e o absurdo”.<sup>215</sup>

Sobre a ironia, Frye afirma que ela “[...] é coerente tanto com o completo realismo do conteúdo, como com a supressão de qualquer atitude por parte do autor”, a sátira, por outro lado, “[...] requer pelo menos uma fantasia mínima, um conteúdo que o leitor reconhece como grotesco, e pelo menos um padrão moral implícito, sendo o último essencial, numa atitude combativa, para a experiência”.<sup>216</sup> Para o crítico, “[...] a sátira falha quando seu conteúdo é muito opressivamente real para permitir a manutenção do tom fantasioso e hipotético”. Em virtude dessa necessidade,

[...] a sátira é ironia estruturalmente próxima ao cômico: a luta cômica de duas sociedades, uma normal e outra absurda, reflete-se em seu duplo foco de moralidade e fantasia. A ironia com pouca sátira é o resíduo não heroico da tragédia, centrado num tema de derrota perplexa.<sup>217</sup>

Duas coisas, portanto, são consideradas por Frye como essenciais à ocorrência da sátira; “[...] uma é a graça ou humor baseado na fantasia ou num senso de grotesco

<sup>212</sup> MINOIS, G. **História do riso e do escárnio**. Trad. Maria Helena O. Ortiz Assumpção. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 363.

<sup>213</sup> MINOIS, op. cit. p. 540, nota 212.

<sup>214</sup> ALBERTI, Verena. **O riso e o risível na história do pensamento**. Rio Janeiro: Zahar, FGV, 1999, p. 172.

<sup>215</sup> FRYE, N. “O Mythos do Inverno: a Ironia e a Sátira”. In: **Anatomia da crítica**. São Paulo: Cultrix, 1973, p. 219.

<sup>216</sup> Ibidem, p. 220.

<sup>217</sup> Ibidem, p. 220.

ou absurdo, a outra destina-se ao ataque”, sendo o “[...] ataque sem humor, ou pura denúncia” um dos limites da sátira.<sup>218</sup>

A identificação, portanto, da ocorrência desses conceitos, cada um com as suas possibilidades e funções específicas, agregam o sentido irônico que pode ser dado em um texto. Assim, há um elemento importante que os une, todos são ambivalentes, são capazes de levar os seus leitores a reflexão e essa característica em comum permite que a nossa análise sobre as funções da ironia no *Jornal de Timon* possa ocorrer.

Em virtude de tais funções e especificidades a análise a seguir é efetuada utilizando ocorrências irônicas nos folhetos que compõem o *Jornal*. Para tanto, seguimos a ordem em que foram publicados. Os trechos destacados, longe de exaurirem as marcas da ironia nos textos do *Jornal*, foram escolhidos por representarem as “cenas” com que o narrador procura resumir as suas ideias e interpretações do passado e do presente maranhense. A metodologia de análise, em virtude disso, considera que nem sempre a presença da ironia é transparente ou que o narrador nem sempre nos dá sinais explícitos de que estamos diante de um texto irônico. Por isso, é importante para a análise a recuperação do contexto histórico da publicação. É por meio dele que o sentido irônico pode ser reconstruído e explicado.

A discussão construída ao longo do capítulo foi feita em diálogo com o trabalho de Rita Santos. Com a obra intitulada *Uma leitura pragmática do Jornal de Timon de João Francisco Lisboa*, originalmente tese de doutorado em Letras Vernáculas defendida na UFRJ, esta autora foi quem primeiro tomou a ironia como um elemento efetivamente relevante do *Jornal de Timon* tendo como metodologia de seu trabalho a teoria pragmática da linguagem. Nossa análise se difere daquela apresentada pela autora em alguns pontos. O primeiro diz respeito à opção de Rita Santos em trabalhar apenas com os quatro primeiros textos que compõem o primeiro volume de 1852 (parte que trata, na definição da autora, da “crítica do mau exercício da atividade política” e que será o referencial de sua análise), o segundo à defesa que é feita em seu trabalho de que o *Jornal* foi escrito com um “frontispício de historiografia”, não sendo “cientificamente um discurso histórico, mas um discurso de cunho político” cujo peso irônico estaria nas intenções de Francisco Lisboa e não nas suas declarações.<sup>219</sup> O distanciamento, então,

---

<sup>218</sup> FRYE, N. “O Mythos do Inverno: a Ironia e a Sátira”. In: **Anatomia da crítica**. São Paulo: Cultrix, 1973, p. 220.

<sup>219</sup> SANTOS, op. cit., p. 22, p. 182, p. 242 e p. 246, nota 210.

de nosso trabalho justifica as opções tomadas na construção do capítulo ao optarmos por fazer uma análise completa dos folhetos do *Jornal*, pensando-o como um projeto historiográfico, para demonstrar a ironia presente nas declarações de Timon e nas demarcações literárias da mesma – travessões, itálicos, exclamações –, e como o estilo irônico adotado era representativo de um modo de escrita histórica, não somente retórica com vistas ao convencimento do leitor, mas de uma forma de interpretação do próprio processo histórico. Para tanto, estamos pensando aqui com Hayden White que o estilo historiográfico é uma combinação entre modos de elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica.<sup>220</sup> O que significa dizer que a adoção de um estilo historiográfico irônico denota a consciência histórica de Francisco Lisboa, a forma como ele se relacionou com o tempo. Na mesma direção, ainda que Rita Santos destaque como aspecto primeiro da ironia a ausência de intenção em resolver problemas – o que caracterizaria Timon como “indiferente e não corajoso” ao somente propor reflexão e não solução para os problemas levantados por ele<sup>221</sup> –, pensamos a escrita da história no *Jornal de Timon* como ação direta – como uma forma de Francisco Lisboa intervir em sua sociedade por meio da reorientação ética intentada através dos exemplos do passado e do presente. Nesse sentido, quando falamos no caráter pragmático da historiografia do Timon maranhense não estamos nos referindo à teoria linguística que serviu de base para Rita Santos, mas dos usos da história, expressos na obra estudada, e da possibilidade de com ela aprender. Por isso, interessa-nos, sobretudo, a dimensão expressa por Northrop Frye sobre a ironia e a sátira. Tratando das configurações míticas da experiência, ou sobre como “dar forma às ambiguidades e complexidades mutáveis da existência”, o crítico dirá que não é possível encontra-las no aspecto imitativo e representativo dos textos. Tais configurações ou tentativas devem ser buscadas no conteúdo e não na forma.<sup>222</sup> Essa percepção, juntamente com a noção de estilo historiográfico de Peter Gay e Hayden White, fez com que nos atentássemos para o desfecho da história escrita por Timon. Deste modo, os resultados e análises da próxima seção são parciais e precisam ser confrontados com os da seção seguinte na qual se intenta trazer o sentido que a historiografia de Francisco Lisboa veicula com o *Jornal de Timon*.

---

<sup>220</sup> WHITE, Hayden. Introdução: A Poética da História. In: **Meta-História**. A imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Editora da USP, 1995, p. 43.

<sup>221</sup> SANTOS, op. cit., p. 182, nota 210.

<sup>222</sup> FRYE, op. cit., p. 219, nota 215.

## 2.2 Cenas, personagens e episódios irônicos no *Jornal de Timon*

O *Jornal de Timon* é composto pelos seguintes folhetos: *Prospecto*, que possui um caráter introdutório, *História das eleições da Antiguidade aos tempos modernos*, *Partidos e Eleições no Maranhão*, pelo texto *Timon a seus Leitores*, *Considerações Gerais* e pelos *Apontamentos*, *Notícias e Observações para servirem à História do Maranhão*. Nas páginas que seguem escolhemos algumas cenas, episódios e personagens cuja interpretação e descrição exemplificam os usos da ironia no periódico e denotam a concepção histórica de Timon. Procuramos, dessa forma, dar conta da presença do procedimento em todos os folhetos para justificar a nossa abordagem ao defender essa obra de Francisco Lisboa como um projeto, cujo sentido pode ser apreendido dentro de sua lógica interna e em relação ao contexto em que foi publicado.

### 2.2.1 História das eleições da Antiguidade aos tempos modernos

A atenção de Timon sobre as eleições na Antiguidade não correspondia a um desejo de escrever uma história que exaurisse os costumes de gregos e romanos. O seu interesse era bem específico: “[...] dar uma leve tintura do que diz respeito à manifestação da vontade popular nos meneios públicos”.<sup>223</sup> Com esse objetivo em vista, a narrativa não abre mão da preocupação com o mal exercício político, mas passa a compor uma de suas partes. Nesse sentido, Timon percorre a história das eleições na Grécia para escrever como era o funcionamento do sistema eleitoral, mas com grande destaque estão as cenas eleitorais narradas com o objetivo de exemplificar o processo. É o próprio Timon quem se refere a quadros gerais e cenas particulares para designar os momentos que caracterizam os destaques das eleições gregas. Tais cenas, na maior parte das vezes, são apresentadas como pequenas histórias, algumas vezes como anedotas e possuem a capacidade de sintetizar, de forma irônica, os argumentos de seu narrador e, por isso, serão privilegiadas em nossa análise.

Timon estudando as eleições em Esparta e Atenas nos informa que alguns aspectos presentes no sistema político adotado por ambos facilitavam a prevalência da vontade popular. Sua narrativa mantém uma postura a princípio não crítica, apenas descritiva. Ele estava focado em como da pouca participação na política os gregos

---

<sup>223</sup> LISBOA, op. cit., v. I, p. 15, nota 22.

foram sendo inseridos nas eleições por meio de diferentes expedientes como as multas, pagamentos e violência. Um processo levado a frente pelos detentores das mais altas posições políticas. O poder popular era favorecido ainda, como ele mostra, pela diversidade de formas de governo e pelo jogo de interesses entre os candidatos e os eleitores. A situação de corrupção se intensifica uma vez que o povo decidia em praticamente todos os assuntos, deixando o poder à mercê de sua vontade. Decorre daí, desse poder gigantesco correntemente negociado com os candidatos, o estabelecimento da crítica efetuada por Timon. A crítica, no entanto, não é direta ou explícita, mas está presente em algumas cenas que possuem o caráter de prova, que confirmam a posição do narrador, e divertem o leitor por meio da forma irônica como ela é efetuada.

Os subtítulos que compreendem as cenas escolhidas aqui são indícios de seu potencial irônico. O primeiro é *Extraordinária eloquência de um orador mudo* e integra a parte dedicada à corrupção dos oradores. Timon conta que o orador Dêmades, que havia se destacado em ser um dos primeiros oradores da república e ter atingido a mais perfeita eloquência disse, diante de um ator famoso em Atenas que se gabara de ter ganho “[...] um talento por uma só representação”, as seguintes palavras: “Não é grande maravilha (disse-lhe) que recebesses um talento por ter falado; porque a mim me tem dado o grande rei muito mais de dez para estar calado!”.<sup>224</sup> Diferentes pontos demarcam a ironia dessa narrativa. O riso provocado pela oposição do subtítulo ao propor falar da eloquência de um orador que é mudo se revela um riso incômodo, sério, porque os méritos não estavam relacionados aos bons serviços de orador, mas à sua capacidade de receber pagamentos indevidos e ainda em fazer “[...] alarde e zombaria da própria corrupção”.<sup>225</sup> Não há dúvida de que para Timon a corrupção envolvia não somente a soberania popular, mas também as diferentes formas de a usurpar por parte de oradores e senadores.

Em tal esquema, Timon coloca tanto o povo como os cidadãos ilustres de Atenas no mesmo nível de corrupção, cada um preocupado com os seus próprios ganhos e interesses. Ele conta sobre os vencedores da batalha de Salamina que, como era de costume, se reuniam no istmo de Corinto para conferir aos mais dignos os prêmios do valor e mérito. Contudo, ele nos diz que ocorrera uma surpresa, pois conferindo os

---

<sup>224</sup> LISBOA, João Francisco. Eleições na Antiguidade: Esparta e Atenas. op. cit., 1865, v. I, p. 28-29, nota 22.

<sup>225</sup> Ibidem, p. 28-29.

votos aconteceu que nenhum deles obteve a maioria porque “todos aqueles heróis, vencedores do grande rei, votaram em si mesmos, adjurando-se cada um o primeiro prêmio!”.<sup>226</sup> A par do marcador da ironia presente pelo uso da exclamação ao fim da história está o conteúdo que, de uma forma ficcional, remete para um dos principais problemas que ele identificara naquela sociedade, qual seja, que todos os homens se consideravam os melhores, os mais aptos, estavam preocupados com os seus próprios interesses e ganhos, sendo impossível, portanto, que se preocupassem em escolher e votar naquele que fosse melhor para a maioria.

A admissão da extensão da corrupção e dos vícios eleitorais que a marcavam, Timon procura dar destaque especial ao papel direto da participação popular nas eleições. Para tanto, ele nos conta duas histórias interessantes. A primeira trata de um Philomenen eleito oito vezes como general. Segundo Timon, na sua última eleição aquele já estava com setenta anos de idade, o que o transformava em um “exemplo singular da constância na afeição popular!”.<sup>227</sup> O caso de Philomenen é apenas um dos muitos que ilustram os quadros gerais narrados por Timon previamente e nos dão a dimensão da crítica deste a qualquer possibilidade de estabelecer uma soberania popular, devendo a participação do povo ser restrita. Um último caso, narrado por ele, vem somar à percepção exposta no caso do general citado acima. Trata-se das quarenta e cinco eleições de Phocion.

Todo mundo conhece a Phocion, o ateniense, esse grande modelo de todas as virtudes, e o mais singular exemplo de esquisita impopularidade que nos apresenta a história. Nem a multidão, nem os seus oradores e lisonjeiros o amavam, e ele da sua parte lhes pagava na mesma moeda. Não é menos conhecido o seu dito, em uma ocasião em que tendo opinado na assembleia do povo, foi por este aplaudido e vitoriado. ‘Disse eu acaso algum disparate?’ perguntou ele, confuso e admirado daquela desusada aprovação”.<sup>228</sup>

A posição de Timon se dirige, dessa forma, agora ao povo. O destaque para a surpresa de Phocion reflete uma dupla crítica ao povo, primeiro à impopularidade do candidato que, contudo, fora eleito quarenta e cinco vezes e, depois, pelo mesmo povo somente capaz de se admirar e aplaudir um disparate. É por meio da história de Phocion que Timon estabelece a sua crítica mostrando também o outro lado, do quanto o povo não era confiável, não possuía firmeza de decisões. Tal característica popular é

---

<sup>226</sup> Ibidem, p. 33.

<sup>227</sup> LISBOA, João Francisco. Eleições na Antiguidade: Esparta e Atenas. op. cit., 1865, v. I, p. 33, nota 22.

<sup>228</sup> Ibidem, p. 34-35.

representada pela quadragésima sexta eleição de Phocion em que este fora acusado injustamente, segundo Timon, de traição. O contraste que se apresenta revela a face irônica da cena descrita por Timon. A condução do julgamento de Phocion estava a cargo da mesma assembleia popular que o elegera quarenta e seis vezes e, mesmo assim, ele acabou condenado, ou nas palavras do narrador com destaque “[...] a sentença foi unânime!”. Timon enfatiza uma falsa surpresa de que dentre o povo aclamado poderoso que decide sobre tudo em Atenas, não teve ao menos um que defendesse a Phocion.

Após a condenação Timon também destaca que “[...] passados tempos, os atenienses se arrependeram!”.<sup>229</sup> Uma vez mais a presença da exclamação demarca a ironia e ao lado do conteúdo restante demarca a crítica do narrador. Segundo ele, os atenienses tinham “esta apreciável qualidade” do arrependimento, pois algum homem até poderia escapar da morte ou do desterro, mas o arrependimento vinha sempre quando já não havia tempo para revogar as decisões. Como quem diz que o povo não era capaz de tomar as decisões adequadas, que frequentemente se equivocava.<sup>230</sup>

Os maus costumes políticos, no entanto, não eram exclusividade dos gregos. A prática se revelava na participação popular, na forma do sistema eleitoral, mas, sobretudo, na sobreposição dos interesses pessoais. Deste quadro não escapavam os romanos, cujo teatro eleitoral era considerado o mais amplo por ser composto por diferentes etapas e formas de governo. Para confirmar a constância dos costumes eleitorais, a narrativa traz, logo em seu início, uma “curiosa anedota eleitoral”<sup>231</sup> para ilustrar os costumes romanos daquele tempo.

A primeira vez que se houve de proceder à renovação destes magistrados, quase não houve nobre que se não apresentasse candidato, mas nenhum o fez com tanto ardor como Ápio, o decênviro há pouco mencionado. A sua devoradora ambição, revelando-se em manejos e cabalas de todo gênero com que armava à popularidade, gerou no ânimo dos colegas primeiro as suspeitas, depois os receios dos futuros perigos. Pelo que traçaram um arдил com que, guardadas as aparências, fosse ao mesmo tempo honrado em sua pessoa, e embaraçado nos seus intentos. Deram-lhe, pois a primazia para que

<sup>229</sup> LISBOA, João Francisco. Eleições na Antiguidade: Esparta e Atenas. op. cit., 1865, v. I, p. 35, nota 22.

<sup>230</sup> Ibidem, p. 35.

<sup>231</sup> Em um instigante artigo sobre as anedotas, Lionel Gossman enfatiza como elas estão presentes em diferentes narrativas históricas ao longo do tempo. Além de seu papel redutor e simplificador, ao reduzir situações e pensamentos complexos em simples, Gossman destaca que a anedota situa a moralidade na narrativa, ela contém uma lição moral. GOSSMAN, Lionel. Anecdote and History. **History and Theory**, 42, no. 2, 2003, 143-68. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3590879>>. Acesso em: 20 de agosto de 2016, p. 145-149.

fosse ele quem designasse ao voto do povo os nomes dos dez candatos, esperando que a modéstia o tolhesse de indicar o seu. *Ille vero impedimentum pro occasione arripuit*, diz Tito Lívio; isto é, não só se propôs a si mesmo, senão também em primeiro lugar, com grande porém inútil estupefação dos sócios.<sup>232</sup>

O caso romano faz lembrar outra anedota contada por Timon sobre os gregos da batalha de Salamina. Os costumes eleitorais eram marcados pela prevalência dos interesses pessoais. Os mesmos interesses conduziam os homens a práticas que garantissem as suas eleições. É o caso, por exemplo, que Timon conta sobre a eleição do primeiro triunvirato, o único que se opôs a ela, conta Timon, e sustentou uma candidatura contrário foi Catão que indicou seu cunhado Domício que rapidamente passou a ganhar adesão popular. Segundo Timon nos informa, Domício contrastava de tal forma com os triúnviros que “[...] o povo começou a propender contra eles, avisado e esclarecido acerca dos seus planos liberticidas”. Diante disso, e para fazer oposição a tal ascensão, conta que:

Em tais circunstancias, Pompeu e Crasso, desesperando de vencer com os meios até ali empregados, lícitos não, mas em que ao menos se guardavam as aparências de ordem, recorreram à violência aberta, e traçaram emboscadas a Domício; e quando este, no dia dos comícios, se dirigia antes de amanhecer ao Campo de Marte para tomar lugar, acompanhado dos amigos, e precedido de escravos que os alumiam, foi de repente assaltado por um numeroso bando de assassinos, que matando o escravo que ia na frente, feriram e puseram em fuga os demais. Catão, posto que logo ferido em um braço, resistiu algum tempo, mas oprimido pelo número, viu-se obrigado a acolher-se com os amigos, que o não abandonaram, à casa de Domício, onde estiveram encerrados (encurrados diriam hoje os nossos espirituosos jornalistas) todo o tempo que os vencedores levaram a perfazer o ato eleitoral. Os dois triúnviros foram eleitos por grande maioria!<sup>233</sup>

A ironia aqui não se efetua pela antífrase, pois significa o que realmente é expresso literalmente, foram os triúnviros eleitos com a maioria dos votos, porém o caráter irônico está na oposição entre o contexto narrado e os resultados obtidos, como sugere que, uma vez presos os adversários, não havia possibilidade de derrota. O uso da exclamação ao final tem a função de chamar a atenção do leitor para tal oposição. Ao mesmo tempo que conta a anedota, Timon chama a atenção dos seus leitores para o caso maranhense. O pragmatismo de sua história das eleições se revela a cada exemplo destacado pela semelhança das práticas ao longo do tempo. O trecho entre parênteses sugere, ao propor o termo “encurrados” ao invés de “encerrados” que a prática fazia

<sup>232</sup> LISBOA, João Francisco. Eleições na Antiguidade: Roma – República. Op. Cit. 1865, v. I, p. 42, nota 22.

<sup>233</sup> LISBOA, João Francisco. Eleições na Antiguidade: Esparta e Atenas. op. cit., 1865, v. I, p. 58-59, nota 22.

parte também da realidade maranhense, com uma pequena mudança de nomeação. Da mesma forma, a crítica se efetua com uma margem de distanciamento e proteção, pois não é Timon quem afirma e sim “os nossos espirituosos jornalistas”.

Desta eleição e de outras, Timon narra algumas anedotas em torno de Catão, que parecia conter todos os requisitos de bom homem político. Conta, por exemplo, o expediente usado por Pompeu do trovão para adiar as eleições e outros meios usados por outros candidatos na tentativa de impedir as ações incorruptíveis de Catão. Este seguia sempre firme em suas ações, mas o seu valor na narrativa de Timon é mostrar o destino dos homens que se propõe a lutar pela reforma dos costumes. A ironia das anedotas está na posição contrária do povo e no desengano do político. Expressão singular dessa oposição ocorre quando Catão pensa em uma forma eficaz de conter a corrupção eleitoral ao obrigar os indivíduos nomeados a qualquer cargo de revelar, sob juramento, os meios empregados para vencer a eleição.<sup>234</sup>

Ora como o juramento ainda então era religiosamente respeitado, e não tinha conta a multidão dos que vendiam o voto, imenso foi o clamor que se levantou contra esta lei odiosa, queixando-se muitos de que lhes tiravam o pão, privando-os do único meio de vida que tinham, e vinha a ser – o seu voto. O caso é que a primeira vez que Catão se mostrou em público, depois da sua promulgação, foi apupado e corrido à pedra pelos seus amáveis concidadãos.<sup>235</sup>

No trecho citado, e no anterior, é possível perceber a junção que Timon faz entre a narração do passado e do seu próprio presente. No segundo caso, ao afirmar que nos tempos de Catão o juramento era “ainda então religiosamente respeitado”, como quem diz que em seu tempo isso não ocorria. Não há dúvida de que quando trata das eleições na Antiguidade a preocupação maior de Timon é com o procedimento eleitoral maranhense na segunda metade do século XIX. A junção, contudo, só é possível porque ele confere foros de universalidade para algumas práticas e comportamentos, especialmente aqueles relacionados à corrupção. Seguindo no trecho destacado, Timon confere um ar de ingenuidade a Catão por não saber a dimensão daqueles que vendiam o próprio voto e que, portanto, não imaginaria a força da oposição que sofreria. A dura crítica de Timon ao sufrágio universal ganha força pela ênfase no voto, destacado com o uso do travessão, como único meio de vida do povo. O desfecho irônico ocorre, ao final, pela oposição entre a recepção de Catão na primeira vez que saiu em público após a

<sup>234</sup> LISBOA, João Francisco. Eleições na Antiguidade: Esparta e Atenas. op. cit., 1865, v. I, p. 60-61, nota 22.

<sup>235</sup> Ibidem, p. 61-62.

promulgação da lei, “apupado e corrido à pedra”, e o adjetivo com o qual classifica o povo, “amáveis cidadãos”, afinal, como se pode depreender tal característica contrasta com a violência praticada.

A narrativa sobre as eleições na Antiguidade se encerra, ainda, com algumas cenas sobre o período do Império Romano ilustrada a partir da descrição dos personagens que compõem o teatro eleitoral e que servem como forma de caracterizar a época e os seus costumes. Nesse sentido, é interesse indicar algumas delas que demonstram o lado crítico da apreciação feita por Timon. Começamos com Calígula:

Este, em matéria eleitoral, fez muito pouco, e ao mesmo tempo, mais do que nenhum outro. Restituiu a princípio o direito de votar ao povo, tirou-lhe para o fim, e tornou a dá-lo ao senado. Uma vez, porém, o exercitou por si com admirável critério e aplauso imenso, nomeando cônsul o seu famoso cavalo *Icītatus*. O senado devia de receber esta nomeação com especial agrado, e sem dúvida cotaria unanimemente que se dirigisse uma felicitação ao príncipe pelo seu bom acerto e feliz escolha.<sup>236</sup>

A duplicidade é a marca dessa descrição das ações de Calígula. De início destaca-se a oposição entre o fazer muito pouco e fazer mais que nenhum outro, embora, pela narrativa seguinte, Timon mostre ao leitor que isso não se tratava de um elogio. A falta de firmeza de ideias políticas ao tirar e restituir o poder ao povo salta aos olhos a forma irônica com que Timon qualifica as ações de Calígula como comandadas por “admirável critério e aplauso imenso” ao indicar o seu cavalo para cônsul. O contraste possível pela ironia colocada em choque os adjetivos “admirável”, “bom acerto”, “feliz escolha” com o absurdo, ou ridículo, da situação. O elemento satírico está fortemente representado pela qualificação de Timon, é por meio da oposição irônica que as ações de Calígula são tornadas ridículas. É por meio dela que ele busca enfocar o lado cômico daquela realidade. Ao lado disso está a convenção essencial para a ocorrência da sátira que impede que o leitor tome a narrativa do trecho em seu sentido literal, pois sabe-se que um cavalo não poderia ser eleito ou escolhido como representante político. Logo, a convenção denuncia o aspecto ficcional do trecho e permite que o leitor perceba estar diante de uma postura crítica do autor. Juntamente com tais apreciações é interessante notarmos como o elemento satírico fica ainda mais claro quando observamos a forma como Timon promove a descrição física de Calígula.

Foi Calígula homem de alta, mas pouco regular estatura, o semblante pálido, os olhos cavados, fixos e torvos, a cabeça nua e calva, mas a cerviz velosa, as

---

<sup>236</sup> LISBOA, João Francisco. Eleições na Antiguidade: Roma – Império. Op. Cit. 1865, v. I, p. 89, nota 22.

pernas delgadas e os pés enormes. Posto que tivesse o olhar e o aspecto naturalmente horríveis, procurava de indústria torna-los mais temerosos, compondo-se e ensaiando-se a um espelho para esse fim.<sup>237</sup>

No caso de Calígula, a descrição física é carregada de elementos caricaturais, deformados intencionalmente com o objetivo de levar o leitor ao riso, adquirindo, como afirma Timon “aspecto naturalmente horríveis”, ou seja, reconhecidamente, convencionalmente, tomado como horríveis, funcionando como reflexo de uma sociedade que precisava ser corrigida por meio da eliminação do mal, representado na figura grotesca de um homem. A comicidade é garantida pelos adjetivos que destacam a feiura do imperador romano. Esta seria, como afirma Rita Santos, “[...] a feiura do poder mal distribuído e arbitrariamente conduzido e tudo com o consentimento popular”.<sup>238</sup> A deformidade física representariam a deformidade de ações políticas conscientemente trabalhadas, como indicado no trecho “[...] procurava de indústria torna-los mais temerosos” para quem o povo era tomado como o “espelho para esse fim” no qual ensaiava, ou a quem se dirigia por meio de suas ações.<sup>239</sup>

A história do Império romano é descrita por ele como enfadonha, pois é composta por uma sucessão de ascensão e derrotas/assassinatos de imperadores bárbaros, cruéis, exóticos. Para encerrar o período antigo da história das eleições vale trazer uma última anedota que condensa a interpretação de Timon daquela época, a crítica à extensão da participação popular na política e o paralelo com o Maranhão oitocentista. A anedota conta está centrada na queda de Otão para Vitélio:

Este, remindo por uma bela morte uma vida desonrada pelos vícios e pelos crimes, deixou o trono ao animal de maior voracidade que inda viram os séculos. Nada bastava a saciar os vastos apetites deste gladiador imperial. Vitélio comia três e quatro vezes por ao dia, e para poder comer, esforçava-se por vomitar os alimentos já tomados. Em um só jantar, despendeu cerca de oitocentos mil cruzados da nossa moeda; e em outro que lhe deu seu irmão, houve dois mil peixes, e sete mil aves das espécies mais raras e esquisitas. (...) Se este prodigioso glutão ressuscitasse em nossos dias, e não já como candidato e elegível, senão como votante e patuléia, para cuja classe a natureza certamente o criara, que partido se não veria arruinado, para mantê-lo e saciá-lo?!.<sup>240</sup>

A caracterização satírica ocupa a maior parte da anedota, o exagero e a deformação garantem a força crítica da exposição. Porém, é na transposição para o seu

<sup>237</sup> Ibidem, p. 90.

<sup>238</sup> SANTOS, op. cit. p. 176, nota 210.

<sup>239</sup> Ibidem, p. 176.

<sup>240</sup> LISBOA, João Francisco. Eleições na Antiguidade: Roma – Império. Op. Cit. 1865, v. I, p. 98, nota 22.

plano presente que a intenção de Timon fica mais evidente. Ao relacionar a glotonaria como qualidade natural da classe representada pelo povo, Timon reforça a sua oposição à participação popular na política. Contudo, ao mesmo tempo, ele reforça a crítica aos membros da classe política maranhense ao sugerir que a oferta de alimentos, os banquetes como veremos no folheto sobre o Maranhão, era não só uma prática corriqueira como um dos principais meios de compra de voto. Em um só trecho, Timon acopla o mal na política entre dirigentes e dirigidos.

### 2.2.2 Eleições na Idade Média e tempos modernos

As eleições na Idade Média foram tratadas por meio das eleições papais. A intenção, como nos casos anteriores, é estabelecer um paralelo com o Maranhão a partir do problema dos vícios e corrupção eleitorais. Nesse sentido, Timon nota que as eleições dos papas não estavam isentas dos mesmos artifícios corruptores do jogo de interesses das eleições leigas. Faz uma comparação interessante entre a traição de Simão Pedro e as eleições maranhenses falando, inclusive, da negação de Pedro de que fosse discípulo de Jesus e tentava diminuir os rumores para que não chegassem aos ouvidos de Pilatos, chamado de presidente da província.<sup>241</sup>

Ou movido destas admoestações, ou conhecendo que os seus lhe não prestavam apoio, Simão Pedro, ajudado da noite e do tumulto, pôde esquivar-se sem ser preso. Mas parece que alguns dos contrários bem conheceram, pois durante aquela memorável noite, quantos o topavam iam logo bradando: *Ali vai um dos tais!* Quem tiver perdido eleições e andar por essas ruas, infestadas de caceteiros, em busca de um asilo em que esconda o despeito e vergonha da derrota, e encontre alguns momentos de repouso em que possa tomar os primeiros apontamentos para a ata falsa, esse tal poderá compreender os embaraços e angústias de Simão Pedro, em presença de tão importunos malsins.<sup>242</sup>

No trecho, como também analisa Rita Santos, Timon amplia seu argumento para estabelecer comparações com as eleições maranhenses.<sup>243</sup> O destaque pela escolha é consciente, pois usa a traição de Pedro para comparar a situação dos homens que compunham os partidos maranhenses. Estes só apresentavam firmeza de adesão ao partido durante as eleições e se garantida a vitória, caso o desfecho fosse o oposto rapidamente se viravam contra e professavam não fazerem parte do partido perdedor.

<sup>241</sup>LISBOA, João Francisco. Eleições na Idade Média e Tempos modernos: Roma Católica. op. cit., 1865, v. I, p. 104, nota 22.

<sup>242</sup>Ibidem, p. 103.

<sup>243</sup>SANTOS, op. cit., p. 173, nota 210.

Nas eleições modernas dois casos são interessantes pela dimensão irônica, pelo paralelo com o Maranhão e por permitir perceber como se estabelecem as críticas de Timon aos costumes políticos que pretendia reformar. Sem perder de vista as eleições maranhenses Timon conta um caso de fraude nas eleições francesas. Vejamos:

Em uma das últimas eleições regulares, referiram os jornais que um agente policial fizera reparo em certo indivíduo que por duas ou três vezes se aproximara à urna; e averiguado o caso, o grande criminoso pretendia nada menos que lançar nela por sua própria conta três ou quatro listas. Grande Deus! Um crime destes em uma eleição de mais de cem mil votantes! *Horresco referens*, e parece-me ver subir o rubor às faces dos nossos pudibundos cabalistas!<sup>244</sup>

A ironia se processa no trecho de duas formas. Uma pela oposição entre a classificação do indivíduo detido como um “grande” criminoso e sua ação, diminuída pela extensão “três ou quatro listas” em uma eleição de cem mil votantes, sugerindo que pouca diferença sofreria o resultado geral. A segunda forma do processamento da ironia é apreensível por alguns detalhes como as exclamações, que direcionam a atenção do leitor para o que precisa ser destacado, e a recuperação do contexto, pois Timon afirma que a fraude eleitoral no Maranhão era a base do sistema, ocorrendo em larga medida.

Tendo isso em conta, o suposto espanto e surpresa, sugerido por ele em uma situação hipotética e ficcional, dos maranhenses no caso francês somente poderia ser aceito como hipocrisia. A ironia ganha força ainda com o uso da expressão em itálico *Horresco referens* (refiro horrorizado) proveniente da *Eneida* de Virgílio. A sua presença denuncia o caráter dialógico da ironia, pois urge a atitude do leitor para que seu efeito seja alcançado. Nada é irônico, conforme defende Génette, até que seja assim interpretado. O efeito, neste caso, depende não somente do referencial maior que rege o *Jornal*, o mal político presente nos costumes políticos maranhenses, mas o conhecimento por parte do leitor do contexto da expressão utilizada em contraste com o restante do conteúdo do trecho.<sup>245</sup>

A presença da expressão revela, assim, uma preocupação de Timon em ser compreendido, pois, assim como outras expressões latinas por ele utilizadas, ela faz

<sup>244</sup> LISBOA, João Francisco. Eleições na Idade Média e Tempos modernos: Roma Católica. op. cit., 1865, v. I, p. 142, nota 22.

<sup>245</sup> O uso de expressões latinas, especialmente, ao longo do *Jornal* é uma das principais razões do enquadramento de Francisco Lisboa numa tradição classicista ao fazer uso de expressões já estabelecidas, conhecidas, dentro dos cânones.

parte de imagens canônicas, consagradas, com valores já cunhados.<sup>246</sup> O uso da expressão, que no livro clássico, está associada a desfechos trágicos, como a narração de Enéias da morte de Laocoonte e seus filhos esmagados por duas serpentes ou pelo episódio em que Cassandra, refugiada no templo de Palas-Minerva, é indignamente ultrajada<sup>247</sup>, nos remete a um cômico sério por parte de Timon. Com o seu uso ele coloca em um mesmo nível diferentes tipos do que considerava uma “tragédia”, para, por fim, significar que o espanto dos maranhenses não poderia ser verdadeiro. O contraste e a oposição provocam um riso sério. Aí reside o irônico.

Sobre as eleições modernas, nenhum caso, no entanto, é tão singular da ironia da Timon quanto aos procedimentos eleitorais quanto o capítulo sobre a Turquia. O caso oferecido chamou a atenção de Antônio Henriques Leal, especialmente por assumir Timon que “das regiões de Napoleão III para as do grão turco há só um passo, e do sufrágio universal e do golpe de dezembro descamba para a eleição da sultana preferida”.<sup>248</sup> Sai da França com processo eleitoral mais estável, terminando com a Revolução e diz que a transição não poderia ser mais natural, porém narra como o grão-duque fazia a eleição por meio de um lenço que era jogado sobre o escolhido/escolhida. Apenas por essa associação, contudo, não podemos tomar como natural. Janotti vai além de Leal e afirma que o conteúdo exposto por Timon não teria a finalidade de esclarecer nenhum aspecto sobre o país e que sua inclusão na história das eleições seria “um apêndice de seus juízos sobre a França decadente”.<sup>249</sup> Ainda segundo essa autora, a observação do texto leva o leitor “[...] à convicção da falta de informações que Lisboa tinha sobre a Turquia”, sendo, “[...] os subtítulos não são desenvolvidos no texto, senão de forma caricatural, em cenas imaginárias que retratam costumes dos haréns turcos”.<sup>250</sup> A escolha pela forma de desenvolver os textos e seus subtítulos, não somente esse sobre a Turquia, seria, na opinião de Leal, uma escolha consciente em que o escritor procura

<sup>246</sup> Ponto de distinção entre os românticos e neoclássicos, segundo Antônio Cândido, pois os primeiros “[...] operando uma revisão de valores, não apenas veem coisas diferentes no mundo e no espírito” bem como o desejo de imprimir “[...] à sua visão um selo próprio e de certo modo único”. CÂNDIDO, Antônio. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2002, p. 26.

<sup>247</sup> MENDES, Odorico. Eneida. In: **Virgílio Brasileiro**. Paris: Tipografia de W. Remquet E. C., 1858, p. 263. Ambas as ocorrências da expressão latina estão no Livro II da Eneida. É importante lembrar que um dos aspectos que fortalecia a criação da ideia de Atenas brasileira para o Maranhão eram os intensos estudos clássicos. A *Eneida* foi traduzida por Odorico Mendes, professor de latim de Francisco Lisboa, em 1854. A edição que utilizamos para reconstruir o contexto da expressão é de 1858 e integra o conjunto de traduções de Virgílio feitas por Odorico Mendes.

<sup>248</sup> LEAL, Antônio Henriques. Notícia acerca da vida e obras de João Francisco Lisboa. In: LISBOA, op. cit., v. I, p. CXV, nota 22.

<sup>249</sup> JANOTTI, op. cit., p. 61, nota 1.

<sup>250</sup> *Ibidem*, p. 61.

“[...] variar uma ou outra descrição com apropriadas anedotas que mais esmaltam o desenho da obra”.<sup>251</sup>

Temos, assim, dois aspectos importantes, a partir desses dois críticos para apontar. Concordamos com Leal que as anedotas, utilizadas ao longo de nosso trabalho como exemplo de trechos irônicos de Timon, possuem um potencial lúdico, mas é necessário acrescentar, por meio da afirmação de Janotti, de que o conteúdo é desenvolvido por meio de caricaturas, revelando um desconhecimento do tema, precisamos fazer um adendo. Isso porque, é preciso enfatizar que a caricatura, como estratégia utilizada na sátira, possui um papel importante na crítica. Como destaca Helena Paiva, “[...] a caricatura é a deformação intencional para troçar”, ela é escolha consciente que carrega maior potencial com a alteração do que com a imitação.<sup>252</sup> No exagero, na deformação ou na alteração da imagem, a paródia e a caricatura, teriam como grandes efeitos reprimir, purificar ou informar o que se pretende e o que se quer combater.<sup>253</sup>

Podemos afirmar que o capítulo é irônico do início ao fim. Ao final do livro sobre a França, Timon afirma que deste país para “os domínios do grão senhor a transição não pode ser mais natural” e é aí que se inicia a ironia que perpassa todo o livro sobre a Turquia. Os subtítulos parecem contrastar com a restrita descrição apresentada no texto com apenas duas páginas. Contudo, é na colocação destes com o conteúdo que a ironia irrompe. Timon promete falar sobre os “progressos admiráveis da liberdade nesse país”, mas abre o seu texto com uma explicação da razão da escolha.

O leitor ingênuo e cheio de candura pasmará certamente de ouvir falar de eleições nos domínios do grão turco; mas que há de ser, se o sistema representativo faz progressos espantosos, e vai cada dia ganhando um terreno imenso? Quando tudo se move e adianta nas vias da civilização, fora maravilha que só o império do crescente escapasse à regeneração universal. Será fácil julgá-lo, pelo que se passa a referir.<sup>254</sup>

Porém, no desenvolvimento dos tópicos seguintes, o leitor encontra a descrição de Timon sobre os “passeios e manobras eleitorais” que não se referem ao sistema representativo ou às eleições como analisados nos livros anteriores. Timon descreve

<sup>251</sup> LEAL, Antônio Henriques. Notícia acerca da vida e obras de João Francisco Lisboa. In: LISBOA, op. cit., v. I, p. CXV, nota 22.

<sup>252</sup> PAIVA, Maria Helena de Novais, 1961, apud SANTOS, op. cit., p. 175, nota 210.

<sup>253</sup> SANTOS, op. cit., p. 175, nota 210.

<sup>254</sup> LISBOA, João Francisco. Eleições na Idade Média e Tempos modernos: Turquia. Op. Cit., 1865, v. I, p. 147, nota 22.

como o grão-senhor escolhia as suas acompanhantes. Sem fazer uma explícita analogia, que fica a cargo do leitor, Timon fala da eleição e honra do lenço. Vejamos a narração da cena:

S. alteza quando queria espárecer, as fazia reunir em algum dos seus amplos salões, colocadas em extensas fileiras; e começava então a percorre-las, em razoável distância, lançando a uma e outra parte olhares languídos, enfatiados e distraídos. Às vezes ficava nisto o passeio, que não deixa de recordar seu tanto ou quanto as nossas procissões eleitorais; porém outras, erguendo súbito o braço indolente, arrojava o sultão com graça senhoril um lenço finíssimo e perfumada, (...) <sup>255</sup>

Dessa forma, realizavam-se as eleições, pelo passeio e pelo lenço disposto em direção ao escolhido, numa alusão à falta de critério com que os candidatos eram escolhidos e eleitos no Maranhão. Ele encerra o capítulo falando, com uma ironia que se estende como crítica à situação da França, como a língua francesa era tão forte que permitia mesmo a um turco encontrar palavras que expressassem os sentimentos em torno das eleições, a frase escolhida pode ser traduzida como “as honras do lenço” e a frase final de Timon tem todo o peso irônico ao afirmar “traduza-as quem souber e puder”, como quem diz que alguns serão capazes de entender a extensão do significado de tal tipo de eleição a partir da sua realidade presente. “Para a cena do serralho que fica descrita, e para todas as suas possíveis consequências, tem ela as quatro seguintes e inocentíssimas palavras – *Les honneurs du mouchoir*. Traduza-as quem souber e puder”. <sup>256</sup>

### 2.2.3 Considerações gerais

A narração das *Considerações Gerais* tem um caráter conclusivo, não declarado, que retoma questões que perpassam por todo o *Jornal*. No entanto, há um centro em torno do qual a discussão é montada por Timon. Há uma atenção maior sobre o princípio revolucionário a partir da experiência da Praieira. Como fizemos nos outros tópicos, reproduzimos um trecho, de caráter irônico, que resume e ilustra a posição de Timon diante da questão. Ele diz que:

Um publicista ou jornalista revolucionário escreve em tom ameaçador e enfático: - Os tempos se aproximam. O povo tem esgotado até as últimas fezes o cálice amargo do sofrimento. Tremei! a sua cólera há de ser terrível! Não ouvis o ruído subterrâneo e espantoso do vulcão? A lava devoradora há

<sup>255</sup> Ibidem, p. 148.

<sup>256</sup> LISBOA, João Francisco. Eleições na Idade Média e Tempos modernos: Turquia. Op. Cit., 1865, v. I, p. 149, nota 22.

de em breve abrasar, como o fogo do céu, a nova Sodoma e a nova Gomorra! – Feito ou dito isto, envergam o ligeiro paletot, e com a bengalinha na mão e o sorriso nos lábios, endireitam a divertir-se nos teatros e bailes, e se os fados o consentem, às repartições públicas, onde os conserva e lhes paga o governo que insultam e difamam.<sup>257</sup>

Timon diz que a civilização foi salva no dia dois de fevereiro quando ocorreu a derrota e que o temor se espalhava por todo o Império, pois estava em jogo a ordem e as instituições. Os efeitos negativos, no entanto, ocorreriam com a vitória ou com a derrota. É questionado por ele a solidez e a legitimidade das causas do movimento. Ele questiona, em suma, o direito da revolução. A crítica de Timon é direcionada ao problema do direito revolucionário, preocupado com elementos importantes como a sua aplicação, a escolha do tempo, do lugar dos instrumentos, a verificação da necessidade, oportunidade e bom sucesso. A empresa não deveria ser confiada a qualquer um, por isso ele defende que “[...] o carro do sol não há de se confiar a não expertos Faetontes, sob pena de vermos abrasado o universo”, e que tão importante quanto os homens ideais para conduzi-la era a escolha do momento ideal para ocorrer revolução” correndo o risco, caso houvesse erro na escolha da hora certa, de ver “[...] a pátria afundar-se em abismo de misérias, ralado de pesar e de remorso, se tende um coração suscetível de experimentá-los”.<sup>258</sup> Ele situa, então, a reflexão em dois campos. Primeiro em relação ao direito revolucionário e, segundo, discute o problema da execução do mesmo.

Como reforça Flávio Soares, a divisão parece simples, mas se nos ativermos ao *Jornal* reunindo as discussões de todos os folhetos veremos que “toda a análise sobre o direito eleitoral e sobre a história colonial da Província gira em torno da questão da lei, do direito, e da sua execução”.<sup>259</sup> Essa dualidade aparece em diferentes momentos do *Jornal* em que Francisco Lisboa defende que o problema não era a legislação que regia os povos, mas na sua aplicação citando, como exemplo, a seguinte frase de Tácito: “*Plurimoe leges, corruptissima republica*”, que numa tradução livre poderia ser entendido como “[...] quanto mais corrupto o Estado, maior o número de leis”.<sup>260</sup> A questão é importante pois, segundo Soares, para Timon “[...] é na execução que a lei negaria a si mesma, se “pervertendo”, e o que era em tese justo, na prática tornava-se injusto”.<sup>261</sup> Timon coloca lado a lado duas visões sobre o problema: uma visão

<sup>257</sup> LISBOA, João Francisco. Considerações Gerais. Op. Cit., 1865, v. I, p. 442-443, nota 22.

<sup>258</sup> LISBOA, João Francisco. Considerações Gerais. Op. Cit., 1865, v. I, p. 442, nota 22.

<sup>259</sup> SOARES, Flávio José da Silva. **Barbárie e simulacro no Jornal de Timon de João Francisco Lisboa**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002, p. 71.

<sup>260</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>261</sup> Ibidem, p. 71.

conservadora que condenava qualquer ensejo de revolução e uma visão a favor da revolução, ainda que oposta ao governo.<sup>262</sup> Como escreve: "[...] no nosso país vê-se de um lado a negação absoluta do direito revolucionário, proclamando-se do outro a sua extensão e aplicação de um modo não menos exagerado."<sup>263</sup> Mas se o direito da revolução era em si justo, na prática, em sua aplicação, poderia dar no contrário e, pervertido ou revertido, resultar no “arbitrário”.

A crítica e oposição de Timon a qualquer empresa revolucionária fica clara na forma como ele desqualifica aqueles que a proclamam. Crítica presente na contradição que vê pela exposição de terror que justificaria a sua eclosão que contrasta com a diversão (exposta no trecho citado) de que gozam os mesmos homens à custa de quem os mantém financeiramente. Timon compara tais homens a crianças que “[...] brincam e folgam com um instrumento de morte, que não conhecem sequer” advertindo-os que “[...] quem não possui o aparelho maravilhoso de Franklin para subjugar o raio, não deve temerariamente provocar a tempestade” em ataque aos promotores de revoluções que depois não saberiam como contê-las, a exemplo da experiência pernambucana.<sup>264</sup> Assim como em outros casos citados ao longo do *Jornal*, a ironia de Timon não está presente somente nas antífrases, mas expressa uma visão de mundo invertido. Essa posição está presente também na avaliação que faz da derrota do partido liberal em Pernambuco em 1848. A narrativa das *Considerações* cumpre, então, duas funções importantes: expressa a oposição de Timon a qualquer revolução em si mesma e o aspecto persuasivo para trazer os leitores para a seu lado, onde a ironia ocupa papel essencial ao expor as contradições que marcaram o caso pernambucano. Nesse sentido, cumpre trazer um trecho que exemplifica essa postura:

Justiça política, meu Deus! processo, isto é, acusação, defesa, juiz e sentença! Que abominável irrisão! No dia em que resolvem sacrificar o seu prisioneiro para devorá-lo, os selvagens antropófagos pintam-no, enfeitam-no, armam-no de uma maça enorme, e também lhe dizem que se defenda; mas se o desventurado, pungido pelos insultos dos seus algozes, arremete furioso contra eles, para logo as mil cordas que sustêm e enleiam de todos os lados, lhe fazem sentir que tudo aquilo é uma simples representação, e que não lhe resta mais nada, senão entoar o cântico fúnebre. Vem por derradeiro a sentença, isto é, o golpe mortal, e põe termo à cena.<sup>265</sup>

<sup>262</sup> SOARES, Flávio José da Silva. **Barbárie e simulacro no Jornal de Timon de João Francisco Lisboa**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002, p. 72.

<sup>263</sup> LISBOA, João Francisco. *Considerações Gerais*. Op. Cit., 1865, v. I. p. 432, nota 22.

<sup>264</sup> *Ibidem*, p. 443.

<sup>265</sup> *Ibidem*, p. 495.

Nas disputas políticas, dessa forma, como resultado das revoluções, a justiça política se convertia em um tipo de justiça considerada por Francisco Lisboa como bárbara, onde o objetivo seria a obtenção de vingança. O caso pernambucano ilustraria essa transformação, denunciando ainda, segundo Timon, a inversão de valores absolutos em relativos, tomando por vezes o que era considerado mal como bem, tudo tomado de acordo com as diretrizes do lado vencedor, o que permitiria, como destaca Flávio Soares, a aproximação do “mundo dos civilizados com o mundos dos bárbaros”.<sup>266</sup> Sendo assim, diante do desconhecimento dos resultados e consequências que vinham com a revolução, apresentados ao leitor pelos exemplos comparativos entre “justiça bárbara” e “justiça política”, Timon pretendia levar o seu leitor a perceber as contradições e inversões decorrentes da revolução e, como ele, a ela se opor.

#### 2.2.4 Partidos e eleições no Maranhão

Timon abre o seu texto com a narração da chegada do novo presidente da província Bernardo Bonifácio Montalvão de Mascarenhas para substituir o então atual presidente Anastácio Pedro de Moura e Albuquerque. Os detalhes que compõem o desenrolar de tal processo, no entanto, é que conferem o tom dramático da mudança que Timon tenta reconstruir. Ao mesmo tempo, é oferecido ao seu leitor as contradições que marcaram esse acontecimento. A primeira e mais clara ao leitor é o fato de Anastácio Pedro estar em plenos preparativos para a sua candidatura a deputado geral quando chega a São Luís o seu sucessor. A notícia da chegada de um vapor imperial, para o “presidente candidato”, é comparada ao “festim de Baltasar”. Fazendo uma analogia entre os momentos finais do presidente Anastácio ao dia derradeiro de um condenado, Timon apresenta aos seus leitores a primeira ironia da situação: o presidente candidato recebe a sua demissão. O trecho que ilustra o acontecido permite verificarmos a intensidade que Timon confere ao sentimento de surpresa vivido por Anastácio e contradição pela situação:

E nas salas esplêndidas de baile, ou no meio das alegrias dos banquetes que a inesgotável hospitalidade da província ainda não tinha cansado de oferecer ao seu digno administrador, quantas vezes não se surpreendia ele, pobre Baltasar

---

<sup>266</sup> SOARES, op. cit. p. 85, nota 259. Essa relação entre barbárie e sistema de inversão e simulação no *Jornal de Timon* pode ser vista com mais detalhes na análise de Flávio Soares faz no terceiro capítulo de sua dissertação de mestrado. Cf. SOARES, Flávio José da Silva. **Barbárie e simulacro no Jornal de Timon de João Francisco Lisboa**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

temporário e amovível, a ler no papel acetinado das paredes, traçados por uma mão proterva e invisível, os funestos e fantásticos caracteres que, dançando e fulgurando com magia infernal aos seus olhos e à sua alma atribulada, diziam a palavra fatal e abrasadora: DEMISSÃO!<sup>267</sup>

A admiração provocada pela passagem é enfatizada pela utilização de marcadores como a palavra demissão escrita em maiúsculo e seguida da exclamação, contrastando com a situação exposta no início do mesmo trecho de festividade, e, também, pela comparação de Anastácio Pedro a Baltasar, filho de Nabucodonosor, rei da Babilônia. Conta-se que enquanto participava de um banquete com amigos, teriam surgido na parede palavras que anunciavam a Baltasar aproximação de sua desgraça.<sup>268</sup>

O peso irônico presente no relato, no entanto, não é conferido somente pela demissão do presidente candidato mas, também, pela forma como aquele fato causou espanto em toda a província e ambos os partidos. Timon enuncia as expectativas da população: “*Há de ser um bispo – dizia um. Ou então presidente do Pará – acudia outro*”.<sup>269</sup> A forma irônica como a cena é descrita permite recuperar a crítica efetuada por Timon no que diz respeito à relação entre a Corte e a província do Maranhão a ponto de a administração central enviar um novo presidente enquanto havia uma movimentação em torno da candidatura do atual, conferindo um caráter opressor à supracitada relação. A expressividade irônica de Timon acompanha o desenrolar dos acontecimentos. Como se nota na forma como ele narra as ações de Anastácio Pedro diante da situação em que se encontrava. Acompanhemos uma delas:

César dizia, e depois dele Napoleão, seu copista a tantos respeitos, que nada estava feito quando ainda restava alguma coisa por fazer; e foi só naquele atribulado momento que o senhor Anastácio e os seus amigos compreenderam todo o alcance desta sentença aliás tão simples em aparência. Apesar do muito que tinham feito, estavam grandemente atrasados; pelo que cuidaram de dar ao mal todo o remédio que sofresse o aperto das circunstâncias. Sua excelência dirigiu-se imediatamente ao seu sucessor, e perguntando-lhe quando queria tomar posse, ao que o digno colega respondeu que estava inteiramente à sua disposição, como é de uso entre cavalheiros em casos tais. *Pois então seja no dia 17* (estavam a 14!).<sup>270</sup>

O trecho acima é marcado por inversões. Primeiro, Timon destaca que “[...] foi só naquele atribulado momento” e “o aperto das circunstâncias”, ou seja, a demissão, que Anastácio e seus amigos foram capazes de entender a sentença “simples em

<sup>267</sup> LISBOA, João Francisco. **Jornal de Timon**: partidos e eleições no Maranhão. Introdução e Notas de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 52.

<sup>268</sup> LISBOA, op. cit., p. 52, nota 267.

<sup>269</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>270</sup> Ibidem, p. 62-63.

aparência” de que ainda restava algo a ser feito, subentende-se, pela província. Aliado à crítica patente expressa em tais inversões, Timon encerra o trecho com a informação precisa e usando o marcador itálico como destaque do tempo que Anastácio atrasou a posse do novo presidente no intuito de fazer o que ainda não fizera pelo Maranhão: três dias. O quadro irônico se completa com as ações tomadas após o anúncio do prazo:

Acordado este ponto, torna sua excelência à roda dos amigos, e cuida-se de veras em meter mãos à obra. Na secretaria tinham apenas ficado dois oficiais mais moquencos e experimentados em crises tais; mandaram vir mais alguns, e começou então aquilo a que a opinião maliciosa e desvairada tem chamado *testamentos presidenciais*.<sup>271</sup>

Note-se como a crítica de Timon se estabelece a partir do uso da ironia com relação à inversão de valores marcada no trecho, não somente pelo contexto criado, mas é possível elencar também a sua presença através dos adjetivos contraditórios *moquencos/experimentados/maliciosa/desvairada* e pelo itálico em “testamentos presidenciais”. Ao mesmo tempo em que nos fala que Anastácio se juntou com seus amigos para pôr “mãos à obra”, nos diz da existência apenas de dois oficiais qualificados de moquencos ou preguiçosos e que foram buscar mais alguns da mesma qualidade, demonstrando que as providências que seriam tomadas nos três dias restantes não eram grandes trabalhos em favor da província, afinal, aliado ao pouco tempo tínhamos agora os moquencos.

Ao dar o destaque para o termo Timon retoma o compromisso com a crítica que está estabelecendo. Crítica que se intensifica mediante a enumeração que fornece Timon do conteúdo dos ditos testamentos presidenciais: dissolveram batalhões e esquadrões da guarda nacional criaram outros em seus lugares, nomearam outros chefes, demitiram oficiais da polícia, demitiram e nomearam na polícia civil, suspenderam uma câmara municipal, processaram membros de uma anterior, excluíram vereadores da capital e admitiram suplentes “[...] por meio de declarações de incompatibilidade”, licenças a empregados da capital e juizes do interior “todos do partido do governo, por motivo de moléstia”, “contrato de compra de um pardieiro arruinado” “para servir de cadeia, casa de câmara, júri *et cetera*”, todas essas medidas foram assinadas.<sup>272</sup>

Garantidos os testamentos Timon passa para a cerimônia da posse do novo presidente que, segundo nos informa o narrador, se passou como de costume, embora

<sup>271</sup> LISBOA, op. cit., p. 63, nota 267.

<sup>272</sup> Ibidem, p. 64.

conste de seu relato que a forma como foi anunciada a substituição causou trocas de “olhares de maliciosa inteligência” quando o secretário da câmara municipal fez o seguinte anúncio: “Hei por bem conceder-lhe a demissão *que pediu, et cetera*”.<sup>273</sup> Tanto os ditos olhares quanto o destaque dado em itálico remetem às circunstâncias narradas anteriormente por Timon sobre como ocorreu a demissão.

Timon não se prende à cerimônia, pois sua atenção está na caracterização do personagem que representa o mau presidente. A descrição se inicia de forma crítica ao afirmar que Bernardo Bonifácio “[...] nasceu em um território que fica nos confins das três províncias de Pernambuco, Bahia e Minas”, assegurando que essa “inapreciável vantagem” de possuir uma tríplice naturalidade fora usada pelo mesmo em proveito próprio.<sup>274</sup> O detalhe já indica a postura que Timon terá diante da personagem, mas não se compara com a minuciosa descrição que ele dá acerca de Bernardo Bonifácio, necessária, em sua opinião, porque enquanto na capital a população teve a oportunidade de conhecer “as feições e maneiras de sua excelência”, a população do interior “[...] não teve a mesma honra, e não é de resto decoroso privar a posteridade de notícias de tanta consequência”.<sup>275</sup> Vejamos, então, as “feições e maneiras” do novo presidente que Timon considerava tão importantes:

Quanto a sua pessoa, era sujeito de alta estatura, magro, pálido como um defunto, zambro e zarolho. Quando ria, deixava ver uma formidável, porém mal guarnecida denteça, porque os mais dentes só brilhavam pela sua ausência. As feições eram grossas, e a cor trigueira, mais do que podia comportar uma razoável indulgência, desafiava certos reparos indiscretos, no meio dos quais murmurava-se em voz baixa o termo casta. (...). Os oficiais da secretaria asseguravam que a sua boca exalava um hálito pouco congruente: supunha-se ser moléstia interior, porque em pontos de asseio se esmerava ele quanto lhe era possível. Muito tempo depois o seu médico assistente me informou que o homem tinha na perna direita uma chaga antiga e incurável, e era de mais a mais sujeito a certas cólicas nervosas de um caráter tão violento, que nos paroxismos da dor sua excelência se arrojava ao chão, espojando-se e dando urros como réprobo. Durantes esses ataques (acrescentava o médico) é que choviam com mais profusão as demissões, as ordens para recrutamentos, e todas essas medidas violentas que mais tarde tamanha nomeada deram à sua administração.<sup>276</sup>

Na presente descrição que faz de Bernardo Bonifácio, podemos notar como Timon alia os defeitos físicos aos defeitos morais representados nas medidas tomadas pelo novo presidente. Contudo, o teor irônico se efetua não apenas por meio de tal

<sup>273</sup> LISBOA, op. cit., p. 73-74, nota 267

<sup>274</sup> Ibidem, p. 74.

<sup>275</sup> Ibidem, p. 74.

<sup>276</sup> Ibidem, p. 75-76.

associação, mas também pelo processamento do risível. O efeito cômico, como mostra Rita Santos, está presente no uso dos adjetivos que caracterizam a personagem e são um convite do leitor à troça, pois correspondem a uma realidade (a aparência do presidente) já por si cômica.<sup>277</sup>

Alguns subtítulos do folheto revelam, quando comparados ao seu conteúdo, a força do significado básico da ironia como uma inversão, ou como quando se diz algo quando se quer dizer outra coisa. Isso porque, cada um deles, surpreende o leitor ao mostrar o oposto. É o caso de alguns presentes no segundo capítulo do folheto. São eles: a instalação doméstica do novo presidente; o palácio do governo; conforto; criados do paço; jardins e perfumes; solilóquios; o tenente-coronel-Fagundes; um homem prestante; cavalos baratos; diversas espécies do gênero presidente; o Porto-Franco.

Timon informa que logo depois de se instalar definitivamente, Bernardo Bonifácio se pôs a explorar o palácio que era, em verdade, um casarão com “meia dúzia de salas e salões”, singeleza dos móveis, “pinturas desbotadas”, “papel das paredes manchados”, “janelas e portas desguarnecidas”, “assoalho nu e pouco asseado”, “o telhado abria um sem-número de goteiras” e mesmo para a luz um criado teria pedido dinheiro para os reparos.<sup>278</sup> O presidente fora, então, buscar compensações em outros ramos, mas logo encontrara três galés que varriam uma das salas vindo a saber que os criados do palácio eram condenados a trabalhos forçados. Chegando ao jardim diz Timon que “em vez de flores, deparou só canteiros nus, e cheios de terra seca e esgaravatada”. Desiludido, Bernardo Bonifácio teria mirado o lado oposto, se deparando o depósito de lixo e a cadeia pública, que era ao mesmo tempo casa de câmara e tribunal de justiça. Desceu ele ainda ao pátio dos bichos “e não encontrou ali fôlego vivo”, examinou a estrebaria e encontrou apenas restos de palhas.<sup>279</sup> Diante de tal cenário, se iniciam os solilóquios do novo presidente acerca das condições precárias às quais estava submetido.

Timon não interfere, não interrompe as reflexões de Bernardo Bonifácio, mas além da perceptível ironia, expressa pela distância e divergência, que separa os subtítulos dos seus respectivos desenvolvimentos, ele coloca sobre o assunto uma nota

<sup>277</sup> SANTOS, op. cit., p. 176, nota 210.

<sup>278</sup> LISBOA, op. cit., p. 95-96, nota 267.

<sup>279</sup> Ibidem, p. 98-99.

de rodapé que reforça a percepção de inversão que permeia a narrativa principal. Afirma Timon que,

Afinal, resolveu-se o governo a mandar fazer um conserto mais radical na velha habitação do capitão-general Joaquim de Mello: a obra das reparações tem progredido com grande vigor neste ano de 1852. Puseram-se grades de ferro nas janelas superiores, agora mais rasgadas e elegantes, e consta-me que se encomendaram para a Europa móveis e decorações de gosto e preço. Mas para que a obra fique sendo sempre do Maranhão, a arquitetura do andar superior, sobre modo renovado, não diz com a do pavimento térreo, cujas portas e janelas, baixas e acaçapadas como dantes, não têm sequer para onde se desenvolvam. A extremidade do edifício, ocupada pela tesouraria, ficou com a antiga aparência exterior, e *hurle de se trouver ensemble* com o palácio propriamente dito.<sup>280</sup>

Em oposição à notícia de que o governo se propusera a fazer as obras necessárias, Timon expôs a sua crítica por meio de uma fina e sutil ironia marcada pela ênfase no desajustamento, na falta de combinação, na reversão das normas para que a obra fosse “sendo sempre do Maranhão”, como quem quer dizer que tal característica é a que marca a província. A percepção que Timon tem do Maranhão se estende para a narrativa do capítulo terceiro quando procura tratar dos partidos que compunham o cenário político e fazer alguns retratos dos principais líderes dos partidos que compunham o cenário eleitoral. Acerca dos grupos políticos Timon informa que “[...] nestes últimos tempos a ciência e faculdade de engendrar partidos tem sido levada a um grau de perfeição e fecundidade verdadeiramente fabuloso”.<sup>281</sup> Trata-se, aqui, no entanto, da técnica do falso elogio. Se tomarmos a afirmação literalmente poderíamos entender que ele considerava a profusão de diferentes partidos como algo positivo, especialmente pela escolha dos vocábulos ciência e faculdade e perfeição na criação de partidos. Contudo, como ele vem a revelar, a prática era sobremaneira banal que existia uma espécie de receita que garantiria o sucesso da mesma. Um dos subtítulos do capítulo revela o conteúdo dessa prática, nos referimos aqui ao “Receita pronta e eficaz para criar um partido” que assim é descrita no texto:

[...] um homem, aliás distinto, e que não pouco avultara na cena provincial, se lembrou um dia de recomendar a organização de um partido em um simples artigo comunicado, em forma de receita, em que vinham prescritas a publicação de um jornal, o seu título (nome de pássaro), a epígrafe, o formato, e até o preço de dois vinténs por cada folhinha de quarto, rematando tudo com as luminosas doutrinas a pregar, e a formidável intriga a manejar, com que dentro em pouco correria tudo às mil maravilhas!<sup>282</sup>

<sup>280</sup> LISBOA, op. cit., p. 100-101, nota 267.

<sup>281</sup> Ibidem, p. 120.

<sup>282</sup> Ibidem, p. 124.

Dessa forma, por meio do falso elogio, Timon cria, convence o leitor de algo, de um tipo ou forma de fazer, de criar partidos de maneira perfeita, mas para destruir tal prática e convencer o leitor do contrário. A aludida posição com relação à profusão de partidos e do modo banal como eram criados é reforçada com os posicionamentos ideológicos que Timon endereça a cada um deles. Assim, ele nos conta que o novo presidente Bernardo Bonifácio em seus primeiros tempos na província interrogava e sondava os diferentes partidos sobre as suas posições contra a defesa em todos eles da ordem e da monarquia incluído nesse grupo os bacuraus, que se diziam defensores dos princípios populares, mas que entendiam que o país ainda não estava preparado para este tipo de instituições.<sup>283</sup> Diante da ausência de diferenças e firmeza de princípios que caracterizassem as posições políticas dos partidos, Timon conclui: “[...] aceitamos pois sem escrúpulo a atual ordem de coisas, como fato consumado, uma vez que o poder nos garanta o gozo de todas as regalias dos cidadãos. Estamos até dispostos a prestar-lhe a mais franca e leal cooperação”.<sup>284</sup>

Condescendência, flexibilidade, compreensão, indulgência. Estamos diante de mais uma ironia de Timon. Nosso narrador, como se pode perceber pelo conjunto da construção do cenário político maranhense, pela forma como ele nos informa que os partidos políticos são criados praticamente sem critérios e pela ausência de uma agenda própria que os diferencie não destoa da posição assumida nesse trecho final. Isso porque trata-se de um uso consciente do recurso da ironia. É a ironia socrática, que tem como uma de suas estratégias a perseguição de um raciocínio ou ideia errada com vistas a encontrar a verdade. Afirma-se o contrário para que o que se busca venha à tona. A dita condescendência, como observou Rita Santos ao analisar o mesmo trecho, não tem a função de compreender o mal exercício político, mas destruí-lo refutando-o.<sup>285</sup> Partindo da compreensão da ironia filosófica proposta por Jankélévitch, Rita Santos defende que tal uso feito por Timon faz parte da própria qualidade da ironia enquanto busca do caminho dialético para encontrar a verdade que está sendo alvejada, qual seja o mal proceder político.<sup>286</sup>

Ao lado dos partidos, preocupa a Timon definir quem eram os homens que os compunham. A opção em tratar apenas de alguns chefes e não de todos reforça a

<sup>283</sup> LISBOA, op. cit., p. 127, nota 267.

<sup>284</sup> Ibidem, p. 127.

<sup>285</sup> SANTOS, op. cit., p. 171, nota 210.

<sup>286</sup> Ibidem, p. 171.

caracterização da sociedade maranhense como inversão, pois, segundo Timon, não caberia em seu esforço tratar de todos os homens que naquele tempo “[...] aspiravam à graduação e honras de chefes e diretores dos diversos grupos”, uma vez que, em suas palavras, acontecia com eles o mesmo que na guarda nacional “[...] onde o número dos oficiais compete com o dos soldados”.<sup>287</sup>

Optamos aqui em reproduzir o retrato feito por Timon do doutor Afrânio, que serve como modelo para a apreensão das principais características dos demais políticos que integravam os partidos no Maranhão. Timon atesta que o pai do doutor Afrânio havia mandado o filho para estudar direito em Olinda, mas que como o filho não havia tido muito sucesso nas disciplinas e os exames preparatórios se aproximavam, o pai enviou o filho para a Bahia, onde se dizia os colégios tinham “fama de indulgência e caridade” em tais exames. Timon, então, narra o percurso feito pelo futuro chefe do partido cangambá:

O jovem Afrânio partiu daqui em janeiro, sabendo muito pouco do francês, quase nada do latim, e ainda menos de lógica e retórica; e nada obstante, em coisa de dois meses adiantou-se ali de maneira que fez com plena aprovação os seus exames de inglês, geografia, história e geometria, e em tempo útil achou-se matriculada na imortal academia de ciências jurídicas e sociais, onde entre muitos outros mancebos de mérito, é certo, se têm formado tantos outros, verdadeiros doutores à mexicana.<sup>288</sup>

Ainda sobre o caso de Afrânio segue Timon:

O exemplo aberto por este habilidoso estudante não ficou perdido; de então para cá muitos e respeitáveis chefes de família, cheios de paternal solicitude, têm mandado os filhos a Olinda, com escala pela Bahia, sem que daí todavia lhes resulte maior despesa, pois o governo da província, convencido da suma utilidade da rápida propagação das luzes, de que é grande protetor, concede generosamente o favor das passagens de estado a estes aproveitáveis estudantes, sempre que o seu colega do Pará tem a simplicidade de as deixar vagas, em atenção aos numerosos pedidos oficiais e officiosos que daqui lhe são dirigidos para esse fim.<sup>289</sup>

Para a compreensão da crítica que é feita na caracterização do doutor Afrânio, Timon exige um esforço do seu leitor para entender a mensagem dentro do texto. Isso porque, uma leitura literal não é suficiente para apreender a dimensão da oposição que ele faz da forma como o chefe do partido em questão adquire a sua formação. O texto em si contém alguns elementos que demonstram certo contraste, como a informação da dificuldade de Afrânio com os estudos e a aprovação rápida com sucesso na Bahia,

<sup>287</sup> LISBOA, op. cit., p. 128, nota 267.

<sup>288</sup> Ibidem, p. 129-130.

<sup>289</sup> Ibidem, p. 130.

onde, Timon dá a entender – por meio da qualificação de indulgente e caridosa – que os exames eram mais fáceis, e na sequência pelo adjetivo habilidoso e o interesse da província em propagar rapidamente as luzes com pedidos “oficiais e oficiosos”. A crítica aqui é bem sutil quando nos prendemos somente a esse quadro descrito por Timon. Contudo, se voltarmos um pouco no conteúdo do *Jornal de Timon*, em especial na história das eleições nos tempos modernos, veremos que Timon já havia fornecido aos seus leitores como funcionava o sistema educacional no México. A retomada de tal definição dá a dimensão real da crítica efetuada por ele quando nos diz que o doutor Afrânio, como tantos outros, eram “verdadeiros doutores à mexicana”. Sobre o México ele revela que,

Nas escolas o que prepondera [...] não creias que seja o amor da instrução e da ciência que a povoa e sustenta; é o *aspirantismo*, hidra multiforme, e de mil cabeças; em geral só se estuda quanto baste para alcançar um diploma, e o emprego e posição que é consequência dele.<sup>290</sup>

Como podemos ver o aspirantismo, em itálico, que marca o tipo de instrução a partir do qual Timon caracteriza a formação do doutor Afrânio, aliado às supostas facilidades com que obteve o seu diploma qualificam e desqualificam a má prática política, pois, subentende-se que, assim como se tornou doutor tornar-se-ia, depois, chefe do partido dominante.<sup>291</sup> Ao colocar o chefe cangambá como não justamente instituído para anulá-lo, Timon teria apontado, conclui Rita Santos, para a incompetência como a característica principal dos dirigentes políticos maranhenses.<sup>292</sup>

A forma crítica como Timon narra os costumes políticos no Maranhão expressa pelo extensivo e intensivo uso da ironia é moldado ainda pela dualidade e ambivalência que caracterizam um discurso irônico. Pelo modelo afirmação/negação, Timon nos oferece as características do sistema e não somente de seus elementos. Para completar esse quadro Timon inclui em sua narrativa alguns componentes como o dinheiro, a violência e a falsificação.

Sobre o primeiro, o narrador fala de certo coronel Santiago, homem muito rico, que vivia cortejando o seu partido e não saía do palácio presidencial em busca de uma oportunidade de se candidatar a deputado ou a senador. Este segue a narrativa, era recebido pelos presidentes “com muita deferência, sem dúvida dominados pela

<sup>290</sup> LISBOA, op. cit., v. I. p. 161, nota 22.

<sup>291</sup> SANTOS, op. cit., p. 170, nota 210.

<sup>292</sup> Ibidem, p. 170.

importância de sua elevada posição social, quero dizer, pela sua riqueza, que, como se sabe, é um grande elemento de ordem, e dá aos que a possuem o caráter, o nome e todas as virtudes de *homem de bem*".<sup>293</sup> Há, nessa crítica de Timon, um jogo expresso pelo destaque dado ao homem de bem em itálico, uma duplicidade que pode ser lida tanto como referente à riqueza material do coronel Santiago quanto às virtudes e ao seu caráter.

O modo irônico sob o qual Timon narra as eleições enquanto local de onde se pode conhecer os costumes políticos maranhenses, no entanto, não se restringe somente aos partidos, os presidentes e a imprensa. Há uma crítica forte aos governados, à população de forma mais geral. A argumentação parte da sua observação de que não há opinião pública no Maranhão. Para prova-lo, Timon coloca como modelo a definição dada por Americus em suas *Cartas políticas impressas em Londres* em 1825. Destacamos o seguinte trecho entre os muitos citados pelo narrador:

A primeira vantagem desta forma de governo (a constitucional) é a tendência que se dá aos estudos, às inclinações e à educação das ordens superiores; ninguém deseja ser espectador silente nas assembleias públicas, e por isso todos se ressentem da necessidade de cultivar o talento e adquirir sabedoria, como *único* meio de adquirir também a estima dos seus concidadãos. Isto forma as maneiras e o caráter de uma nação. *Nos governos populares a estima pública não se ganha senão por uma moral mais pura, e por um caráter intelectual mais elevado.*<sup>294</sup>

Os trechos em itálicos foram destacados pelo próprio narrador como uma forma de chamar a atenção do leitor para os aspectos essenciais que compõem a sua argumentação. Isso porque ele retoma de forma analítica os resultados de suas reflexões sobre o processo eleitoral e da política provincial por completo, ou seja, as conclusões sobre o caráter dos presidentes, como se realizava a sua substituição, a corrupção, a violência e as falsificações, a falta de diferenças entre os diversos partidos políticos, a formação dos candidatos, enfim. Timon dera a seus leitores muitas amostras de como no Maranhão o proceder político era marcado por uma inversão de valores em que o mal era tomado como bem, como normal, contrariando o que se pressupunha na forma de governo exposta na citação de Americus. Diante disso, a conclusão de Timon se dá, de forma irônica, ao retomar as palavras citadas e destacadas. Segundo ele, “[...] as estupendas escolhas que assinalam e salpicam as páginas da nossa história eleitoral não consentem duvidar que *nos governos populares a estima pública só se ganha por uma*

<sup>293</sup> LISBOA, op. cit., p. 146, nota 267.

<sup>294</sup> Ibidem, p. 290.

*moral mais pura, e por um caráter intelectual mais elevado!*<sup>295</sup>, logo, pela oposição entre o que foi apontado ao longo do folheto e esta conclusão final, a afirmação significava que no Maranhão, era impossível existir opinião pública.

### 2.2.5 Apontamentos, notícias e observações para servirem à história do Maranhão

Os *Apontamentos* são compostos por livros, em sua primeira parte publicados nos números cinco a dez do *Jornal de Timon*, ordenados tematicamente e, em sua segunda parte, cronologicamente e por temáticas. Por não se tratar de uma narrativa em sequência, com começo, meio e fim a exemplo daquela presente no folheto sobre as eleições no Maranhão, optamos aqui em apresentar três exemplos importantes que mostram que a ironia se mantém presente como recurso em todos as partes do *Jornal de Timon* e que dão uma ideia das funções que ela desempenha nos outros livros que compõem os *Apontamentos*. Partindo do objetivo anunciado por Timon, de que o seu trabalho pretendia dar uma “ideia geral da maneira por que a metrópole administrava os seus domínios do Brasil” por meio da apreciação do sistema colonial ou das consequências de sua implementação nos ramos social, religioso e civil, os exemplos selecionados correspondem a três elementos do sistema: os indígenas, os jesuítas e, por fim, a relação da metrópole com os colonos no Maranhão.<sup>296</sup>

O primeiro exemplo está presente na parte que trata dos indígenas. Nela, é possível acompanhar a crítica ferrenha de Timon ao indianismo, especialmente de Gonçalves Dias. A ironia, nesse caso, não possui nem o aspecto cômico e não leva ao riso, mas procura expor o absurdo da questão demonstrada por meio de, na percepção de Timon, uma inversão de valores. Dessa forma, após o declarado interesse do Imperador nos indígenas e dos poemas do poeta maranhense, ele nota que

E eis aí todo o mundo a compor-se e menear-se a exemplo e feição dos reis, e aturdindo-nos em prosa e verso com tabas, muçuranas, yverapemas, janubias e maracás. Tal propõe que nos atos oficiais e no parlamento não use de outra língua, senão da geral ou tupica; este lastima que todas as nossa vilas e cidades conhecidas por nomes portugueses, ou de santos, se não batizem desde já, e como princípio de reabilitação, com termos e vozes tupinambás; [...].<sup>297</sup>

<sup>295</sup> LISBOA, op. cit., p. 295, nota 267.

<sup>296</sup> LISBOA, op. cit., v. III, p. 10, nota 22.

<sup>297</sup> LISBOA, op. cit., v. II, p. 200, nota 22.

Por meio de uma distorção do programa indianista, Timon apresenta o seu posicionamento irônico. A reabilitação indígena lhe parecia uma ideia não condizente com uma sociedade que se quer civilizada, mas a sua crítica não é direta, ela se dá pela caricatura construída em torno das ideias do poeta, seu conterrâneo. Faltava a Timon, contudo, a completa adesão de seu leitor, tarefa que ele leva a cabo por meio de sua argumentação ácida. Assim, ele nota que Dias houvera criticado os trajes maranhenses como “prosaicos e tão mesquinhamente talhados” em oposição aos trajes indígenas. Estava colocada, então, mais uma oportunidade para a crítica irônica do narrador que não somente expôs como eram os ornatos e vestimentas indígenas, classificando-os como vistosos, bem como contou uma anedota para expressar a sua opinião.

A propósito destes trajes poéticos, lembra-nos ainda uma anedota assaz picante, que lemos há alguns anos em um jornal literário. Ao partir certa vez o príncipe de Joinville para uma das suas numerosas viagens, a princesa Clementina sua irmã, tomada subitamente de um desses caprichos tão frequentes em moças e princesas, pediu-lhe que na sua volta lhe trouxesse um traje completo de princesa selvagem, com o qual desejava ela ataviar-se. Regressando o ilustre viajante, e passada a primeira efusão de sentimentos, perguntou-lhe logo a irmã pela encomenda. O príncipe, tirando da algibeira um colar de conchinhas, lhe entregou em silêncio, e com malicioso sorriso. E o resto? Inquiriu a princesa. Nunca vi princesas selvagens, tornou-lhe o irmão, que trouxessem alguma outra vestidura, além de colares como este. Não diz o jornal que citamos, se depois desta explicação, a princesa perseverou ainda na sua fantasia.<sup>298</sup>

O anti indianismo de Francisco Lisboa é um dos principais aspectos que o afastaram da inclusão dentro do grupo dos primeiros românticos. Antônio Candido nota que a temática indígena foi um dos momentos privilegiados do trabalho histórico do maranhense sobre o passado colonial em que há claramente o uso da ironia como um convite a troça. A oposição de Francisco Lisboa ao indianismo, especialmente de Gonçalves Dias, era a percepção daquele de que o resultado era uma inversão da realidade, que os indianistas ao reagirem às violências e desmandos dos colonizadores por uma atitude contrária de adoração ao indígena e censura aos portugueses. O indianismo era, assim, para Francisco Lisboa, deformação, distorção da realidade.<sup>299</sup>

Como se pode ver, a ironia é importante para o historiador maranhense, pois ela permite denunciar um mundo visto como distorcido, em que o mal é visto como bem, o “selvagem” é preferível ao “civilizado”, ela funciona como expressão de uma visão de mundo deformado. É preciso lembrar aqui, no entanto, que a ironia de Timon nem

<sup>298</sup> LISBOA, op. cit., v. II, p.211-212, nota 22.

<sup>299</sup> CÂNDIDO, op. cit., p. 19, nota 246.

sempre foi tida como elemento positivo de seu trabalho. Se, por um lado, temos aqueles autores que a classificam como essencial para o bom estilo literário de Timon, por outro lado, muitas vezes ela foi encarada como maldade, expressão de ceticismo, pessimismo. Basta indicarmos aqui os epítetos negativos que Timon recebeu na sua época como “rábula dos maranhenses”, “catilina maranhense”, “difamador da província”, todos relacionados não apenas com o conteúdo do *Jornal*, mas também à forma ácida com que tratava dos diferentes assuntos.

Voltando a Antônio Cândido, este nos diz que nem sempre o humor irônico de Timon acertava o alvo. O ataque ao indianismo, para aquele, é um desses exemplos. O crítico diz que “[...] num rasgo de maldade, chega (Francisco Lisboa) a invocar “*O Leito de Folhas Verdes*” como deformação idealizada das cenas de luxúria pecaminosa descritas por Gabriel Soares, chamando-o de “*rendez-vous no mato*”.<sup>300</sup> Colocando Francisco Lisboa dentro do que chamou de Geração Vacilante, Cândido compara que, enquanto Joaquim Manuel de Macedo promovia, com uma aguda “sátira amena”, com chistes, os costumes políticos e a situação de meados do século XIX, Francisco Lisboa, “com um humor áspero, da contida indignação”, analisava minuciosamente no *Jornal de Timon* “a máquina eleitoral e administrativa do coronelismo”.<sup>301</sup>

A linguagem irônica de Timon também pode ser localizada, em caráter local, na forma como trata os jesuítas. Dando uma fundamentação histórica ao estudo que faz da Companhia de Jesus, Timon sempre retrata a sua atuação como baseada em uma má fé intencional. Eles representariam um elemento importante nas relações coloniais entre colonos e autoridades metropolitanas com um objetivo principal de facilitar a sua jurisdição sobre os índios.<sup>302</sup> A forma como trata Ignácio de Loyola exemplifica a crítica que se estende à Companhia. Ela ocorre de forma irônica ao expor os contrastes entre a descrição do religioso, a forma como fundou a companhia, os meios utilizados e a sua função moralizadora. Como aspecto essencial do antigo sistema colonial Timon se volta para o estudo da Companhia de Jesus. Seu estudo gira em torno das questões da origem, “de quem a criou, por que ocasião, com que meios, com que leis, e com que fins, como cresceu, e como caiu enfim, depois de dominar, assombrar e perturbar o

<sup>300</sup> CÂNDIDO, op. cit., p. 21, nota 246.

<sup>301</sup> Ibidem, p. 44-45.

<sup>302</sup> JANOTTI, op. cit., p. 202, nota 1.

“mundo”.<sup>303</sup> A análise iniciada e focada no fundador da ordem revela a posição de Timon sobre a mesma. Ele começa a narração com o seguinte trecho:

Desígnios profundos e insondáveis da Providência! Em um obscuro recanto da Espanha vivia um obscuro fidalgo, cavaleiro e namorado, sem outro mister que o das armas, sem outra distração que o galanteio, sem outra instrução e leitura que a dos livros de cavalaria. Ferido em um combate, e obrigado a uma operação dolorosa, passou um longo tempo confinado em um lugar em que não havia livros de cavalaria, mas somente livros sobre a vida dos santos e outros livros religiosos.<sup>304</sup>

Eis que, segue Timon, diante desses acontecimentos,

Esta leitura, verdadeira novidade ou revelação, toca, converte e transforma para logo o antigo cortesão dissipado e pecador, em cavaleiro de uma nova dama, nada menos era que a virgem santíssima; e ei-lo aí, primeiro simples devoto iluminado, depois mendigo, peregrino, teólogo, doutor; e afinal beato e santo, como foi sucessivamente declarado pela cúria romana.<sup>305</sup>

O fundador da Companhia era visto pelo maranhense como um indivíduo desprovido de inteligência o que justificaria a valorização que aquele dava à disciplina pedagógica como “[...] solução para aqueles que não têm recursos suficientes para o pensamento crítico”.<sup>306</sup> Não somente o aspecto moral de Loyola, usado como exemplo para a Companhia, era alvo de Timon. As regras de conversão também tiveram espaço na sua crítica. Tratando dos *Exercícios espirituais* de Loyola, ditado segundo este pela própria virgem santíssima, Timon revela que continha um plano ou manual completo em que era possível dentro de quatro semanas tornar-se o mais ardente servidor de Jesus Cristo. Entre os meios necessários ele cita “traçar linhas em um papel desta ou daquela maneira”, “encerrar-se em uma casa” “passear nesta ou naquela direção” “ter as janelas fechadas ou abertas”, todas medidas, segundo Timon, que tinha “relação com os fins santos da conversão”.<sup>307</sup> Para se adequar às normas de conduta moral da ordem, os fiéis deveriam transformar-se “em um cadáver, *ut cadáver*, ou no bordão de um velho, *senis baculus*, próprio a servir a vontade alheia, sem vida nem movimento próprio”.<sup>308</sup>

Usando as palavras de Quinet e suavizando a sua crítica por meio de palavras alheias ele diz sobre tal doutrina: “A religião de Loyola, diz a este propósito Edgard Quinet, não é a religião de Jesus – porque este arrancava os Lázarus do sepulcro, e os ressuscitava à vida; - e Loyola quer fazer de todos os seus adeptos outros tantos

<sup>303</sup> LISBOA, op. cit., v. II, p. 340, nota 22.

<sup>304</sup> Ibidem, p. 340.

<sup>305</sup> Ibidem, p. 341.

<sup>306</sup> JANOTTI, op. cit., p. 201, nota 1.

<sup>307</sup> LISBOA, op. cit., v. II, p. 351-352, nota 22.

<sup>308</sup> Ibidem, p. 352-353.

Lázaros, mudos e imóveis no sepulcro que lhes cava”.<sup>309</sup> A Companhia, portanto, na imagem de Loyola, seria o “[...] reflexo da ignorância e das más intenções de seus adeptos em sufocar a criatividade individual em proveito da salvação e da influência temporal”, transformando os cristãos em autômatos.<sup>310</sup> Nada, portanto, parecia mais contraditório para Timon do que deixar sob a autoridade dos jesuítas, em virtude das “qualidades” representadas em Loyola, a direção religiosa e moral da colônia.

Por último trazemos o exemplo que diz respeito à relação entre a metrópole e os colonos no Maranhão, especificamente no século XVII. Pode-se afirmar, de imediato, que Timon considerava a ação dos portugueses equivocada na região desde o início da colonização. A crítica inicial baseia-se na posição da metrópole em enxergar a colônia somente do ponto de vista militar, enviando quantidades enormes de efetivos armados, ao invés de elementos que estabelecessem uma ocupação definitiva e promovesse a civilização como missionários, lavradores, artistas. Assim, podemos ver a forma irônica como Timon fala da necessidade de “[...] uma opressão odiosa e absurda de dez meses para despertar no coração ulcerado” dos portugueses “esses brios inatos” de ocupação do Maranhão, no contexto da invasão holandesa na região.<sup>311</sup>

A narrativa sobre o início da colonização portuguesa, além do destaque para o interesse militar, Timon enfatiza uma inércia só interrompida por certo “ciúme” por parte de Portugal em relação às nações estrangeiras. A prova do desinteresse de Portugal pelo Brasil seria, em sua opinião, o completo desconhecimento das regiões do Pará e do Maranhão até 1615, situação alterada pela presença estrangeira. Juntamente com esse fato, Timon cita ainda a inabilidade e ineficiência do governo português expressa na divisão de terras do Brasil entre particulares e a criação de uma legislação “leviana e imprudente” sobre as capitânicas hereditárias.<sup>312</sup> Considerando o setecentos como momento ideal para entender como as relações entre metrópole e colônia ocorriam, já que antes não havia ocupação efetiva da região, Timon traça, com forte tom irônico, as seguintes palavras:

Recordemos aqui antes de encerrar este trabalho, certa providência que revela no governo da metrópole uma solicitude extrema para com os seus súditos de S. Luís. Por um esquecimento involuntário, que felizmente podemos reparar a tempo, havíamos omitido menciona-la com as outras que se tomaram por

<sup>309</sup> LISBOA, op. cit., v. II, p. 353, nota 22.

<sup>310</sup> JANOTTI, op. cit., p. 201, nota 1.

<sup>311</sup> LISBOA, op. cit., v. II, p. 150, nota 22.

<sup>312</sup> JANOTTI, op. cit., p. 195, nota 1.

ocasião da partida de Gomes Freire. O desembargador sindicante Manoel Vaz Nunes levara à sua ordem na mesma ocasião, para segurar os réus do motim sobre que ia devassar, uma corrente, doze algemas e doze grilhões. Por carta régia de 25 de fevereiro de 1696, depois de recordar este fato ao ouvidor geral da mesma cidade, recomendou-lhe S. M. paternalmente que fizesse arrecadar todos aqueles ferros, e os entregasse por termo ao carcereiro, afim de se não extraviarem, e *estarem sempre prontos para as ocasiões*.<sup>313</sup>

O trecho acima resume com clareza a crítica de Timon à forma opressiva com que a metrópole tratava os colonos. É com ele que o autor encerra o seu estudo sobre a Revolta de Beckman e os *Apontamentos*. A ironia tem marcas precisas no texto com o destaque final em itálico. Porém, é no contraste com a afirmação de Timon de que o trecho revelaria a “solicitude extrema” da metrópole com os colonos maranhenses é que ela se estabelece em definitivo. Ela funciona como provocação, tem a intenção de chamar a atenção do leitor para a prontidão da repressão da metrópole a qualquer protesto da colônia, razão que justificaria a guarda dos ferros. Contudo, se estendermos a compreensão para o momento em que o *Jornal* é escrito, na década de 1850, pouco tempo após a ocorrência da Balaiada que Timon não discute no seu trabalho, e para as críticas que ao longo de suas páginas foram construídas, podemos inferir que Timon sugere que a situação de opressão maranhense se repete e se mantém da relação com a metrópole para a relação com a Corte no Rio de Janeiro.

### 2.3 Das partes ao todo: o sentido irônico da história

Demonstrado nos exemplos anteriores, a ironia destacada na escrita de Timon se estende ao longo de todos os folhetos que compõem o *Jornal*. Não raro, tal presença tenha sido enfatizada pela maior parte dos críticos da obra histórica de Francisco Lisboa, indica-la somente não nos fornece elementos para compreender o seu projeto historiográfico. Contudo, uma vez que tenhamos em mente a variedade de funções que ela desempenha ao encará-la como ironia literária, podemos entender melhor a relação entre as formas de produção, ou conteúdo, e a forma como o maranhense escreveu a história.

Linda Hutcheon destaca como a ironia é capaz de remover aquela certeza que nos é transmitida através das palavras, ela julga, instaura a crítica.<sup>314</sup> Porém, apontar que Timon utilizou a ironia como forma de criticar a sua sociedade não responde à questão

<sup>313</sup> LISBOA, op. cit., v. III, p. 292, nota 22.

<sup>314</sup> HUTCHEON, Linda. Op. cit., p. 65, nota 196.

de por que dessa forma e não de outra? Por que opta Timon em escrever a história em estilo irônico, por vezes induzindo o riso e a troça, e não em um formato mais próximo de uma história disciplinar, metódica em desenvolvimento no período em que o *Jornal* é publicado? A pergunta se liga diretamente ao problema da representação histórica e só pode ser respondida com um entendimento do estilo como junção entre forma e conteúdo.

Nossa preocupação aqui, retomando as conclusões da sessão anterior, é demonstrar o ponto de contato entre a representação e a interpretação da história no *Jornal*. Assim, é importante lembrar, como dissemos no primeiro capítulo da tese, que Timon atribui à história não somente a função de instrução, mas também deleite. Ele quer satisfazer a curiosidade de seus leitores, empreende “pintar” passado e presente com “novas cores”. Por isso, a passagem do plano histórico para o ficcional, no *Jornal*, deveria ocorrer de forma transparente e natural, de modo a não comprometer a força dos argumentos e problemas levantados por Timon, não comprometer a veracidade da história.

Nesse sentido, é interessante lembrarmos como, no folheto sobre os partidos no Maranhão, Timon, falando sobre dois de seus personagens, ambos fictícios, que se sentia absoldido de provar a autenticidade do que era dito, porque “[...] os fatos, a ortografia-Santiago, e o estilo-Anastácio são coisas tão triviais, que ainda quando fosse tudo apócrifo, não haviam mister de apologia”.<sup>315</sup> O que significa que o valor da narrativa não estava na real ou não existência de ambos, mas na plausibilidade do que representa, pela semelhança com realidade suficiente para sustentar a autoridade do relato. O compromisso com uma forma historiográfica mais preocupada com a veracidade dos relatos limitaria, segundo Costa Lima, as interpretações de Francisco Lisboa. Para aquele, o resultado da produção do *Jornal* não estaria ao alcance do maranhense “dentro da forma historiográfica, onde a “consciência real” lhe fazia mais vulnerável às exigências e pressões da sua comunidade histórica”.<sup>316</sup> A obediência, assim, a determinados parâmetros “científicos”, a regras disciplinares colocaria obstáculos para a apreensão e representação daquela realidade.

---

<sup>315</sup> LISBOA, op. cit., p. 182, nota 267.

<sup>316</sup> COSTA LIMA, op. cit., p. 819, nota 35.

Em concordância com Costa Lima, podemos ainda salientar o destaque que Timon dá ao fato do seu objeto de estudo, o “mal”, ser um dos temas correntes da imprensa maranhense. Não havia, dessa forma, novidade no tema ou nos fatos a serem narrados, as eleições. A novidade estava na forma, ao mesmo tempo imparcial e com uma cor diferente. Rita Santos aponta, assim, o *Jornal de Timon* como uma narrativa contada “coesa e coerentemente, numa tentativa desesperada de alcançar a adesão do leitor”. Por essa razão, Timon “[...] socorre-se da forma irônica de dizer, pois, dessa maneira, apontará atos e fatos de caráter político de modo bem mais verdadeiro”.<sup>317</sup>

Para tanto, o aspecto dual representado pela noção básica de ironia como dizer uma coisa e significar outra pode ser apreendido, como fizemos anteriormente, a nível local ao rastreamos os trechos em que a ironia está explicitamente presente ou por meio do uso de marcadores, como travessões, exclamações, pontos de interrogação ou destaques em itálico ou negrito, que nos indicam o que e para onde olhar. Porém, entre as potencialidades da ironia romântica, além da junção dos planos filosófico e retórico, está o fato de ela estar situada de forma global. O que significa dizer que a ironia de um texto pode não estar restrita ao acúmulo de trechos, trocadilhos e frases espalhadas ao longo do mesmo, mas pode ser tomada a partir do todo, está presente do início ao fim.

Esse aspecto fora enfatizado por Northop Frye e Hayden White, especialmente, ao afirmarem que os textos irônicos não são caracterizados como tais tanto pela forma, mas, fortemente, pelo tema do qual tratam. Uma junção entre forma e conteúdo capaz, portanto, de caracterizar o estilo de um escritor. A ironia de um texto, assim, se dá por meio da apreensão do contexto, ou o que está posto, e um pressuposto capaz de funcionar como referencial. Sem a presença dessa referência o leitor compreenderia o texto de forma literal e o efeito irônico estaria perdido. No *Jornal de Timon* esse referencial é o mau exercício da atividade política e, sobre ele, os objetivos amplos do periódico de reforma dos costumes políticos, que se colocam como pontos de convergência capaz de unir os diferentes folhetos que o compõe e fornecer um sentido único para a narrativa nele apresentada. Para tanto, a referência é assentada, como salienta Rita Santos, por meio de “[...] exemplos intencionalmente selecionados e linguisticamente encadeados” e combinando egoísmo, ignorância e maldade humana

---

<sup>317</sup> SANTOS, op. cit., p. 166, nota 210.

com que Timon pudesse “[...] mostrar a desmedida da maléfica ação política e social por ele presenciada”.<sup>318</sup>

Afirmar, portanto, que o *Jornal de Timon* foi escrito no estilo irônico implica entender a ironia também em seu aspecto global e a sua função ampla que integra os diferentes folhetos que o compõem. Dessa forma, há um sentido geral, passível de ser apreendido, quando caracterizamos a obra histórica de Francisco Lisboa como irônica. Para apreendê-lo, no entanto, devemos reunir as cenas que compõem as peças que integram a visão histórica de Timon. As peças, uma vez reunidas, nos contam uma história filosófica, que parte da realidade política e social vivida por Francisco Lisboa no Maranhão oitocentista, mas que se estende pela Antiguidade, por países da Europa, do presente ao passado. A viagem, no entanto, só é possível porque Timon identifica a natureza humana com a história. Esta seria a luta incessante do bem contra o mal com a alternância entre um e outro de acordo com os obstáculos que lhes são impostos. O foco da atenção de Timon não são as minúcias, não é a cronologia, mas o sentido para o qual caminham os maranhenses. Há, em sua análise, um caráter pragmático exemplificado pelas lições retiradas por meio das comparações estabelecidas ao longo do *Jornal*.

Nesse sentido, a presença de diferentes conceitos relacionados à ironia, com suas funções específicas, ajuda a revelar a função maior que ela desempenha no *Jornal*. A crítica, a admiração, a reflexão, o riso triste e incongruente, a paródia do passado e do presente, reunidos contam a história de como Francisco Lisboa a entende e a escreve. Aqui, o conteúdo do texto e a forma se unem ao uso do pseudônimo Timon. Como vimos no capítulo anterior, Timon, narrador fictício criado por Francisco Lisboa reúne uma característica importante que se relaciona diretamente com a ironia: o ceticismo.

Northop Fyre, ao definir a diferença básica entre a ironia e a sátira, revela como a ironia não possui um caráter militante, no sentido de que a sua preocupação é provocar a reflexão, expor o objeto da crítica ao máximo, mas ao mesmo tempo diz ao seu leitor que a solução não virá do texto. O caráter duplo da ironia, a sua função crítica e a ausência da solução se coadunam com uma postura cética que mantém em suspenso o juízo, cheia de incertezas e dúvidas, colocando os leitores em contatos com os dois lados que compõem a possibilidade de interpretação e tomada de posição.

---

<sup>318</sup> SANTOS, op. cit., 2000, p. 168, nota 196.

Maria de Lourdes Janotti destaca essa duplicidade apontando as contradições que marcam os textos do *Jornal*. A autora chama a atenção para fatos como ter Francisco Lisboa repudiado a escravidão, mas não ter sido um abolicionista, ter criticado a monarquia sem ter se tornado republicano, ter defendido o direito revolucionário, mas se opor à revolução, ter criticado a “ordem estabelecida”, mas não ter lutado contra ela.<sup>319</sup> Todas essas hesitações, segundo a mesma autora, correspondem ao drama vivido pelos liberais de sua geração. Em um sentido negativo, a autora aponta a escrita de Timon como menos convicta do que a de Varnhagen, este cheio de certezas e convicções.<sup>320</sup> Porém, se pensarmos que não é Francisco Lisboa quem escreve, mas o narrador Timon, a ambivalência adquire outra dimensão.

Há uma junção que estabelece o caráter duplo do *Jornal*, a junção entre ficção e história que cumpre a função principal atribuída no *Jornal* aos estudos históricos: instruir e deleitar. Em virtude dela, não há contradição na passagem de um plano a outro. A duplicidade se intensifica com a ironia ao estabelecer a presença, ao mesmo tempo, de sentidos contrastantes. Um terceiro elemento é a característica marcante de Timon em não fornecer ao seu leitor conclusões definitivas, soluções, mas de provocar a reflexão pela presença de posições contrárias. O *Jornal* seria, assim, marcado por uma temperatura, “um clima de indiferenciação”, para falarmos com Alexandre Barbosa, que, ao invés de sugerir descompromisso, sugere o desejo de Timon pela mudança.<sup>321</sup> Um desejo, expresso pela ironia, retomando Frye, que não tem a pretensão de apresentar soluções, mas que possui um potencial crítico marcante ao provocar, fazer refletir. É por meio desse jogo, marcado pela dualidade, que se caracteriza o estilo de Timon com o qual ele mostra, a partir de sua visão, as incongruências que marcam, não somente a história maranhense, mas a história da humanidade. Nesse sentido, defendemos aqui o estilo irônico, forma e conteúdo da escrita, como uma escolha consciente e coerente, uma forma de sentir e pensar.<sup>322</sup> Desse modo, cumpre retomar a história como contada no *Jornal*.

<sup>319</sup> JANOTTI, op. cit., p. 194, nota 1.

<sup>320</sup> Ibidem, p. 233.

<sup>321</sup> BARBOSA, op. cit., p. 16, nota 30.

<sup>322</sup> A expressão é de Sérgio Alcides para discutir o uso da tópica na obra de Cláudio Manuel da Costa. Ela denota o uso do recurso não somente como um conjunto de pensamentos ou lugares comuns, mas como uma maneira de pensar e expressar um sentimento ou uma ideia. Seu uso, como demonstra Sérgio Alcides, remete à sempre presente necessidade de “reportar o pensamento e o sentimento a uma instância externa ao indivíduo, como fonte de explicação, mediação e legitimidade para o próprio *pensado* e próprio *sentido*”. AMARAL, Sérgio Alcides Pereira do. Estes penhascos: Cláudio Manuel da Costa e a

Hayden White fala da especificidade das histórias vazadas no modo irônico. Elas seriam marcadas por uma diferença com relação às esperanças, possibilidades e verdades da existência humana ao serem percebidas como uma “[...] inadequação da consciência para viver feliz no mundo ou compreendê-lo”.<sup>323</sup> O seu tema seria um tema de disjunção onde há o temor de que “[...] o homem é essencialmente um cativo do mundo, e não seu senhor”.<sup>324</sup> Esse tipo de história alcançaria o seu efeito exatamente ao escapar das resoluções normais encontradas em histórias vazadas em outros modos.<sup>325</sup> Caracterizadas por White como sincrônicas, esse tipo de história estaria dominada pela continuidade, pela sensação de um eterno retorno ao mesmo.<sup>326</sup> Um dos indícios da solidificação de uma linguagem irônica seria, como dissemos acima, a presença do ceticismo, de uma forma de encarar a natureza do ser social como fraturada, marcada por interesses, egoísmo, duplicidade que “governa todas as profissões relacionadas com o bem comum, da prática pura e simples do poder”.<sup>327</sup> Diante disso, poderíamos questionar se o *Jornal de Timon* se enquadraria dentro dos estilos irônicos propostos por Hayden White.

José Murilo de Carvalho sugere que o *Jornal* não se enquadraria em um estilo satírico porque Timon acreditava na reforma dos costumes pelos próprios homens.<sup>328</sup> Respondemos, contudo, que se Timon declara que a reforma deveria ser efetuada pelos próprios homens, a conclusão que ele nos oferece é totalmente oposta. Timon não apresenta em seus textos um modelo positivo que pudesse servir de exemplo de ação, não acreditava que houvesse um homem que, estando dentro do ambiente político maranhense, fosse diferente, que não tivesse sucumbido à corrupção, nenhum deles, estando no mesmo ambiente, pertencendo aos mesmos grupos, poderia reunir as capacidades morais necessárias para a reforma dos costumes.

---

paisagem de Minas (1753-1773). Dissertação de Mestrado. Departamento de História, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 1996, p.122-123. Agradeço a Pedro Demenech o auxílio com o compartilhamento desta dissertação.

<sup>323</sup> WHITE, Hayden. Introdução: A Poética da História. In: **Meta-História**. A imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Editora da USP, 1995, p. 25

<sup>324</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>325</sup> Ibidem, p. 23.

<sup>326</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>327</sup> WHITE, Hayden. Burckhardt: o realismo histórico como sátira. In: **Meta-História**. A imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Editora da USP, 1995, p. 242.

<sup>328</sup> CARVALHO, José Murilo de. Introdução – Lisboa e Timon: o drama dos liberais no império. In.: LISBOA, op. cit., p.18-19, nota 267.

Podemos pensar aqui, que nem mesmo Francisco Lisboa se considerava apto a ação, mesmo tendo abandonado e se afastado da política. Concorre para essa opinião a pertinente afirmação de Carvalho de que a “[...] visão de Timon sobre a natureza humana era decididamente pessimista. O ser humano maranhense era, para ele, um ser hobbesiano, governado por paixões, pela cobiça, pela avidez, pela ambição, pelo ódio, pela presunção”.<sup>329</sup> Timon, enquanto narrador fictício, desfrutava da liberdade de expor a crítica, mas também não era o herói da narrativa na medida em que não apresenta um caminho para a mudança. Timon dá um primeiro passo, incentiva a reflexão e aposta em um aperfeiçoamento moral dos homens de seu tempo a partir da percepção das inversões que marcavam a sua sociedade.

Timon está nos contando uma história marcada por duplicidade e contrastes. Sua narrativa começa com a história das eleições que da Antiguidade ao Império do Brasil, representado pelo Maranhão, tendo como elemento principal o mau exercício político e a corrupção. Ele nota que os homens, oriundos de diferentes grupos sociais, eram movidos por interesses próprios, o que impedia que a corrupção fosse abolida do processo eleitoral. Ao lado desse egoísmo político está a crítica de Timon ao sistema representativo. Este, em sua opinião, ao delegar um poder imenso nas mãos do povo, correntemente chamado por ele como patuléia ou plebe, fazia com que a corrupção fosse ainda maior, pois essas classes estariam mais comprometidas com os benefícios imediatos do que com um bem comum efetuado a longo prazo pelos dirigentes.<sup>330</sup> O modelo falhava, assim, por não conseguir selecionar adequadamente governantes e governados, haja vista que os candidatos abusavam da possibilidade de comprarem os votos.

Timon se dirige ao passado, vai à Grécia, Roma, aos tempos modernos e vê os mesmos erros serem repetidos. Nem mesmo as eleições papais estavam isentas dos expedientes corruptos. Apontava a fraqueza do sistema representativo, porém qual seria a solução? Timon conclui a primeira parte da história das eleições mostrando que em outros países existia a tentativa de compensação do mal pelo bem. Em contrapartida da

---

<sup>329</sup> CARVALHO, José Murilo de. Introdução – Lisboa e Timon: o drama dos liberais no império. In.: LISBOA, op. cit., p.18, nota 267.

<sup>330</sup> Ilmar de Mattos mostra em seu *Tempo Saquarema* que havia, na primeira metade do século XIX, uma distinção dentro da sociedade brasileira que tomava como “classes” os “brancos e a boa sociedade”, enquanto o termo povo era reservado para os “mais ou menos miúdos”, sendo também sinônimo de plebe ou patuléia. Uma distinção entre aqueles que deveriam ser súditos e aqueles que deveriam tornar-se cidadãos. MATTOS, Ilmar de. **O tempo saquarema**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 261 e 277.

violência e corrupção eles possuíam destreza nas artes, na literatura, na filosofia, aos maranhenses, por outro lado, faltaria algum elemento capaz de compensar ou equilibrar a balança em favor do bem. Qual seria a saída? Timon, no ardor de seu estilo irônico e cético, não procura solucionar o problema. Ele se encontra em uma encruzilhada ao constatar, ao final do folheto *Partidos e Eleições no Maranhão*, que talvez um caminho provável para o qual caminhava a sua província era aquele seguido pelo México, representado pela desordem, violência e anarquia. Ao mesmo tempo, Timon afastava qualquer indicação de que uma revolução fosse uma medida adequada para resolver o problema. Ele acreditava que a reforma dos costumes era possível pela ação dos próprios homens, contudo, nenhum dos maranhenses de sua geração era capaz de pô-la em prática, pois a degradação moral era de tal forma extensa que nenhum homem político estaria isento do jogo de interesses que dominava a todos. Propõe a suspensão das eleições e a interferência do Imperador de forma imediata nas províncias para tornar o cargo de presidente de província apenas administrativo, retirando qualquer poder que pudesse ser negociado com os comandos dos partidos locais. Uma medida imediata, temporária, mas que não era a solução. Uma atitude desesperada de frear a continuidade observada ao longo da história. Aqui, poderíamos questionar se o Imperador seria o herói da narrativa de Timon. A resposta é não. Enquanto figura máxima da autoridade política o Imperador seria aquele com o poder necessário para impedir a repetição das cenas eleitorais por meio de sua sucessão, mas a interferência não seria capaz de resolver o problema amplo enunciado por Timon da prevalência do mal na província, mal que se estendia para além das fronteiras da política, pois atingira os costumes, a religião, os intelectuais, a degradação é geral.

Tomada essa história das eleições em sua totalidade, vemos que não há um herói na narrativa de Timon, nem mesmo um herói ideal-típico. Podemos citar dois nomes que, à primeira vista, se aproximariam de uma figura heroica. Primeiro temos Catão que na narrativa de Timon luta incessantemente contra os seus adversários, incorruptível, exemplo de moral, mas que acabara derrotado e perseguido pelos cidadãos romanos. Depois, citemos Manuel Beckman, comumente classificado como o mais próximo do modelo de herói pra Timon, embora reunisse as características morais e lutasse por uma causa justa, contra a exploração colonial pela metrópole, acabou morto e o movimento que levava o seu nome abafado. É uma sucessiva história de desilusões, de poucos rasgos de tentativas que acabaram frustradas. Parece não haver esperanças de mudança

na narrativa de Timon, de modo que os ensaios de heróis não chegam a representar modelos de ação no presente, pois suas ações terminam sempre com suas condenações.

Frye, partindo da preocupação de Aristóteles com o papel dos personagens nas narrativas, fala que um dos pontos que marca um texto irônico é a ausência do herói. Tal ausência elimina a duplicidade presente em outros modos em que autor informa o leitor o quanto a luta do homem está sendo levada a sério e sobre as possibilidades de um triunfo final. No modo irônico, ao contrário, essa duplicidade, nas palavras de White, “se degenera numa segunda natureza debilitadora, que procura o verme na fruta em toda parte, e o encontra”.<sup>331</sup> Nesse tipo, tanto o heroísmo quanto a ação eficaz “estão ausentes, desorganizados ou predestinados à derrota, e de que a confusão e a anarquia reinam sobre o mundo”, sendo a história centrada em uma derrota perplexa.<sup>332</sup>

Nesse modo irônico está a percepção de Timon de sua realidade e a partir dela. A história é vista por ele como uma sucessão de contradições, de desordem de valores e de inversão das normas. A escrita irônica tem a intenção de criticar, mas também de provocar os leitores, fazê-los admirarem-se diante desses contrastes. Timon reflete em sua narrativa como havia uma indiferença geral para o bem e para mal, de modo que um era tomado como outro. Lembremos como, ao descrever os costumes eleitorais, ele destaca que eram práticas ordinárias, chamadas em seu tempo de normais. Não havia espanto, faziam parte de sua sociedade e/ou eram aceitas como tais. Essa percepção, no entanto, se estende para os demais textos que compõem o *Jornal*.

Basta lembrarmos como no folheto *Considerações Gerais*, que tem como foco central o movimento da Praieira de 1848, ela mostra o caráter contraditório dos defensores da revolução como meio de ação política. Sua posição é afirmada sob os pilares da relação civilização e barbárie. Contrapondo os direitos revolucionários com os direitos das gentes, Timon mostra o quanto as ações dos vencedores do conflito, os civilizados, eram baseadas no mesmo tipo de atitude dos indígenas para com os seus adversários. A violência e forma como as punições aos vencidos ocorreram eram, para ele, a prova do nível de barbárie da sua civilização. O contraste seria, ainda, a marca do passado colonial maranhense exemplificado na contradição entre um aparato legal amplo e complexo que mostrava a sua face contraditória na sua execução, mas também

---

<sup>331</sup> WHITE, op. cit., p. 242, nota 326.

<sup>332</sup> FRYE, N. op. cit., p. 192, nota 215.

no desalento perceptível de Timon com o resultado das invasões estrangeiras ao mostrar que, embora os franceses tivessem as melhores intenções civilizatórias, foram subjugados pelos portugueses, que como qualidade haviam abandonado a região e teriam um interesse puramente comercial, uma espécie de contradição do destino que não premia os melhores homens e nem as melhores ações; ou ainda pelo fato da moralidade religiosa da colônia estar a cargo da Companhia de Jesus, marcada por corrupção, interesse e fundada por um homem como Loyola, modelo de imoralidade que, efemeramente, se transformou em um crente convicto. A história, e não somente a maranhense, é vista por Timon como uma imagem invertida, especialmente, em seu aspecto moral.

A figura da ironia é um modo de discurso no qual existe uma diferença entre o que é dito literalmente e o que se quer verdadeiramente dizer. É nesse “jogo” entre literal e intencional que reside a capacidade reflexiva latente da ironia, visto que ela solicita um movimento dialético autor/leitor. No caso do *Jornal de Timon*, a ironia é a forma escolhida para mostrar a dificuldade em representar uma história marcada pela contradição, onde o mal é visto como bem, onde os civilizados reproduzem as atitudes dos “bárbaros”.

Assim como a ironia que expressa a diferença entre o que se fala e o que se quer dizer, a história maranhense é vista por Timon como o inverso do que se diz ser. Logo, essa realidade é apreendida ironicamente, por não “poder afigurar-se nitidamente”, por ultrapassar os limites da “ordem ideal”, e que também se aplica à realidade passada, ao passado colonial, por representar a reversão da norma. Tal sociedade, por ser marcada pela reversão/deformação, só pode ser representada de maneira inversa, ou seja, dizendo algo quando se gostaria de dizer seu contrário.

A escrita da história, no estilo irônico de Timon, transforma-se em ação política direta. Para entendê-la é preciso tomar o *Jornal de Timon* como um todo, cuja coerência está explicitada em uma lógica interna que o qualifica. Francisco Lisboa opta por intervir em sua sociedade por meio da narração do mal. Porém, deixa claro que o seu propósito não é eliminar o mal, mas despertar nos seus leitores que tanto bem e mal fazem parte da natureza humana e que ambos vivem uma batalha ininterrupta. O que ele pretende, então, é provocar a reflexão dos seus leitores no sentido de que era preciso colocar obstáculos ao desenvolvimento do mal, era preciso conter os seus excessos por

meio da contestação de sua predominância na sua sociedade.<sup>333</sup> É nesse sentido que a compreensão de Janotti sobre a inclinação dos estudos de Francisco Lisboa para história nos parece muito acertada. Para a autora, a história, e aqui acrescentamos que se trata da história escrita sob um estilo irônico, foi a forma escolhida pelo maranhense para superar a “[...] impossibilidade de resolver as contradições entre os seus ideais liberais e a realidade nacional”. Para tanto, assume Francisco Lisboa uma atitude pragmática necessária para exercer “[...] sobre o seu meio a influência que não pôde exercer através da política”.<sup>334</sup>

---

<sup>333</sup> SANTOS, op. cit., p. 245, nota 210.

<sup>334</sup> JANOTTI, op. cit., p. 234, nota 1.

### 3 COMO ESCREVER A HISTÓRIA DO MARANHÃO: DISPUTAS HISTORIOGRÁFICAS NO PRESENTE

Como tenho dito, é muito limitada minha crença no municipalismo. Sua influência em nosso passado acho muito restrita; creio que João Francisco Lisboa, o primeiro a salientá-la, deixou-se seduzir por um paradoxo: sua influência no futuro será tão benéfica como V. o acredita, meu velho amigo?<sup>335</sup>

E é publicando essa resenha por certo de *mais generalidade* que a mesma História, que o censor quis diminuir em favor do que ele inculca por *Monografia do Maranhão*, o prestígio das Histórias Gerais, com uma citação de G. Planche em favor das monografias?<sup>336</sup>

Escrever a história do Maranhão no Brasil oitocentista representava para Francisco Lisboa uma tarefa que relacionava temática e formas de escrita. Em virtude desse interesse, Capistrano de Abreu deu ao maranhense o epíteto de “historiador das municipalidades”. Enquanto o historiador cearense, como no trecho acima, tinha dúvidas sobre os efeitos da história das pequenas localidades, para o Timon maranhense escrever a história da sua província era uma das formas de transformá-la. Tendo isso em mente, Timon parte do presente, se dirige ao passado para interpretá-lo de acordo com as exigências desse mesmo presente na expectativa de um futuro melhor para os homens de sua sociedade. Contudo, escrever a história provincial era também adentrar no difícil terreno da variedade da historiografia oitocentista. A hierarquia que Varnhagen estabelece ao comparar a obra de Francisco Lisboa com a sua revela que o debate ia muito além da divisão de temas entre uma história nacional e uma história provincial, mas dizia respeito às maneiras pelas quais ambas poderiam e deveriam ser escritas. Francisco Lisboa escreve a história da província para a província. A história do Maranhão é o centro para onde convergem as diferentes reflexões que compõem o *Jornal de Timon*, condensando disputas historiográficas que eram, também, disputas pelo presente.

#### 3.1 A história provincial e a província: debates a partir do IHGB

A história provincial, no entanto, também foi objeto de preocupação da agremiação. Manoel Guimarães destaca que a história regional foi um dos temas mais

<sup>335</sup> ABREU, João Capistrano de. Correspondência. Op. Cit. 1977, I, p. 33

<sup>336</sup> VARNHAGEN, op. cit., p. 14, nota 62.

discutidos na revista do IHGB.<sup>337</sup> A menção às histórias regionais (provinciais) está presente desde os primeiros momentos do IHGB na fala de seus fundadores e membros. Martius, em sua premiada dissertação *Como se deve escrever a história do Brasil*, enfatizava a importância de que os historiadores escrevessem as histórias provinciais. Lembrava que por um lado, os historiadores ao fazê-las correriam o risco de “não escrever uma história do Brasil, mas sim uma série de histórias especiais de cada uma das províncias”. Por outro lado, “[...] um outro porém, que não desse a necessária atenção a estas particularidades, corria o risco de não acertar com este tom local que é indispensável onde se trata de despertar no leitor um vivo interesse”.<sup>338</sup> A escrita da história provincial em Martius era uma das formas de despertar o interesse da nação em torno da sua história ao dispor as particularidades de cada região fazendo com que os leitores se identificassem com ela. O marechal Cunha Mattos, um dos fundadores da agremiação, logo nos primeiros anos exporia a sua posição acerca do empreendimento:

[...] continuarei a sustentar que por ora não convém, nem é possível escrever de um só jato a história geral do império do Brasil, que seja digna dele e faça honra aos membros deste Instituto, que de tal tarefa houverem de ser encarregados. Pela parte que me toca declaro francamente que se a sorte ou votação por escrutínio recair em mim para trabalhar *in solidum* ou como colaborador em uma empresa tão gigantesca, eu me ostentarei inabilitado, e recusarei aceitar essa honrosa comissão, para não ter de representar um papel desagradável e muito em desabono do Instituto Histórico.<sup>339</sup>

O letrado apresentou uma série de preocupações que o levaram a chegar a tal conclusão. Entre elas estão desde a indeterminação das épocas e a ordem da narrativa, até a falta dos elementos necessários para o trabalho: os estudos sobre as províncias. Mattos sugeria um percurso de escrita histórica que partiria do singular para o geral. Primeiro era preciso escrever as histórias provinciais e com elas formar um todo nacional.<sup>340</sup> Amparado pela autoridade do presidente da instituição Visconde de São Leopoldo, ele sugere que primeiro era preciso escrever a história particular ou das províncias para depois escrever a história geral do império brasileiro.

<sup>337</sup> GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, n. 1, Rio de Janeiro, 1988, p. 20.

<sup>338</sup> MARTIUS, Karl Friederich von. Op. Cit. p. 400.

<sup>339</sup> MATOS, Raimundo José da Cunha. Op. Cit. 1863. p. 121-122.

<sup>340</sup> Segundo Valdeí Araújo, “Ao se recusar, tão veementemente e em tom polêmico, a escrever a História Geral, Cunha Mattos deixava entrever o desejo de alguns membros do Instituto de se iniciar imediatamente essa tarefa. Seu ceticismo confrontava as posições iniciais do próprio Secretário Perpétuo. O certo é que outras vezes se juntariam a Cunha Mattos no veto à História Geral”, como é o caso do Visconde de São Leopoldo. ARAUJO, Valdeí Lopes de. **A experiência do tempo**. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008. p. 189.

[...] o Exm. Sr. Visconde de S. Leopoldo, ferindo com a mão de mestre o complexo dos argumentos, mostrou, e pareceu-me que muito bem, que por ora não estamos habilitados a escrever a história geral do império do Brasil, por nos faltarem muitos elementos provinciais para isso necessários. – Felizmente o Exm. Sr. Visconde faz honra a minha opinião, quando quer que indagemos em primeiro lugar a história particular ou das províncias, para com bons materiais escrevermos a história geral do império brasileiro.<sup>341</sup>

Quando os fundadores e outros membros do IHGB destacavam que era preciso escrever a história provincial não significava que ela não tivesse sido escrita. Muitos historiadores já haviam escrito sobre algumas províncias antes mesmo da criação do Instituto e depois dela.<sup>342</sup> O problema da escrita da história provincial tinha duas faces. A primeira, já mencionado aqui, dizia respeito a uma hierarquia temática onde a história nacional era o objetivo principal da criação do IHGB, relegando à temática provincial um papel acessório como uma das partes que comporiam a história do Brasil.<sup>343</sup> A segunda, porém, já de ordem teórica está relacionada aos gêneros disponíveis de adequados para se escrever a história provincial com uma valorização maior do gênero da história geral.

A questão dos gêneros historiográficos é uma dimensão importante do problema da escrita da história provincial. Ponto de partida interessante para a questão é verificar o que dizem os chamados por Manoel Guimarães de “textos fundadores” do IHGB.<sup>344</sup> O texto do naturalista bávaro Martius, por exemplo, traz um importante ponto de discussão ao afirmar que as obras até então publicadas sobre as províncias “não satisfazem ainda às exigências da verdadeira historiografia” porque elas estavam imbuídas por “mais certo espírito de crônicas”.<sup>345</sup> Ele destacava como problema em relação às produções sobre as províncias é que o formato escolhido por seus autores não

<sup>341</sup> MATOS, op. cit., p. 122, nota 357.

<sup>342</sup> Das principais obras ditas de história provincial podemos citar: *Anais da Província de São Pedro* (1819-1822, 1839) do Visconde de São Leopoldo; *Compendio das eras da província do Pará* (1838) de Antonio Ladislau Monteiro de Baena; *Memórias Históricas e Políticas da Bahia* (6v. 1835-1852) de Inácio de Accioli de Cerqueira e Silva; *Anais do Rio de Janeiro contendo a descoberta e conquista deste pais, a fundação da cidade, com a história civil e eclesiástica até a chegada d'El Rei D. João VI, além de notícias topográficas, zoológicas e botânicas* (7t., 1834-1835) de Baltazar da Silva Lisboa; *Memórias para o extinto estado do Maranhão cujo território compreende hoje as províncias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Amazonas* (2v., 1860-1874) de Candido Mendes de Almeida.

<sup>343</sup> Como destaca Valdeci Araújo, Cunha Mattos, em coerência com a sua opção de escrever primeiro a história das províncias, propõe uma cronologia que representava uma ameaça à História Geral, pois colocava em evidência a autonomia regional, enquanto a História Geral pressupunha a centralização do Império. A organização cronológica de acordo com a organização política, partindo das capitânicas, trazia o problema de que, uma vez “[...] transformadas em províncias [...] essas organizações não poderiam adquirir o estatuto de uma história autônoma”. ARAUJO, op. cit., p. 191, nota 358.

<sup>344</sup> GUIMARÃES, Manoel. Uma história da história nacional: textos de fundação. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do. **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Aconteceu, 2008.

<sup>345</sup> MARTIUS, op. cit., p. 399, nota 356.

condizia com as novas formas de escrita históricas, as formas modernas. Sobretudo, Martius lembra a incompatibilidade da crônica com os objetivos de escrita moderna da história que parecia estar em curso no IHGB.

A posição de Martius em relação a uma não adequação do gênero adotado pelos autores provinciais também aparece na fala de outros membros do Instituto que reconheciam a existência de escritos históricos provinciais, mas em subgêneros, havia memórias, anais, relatórios, dissertações, mas não “história”. Tais subgêneros eram tradicionalmente ligados à representação das histórias locais e não possuíam as características necessárias para representar adequadamente a gênese e formação da nação. Exemplos que endossam a assertiva de Martius são a posição assumida por Varnhagen em sua *História Geral* onde afirmava se afastar, por exemplo, da produção dos cronistas portugueses do século XVI. Segundo Varnhagen, tal sistema “*é sobremaneira cômodo; pois que o trabalho todo se reduz a reunir muitos documentos e relações manuscritas ou impressas; logo dispô-las por ordem cronológica e começar a compilar. Foi o que seguiram Castanheda<sup>346</sup>, Barros<sup>347</sup> e Herrera<sup>348</sup>”*.<sup>349</sup> Varnhagen se defendia de seus críticos exaltando a superioridade de seu trabalho em virtude da não adoção de um sistema de escrita pelo qual seria possível contemplar um número maior de fatos da história nacional. Dizia que:

*Se houvéssemos preferido adoptar tal sistema, se ele fosse hoje em dia adotável, com o arquivo de documentos inéditos que tivemos á vista, além dos cem livros impressos que possuímos acerca da nossa História, muito mais fácil nos houvera sido compilar trinta e duas décadas, em crescido número de volumes (bem que cem o trigésimo número de leitores), do que compor este e o seguinte, esmerando-nos em ser concisos, sem com tudo pecar por omissos. Uma coisa é a História Geral (ainda quando não resumida) de um Estado, e outra são as atas das suas cidades e vilas; os anais e fastos das suas províncias; as crônicas dos seus governantes; as vidas e biografias de seus cidadãos beneméritos (grifos nossos).*<sup>350</sup>

<sup>346</sup> Fernão Lopes de Castanheda (c. 1550-1559). Foi um dos maiores historiadores portugueses do século XVI. Sua principal obra é *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* de 1551. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História breve da Historiografia Portuguesa**. Lisboa: Editorial Verbo, 1962, p. 100-104.

<sup>347</sup> João de Barros (1496-1570). É considerado o primeiro grande historiador português. Apelidado de Tito Lívio português, sua principal obra são os quatro volumes das *Décadas da Ásia*. SERRÃO, op. cit., p. 94-100.

<sup>348</sup> Antonio de Herrera y Tordesilhas (1559-1625) foi cronista e historiador espanhol, autor da monumental *Historia General de los Hechos de los Castellanos en las Islas y Tierra Firme del Mar Oceano*.

<sup>349</sup> VARNHAGEN, op. cit., p. 478, nota 60.

<sup>350</sup> *Ibidem*, p. 478.

Ainda que reconhecesse que as possibilidades de condição histórica de se trabalhar com o modelo da crônica portuguesa no século XIX fossem incompatíveis com o movimento de transformação da produção histórica com vistas a uma disciplinarização da história, Varnhagen não deixou de aceitar que a elaboração de uma história geral não impedia que se trabalhasse com as fontes comumente usadas pelos cronistas. O reconhecimento do valor da crônica como produção histórica por parte de Varnhagen, inclusive servindo de fonte para sua *História Geral*, não o impediu de colocar o seu trabalho em outro nível de produção histórica que ele entendia como um tipo moderno de escrita da história.

Posicionamento semelhante ao de Martius e de Varnhagen é aquele presente no relatório da comissão responsável pelo julgamento dos trabalhos concorrentes no concurso criado pelo IHGB que pretendia premiar o melhor plano para se escrever a história nacional. A justificativa dada pela comissão para a preferência pela dissertação de Martius em detrimento da proposta por Henrique Wallenstein é significativa para o debate que aqui está sendo montado.

Para essa comissão, o autor desta memória não compreendeu bem o pensamento de vosso programa porquanto, às vistas desse Instituto, não se podia contentar com a simples distribuição das matérias e isto por um método puramente fictício ou artificial que poderá ser cômodo para o historiador, mas de modo algum apto a produzir uma história do gênero filosófico como se deve exigir atualmente.<sup>351</sup>

Ao se analisar a proposta de Wallenstein fica claro o modelo adotado por ele em seu trabalho: o sistema de décadas inspirado em Tito Lívio, João de Barros e Diogo do Couto com a narração dos fatos mais importantes acontecidos em cada período.<sup>352</sup> Um modelo considerado ultrapassado que não condizia com as exigências para um trabalho de escrita histórica moderna.<sup>353</sup> Para Manoel Guimarães, a exigência em torno de uma escrita filosófica da história tornava ilegítima a escrita da história no formato de crônicas, anais, pois considerava-se que já não era mais suficiente narrar os fatos, era preciso que o historiador fornecesse ao seu leitor “[...] um eixo de leitura, uma proposta

<sup>351</sup> Parecer acerca das memórias sobre o modo pelo qual se deve escrever a História do Brasil. **Revista do IHGB**. Tomo 9, 1847, p. 279.

<sup>352</sup> WALLENSTEIN, Henrique Julio. Memória sobre o melhor plano de se escrever a História Antiga e Moderna do Brasil. **Revista do IHGB**, n. 45, Rio de Janeiro, 1882, p. 159-160.

<sup>353</sup> GUIMARÃES, op. cit., p. 397, nota 337.

de inteligibilidade para os fatos do passado”.<sup>354</sup> Nesse sentido, como afirma Valdeir Araújo, a História Geral, em contraposição com outras formas de escrita da história,

[...] precisaria estar, desde o início, orientada por um princípio totalizador dado pela própria realidade” denotando o seu caráter processual.<sup>355</sup> Mesmo assim, permanecem nas páginas da Revista do IHGB as publicações históricas sob diferentes denominações.<sup>356</sup>

Como se pode notar, a centralização promovida pelo IHGB não se restringia apenas à reunião de materiais espalhados pelas províncias, mas se estendia a regras e normas em torno da escrita da história e, ainda, se pretendia ser o local da produção histórica no e do país. No entanto, história, de maneira geral, foi tema em espaços como os jornais que a abordavam de formas diferentes daquela proposta pela agremiação em seus textos fundadores. João Francisco Lisboa e seu *Jornal de Timon* são exemplos de como em outras partes do país se pensava e escrevia história.

### 3.2 As exigências do agora: o presente maranhense e a Atenas Brasileira

O *Jornal de Timon* tem como elemento de convergência entre os diferentes folhetos que o compõem a história maranhense. Pode-se perguntar, no entanto, o que era a província do Maranhão para a qual escrevia João Francisco Lisboa? Ao longo de todo

<sup>354</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz S. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, J. M. de (Org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 100. Sobre a história filosófica no IHGB, Temístocles César destaca que “na medida em que o século XIX avança, as referências a uma história filosófica ou a um historiador filósofo, como propõe von Martius, tendem a desaparecer”. c, p. 12. Taíse Silva afirma que o gênero filosófico despontaria como elemento e critério de seleção na escrita da história, porém não estavam claras as estratégias narrativas que deveriam integrar uma obra escrita com esse caráter, algo que só ganharia forma a partir da publicação da dissertação de Martius. SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. **A reescrita da tradição: a invenção historiográfica do documento na História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1857)**. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p. 47 Segundo Rodrigo Turin, essa direção dependia da eficácia dos saberes, pois com eles “[...] os letrados procuravam delimitar os contornos espaciais e temporais da nação. A coleta e crítica de documentos, seguindo os parâmetros da crítica histórica, e a divulgação de um ideário nacional por meio da história e da geografia seriam os pilares de atuação do Instituto”. TURIN, Rodrigo. **Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p. 31.

<sup>355</sup> Ibidem, p. 397. ARAÚJO, op. cit., p. 194, nota 340..

<sup>356</sup> Ainda sobre a variedade de formas discursivas ou gêneros historiográficos adotados no IHGB, Maria da Glória Oliveira chama a atenção para o fato das produções textuais dos membros do IHGB apresentarem tamanha heterogeneidade que seria difícil estabelecer um único padrão de apresentação. Segundo essa autora, podemos pensar tais práticas como uma nova etapa na institucionalização do conhecimento histórico em que “a historiografia não se limita mais a apresentar as histórias na forma (agradável) de uma mimesis reprodutora de um fato concreto, mas faz aparecer aos olhos do leitor os traços de um trabalho metódico de investigação. OLIVEIRA, Maria da Glória. **Escrever vidas, narrar a história**. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 22.

o *Jornal*, refere-se nosso autor à sua província como o “obscuro canto do mundo” e a si próprio como um historiador obscuro demarcando uma posição periférica e inferior para a sua produção voltada para a sua província e para o papel mesmo da província frente ao governo central ao qualifica-la como de segunda ordem. Muito tempo depois de seu relato, José Veríssimo, avaliando a produção do maranhense, confirma com diferentes epítetos a condição marginal assinalada por Timon. Os termos “Rincão do mundo”, “ignorada província brasileira”, “atenienses do Bacanga e do Anil” foram usados pelo crítico para caracterizar o meio no qual o *Jornal de Timon* foi produzido<sup>357</sup>.

Aproximando o seu tempo daquele em que escrevia Francisco Lisboa, José Veríssimo afirma sobre a vida provinciana que esta seria caracterizada por não ter “[...] comércio, nem indústria, nem lavoura, nem trabalho, nem atividade, nem ciência, nem arte, nem letras, cifra-se na vida política”, que ela mesma, “como tão bem observou Francisco Lisboa, se resume por fim nas lutas partidárias das proximidades de eleições. E isto é tão verdadeiro hoje como quando ele escrevia o seu *Jornal de Timon*, em 52.<sup>358</sup> A descrição de Veríssimo sugere uma realidade cheia de limitações somente superadas pelo “gênio” de Francisco Lisboa, embora não o tenha livrado da alcunha de “homem da província”.

Em sua tese, *No avesso da forma: apontamentos para uma genealogia da província do Maranhão*, Flavio Soares, a partir de relatos de viajantes, cronistas portugueses, jornais publicados no Maranhão oitocentista, procura delimitar o que era o espaço da província naquela época. Para ele,

[...] a representação do Maranhão como província do norte e a identificação dos maranhenses como nortistas ou brasileiros do norte se elaboraram através da oposição ao sul, especialmente à Corte do Rio de Janeiro, como a “síntese do Brasil”, constituída na formação do Império.<sup>359</sup>

Tal polarização teria se expressado, também, “[...] na representação do Maranhão/Norte como lugar distante da Corte e do centro dos acontecimentos, por intelectuais que viviam ansiosos esperando as últimas notícias chegadas nos pacotes do sul e sonhando fazer carreira no Rio de Janeiro”.<sup>360</sup> Ainda segundo esse autor, “embora elementos do padrão dominante de estratificação social se fizessem presentes em maior

<sup>357</sup> VERÍSSIMO, op. cit., p. 107-108, nota 31.

<sup>358</sup> Ibidem, p. 110.

<sup>359</sup> SOARES, op. cit., p. 68, nota 05.

<sup>360</sup> Ibidem, p. 68.

ou menor grau, em todos eles, diferenças locais importantes foram se estabelecendo”.<sup>361</sup> Com dados demográficos o autor chama a atenção para a preeminência que a cidade de São Luís adquiriu frente às demais áreas de modo que “aquilo que até hoje se compreende como História do Maranhão se confunde quase sempre com a história desta área. Aliás, era comum confundir-se a cidade de São Luís com “Maranhão”.<sup>362</sup> Por outro lado, “[...] no plano imaginário a tendência foi para a uniformização fictícia do Maranhão, promovida por grupos de poder que, nos quadros da formação do Estado imperial, buscaram se configurar como regionalistas/maranhenses”.<sup>363</sup>

O melhor exemplo de tentativa de uniformização e criação de uma identidade maranhense é a criação da Atenas Brasileira. Em sua tese *Athenas Equinocial: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro*, José Henrique Borralho questiona como durante o período imperial alguns grupos da sociedade que habitava a cidade de São Luís decidiram se denominar como herdeiros da civilização grega dando ao Maranhão o título de Atenas Brasileira. Para esse autor, no caso maranhense, marcado pela escravidão, “a fundação de uma província com características específicas, dotada de figuras “geniais”, privilegiou aspectos europeizantes em detrimento dos africanos e indígenas”.<sup>364</sup> A criação da Atenas Brasileira foi, portanto, uma escolha consciente. O referencial grego serviu, ainda segundo o autor, para algumas lideranças políticas e intelectuais como uma resposta ao ambiente criado na província com a eclosão da Balaiada (1838-1841), ao isolamento geográfico, cultural e político ao mesmo tempo em que tentavam estabelecer uma relação política entre o recém instaurado estado imperial brasileiro e a província do Maranhão.<sup>365</sup> Borralho defende que

[...] a Atenas foi a forma como os maranhenses participaram do jogo da construção identitária nacional sem que necessariamente a herança cultural de Portugal fosse relegada. Nesse âmbito, no difuso processo de construção do que era ser brasileiro em terras maranhenses, o passado lusitano foi rechaçado quando interessou a comerciantes, funcionários públicos e demais setores eliminarem suas dívidas, ocuparem cargos e disputarem espaços de poder, para depois ser recomposto enquanto simbolização dos ícones de uma grande nação, incluindo as características que poderiam fazer do Brasil páreo ante as nações vizinhas do continente.<sup>366</sup>

<sup>361</sup> SOARES, op. cit., p. 69, nota 05.

<sup>362</sup> Ibidem, p. 76.

<sup>363</sup> Ibidem, p. 69.

<sup>364</sup> BORRALHO, op. cit., p. 16, nota 171.

<sup>365</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>366</sup> Ibidem, p. 18.

Nesse sentido, é preciso compreender que a criação da Athenas não foi uma iniciativa isolada de um único homem, como enfatiza Borralho, mas de grupos que ocupavam espaços de legitimação social, instancias de poder e decisão tanto na esfera administrativa da província quanto na imprensa, na literatura, na educação e integravam diferentes interesses.<sup>367</sup> Quanto a isso, Flavio Soares afirma que é possível rastrear alguns elementos importantes que tornavam possível o florescimento da Athenas. Através de diferentes tipos de relatos, especialmente aqueles dos viajantes estrangeiros, ele sugere que “[...] sem caírem na ideia ahistórica da excepcionalidade cultural reconheceram na São Luís da primeira metade do século XIX a existência de um ambiente de cultura que não ficaria a dever a cidades como Recife, Olinda, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo”.<sup>368</sup> Como exemplo de viajantes que confirmam essa assertiva Flavio Soares cita Spix e Martius, em especial, que destacaram os seguintes elementos:

[...] 1) a riqueza dos particulares; 2) o empenho em copiar costumes europeus; 3) a influência das numerosas firmas comerciais inglesas e francesas; 4) o costume de mandar educar em Portugal, Inglaterra e França jovens das famílias opulentas; 5) a existência de ginásios e colégios públicos bem como de ordens religiosas para a educação da mocidade; 6) especialmente as influências das mulheres, as quais seriam dotadas de um “espírito, ilustrado por muitos conhecimentos”.<sup>369</sup>

Esse conjunto de condições, materiais e imaterias, no entanto, não foram capazes de evitar que juízos contrários à criação de uma imagem civilizada e refinada fossem estabelecidos. Foi, pois, dentro do próprio Grupo Maranhense que surgiu uma das críticas mais fortes à Atenas da qual Francisco Lisboa e seu *Jornal de Timon* são representantes. Crítica essa, desenvolvida sob um aparato historiográfico.

O presente maranhense da segunda metade do século XIX é o ponto de partida e a motivação para a iniciação de Francisco Lisboa nos estudos históricos. Aborrecido com as decisões políticas recentes e as escolhas de seu partido ele decide abandonar a vida política e jornalística, trabalha por um tempo como advogado, mas revela a Varnhagen em uma das muitas correspondências que trocou com o historiador sorocabano o desejo em se dedicar oficialmente e exclusivamente à história. Como demonstramos ao longo de nosso trabalho, a guinada do maranhense em direção ao passado tinha um objetivo também pragmático orientar os homens públicos do

<sup>367</sup> BORRALHO, op. cit., p. 18, nota 171.

<sup>368</sup> SOARES, op. cit., p. 144, nota 05.

<sup>369</sup> Ibidem, p. 145.

Maranhão. O desejo por história estaria, nesse sentido, relacionado à necessidade de reforma dos costumes maranhenses.

Podemos aqui questionar qual foi o diagnóstico que o levou a escrever história. Francisco Lisboa, sob a forma de Timon, constata que a sua realidade era uma espécie de fantasmagoria. Tratava-se de uma alegria, um desenvolvimento e aperfeiçoamento intelectual, econômico, moral apenas aparente, não tinha solidez e, assim como um fantasma, se dissolvia ao menor sopro. Tal constatação, que Flavio Soares analisa por meio da ideia de simulacros da realidade, levou Timon a descrever o seu tempo utilizando artifícios diferentes de legitimação como demonstramos no primeiro capítulo. No entanto, permanece uma questão importante quando pensamos nos desafios de escrever a história provincial, especialmente sobre o período recente de Francisco Lisboa diante dos vetos a que estavam sujeitos esse tipo de produção no IHGB, agremiação da qual ele veio a fazer parte.

Dentre as regulações feitas à escrita da história dentro do IHGB chamamos a atenção para o veto à narração dos eventos recentes. Publicações como os últimos capítulos da história escrita por Varnhagen, por exemplo, não eram incentivadas na instituição, pois haveria muitos riscos que esse tipo de história traria. O autor que pretendesse escrevê-la deveria estar ciente das paixões, simpatias, antipatias e partidarismos aos quais estaria sujeito e que afetariam a sua escrita. O historiador deveria se limitar ao “[...] registro dos fatos sem deixar escapar palavras de uma dissimulada apreciação”.<sup>370</sup> O que não significava, por outro lado, uma restrição a esse tipo de produção, era necessário, contudo, que o autor procedesse à crítica das fontes e tivesse a devida imparcialidade.<sup>371</sup>

Tais pressupostos podem ser vistos nos pareceres a algumas obras de autores que se dedicaram a escrever sobre a história do tempo presente no Império. Um trabalho que foi bem recebido no IHGB foi a *Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 a 1840* de Gonçalves de Magalhães, que foi premiada pelo Instituto. No parecer à monografia escrita por Magalhães é atestado que o

<sup>370</sup> Ata da sessão de 8 de maio de 1863. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1863, tomo XXVI, p. 855-858.

<sup>371</sup> É o que demonstra Temístocles Cézár ao afirmar que quanto ao estudo e escrita da história do presente no IHGB não era propriamente de veto que se fala, mas da inadequação da forma como ela era feita, sem critério e imparcialidade. CÉZAR, Temístocles. Escrita da história e tempo presente na historiografia brasileira. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). **O Brasil em dois tempos: História, pensamento social e tempo presente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p 24. Para um estudo aprofundado sobre a escrita do tempo presente no Brasil oitocentista ver Maleval, op. cit., nota 104.

autor “revestiu-se da gravidade requerida”, além disso, ele ainda reunia, segundo os pareceristas, as qualidades do “filósofo, do juiz reto, do pintor, e do arquiteto hábil”.<sup>372</sup> Anos mais tarde, em 1863, outro sócio, Felizardo Pinheiro de Campos, submete o trabalho intitulado *Fastos do Feliz e Glorioso Reinado do Sr. Dom Pedro II* à análise da Comissão do Instituto, sendo que esta não recomenda a sua publicação, com a justificativa de que “[...] a geração que vive tem a história do Imperador diante de seus olhos”<sup>373</sup> e a narração dos acontecimentos cotidianos cabia à imprensa fazer. Ainda sobre a posição do Instituto com relação a esse tipo de produção historiográfica, em 1850, um de seus membros, Francisco Freire Allemão sugere a criação do que ele denominou arca do sigilo onde deveriam ficar guardados os documentos e obras que, apesar de sua qualidade não poderiam ser publicadas naquele momento pois poderiam causar “[...] além de grandes desgostos a seus autores, incalculáveis perturbações e comprometeriam não só a paz interna, como a externa”.<sup>374</sup>

Para Lucia Guimarães, tanto o estudo do passado recente da nova nação quanto do seu presente poderia suscitar questionamentos, dúvidas e incentivar rivalidades pessoais que prejudicariam o fortalecimento das instituições monárquicas.<sup>375</sup> É na mesma direção que Isadora Tavares Maleval relaciona a criação da “arca do sigilo” com a tentativa de consolidação do Estado imperial no sentido de que ela permitiria, por um tempo, que as inimizades e disputas recentes pudessem ser dissipadas. Nesse sentido, ainda segunda essa autora, o recurso cumpriria com um duplo papel, por um lado “zelar pela tranquilidade que levaria à prosperidade do Império” fazendo “[...] com que se segredasse resquícios de momentos de extrema turbulência dentro do Brasil”, de outro lado, “[...] o arquivamento tornou viável a segurança da documentação que narrava

<sup>372</sup> Ata da sessão de 2 de setembro de 1847. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1847, tomo IX, p. 425 e p. 440.

<sup>373</sup> Ata da sessão de 8 de maio de 1863. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1863, tomo XXVI, p. 859.

<sup>374</sup> Ata da sessão de 16 de fevereiro de 1850. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1850, tomo XIII, p. 133. É a dupla função do lugar social de onde fala o historiador. Como salienta Michel de Certeau o lugar tem a função de permitir e, ao mesmo tempo, de proibir determinados tipos de produção dentro de sua instituição. Ela “torna possíveis certas pesquisa em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado” (grifos do autor). CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 77.

<sup>375</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaxo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do IHGB**, a. 156, n. 388, jul.-set., Rio de Janeiro, 1995, p. 125-126.

esses acontecimentos; à posteridade era garantido o acesso aos mesmos: atuando como juiz capacitado do passado estaria o historiador do futuro”.<sup>376</sup>

O limite para escrever a história do presente para Varnhagen, por exemplo, era bem preciso, ele só poderia ir até o período da proclamação da Independência. Não poderia ainda escrever a “história geral dos primeiros anos do império”, uma das razões é que os cuidados que se “[...] se devem aos vivos pediriam uma redação que não ataria bem com a imparcialidade que guardamos pelo passado” e, os documentos para essa história ainda estavam sendo publicados aos poucos.<sup>377</sup> Quando ao primeiro ponto é entrevisto que ele acreditava que quanto mais distante no tempo estivessem os fatos que narrava mais fácil seria estudá-los com imparcialidade, o que não o impediu de escrever a sua História da Independência, publicada postumamente.<sup>378</sup>

Maria de Lourdes Janotti considera que o folheto *Partidos e Eleições no Maranhão* não faz parte da produção histórica de Francisco Lisboa, sendo antes um testemunho de uma época.<sup>379</sup> Rita Santos defende que o folheto e, por extensão, o *Jornal de Timon*, é um discurso de moral política sob o frontispício de historiografia, sob o pretexto de fazer história.<sup>380</sup> Devemos ter em conta, no entanto, que a prática historiográfica no momento em que foi escrito o *Jornal* não era definida por parâmetros únicos que a identificassem. Ela era antes composta por uma diversidade de formas, temas e mecanismos de credibilidade do trabalho do historiador ligados aos ambientes nos quais era produzida. Nesse sentido, um ponto de segurança para afirmar que o folheto foi tomado como escrita da história do tempo presente é a recepção entre os seus leitores imediatos. Assim, é ilustrativa a atitude do *Diário do Maranhão* que publicou na coluna intitulada “História Contemporânea” excertos do *Jornal de Timon* como fonte para o conhecimento dos costumes dos maranhenses na segunda metade do século XIX.<sup>381</sup>

<sup>376</sup> MALEVAL, op. cit., p. 2-3, nota 104. Temístocles Cézar afirma que a “arca” não significava um veto à história do presente, embora refletisse, para alguns, “[...] a ausência de maturidade, política e epistemológica, requerida para se escrever sobre o seu próprio tempo”. CÉZAR, op. cit., p. 26, nota 389.

<sup>377</sup> VARNHAGEN, op. cit., p.442, nota 128.

<sup>378</sup> Para uma análise aprofundada dessa obra ver TIBURSKI, Eliete Lucia. **Escrita da história e tempo presente no Brasil oitocentista**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História UFRGS, Porto Alegre, 2011.

<sup>379</sup> JANOTTI, op. cit., p. 131, nota 1.

<sup>380</sup> SANTOS, op. cit., p. 242, nota 210.

<sup>381</sup> No ano de 1856 foram publicados os excertos nas edições 101 de 21 de janeiro de 1856, edição 102 de 22 de janeiro de 1856.

Como, então, Timon escreveu sobre o tempo presente? Primeiro, devemos ter em mente que ele opta por focar os costumes políticos maranhenses, embora a sua narrativa condense também aspectos sociais. Assim sendo, a opção pela história das eleições cumpre não somente o requisito de ser um tema familiar aos seus leitores, mas também por condensar as relações entre as diferentes camadas sociais permitindo a construção de uma ideia geral sobre a província. A política, como afirma Flavio Soares, “focalizada através das eleições e dos partidos, seus condutores mais importantes, é um lugar de observação da Província como um todo”, especialmente “os costumes da política” e a “ordem dos seus valores últimos” como uma luta eterna entre o bem e o mal. Nesse sentido, como bem destaca Flávio Soares, é somente quando o problema ganha foros de universalidade, ou que “o conflito local é também universal” que Timon pode “traçar um esboço do “quadro geral”.<sup>382</sup>

Para efetivar o seu intento, porém, Francisco Lisboa estava atento às questões historiográficas e as não historiográficas que um relato sobre o presente envolvia. Não por acaso, a narrativa sobre os *Partidos e Eleições no Maranhão* não oferece a data precisa de seu acontecimento. Ele abre o seu texto dizendo que nos anos de 184..., em que o uso das reticências resguardaria a comparação com os eventos recentes. Contudo, se voltarmos ao *Prospecto* que abre a publicação do *Jornal de Timon* veremos essa preocupação bem delimitada. Nele, Timon afirma que a pintura dos costumes privados ficaria de fora dos objetivos do trabalho em virtude de se tratar de uma província pequena em que todos se conhecem e, mesmo que ele fizesse generalizações vagas e cenas gerais, algumas pessoas poderiam toma-las como ofensas pessoais e difamação. Na tentativa de evitar esse risco, Timon esmera pintar os costumes públicos com o objetivo de emendar e corrigir os costumes políticos.

A pintura dos costumes privados, que aliás demandaria um quadro vastíssimo, não entra como elemento principal no plano deste trabalho; e a razão é que numa cidade pequena, em que todos se conhecem, e todas as vidas são conhecidas, por mais que Timon esmerasse em traçar cenas vagas e gerais, e apontasse com a intenção só a emenda e à correção, nem por isso a malevolência, e sobretudo a ignorância e o mau gosto, deixariam de nelas rastrear alusões mais ou menos positivas, a pessoas e ações determinadas. Assim, senão pela intenção própria, certamente pela malícia e prevenção alheia, um quadro geral, se converteria numa difamação pessoal, e em vez de cenas públicas, ter-se-ia a exposição do sagrado lar doméstico. Timon pois, prudente e acautelado quanto for possível, sem renunciar de todo a um assunto tão rico, e que de si mesmo está convidando à exploração, há de nada

---

<sup>382</sup> SOARES, op. cit., p. 30-31, nota 172.

menos empregar toda a sua atenção para evitar o perigo, e não cair em um dos vícios que mais pretende notar e repreender.<sup>383</sup>

Aliado a esses cuidados Timon utilizou nomes fictícios para nomear as personagens que compunham a narrativa sobre as eleições, desde o presidente da província até os membros dos partidos políticos principais. Porém, esses elementos não foram suficientes para evitar as comparações. Mais de um crítico, por exemplo, assinalou a fidelidade do relato presente no folheto sobre os partidos para a compreensão do processo eleitoral no Brasil Império. Fidelidade essa que tinha como referencial as constantes contrapartidas históricas, os elementos garantidores da veracidade do relato, especialmente o uso que fez Timon dos jornais publicados durante as eleições como fontes históricas.

Os próprios editores da obra completa de Francisco Lisboa, Antônio Henriques Leal e Luiz Pereira de Castro se colocam em diversos momentos da edição com notas explicativas em que buscam suavizar a narrativa de Timon tentando afirmar que aquela realidade narrada havia se transformado desde que foi escrito o *Jornal de Timon*. A intervenção dos editores é um ponto importante para pensar a forma como Francisco Lisboa escreveu sobre o presente porque o seu relato se chocava diretamente com o projeto da Atenas Brasileira. O que se pretende dizer aqui é que se, por um lado, Timon tentou de diferentes formas contornar as limitações teóricas com relação à manutenção da veracidade do seu relato ao tratar do presente, inclusive com a sua imersão no texto colocando-se como testemunha ocular dos eventos narrados, por outro, a sua interpretação do presente revela uma disputa séria em relação à história.

O caminho percorrido por Timon ao tratar dos partidos políticos e das eleições no Maranhão oitocentista traça uma imagem negativa sobre os habitantes da província como uma sociedade marcada pela corrupção, pelo abuso dos interesses pessoais, pela violência, pela pobreza, por uma civilização que se mostrava superficial em diferentes momentos. Ao minimizar e, de certa forma, eliminar qualquer aspecto positivo que caracterizasse a província, Timon se torna um dos principais críticos da Atenas tomando-a como uma falsa representação. A resposta à escrita da história recente por Timon não demorou a surgir. Central, portanto, é o opúsculo publicado no *Jornal* intitulado *Timon a seus leitores*. Nele o autor procura responder às principais críticas

---

<sup>383</sup> LISBOA, João Francisco. Prospecto. In: **Obras Completas**. v. I. 1865, p. 7, nota 22.

que a sua produção sofrera, funcionando como uma espécie de tribunal onde ele deveria se defender.

Uma das acusações mais fortes dizia respeito exatamente à interpretação de Timon da história recente maranhense construindo uma imagem da província que desqualificava aquela ensejada pelos demais grupos que compunham a Atenas, preocupados que estavam com a formação de uma identidade que ressaltasse as especificidades dos habitantes da província. Quanto a isso, ele intenta “[...] responder a duas outras acusações não menos graves, posto que menos públicas”.<sup>384</sup>

As acusações eram que Timon fazia “[...] nos seus retratos alusão a personagens da época” e que também tirava todo o lustre de “[...] sua pátria, pintando-a tão corrompida”. A forma enfática como responde Timon a essas acusações nos diz muito sobre as escolhas que fez ao escrever a história maranhense. Ela revela uma preocupação com uma reorientação ética dos homens públicos de sua sociedade que passava pela percepção de que viviam uma época em que o “mal” era preponderante e que deveria ser combatido. Quanto à primeira ele dizia ser as alusões somente resultado da ociosidade e malícia de uns poucos homens preocupados que viam desconcertos e extravagâncias da sociedade maranhense onde só haviam pinturas gerais e retratos de costumes. Quanto à segunda, no entanto, a resposta condensa a forma escolhida de escrita com a interpretação que ele deu para a história maranhense entendida como obscura, marginal, inferior, de segunda ordem. Vejamos o que disse ele:

Pelo que toca ao descrédito e difamação da terra que nos viu nascer, não tenho admiração para o vício pudibundo, que cora até a raiz dos cabelos, e cobre com as mãos ambas o rosto turvado de uma ingênua e amável confusão! Mas quem ousaria, a não serem os cúmplices do mal, os culpados impenitentes e relapsos, **quem ousaria negar, encobrir, ou ainda simplesmente dissimular a degradação e opróbrio a que temos chegado, e não feito de nós a fábula e o baldão da corte e do império todo, da corte especialmente, que a tantos respeitos nos trata com o desprezo de que somos dignos?** Consiste por ventura o patriotismo, ou provincialismo, em negar impudentemente uma verdade conhecida por tal, ou antes confessar nobremente o mal, e da grandeza dele tirar motivo e ocasião para reclamar a emenda e reforma a grandes brados? (grifo nosso).<sup>385</sup>

Timon revela nesse trecho todo o seu descontentamento em relação à forma como a Corte lidava com os problemas da sua província, o que também o absolveria de qualquer acusação ao sugerir que a realidade da província já era conhecida e reafirmada

<sup>384</sup> LISBOA, João Francisco. Timon a seus leitores. In: **Obras Completas**. v. I. 1865, p. 427, nota 22.

<sup>385</sup> *Ibidem*, p. 427-428.

se colocando contra uma postura, considerada por ele, provinciana de erigir uma imagem sobre do Maranhão que desconsiderasse, por exemplo, a corrupção eleitoral.

A percepção de Timon de seu presente como realidade fantasmagórica e a sua crítica à Atenas colocaram não somente esse período recente e imediato sob disputa, mas fortemente as avaliações sobre o passado maranhense. Dentro da tentativa de criação de uma identidade que revelasse a individualidade maranhense que teria originado os ilustres homens que compunham a Atenas ou os corrompidos homens da sociedade maranhense descrita por Timon o passado foi investigado, questionado, foi objeto de disputa que reverberou no presente. Uma disputa pela interpretação do passado colonial que colocou como problema central o lugar de índios, negros, brancos (portugueses e estrangeiros) na formação dos homens públicos maranhenses. Porém, essa disputa se configurou também como uma disputa historiográfica sobre as formas adequadas de representar a história da província frente ao interesse e demanda pela história nacional. Relacionamos, dessa forma, a interpretação da história maranhense como marginal e o desprezo da corte com a província expresso na opção de Francisco Lisboa em não escrever uma história geral do Maranhão.

### **3.3 Quando o presente reverbera no passado: o período colonial sob disputa**

Um dos indicadores do interesse em torno do passado colonial pode ser vislumbrado por meio do projeto de acervo documental do IHGB. Como demonstra Lúcia Guimarães, por meio de um balanço dos documentos remetidos à agremiação, a maior parte do acervo era constituído por arquivos sobre o passado colonial luso-brasileiro.<sup>386</sup> Se podemos, entretanto, demarcar que havia iniciativas, por exemplo, com relação aos estudos sobre o presente devemos, por outro lado, deixar claro que eram iniciativas permeadas por constantes entraves de ordem teórica e política.<sup>387</sup> Se, contudo, havia o incentivo quanto ao estudo do passado que daria base à história do recém instaurado Estado nacional, havia também a disputa sobre esse passado no presente.<sup>388</sup>

---

<sup>386</sup> GUIMARÃES, op. cit., p. 459-613, nota 375.

<sup>387</sup> Como se pode ver nos extratos das atas do IHGB. Extratos da Atas. **RIHGB**, 1847, p. 567.

<sup>388</sup> GUIMARÃES, op. cit., p. 93-122, nota 354.

Tal disputa dizia respeito desde as formas adequadas de contar a história desse período bem como a periodização, os elementos que fariam ou não parte da história nacional, sobre a formação do conjunto da nação. Disputas pelo passado que reverberavam no presente. Um fator importante desse debate de formação de uma identidade nacional dizia respeito ao papel de cada um dos grupos que dariam origem ao povo brasileiro. Temos, nesse período histórico, segunda metade do século XIX, uma gama variada de proposições baseadas na valorização do peso de um ou outro grupo, como Martius, Varnhagen, os indianistas, etc.

O problema ganha, no entanto, outra dimensão quando se trata da identidade provincial, de projetos que pensavam a formação da população das províncias em primeiro lugar e não somente como um apêndice da identidade nacional. O caso aqui analisado, da historiografia de Francisco Lisboa, demonstra a preocupação em delimitar os papéis dos formadores da identidade maranhense. O ponto de partida é a percepção do autor de um clima de “falsa euforia” na sua província que criava uma imagem idealizada da mesma distante da realidade.<sup>389</sup> O trabalho de Timon, portanto, fornece os parâmetros que qualificariam a sua sociedade através do processo eleitoral. Porém, por meio do estudo da história, ele dirige-se ao passado em busca das origens e características que classificariam os maranhenses. Não por acaso a sua atenção se dirige aos costumes, usos, hábitos, raças e classes em que se dividia a população durante o período colonial.

A escolha de Francisco Lisboa, então, não deve ser tomada como uma opção individual, mas como uma resposta a uma demanda imediata dos seus leitores e de sua sociedade. Dessa perspectiva podemos afirmar que a ligação entre passado colonial e presente da segunda metade do Oitocentos se relaciona com um questionamento sobre as origens e destino da sua sociedade. Nenhum exemplo do que se afirma é mais singular do que a Introdução aos *Anais* de Berredo por Gonçalves Dias. Nela, o poeta maranhense clama para a necessidade de que se escrevesse uma história para os maranhenses, o que significava dizer preocupada com a sua formação, com os eventos mais importantes e que fosse capaz de explicar a direção que tomou e continuava tomando a província. Assim fala Gonçalves Dias:

---

<sup>389</sup> Como destacam a maior parte dos críticos e estudiosos da historiografia de Francisco Lisboa citados ao longo de nosso trabalho.

[...] pesando os nossos sucessos veríamos qual tem sido o nosso infortúnio, e que nenhum azar nos tem acontecido, que nenhum passo temos dado, que não seja novo infortúnio e nova miséria. Veríamos como de Estado passamos a capitania secundária, e como de capitania secundária fomos reduzidos de fato à ínfima província. Veríamos como todos estes casos se têm encadeado [...] e então diríamos com o grande pregador do século XVII, que em muitas outras coisas também foi grande: “Não é possível que o castigo de um estado fundado em tanto sangue inocente pare só na presente miséria”.<sup>390</sup>

No trecho acima vemos que para Gonçalves Dias a situação da província no Brasil oitocentista era resultado de séculos de opressão portuguesa, especialmente em relação aos indígenas. O estudo do passado colonial, assim, em sua sucessão de eventos revelaria como essa opressão ocorreu com a região de diferentes formas. Em virtude disso, ele defende que a história gloriosa e cheia de elementos dignos de orgulho dos maranhenses e do Brasil deveria ser a dos índios. Para ele tanto a poesia quanto a história deveriam buscar os materiais nos indígenas, pois do contrário, uma história das ações portuguesas, era uma história de sucessiva opressão e violência.

Confirmando a centralidade dada ao passado colonial para a escrita da história conforme a orientação do IHGB e a demanda presente nas indicações de Gonçalves Dias, a maior parte do conteúdo do *Jornal de Timon*, dos números 5 a 12, é sobre o passado colonial da região do Maranhão. A publicação dos *Apontamentos* segue, assim, um objetivo principal de oferecer aos leitores notícias e informações sobre as “diversas raças em que se divide a nossa população, sobre a sua condição, índole, costumes, sobre o seu passado, e o seu porvir enfim”.<sup>391</sup> Por isso, Timon considerava “[...] oportuno explorar então alguns pontos da história antiga e moderna deste povo”.<sup>392</sup> O presente oitocentista se ligava ao passado colonial.

Como dissemos em outros momentos desta tese, a história escrita por Timon é como um teatro composto por várias peças e cenas. A conformação dos *Apontamentos* também segue essa direção. Apresentando divisões temáticas e cronológicas o folheto tem como objeto privilegiado a relação da metrópole, de Portugal, com a colônia representada pela região do Maranhão. Dessa forma, as diferentes partes que compõem os *Apontamentos* buscam confirmar essa relação e, a partir dela, revelar as origens que individualizavam os maranhenses da segunda metade do século XIX. Nesse sentido, é de fundamental importância a avaliação feita por Timon da colonização portuguesa e

<sup>390</sup> BERREDO, Bernardo Pereira de. **Anais históricos do Estado do Maranhão**. Maranhão: Tipografia maranhense, 1848, p. XIX-XX.

<sup>391</sup> LISBOA, João Francisco. Prospecto. In: **Obras Completas**. 1865, p. 10, nota 22.

<sup>392</sup> *Ibidem*, p. 10.

dos grupos que compunham a população na região durante o período colonial. Francisco Lisboa retoma em seu trabalho classificações elaboradas por cronistas, viajantes e historiadores estrangeiros. A sua preocupação é traçar os elementos que definiriam quem eram os maranhenses e, quanto a isso, se insere em uma disputa direta com a interpretação de Gonçalves Dias.

O poeta maranhense foi o responsável pela redação de uma introdução que abre a reedição dos *Anais* de Berredo. A oposição de Francisco Lisboa a Berredo, como se pode ver em diferentes passagens dos *Apontamentos*, é, na verdade, uma oposição às ideias de Gonçalves Dias sobre uma possível reabilitação indígena. É, portanto, em torno da questão dos índios, especialmente as causas de sua extinção, que Timon elabora a sua intervenção. O anti-indianismo de Francisco Lisboa é reafirmado pela crítica à avaliação feita por Gonçalves Dias sobre as preferências de Berredo quanto ao espaço dedicado aos indígenas nos *Anais*, dando maior ênfase nos assuntos portugueses. Crítica semelhante sofreu, também, Varnhagen com a sua *História Geral* por ter escrito a história nacional sob um ponto de vista puramente português.

Para Timon, a escolha teria sido um dos poucos acertos de Berredo, pois não vê nas ações e características indígenas pontos dignos de serem lembrados. Segundo Timon, se houvera que escolher entre narrar as ações portuguesas e a dos nativos brasileiros teria feito da mesma forma. Comenta longamente os *Anais* de Berredo, que há pouco haviam sido reimpressos em São Luís, com uma introdução bastante crítica de Gonçalves Dias. Berredo é na verdade o alvo principal das críticas de Lisboa e, através dele, o tipo de visão representada por Gonçalves Dias. De um lado, critica duramente a forma, o estilo, a escolha dos temas no “soldado escritor” português, incapaz de realizar uma verdadeira história da “civilização colonial” em que se tornara a Capitania portuguesa; de outro, discorda do ponto de vista indígena e, para ele fantasioso, de Gonçalves Dias, que não reconhecia nos portugueses as verdadeiras origens do Maranhão. Francisco Lisboa concede para a história do Maranhão um peso maior aos portugueses sobre os índios. Defendendo nesse ponto Berredo ele diz:

E por que motivos, em verdade, soldado e escritor português, pertencente à raça e sociedade portuguesa, como todos nós lhe pertencemos, pelos usos e costumes, linguagem e ideias, havia ele de preterir os assuntos pátrios para se

ocupar com a história dessa pretendida Judéia do novo mundo, criada só pela imaginação poética e fantasiosa do nosso crítico?<sup>393</sup>

A oposição ao indianismo de Gonçalves Dias volta à cena quando Timon discute a composição das raças e classes que dariam origem aos maranhenses. O nosso autor identifica que no século XVII a região passava por um grau de desmoralização generalizada. Quais seriam, então, os fatores que concorreram para aquela situação? Timon nota que o quadro crítico se estendia desde os aspectos econômicos quanto religiosos, intelectuais, morais, etc. Coloca-se, diante desse quadro, a pergunta sobre quem eram esses homens e qual foi o papel desempenhado por eles nesse processo de expressiva decadência.

Gonçalves Dias defende na Introdução aos *Anais* que um elemento fundamental para entender a questão estava nas características da colonização portuguesa. Assim, ele sugere dois fatores centrais: a quantidade de degredados que foram enviados ao Maranhão e a diferença entre os colonos que foram para o Oriente e aqueles enviados ao Brasil. Sugere, então, que enquanto em outras possessões portuguesas foram enviados homens mais dignos, para o Brasil foi enviada somente uma classe de homens inferior, movida unicamente pela cobiça.<sup>394</sup> Timon apresenta uma perspectiva conciliadora, embora teça duras críticas ao sistema colonial. Para ele, se devemos julgar os frutos pela árvore, não era de se esperar que os homens enviados para o país fossem radicalmente diferentes daqueles que colonizaram outras possessões de Portugal.<sup>395</sup> Ele gasta, no entanto, um tempo maior para tratar da questão do degredo.

Colocando-se contrário à posição de Gonçalves Dias, Timon afirma que não é no número de degredados que se deveria buscar as razões do alto grau de imoralidade da colônia. A sua defesa é baseada em dois elementos: primeiro, a partir de uma análise das leis que integravam a Inquisição Portuguesa, ele afirma que a maior parte dos crimes cometidos era de natureza leve e que o número de culpados, devido à rigidez das leis, devia ser bem menor que o número dos condenados.<sup>396</sup> Segundo, por meio de relatos de viajantes e jesuítas, Timon afirma que os primeiros colonos já eram dotados de vícios que somente foram exacerbados na colônia com a presença dos costumes indígenas. Entre uma posição que culpabiliza as ações portuguesas e promove a

<sup>393</sup> LISBOA, op. cit. v. II. 1865, p. 19, nota 22.

<sup>394</sup> BERREDO, op. cit., p. 9, nota 390.

<sup>395</sup> LISBOA, op. cit. v. II. 1865, p. 236-250, nota 22.

<sup>396</sup> Ibidem, p. 236-250.

centralidade do indígena na formação do que viria a ser o maranhense e uma oposta de desprezo pelo lugar dos índios frente ao elogio da colonização portuguesa, Timon opta pela adoção de uma posição de centro.

Assim, ele reconhece a importância dos indígenas no desenvolvimento da colônia, principalmente com relação ao seu trabalho na construção de igrejas e colégios, e mantém os portugueses como elemento civilizador na formação não somente maranhense, mas nacional. Ele reconhece que houve tempos em que a sua avaliação dos acontecimentos passados foram influenciados pelas lutas pela independência do Brasil de Portugal, o que criou um sentimento de crítica à colonização, mas passados os anos, na década de 1850, sob um ponto de vista atual, as suas avaliações se modificaram.

Pensando em tal configuração, Timon divide a população da região no período colonial entre raças e classes, divisão que, segundo ele, se manteve até o seu tempo. Nele, as analogias entre o Maranhão do século XVII e o do XIX eram lembradas: “[...] os habitantes das antigas capitanias do Estado do Maranhão se dividiam em raças e classes, como ainda hoje.”<sup>397</sup> Nota-se a dificuldade de Francisco Lisboa em estabelecer diferenças substanciais entre os grupos que compuseram a sociedade colonial na região que depois tornaria o Maranhão. Porém, relatar a extensão da composição daquela sociedade era fundamental para Timon porque seria do encontro e das relações entre esses grupos que se formariam os também variados grupos que compunham a sociedade maranhense do oitocentos.

Timon, embora se detenha nas divisões dos grupos que comporiam e dariam origem aos maranhenses oitocentistas promove uma divisão bem clara. Segundo ele, os maranhenses atuais (do XIX), os que pensam e escrevem eram descendentes dos opressores e não dos oprimidos.<sup>398</sup> Mesmo alegando a descendência e dando peso maior para o elemento português na formação nacional, a interpretação de Timon sobre o período colonial reforça a situação de opressão vivenciada pela colônia diante da metrópole. Não por acaso, a narrativa dos *Apontamentos*, especialmente aquela sobre o século XVII, pode ser entendida como uma analogia do Maranhão da década de 1850. Uma situação de opressão que se repetia e se mantinha, a exemplo da divisão das raças e classes.

---

<sup>397</sup> LISBOA, op. cit.. V. III. 1865, p. 109, nota 22.

<sup>398</sup> JANOTTI, op. cit., p. 142, nota 1.

Nesse sentido, é importante salientar o descontentamento de Timon com a pouca atenção direcionada pela metrópole à colônia, a demora em promover uma ocupação efetiva, a crítica às expedições carregadas com armamentos ao invés de elementos civilizacionais, como missionários por exemplo. Da camada de portugueses representados pelos capitães e governadores gerais e demais funcionários da Coroa, vemos em Timon a dura realidade dos colonos. Nesse sentido, vale retomar a detalhada divisão que fez da composição dos grupos na sociedade colonial. Isso porque, se podemos concordar com Oliveira Lima quanto ao nacionalismo do maranhense<sup>399</sup>, por exemplo, devemos entender que ele não era o mesmo que o sentimento nacionalista de Varnhagen.

Assim como o visconde de Porto Seguro, Francisco Lisboa entendia que, ao menos o grupo social ao qual pertencia, o dos “homens que pensam, escrevem, fazem”, fosse descendente dos portugueses. Porém, para o Timon maranhense era preciso demarcar as diferenças entre os representantes da metrópole e os colonos, ou o povo no período colonial. Dessa forma pode-se entender, por exemplo, a diferença entre a importância que ele conferiu à Revolta de Beckman em detrimento daquela apresentada na *História Geral do Brasil* de Varnhagen. Para Francisco Lisboa as câmaras, os senados eram representantes da classe dominante da colônia, enquanto Manoel Beckman, mesmo pertencendo à nobreza da terra, se transformou na imagem da luta do povo contra o estanco real e contra a Companhia de Comércio. Assim, Francisco Lisboa via “[...] no português comum, isto é, simples colono, o fundador da nacionalidade”.<sup>400</sup> Varnhagen por outro lado era um nacionalista em conformidade com a ordem estabelecida, “[...] com a unidade nacional, com a apologia do regime monárquico” e via nos movimentos, depois chamados nativistas, como a Revolta de Beckman, como uma “ameaça de desintegração do territorial do país”.<sup>401</sup> Francisco Lisboa via na ordem estabelecida em seu tempo o abandono, o descaso, a opressão que se repetia a exemplo do período colonial.

---

<sup>399</sup> Sobre esse aspecto trazemos uma citação de Oliveira Lima utilizada também por Janotti: “Quando faleceu em Lisboa, ocupava-se em estudar, nos arquivos portugueses, o passado nacional, no qual soube enxergar mais do que uma série de sucessos militares ou um rol de capitães-generais e vice-reis, descobrindo e aprofundando os aspectos sociais e econômicos. Fê-lo antes que a ciência estrangeira nos indicasse essa orientação, mesmo porque nas influências que pesaram sobre o seu espírito, João Francisco Lisboa foi sempre rigorosamente nacional”. LIMA, Oliveira apud JANOTTI, op. cit., p. 185-186, nota 1.

<sup>400</sup> JANOTTI, op. cit., p. 207, nota 1.

<sup>401</sup> Ibidem, p. 207.

### 3.4 Os antigos e os *atuais* maranhenses: a história do Maranhão como repetição

Francisco Lisboa, ao enxergar uma constância nas paixões humanas, estabelece uma aproximação entre passado e presente que se transformam quase como um tempo único. Guiado por essa concepção ele se dirige ao passado maranhense buscando identificar os costumes de então e compará-los com os dos homens de sua época. Fica evidente em seu esforço a tentativa de representar, por meio dos *Apontamentos*, que do desenvolvimento da colônia até o período imperial, as ações dos homens se repetiam e seus costumes se assemelhavam. Dessa forma, ainda que fale vez ou outra em brasileiros, a sua atenção se dirige quase que exclusivamente aos maranhenses, os antigos e os *atuais*. Nesse processo, ele procura mostrar aos seus leitores como a corrupção e maus costumes políticos que denunciava em sua província remontavam aos tempos coloniais, pois ao caracterizar os seus conterrâneos nota as semelhanças que os aproximavam.

A comparação se colocava como meio pelo qual os objetivos do *Jornal* se tornariam mais expressos. Entre as suas intenções, ele enumera que a sua ambição “[...] sobeja a atenção do pequeno recanto do mundo onde viemos à luz. Estudando o seu passado, aprendemos a conformar-nos com o presente, e a esperar melhor do futuro”.<sup>402</sup> Como medida de concretização ele sugere a “comparação de umas e outras misérias” para que “[...] suceda o mesmo ao público para quem escrevemos, e que é sobretudo o público maranhense, para que o nosso trabalho tenha produzido o maior resultado que dele nos podíamos prometer”.<sup>403</sup> Colocadas, assim, lado a lado o “mal” ou as misérias do passado colonial e da província no período imperial, o seu leitor poderia tirar lições, mas que em último caso estariam restritas ao futuro e não ao presente. Porém, ao mesmo tempo, a conformação com o presente seria o resultado mesmo do paralelo estabelecido ao mostrar uma constância nas más ações dos maranhenses.

Segundo Timon, não é na qualidade dos degredados que se deve buscar os motivos da imoralidade na colônia, uma vez que os homens de seu tempo não demonstravam, em sua visão, possuir melhores valores que os primeiros colonos. Fazendo o paralelo entre os homens do passado e do presente ele afirma que,

---

<sup>402</sup> LISBOA, João Francisco. Prólogo. In: **Obras Completas**. V. III. 1865, p. 14.

<sup>403</sup> *Ibidem*, p. 14.

[...] os costumes dos povoadores de então orçam pelos deste tempo, em que não há degredados; e as iniquidades e cruezas que se usavam naquele tempo com os pobres índios, usam-se hoje em maior escala contra outra raça muito mais oprimida e desamparada. É força, portanto procurar as causas da progressiva decadência das raças aborígenes em outra parte, que não na qualidade da população que demandava o Brasil, pois embora inçada de grande cópia de degredados, não era, todavia, pior que a de hoje, como sem dúvida reconhecerá quem desapaixonadamente comparar a imoralidade de então com a atual.<sup>404</sup>

Tratando do passado do Maranhão colonial, Timon busca fazer uma ligação com o seu presente. A ligação seria expressa pela exposição não apenas dos maus costumes praticados pelos homens, como também pela imoralidade que reinava entre os primeiros colonos no Maranhão e os maranhenses do século XIX. A província do Maranhão ainda conservava, em sua opinião, a sua formação sendo dividida em raças e classes.<sup>405</sup> O estudo dessa divisão, como ele pretendeu fazer, tinha por objetivo caracterizar o espírito e os costumes daqueles tempos.<sup>406</sup>

Tal esforço é o mesmo efetuado por Gonçalves de Magalhães na sua *Memória Histórica* quando procura estabelecer as bases sob as quais eclodiu o movimento de Balaiada no Maranhão no ano de 1839. Trata-se de um mesmo procedimento e de um mesmo objetivo, demonstrar uma permanência que remete a uma situação anterior em que a imoralidade se perpetuava na província. Magalhães enfatiza a necessidade anterior à narração do movimento, de caracterizar os costumes, os usos, conhecer os homens para que, assim, fosse possível entender e explicar os acontecimentos que se seguiram.

Magalhães classifica a província a partir da ótica de diferenças inconciliáveis de classes, composta por “duzentas e dezessete mil almas, entre brancos, mesclados e negros”.<sup>407</sup> Além de tais diferenças, Magalhães chama a atenção para o fato de que de todas as províncias que este havia visitado, “[...] a do Maranhão, excetuando a sua capital, é onde menos se acata a religião. As luzes do cristianismo parecem que ainda não penetraram essas vilas de tetos de palha, e essas choupanas esgarradas em tão vasto território”.<sup>408</sup> A sua conclusão do tópico sobre os costumes maranhenses se encerra com um lamento: “Nós vimos e lastimamos o que escrevemos! O que se pode esperar de homens não domados por nenhum freio?”.<sup>409</sup> Ainda sobre os degredados, ele afirma

<sup>404</sup> LISBOA, João Francisco. Prólogo. In: **Obras Completas**. V. III. 1865, p. 244.

<sup>405</sup> *Ibidem*, p. 109.

<sup>406</sup> LISBOA, op. cit., v. II, p. 110, nota 22.

<sup>407</sup> MAGALHÃES, op. cit., p. 16, nota 26.

<sup>408</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>409</sup> *Ibidem*, p. 17.

que “[...] qualquer, porém que seja a verdade acerca deste primitivo elemento de colonização, o certo é que os brasileiros atuais de todos os matizes e origens não tem mais vícios nem menos virtudes que os habitantes da antiga metrópole”.<sup>410</sup>

É interessante notar, nesse sentido, que o procedimento de comparação era uma forma de caracterizar os maranhenses, embora revelasse uma repetição, uma constância em termos de costumes. A constatação está presente também na descrição dos sermões do padre Antônio Vieira que serviram de base de argumentação tanto para Gonçalves Dias quanto para Francisco Lisboa. Um dos sermões reproduzidos por Francisco Lisboa que ilustra bem essa continuidade apontada no *Jornal* é o que trata da verdade e da mentira. Segundo Timon, nele nota-se o descontentamento do padre com os antepassados dos maranhenses e tem como objetivo demonstrar que no Maranhão não havia verdade.

O sermão é construído em torno de uma fábula sobre a queda do diabo do céu e, que se partindo em vários pedaços, cada um foi caindo em uma terra diferente onde predominavam os vícios correspondentes ao membro que lhes coube. A Portugal coube-lhe a língua e “[...] os vícios da língua eram tantos, que já deles se fizera um grande e copioso abecedário”, o que se fora verdade, segue Francisco Lisboa, “[...] não há dúvida que o M pertenceria de direito à nossa, porque, M Maranhão, M murmurar, M motejar, M maldizer, M malsinar, M mexericar, e sobretudo M mentir; mentir com os pensamentos. Que de todos e por todos os modos se mentia”.<sup>411</sup> O sermão é explorado em todos as suas partes, destacando, por exemplo, “[...] que no Maranhão até o sol era mentiroso”, pois prometia um dia formoso e “[...] começava a chover como no mais entranhado inverno”.<sup>412</sup> Do clima, concluía o jesuíta, e Timon com ele, que “[...] já não era para admirar que mentissem os habitantes como o céu que sobre eles influía”.<sup>413</sup>

As considerações feitas pelo jesuíta seriam, na opinião de Francisco Lisboa, em parte aplicáveis a outro povo qualquer, pois continham considerações gerais sobre os vícios e paixões humanas. Porém, em muitos momentos, ele nota que os exemplos eram dirigidos diretamente ao auditório do orador, aos maranhenses. Assim, ele justifica o valor de um trabalho como o seu, pois ao caracterizar Vieira, ele estava caracterizando

<sup>410</sup> LISBOA, op. cit., v. II, p. 125, nota 22.

<sup>411</sup> LISBOA, João Francisco. **Vida do Padre Antônio Vieira**. Clássicos Jackson. vol. XIX. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1964, p. 307.

<sup>412</sup> Ibidem, p. 308.

<sup>413</sup> Ibidem, p. 312.

toda uma época (período colonial) e que servia como um alerta de que não havia exagero quando se argumentava sobre os vícios da mentira e da maledicência nos antigos maranhenses “[...] tão dominantes entre os seus dignos descendentes”.<sup>414</sup>

Citamos ainda, mais um caso de identificação entre os antigos e os atuais maranhenses feitos por Francisco Lisboa. Ele diz respeito ao paralelo feito pelo autor entre governos coloniais e a política no Maranhão oitocentista. O que permitiria a sua aplicação era, sobretudo, a sua concepção de que com pequenas variações, as cenas políticas se reproduziam de tal forma que o possibilitaria comparar, por exemplo, os capitães-gerais aos presidentes de província. É o que se pode ver na Nota E referente ao capítulo sobre os governos que ele considerava incompetentes do período colonial. Ele desloca a discussão para as notas para poder estabelecer a comparação. Em suas palavras:

No Maranhão, pelo que toca a combinações políticas e manejos de partidos, pode-se afoitamente asseverar que a história se repete, com ligeiras variantes, sobretudo há cem anos a esta parte. É sempre o mesmo teatro com guarda-roupa e cenário novo, e com repertório retocado e acomodado ao gosto dos tempos. Em vez dos pasquins, dos sermões sediciosos, dos mexericos, das queixas e correspondência oficial, e das devassas janeirinhas e residências, temos hoje a imprensa, a tribuna dos clubes, e as reuniões eleitorais: e pelos capitães gerais figuram com honra e vantagem os excelentíssimos presidentes. Como os antigos os novos mandões fomentam o espírito de discórdia, lançam-se nos partidos, esposam todas as suas paixões, e causam profundas perturbações na economia e regime da administração, mormente pelas frequentes inversões que fazem no seu pessoal, porque já é regra, e sempre foi que o capitão-geral, ou presidente que vem suceder no governo há de sem falta tomar e seguir válido e partido novo, perseguindo atrozmente os que dominavam e florescia pouco antes. Neste particular é tão notável e pasmosa a semelhança, que a ilusão teatral torna-se completa.<sup>415</sup>

A comparação torna-se o meio pelo qual Lisboa estabelece uma dupla crítica. Primeiro, a crítica à corrupção e imoralidade que rondavam, no presente os partidos e as eleições, no passado os interesses que moviam os capitães-gerais. Segundo, a crítica ao poder central, no passado do Rei e no presente do Imperador. Assim, ele clama contra as indicações dos administradores que não tinham relação e nem interesse com a província e com o desenvolvimento da mesma. A posição de Francisco Lisboa se aproxima aqui daquela defendida por Magalhães.

<sup>414</sup> LISBOA, João Francisco. **Vida do Padre Antônio Vieira**. Clássicos Jackson. vol. XIX. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1964, p. 311.

<sup>415</sup> LISBOA, op. cit., p. 522-523, nota 22.

A constatação não se trata de uma mera resignação, mas um lamento que precede o desejo de ruptura com essa continuidade que parecia se impor, pois, como ambos os autores concordavam seria do meio de tal des(ordem) que sairia a solução para um futuro melhor. Para o caso do poeta, como chama a atenção Marcelo Rangel, “não se tratava de incapacidade constitutiva de tempos e espaços irremediavelmente habitados pela desordem”, mas da necessidade de “atenção, de diálogo e da civilização inclusive dos da *boa sociedade*, homens que possuíam em seus olhos ambição e desmedida, incapazes de educar a partir da reta razão e da justa moralidade”.<sup>416</sup>

Magalhães advoga a urgência em transformações estruturais na província, para promover o desenvolvimento econômico, propõe a criação de pontes para conter os prejuízos causados pelas intensas chuvas. Porém, como enfatiza Rangel, as pontes propostas por aquele não eram “[...] apenas aquelas que ligavam um pedaço de chão a outro, mas também aquelas outras que, ainda mais, faziam comunicar os corações e as almas”.<sup>417</sup> Francisco Lisboa vê uma semelhança na indicação feita pelo governo central que se perpetuava por séculos e que levava a província à decadência política, econômica e, principalmente, moral, como podemos ver na reclamação que ele faz em tom de desabafo:

E o governo geral, quando nos mandará ele homens sérios, provados, independentes pelo caráter e pela posição, superiores às seduções e interesses efêmeros dos partidos, moderados sem fraqueza, e íntegros sem afetação, únicos cabais para comporem o estado de desorganização em que nos tem posto certos ambiciosos vulgares, gárrulos, fátuos e estólidos, tão fracos diante da injúria como diante do louvor, que para aplacar as tempestades que levantam só apelam para a força, e só buscam a força na violência?<sup>418</sup>

A semelhança, entre os capitães-gerais e os presidentes de província, no entanto, não é demonstrada a partir das palavras de Lisboa. Ele transcreve dois documentos oficiais e uma correspondência assinados por Joaquim Sabino<sup>419</sup> e dirigidos ao rei. Neles, o então secretário do governo relata a situação em que se encontrava o Maranhão e solicita ao monarca a oportunidade de ir para a corte. Entre as razões do

<sup>416</sup> RANGEL, op. cit., p. 130, nota 48.

<sup>417</sup> Ibidem, p. 130.

<sup>418</sup> Ibidem, p. 527-528.

<sup>419</sup> Trata-se aqui de Joaquim José Sabino de Resende Faria e Silva. O ano de seu nascimento é incerto, entre 1764 ou 1765. Natural do Porto, Portugal, foi secretário do Governo da capitania do Maranhão secretário da capitania do Maranhão em dois momentos – 1796 a 1798 e 1803 a 1811. Sobre a sua postura na administração maranhense ver: CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. Doutores em uma província imperial: Antônio Pedro da Costa Ferreira e Joaquim José Sabino no cenário político do Maranhão Oitocentista. In: **XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**. Anais... 27 a 31 de julho, Florianópolis-SC, 2015. LISBOA, João Francisco. Op. Cit. p. 529.

pedido estava o fato de Sabino, segundo consta na correspondência, conhecer o atual governador e capitão geral D. Francisco de Melo Manuel da Câmara<sup>420</sup> e, por isso, já teria certeza dos males vindouros. Sabino denunciava as perseguições, prisões e corrupções que estavam sendo praticadas na colônia em virtude do sistema político adotado por esse capitão. Com documentos da época Timon retira a responsabilidade do que está sugerindo e ao mesmo tempo justifica a sua interpretação ao demonstrar a veracidade da situação.

Nota-se que não se trata somente de um lamento, mas o desejo de ruptura com o passado no presente, mas que partiria do governo central por meio de uma intervenção mais forte na província. Postura bem próxima da defendida por Magalhães ao apontar, para o caso da Balaiada, a distância mantida entre o Estado e as províncias fora do eixo sul do país.<sup>421</sup> Tal desconhecimento estaria diretamente ligado, para Francisco Lisboa, à má escolha de nomes para o cargo de presidente provincial. Mantém-se presente, dessa forma, o quadro traçado por Joaquim Sabino para o período colonial e de Timon sobre os presidentes da província do Maranhão, reforçando o tom pragmático de seu *Jornal* ao relacionar os fatos do seu presente com aqueles do passado.

Contudo, na comparação entre presente e passado Lisboa acaba por identificar que os presidentes de província tinham vantagem, no sentido negativo, sobre os homônimos do período colonial. Isso ocorria, segundo ele, na “[...] ostentação de largos intuítos administrativos, e de empresas grandiosas com que dissimulam, por um lado, os interesses pessoais e de partido, que tomam a peito, e armam por outro ao favor da opinião, e do poder supremo”.<sup>422</sup> Ele retoma aqui os temas dos *Partidos e Eleições no Maranhão*, mas ao contrário do cuidado que o teria guiado para impedir que a narração das cenas se tornasse em algo privado, e portanto, pudesse fazer com que ele fosse acusado de difamar a província, ele se dirige diretamente aos administradores maranhenses e aos seus excessos.

---

<sup>420</sup> Foi governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará de 1806 até 1809. Sobre o seu governo ver: SILVA, Gilmar Pereira. **Memórias históricas escritas pelo doutor César Augusto Marques**. São Paulo: JM, 2010, p. 227. LISBOA, João Francisco. Op. Cit. p. 530.

<sup>421</sup> Sobre a crítica de Magalhães, Marcelo Rangel nos informa que para aquele o governo central “desconheceria as diferentes regiões, quero dizer, os distintos significados de tempo e de espaço, que não aqueles do lado Sul. A partir dessa “desinformação”, o Estado nunca deixaria de enfrentar revoltas como a que teve lugar no Maranhão”. RANGEL, op. cit., p. 43, nota 48.

<sup>422</sup> Ibidem, p. 523.

O seu posicionamento ultrapassa os limites do passado e se torna uma polêmica em seu tempo. Isso porque para mostrar como os desmandos dos presidentes ultrapassavam aqueles praticados durante a colônia ele usa o exemplo da obra no canal do Arapapahy. A dita obra era, em sua opinião, “[...] um padrão vergonhoso de ignorância, incapacidade, desleixo e prevaricação e opróbrio até para o governo geral”, pois além de ser um projeto considerado superior as forças da província e exemplo de como os presidentes preocupados, exclusivamente, com as províncias, procediam sem reflexão e estudo em graves e delicados assuntos, transformando-se em uma máquina eleitoral.<sup>423</sup> Estava armada então mais uma denúncia de sua província. O problema, no entanto, foi que, por se tratar do presente, ela suscitou duras respostas publicadas na imprensa maranhense. A polêmica, contudo, mesmo se compondo de acusações e respostas ficou longe das páginas do *Jornal de Timon*, sendo todas publicadas em outros periódicos.<sup>424</sup> Isso ocorreu em virtude de a questão, segundo Francisco Lisboa, ter se estendido para além dos objetivos restritos àquele trabalho, ou seja, estabelecer as semelhanças entre os capitães-gerais e os presidentes de província ao mesmo tempo em que definia a origem dos costumes que caracterizavam a sua província na tentativa de despertar a necessidade de modificá-los.

### **3.5 Interpretação e representação da história: como foi escrita a história maranhense**

Diante das particularidades encontradas por Timon na história maranhense, de que maneira poderia ele escrever sobre ela cumprindo, ao mesmo tempo, o compromisso assumido com a publicação do *Jornal* de efetuar na sua província a reforma dos costumes. Argumenta-se aqui que, a forma como optou Timon por escrever a história maranhense estava relacionada com a interpretação que deu à mesma enquanto constante repetição de vícios, corrupção e opressão. Por isso, neste tópico, a discussão procura relacionar a dupla dimensão que envolvia a escrita da história

---

<sup>423</sup> LISBOA, op. cit., v. III, p. 523, nota 22.

<sup>424</sup> O *Diário de Pernambuco* publicou em suas páginas o conteúdo completo da nota E presente no *Jornal de Timon*. Porém, a polêmica se espalhou para outros periódicos como se pode ver no número 4, publicado na terça-feira dia 13 de julho de 1858 no jornal *O Globo* no Maranhão. Nele temos um texto anônimo que reúne algumas das críticas ao conteúdo da nota E posicionando-se contrário, especialmente, à associação que fez Timon entre a obra e os interesses eleitorais; e também no *A Imprensa* nos números 52, 86 e 99 de 1858 em que Francisco Lisboa responde às críticas que recebeu e onde são publicados outros textos referentes à questão da obra.

provincial, tendo como parâmetro os debates sobre o assunto no IHGB: a temática e os gêneros historiográficos.

Na figura de Timon, Francisco Lisboa se propôs a escrever, não a história geral de sua província, mas apenas “simples memórias ou apontamentos”.<sup>425</sup> Era assim que ele esperava que o seu trabalho fosse lido, ou seja, dentro dos limites que demarcam a diferença entre uma história geral e apontamentos. O motivo da escolha se justificaria, segundo ele, devido ao tema de que tratava, a história provincial. A dimensão temática delimitaria a sua opinião de que sobre as pequenas províncias não era preciso “[...] escrever um corpo completo de história, bastam simples e modestas memórias, que sirvam depois ao trabalho complexo que compreenda o todo”.<sup>426</sup>

Tendo isso em mente a tarefa de Timon seria “[...] coligir, refundir, reduzir e comparar o que anda disperso ou disparatado nos autores” que escreveram sobre o Maranhão.<sup>427</sup> A efetivação da tarefa começa logo na introdução dos *Apontamentos* onde Timon faz um levantamento dos principais trabalhos escritos sobre a sua província. As obras selecionadas foram: 1) *Jornada do Maranhão por ordem de S. Magestade feita no anno de 1614* por Diogo de Campos Moreno; 2) *Annaes Historicos do Estado do Maranhão* por Bernardo Pereira de Berredo; 3) *Compendio Historico-Politico dos princípios da lavoura do Maranhão e seus progressos* por Raymundo José de Souza Gayoso; 4) *Estatistica Historico-Geographica da Provincia do Maranhão* por Antonio Bernardino Pereira do Lago; 5) *Memória histórica e documentada da Revolução da província do Maranhão desde 1839 até 1840* por Domingos José Gonçalves de Magalhães.

A primeira observação dá o tom das avaliações seguintes sobre essas obras: nenhuma delas foi capaz de “[...] satisfazer a curiosidade e expectação do público”.<sup>428</sup> Entre elas Timon destaca a obra de Berredo como a mais importante. Esta obra teve uma segunda edição publicada no ano de 1849 e contou com uma introdução escrita por Gonçalves Dias. Uma das críticas centrais feitas pelo poeta nos ajuda a pensar em uma demanda pelo trabalho de Francisco Lisboa. Segundo o poeta maranhense, o principal defeito que a obra de Berredo carregava era o fato de ter sido escrita somente para os

---

<sup>425</sup> LISBOA, op. cit., v. III, p. 25, nota 22.

<sup>426</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>427</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>428</sup> Ibidem, p. 11.

portugueses.<sup>429</sup> Essa constatação fez com que a introdução se transformasse numa espécie de manifesto em favor da urgência de uma história escrita para os maranhenses. O que significava dizer, na acepção do poeta, corresponder a algumas demandas temáticas e interpretá-las de forma adequada, subentende-se a partir do ponto de vista indianista. Se compararmos as indicações de Gonçalves Dias com o conteúdo expresso nos *Apontamentos* veremos que Francisco Lisboa estava atento a essa demanda apresentada pelo poeta, fornecer material sobre usos e costumes indígenas, sobre as invasões francesa e holandesa, a expulsão dos jesuítas, a Companhia de Comércio, a escravidão.<sup>430</sup> Podemos mesmo pensar que a ausência de um plano com início, meio e fim para a obra e a opção pela publicação de apontamentos foi uma forma de corresponder a essa expectativa. Nesse sentido, a crítica de Varnhagen quanto à generalidade dos *Apontamentos* de Francisco Lisboa não foi um defeito, mas uma opção dentre outras para dar conta da variedade de temas que estavam por serem estudados. Porém, se a escolha dos temas corresponde às sugestões de Gonçalves Dias, a interpretação desse passado variou bastante. Para tanto, Francisco Lisboa inicia o seu trabalho de forma a demarcar a diferença entre a sua produção e aquela disponível na província.

Francisco Lisboa faz um balanço da produção sobre o Maranhão que antecedeu a sua publicação. Do conjunto de obras selecionadas os *Anais* de Berredo eram considerados a mais importante. Porém ela guardava características que a prejudicaram, pois, em sua opinião, ela não passava “[...] de uma simples crônica de acontecimentos militares, religiosos e políticos” e tinha como assunto habitual e quase exclusivo, “[...] as guerras e conquistas, e as dissensões políticas e religiosas”.<sup>431</sup> Timon destaca como Berredo buscou ser exato e imparcial, mas ele possuía “estilo tão pedantesco, e a narração tão minuciosa e difusa” que provocava o “afogamento” do leitor “[...] uma torrente de palavras empoladas, e de fatos insignificantes”.<sup>432</sup> Uma das razões para os problemas apresentados na obra de Berredo devia-se, segundo Timon, ao tipo de obra que ele pretendia escrever, retomando o problema da inadequação do tema ao gênero ao se escrever uma história de uma província. Assim explica Timon:

---

<sup>429</sup> BERREDO, op. cit., p. V, nota 390.

<sup>430</sup> Ibidem, p. XX.

<sup>431</sup> LISBOA, op. cit., v. II. p. 11, nota 22.

<sup>432</sup> Ibidem, p. 12.

Escrevendo a crônica de uma pobre colônia, nascente e obscura, assentou de si para si este soldado escritor que devia elevar-se ao tom da grande história, e ainda da epopeia; mas foi duplamente infeliz, que nem o tom convinha ao assumpto, nem ele soube atingi-lo; e procurando ser turgido, obscuro e fastidioso, caindo por vezes nos mais ininteligíveis e intoleráveis disparates.<sup>433</sup>

Timon argumentava que Berredo querendo escrever uma grande história lastimava o fato dela não oferecer “[...] tamanha cópia de sucessos como o império romano” e suspeitava mesmo que Berredo “[...]para ter com que encher os seus livros desfigurasse acintemente a história”.<sup>434</sup> Com tal objetivo Berredo teria ainda dividido a sua obra em vinte grandes livros precedidos de sumários e argumentos, mas na falta de “acontecimentos magníficos e verdadeiramente históricos” o cronista teria preenchido tais livros com “palavras turgidas e balofas”.<sup>435</sup> Timon identificou diversos momentos da obra de Berredo em que diante da falta de acontecimentos ele introduz no texto a seguinte passagem: “Sem outra memória que possa merecê-la, entrou o novo ano de ..., e continuou do mesmo modo até o mês de maio”. Tal fórmula, segundo Timon, aparece muitas vezes ao longo da obra. Para Timon, retiradas essas palavras e fatos que ele considerava insignificantes dos Anais de Berredo “[...] as suas setecentas enormes páginas in folio da primeira edição se pudessem reduzir a uma quarta parte quando muito”.<sup>436</sup>

Sobre Gayoso ele afirma que sua obra contém muitas notícias curiosas e interessantes, mas “[...] cerca de metade do seu volume é ocupada com projetos que hoje não tem utilidade alguma”, além disso, exclama que o autor não se recomenda pela sua “filosofia e amor da humanidade” uma vez que defende o uso da violência e mesmo a escravidão.<sup>437</sup> Quanto ao seu mérito literário Timon resume-se a dizer que “[...] a leitura do *Compendio* não é insuportável e fastidiosa como a dos *Anais Históricos*, a obra não se recomenda todavia por qualidade alguma digna de menção”.<sup>438</sup>

O opúsculo do coronel Lago é, em seu entender, uma obra exclusivamente geográfica e estatística.<sup>439</sup> Na parte em que trata propriamente da história, Timon percebe que Lago “fez como Gayoso, compendiou ainda mais sumariamente a

---

<sup>433</sup> LISBOA, op. cit., v. II. p. 12, nota 22.

<sup>434</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>435</sup> Ibidem, p. 14.

<sup>436</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>437</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>438</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>439</sup> Ibidem, p. 21.

Berredo”. Do ponto de vista literário Timon classifica a obra de Lago como nula, sendo que este autor desdobrava “dez e vinte páginas de um só jacto, sem dividir sequer as matérias em parágrafos, passando sem transição, e por bem dizer, quase sem tomar folego”.<sup>440</sup> A *Jornada* de Diogo de Campos trata exclusivamente da invasão francesa e a *Memória* de Magalhães trata da Balaiada. Tanto uma obra quanto a outra não foram analisadas na introdução dos *Apontamentos*, apenas citadas. Timon declarou que trataria das mesmas quando fosse discutir tais assuntos.

Ao final do balanço das obras anteriores aos seus *Apontamentos* Timon traça um quadro preocupante sobre a história do Maranhão. Ele constata que desde 1718, momento em que terminou a crônica de Berredo até os seus dias pouco ou nada se sabia sobre a história da sua província, pois, segundo ele, “[...] entre os primeiros e os últimos tempos, há um grande século de obscuridade”.<sup>441</sup>

Diante desse cenário qual seria, então, a contribuição de Timon? Ele responde que não é sua intenção suprir o que faltou nessas obras. Não estava entre as suas pretensões escrever uma história geral do Maranhão, porque para desempenhar essa tarefa faltava-lhe recursos, estudos e tempo para consultar os arquivos. Mesmo se tratando de arquivos da província havia empecilhos, pois, “[...] passando com tanta presteza de umas para outras mãos, no meio de tantas reformas de repartições, se foram gradualmente consumindo e extraviando”.<sup>442</sup> Além disso, os poucos documentos que restavam foram levados para o Rio de Janeiro por Gonçalves Dias por ordem do governo central para que não se perdessem também.

Apesar dos entraves que se apresentavam, Timon entendia que o seu trabalho era superior a todos os anteriores sobre o Maranhão. Na advertência que abre os dois últimos números do *Jornal de Timon*, ele se orgulhava ter feito o que nenhum dos seus predecessores fizera. Porém, a superioridade da obra não estaria restrita à elucidação de novos fatos e dúvidas sobre o passado colonial, mas à forma como eles foram narrados. Se atentarmos para as críticas efetuadas por Timon veremos que ele coloca em questão não a interpretação que um e outro deram aos acontecimentos passados, mas à inadequação do tema às formas, à falta de critério na seleção das matérias e ao estilo. Todos esses elementos procuram respeitar uma coerência quando se trata dos

<sup>440</sup> LISBOA, op. cit., v. II. p. 23, nota 22.

<sup>441</sup> Ibidem, p. 22-23.

<sup>442</sup> LISBOA, João Francisco. Op. Cit. 1867, V. II. p. 24.

*Apontamentos* relacionando o objetivo maior do *Jornal*, a reforma dos costumes, com a interpretação da história maranhense e com a maneira de representá-la.

Timon acreditava que a sua análise por ser feita “do ponto de vista atual” inspirada nas ideias então em voga poderia dar “[...] uma cor e aparência diversa, e por isso mesmo nova” aos fatos já relatados nas obras anteriores,<sup>443</sup> sendo, assim, capaz de “entreter a curiosidade *atual* dos nossos benignos leitores”.<sup>444</sup> Notemos então, o destaque que dá Timon à atualidade do seu trabalho sugerindo uma demanda no tempo presente, um desejo por história. Essa expectativa ele procurou suprir através de uma seleção dos fatos do presente e do passado que seguem um ponto de vista moral da história, dando destaque somente aos acontecimentos que julgava capazes de fornecer as lições necessárias aos homens de seu tempo.

Ao aspecto pragmático da história, cumprindo com a função de informação e formação, Timon coloca como central a satisfação dos leitores das suas curiosidades atuais, o que sem dúvida influenciou em sua posição de não encher as páginas do seu trabalho com “frieleiras e trivialidades”.<sup>445</sup> Uma história que instrua para Timon é também uma história que deleita, que diverte e, para tanto, deve ser escrita de forma agradável e não em um estilo pesado e enfadonho como aquele dos cronistas coloniais.

A relação entre a interpretação e a representação da história em Timon denota, assim, uma separação, mas não entre uma história nacional e uma história provincial. Para ele, se o problema fosse a formação da nação a história das províncias ganhava ainda mais centralidade, pois defendia que a regeneração dos países deveria sempre começar pelos pequenos agrupamentos. Para nós ela está relacionada às suas interpretações e vai além da separação entre o gênero da história geral e os demais disponíveis. Timon não nega que fosse possível que algum dia alguém se dispusesse a escrever uma história geral do Maranhão, mas enxergava uma inadequação, pois ao interpretá-la com uma repetição incessante de derrotas, vícios, corrupção, desmandos, barbárie pensava que ela se transformaria em uma repetição das mesmas cenas sem poder oferecer nenhum ganho aos leitores.

---

<sup>443</sup> LISBOA, op. cit., v. II. p. 25, nota 22.

<sup>444</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>445</sup> LISBOA, op. cit., v. I, p. 194, nota 22.

Nossa defesa é amparada aqui pelos exemplos da “sumária indicação dos fatos” anteriores à Revolta de Beckman feita no estilo crônica com a citação por ano de cada um os eventos mais importantes, enquanto na narrativa do levante ele muda o estilo, dizendo que sua narrativa guardava as formas do romance. Como demonstramos no capítulo primeiro, Timon via na falta de conhecimento e interesse dos maranhenses pelo movimento o resultado de crônicas e textos cansativos e mal escritos que não eram incapazes de instigar a leitura. Dessa forma, primeiro há um gesto de seleção do que deve ser considerado importante ou não para o público seguido de uma interpretação que justifique o seu estudo concomitante a uma representação que explore a sua singularidade, que seja agradável. Assim, não estamos falando somente de gêneros e subgêneros historiográficos, mas na utilização de diversas formas e recursos disponíveis para dar à história a função lúdica.

O procedimento é utilizado também acerca de personagens históricos do passado colonial maranhense. Um exemplo importante está na caracterização de Manoel Beckman durante o levante que levou o seu nome. Na própria narrativa da revolta Timon chama a atenção para o desejo de que o seu texto conseguisse explorar as potencialidades imaginativas próprias de um evento que ele considerava de suma importância para a história maranhense. Representando a luta dos colonos, do povo, contra os desmandos da metrópole, Timon vê na Revolta de Beckman um momento decisivo do passado colonial que deveria servir de inspiração para o seu tempo. Janotti endossa essa percepção ao destacar o caráter emotivo de que foi tomada a narrativa sobre o tema indicando a intenção de Francisco Lisboa de conduzir “[...] o leitor a identificar-se com a personagem; no caso, o drama de Manuel Beckman”.<sup>446</sup> Para tanto, era importante narrá-lo com artifícios adequados, dando cor aos eventos sem preceder da veracidade.

Eis aqui certamente uma revolução, em que a acumulação das causas, a tempera dos caracteres, o estranho e variado dos incidentes, e o trágico e sanguinolento do desfecho dão a história o atrativo pungente e sedutor do drama e do romance. Nunca nos foi tão sensível a nossa falta de aptidão para este último gênero de composição, como quando compulsamos os documentos relativos a este memorável episódio da história colonial no intuito de procedermos à sua narração com mais algum método e desenvolvimento do que os antigos cronistas.<sup>447</sup>

---

<sup>446</sup> JANOTTI, op. cit., p. 177, nota 1.

<sup>447</sup> LISBOA, op. cit., v. III, p. 292, nota 22.

Timon faz no trecho acima uma espécie de manifesto em favor de uma escrita da história que fosse capaz não somente de despertar o interesse dos homens pelo passado, mas que mantivesse e soubesse explorar as potencialidades dos acontecimentos. A Revolta de Beckman seria um exemplo desses eventos que mereciam um pincel delicado, preparado “[...] que o gênio do verdadeiro romancista” saberia urdir com naturalidade. O evento possuía “[...] matéria de sobra para despertar magníficas inspirações, e com que, sem afastar-se muito da realidade” um escritor tanto brasileiro, quanto português “[...] poderia compor um poema sem igual”.<sup>448</sup>

Nesse caso, como vemos, a imaginação histórica não é utilizada para preencher lacunas na tentativa de explicar o que não se encontrara nos documentos. Ela é mobilizada para ornar, dar vida, tornar a narrativa atraente em decorrência da superioridade do evento que se apresentava. O próprio Francisco Lisboa se sentia incomodado em ler textos históricos pesados, com estilo enfadonho que diminuía o interesse pela história. É o que encontramos, por exemplo, na justificativa que ele oferecesse para a obscuridade e pouco conhecimento que tinham os maranhenses sobre a maior parte do seu passado colonial.

Ao encerrar o capítulo que fecha a narrativa sobre a Revolta de Beckman Timon nos diz que “[...] só ao enfado que gera a leitura de velhas crônicas, sobretudo manuscritas, atribuímos nós o abandono em que até agora tem ficado uma veia tão abundante” como o fora o movimento no Maranhão.<sup>449</sup> Ainda nesse capítulo ele afirma que se sentiria recompensado se, mesmo com toda a imperfeição, o seu trabalho fosse capaz de chamar a atenção do leitor sobre a validade da revolta. A declarada humildade, no entanto, toma outra forma, quando vemos a correspondência de Francisco Lisboa com Varnhagen. Nela, o maranhense assegura ao seu mestre que por dever ainda dois números do *Jornal* aos seus leitores e para satisfazê-los, recompensando o intervalo de cinco anos que separa a publicação dos dez primeiros números, preferiu “[...] o episódio do Beckman, ou Bequimão, que mesmo historicamente tratado, tem todos os atrativos de um romance”.<sup>450</sup>

Esse tom que tornava o evento mais interessante tinha também como intenção reabilitá-lo despertando o valor da luta de homens como Manoel Beckman contra os

---

<sup>448</sup> LISBOA, op. cit., v. III, p. 294, nota 22.

<sup>449</sup> Ibidem, p 294.

<sup>450</sup> VARNHAGEN, op. cit., p. 92, nota 60.

desmandos da metrópole. Timon narra a revolta colocando em evidencia os reveses das ações do povo, como em um primeiro momento se colocaram ao lado do seu líder para depois o traírem em troca das recompensas oferecidas pelo general Gomes Freire dizendo que “[...] a queda da revolução festejava-se pelo mesmo teor que o seu triunfo, desempenhando os mesmos atores os mesmos papéis na nova cena, salvas algumas ligeiras variantes na posição e na frase”.<sup>451</sup>

Revela-se na narrativa de Timon a sua desconfiança quanto ao julgamento feito pelo povo e aos homens de modo geral, especialmente quando narra a prisão de Manoel Beckman após ser traído por Lazaro de Mello. Timon primeiro procura ressaltar a relação que existia entre ambos. Lazaro de Mello era “afilhado e pupilo do proscrito”, outros diziam, segundo ele, que era “compadre”, porém, o mais importante para Timon era o fato dele ser “[...] íntimo amigo e obrigado, sendo que desde pequeno lhe frequentava a casa, onde era recebido quase como pessoa da família”.<sup>452</sup> Apesar de tudo isso, segundo Timon, Lazaro de Mello não resistiu à “ambição do prêmio” e elaborou o plano para a prisão do Beckman. Sente-se na narrativa da prisão a pungência do esforço de Timon na construção da figura do herói colonial que mesmo diante da traição de um amigo, ao qual pede que lhe afrouxe os grilhões na promessa de não fugir, mesmo com todas as oportunidades de fazê-la e sabendo que se dirigia a morte a cumpre e não foge.

O caráter romanceado da narrativa, porém, não se restringiu à forma como foi escrita a revolta de maneira geral, mas, também com relação à maneira que Manoel Beckman foi traçado por Timon. José Veríssimo talvez tenha sido o primeiro a chamar a atenção para a questão. Segundo ele, com Francisco Lisboa, Beckman “[...] uma realidade a mais, que se acrescenta, amplifica e não trai ao seu perfil histórico.”<sup>453</sup> Beckman faz-se realidade dramática”<sup>454</sup> como vemos no trecho a seguir.

O Bequimão, deposta aquela coragem ativa, que brilha principalmente na luta e na resistência, conservava todavia a da firmeza e da resignação, que só uma fé viva e pura na bondade da sua causa pode dar ao homem traído pelo destino. No momento supremo cumpriu intrepidamente a promessa que havia feito em dias menos aziagos; e na mesma ocasião, em que, como verdadeiro cristão, pedia do alto do patíbulo o perdão de todas as ofensas feitas ao próximo, declarou que pelo povo do Maranhão morria contente! Grito sublime e derradeiro de um coração altivo e generoso, admirável sobretudo naqueles tempos, [...] em que os condenados, ordinariamente humilhados

<sup>451</sup> LISBOA, op. cit., v. III, p. 263, nota 22.

<sup>452</sup> Ibidem, p. 270.

<sup>453</sup> VERÍSSIMO, op. cit., p. 186, nota 31.

<sup>454</sup> COSTA LIMA, op. cit., p. 813, nota 32.

diante da justiça, morriam protestando a seu arrependimento, e beijando a mão que os pungia.<sup>455</sup>

Manoel Beckman, sob a pena de Timon, é “apreendido coletivamente” com o próprio tempo da revolta.<sup>456</sup> Reunindo em sua figura as hesitações, os desafios, os sentimentos dos colonos e do movimento que chefiou. Ele representa a luta do homem contra o mal e, ao mesmo tempo, o desfecho dramático a que foi relegado serve de condenação aos homens movidos pela ambição dos próprios interesses em detrimento dos interesses coletivos. A singularidade e o brilho da revolta estariam condensados na figura de Manoel Beckman, o que explica a centralidade que este personagem desempenha na narrativa. Segundo Antônio Caetano, Francisco Lisboa dá ao movimento foros de revolução e, como toda revolução necessita de um líder, Manoel Beckman foi escolhido e foi desenhado pelo historiador maranhense como “um herói”, um “super-homem”. Ele representa “[...] aquele que morreu feliz em seu enforcamento por fazer isso como um favor ao povo do Maranhão. Como se sua morte trouxesse a paz, a tranquilidade e a tão sonhada liberdade da opressão dos moradores de São Luís”,<sup>457</sup> ou ainda como afirma Janotti, “Beckman é o símbolo do homem que não se curva ao despotismo”.<sup>458</sup>

Retomando o problema da passagem do plano histórico para o ficcional, a interpretação que Timon confere à revolta relaciona-se intimamente com a formatação historiográfica. Se pensarmos nos preâmbulos, na enumeração das causas que desencadearam o movimento veremos que elas foram organizadas no formato de crônica, com o destaque por ano dos eventos mais importantes. Contudo, quando passamos para a narrativa da revolta, o espaço, a interpretação e a forma a ela dedicados mostram onde Timon espera que o leitor se demore. Por isso, para “satisfazer a curiosidade”, “entreter” e provocar a reflexão de seus assinantes, Timon emprega cores novas, um ponto de vista atual, preocupado com as questões do presente, que pudessem garantir a centralidade daquele movimento.

O sucesso de seu empreendimento, no entanto, dependia de um duplo fator, de que a história fosse “imparcial e severa”, que fosse fiel aos acontecimentos amparados

<sup>455</sup> LISBOA, op. cit., v. III, p. 274 nota 22.

<sup>456</sup> COSTA LIMA, op. cit., p. 813, nota 32.

<sup>457</sup> CAETANO, Antônio Filipe Pereira. **Entre drogas e cachaça: a política colonial e as tensões na América Portuguesa (Capitania do Rio de Janeiro e estado do Maranhão e Grão-Pará, 1640-1710)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008, p. 52.

<sup>458</sup> JANOTTI, op. cit., p. 224, nota 1.

por um suporte documental recolhido no Maranhão e em Portugal, mas, também, por uma história “não dura e insensível”. Era no fazer historiográfico, portanto, que o historiador poderia intervir fazendo justiça às ações dos grandes homens do passado considerando os seus erros e sacrifícios. Por isso, arremata Timon. “[...] a história não deve recusar-lhes” a “[...] expressão ardente das suas simpatias, e o tributo de admiração e de piedade” de que são dignos “[...] se um grande infortúnio vem no fim coroar e consagrar um grande merecimento”.<sup>459</sup> Nesse sentido, é singular destacar como Francisco Lisboa foi capaz de, contrariando as narrativas dos cronistas da época, reabilitar a imagem do movimento de Beckman e de seu principal líder, visão como revolução e Manoel Beckman como mártir que foi perpetuada, escrita e reescrita.<sup>460</sup>

Reunindo função da história à tarefa do historiador, Francisco Lisboa escreveu a história na província, da província e para a província. Concorreram, sobremaneira, para a concretização da empresa a combinação de mecanismos de verificação e validação dos seus relatos, um estilo particular de escrita e uma interpretação que procurava responder às demandas de seu presente histórico. Não obstante, vemos uma hierarquia estabelecida por Varnhagen, como na citação que abre o capítulo, que coloca a história provincial em um lugar inferior ao da história geral, enquanto gênero.

Vitor Batalhone Junior, ao questionar quais teriam sido os critérios que fizeram com que Capistrano de Abreu optasse pela História Geral de Varnhagen em detrimento da produção histórica de Francisco Lisboa em seu projeto da “História Pátria”, sugere que até as primeiras décadas do século XX, “[...] a história do Brasil era considerada de forma privilegiada enquanto uma história geral do Brasil, cujo sentido era a formação do Estado e da Nação brasileiros”.<sup>461</sup> Francisco Lisboa tinha consciência de que o seu trabalho suscitaria dúvidas quanto à sua utilidade, pois mesmo que pudesse ser aplicado ao Brasil todo, tratava-se, especialmente, da história de uma província e de uma “província de segunda ordem”.<sup>462</sup> No entanto, foi com relação a essa demanda pela formação nacional que ele encontrou uma pertinência significativa para o seu trabalho, conjugando forma de escrita com interpretação.

É necessário animar as monografias, escrevia Gustavo Planche poucos meses antes da sua morte. Sempre que sentiu a necessidade de regenerar-se,

<sup>459</sup> LISBOA, op. cit., v. III, p. 275, nota 22.

<sup>460</sup> CAETANO, op. cit., p. 50, nota 457.

<sup>461</sup> JÚNIOR, op. cit., p. 137, nota 21.

<sup>462</sup> LISBOA, op. cit., v. I, p. 13, nota 22.

procurou a ciência histórica concentrar os seus esforços em um espaço limitado, antes de recontar a vida toda de uma nação ou povo inteiro – [...] O problema que se deve resolver na composição das monografias é conciliar a exatidão, o número, e a variedade dos pormenores com o respeito do senso moral... *Os novos documentos renovam as vezes a fisionomia de um século.*<sup>463</sup>

Timon colocava, dessa forma, em primeiro plano a história provincial em sua obra. Ele instaura o valor de seu trabalho por meio do seu potencial em transformar a história de todo o Brasil. Se a história geral era capaz de garantir a unidade de sentido que demandava o jovem Estado nacional, o trabalho de Francisco Lisboa, em fragmentos, também não fugia a essa perspectiva de formação. Nesse sentido, é preciso ter em conta a crítica de Varnhagen ao colocar os *Apontamentos* como uma resenha, cuja diferença com a *História Geral do Brasil* estaria somente na generalidade de assuntos dos quais tratou. Esse seria um ponto em que o trabalho de Francisco Lisboa teria se destacado, pois em seu formato de escrita permitia a oferta de informações variadas sobre diferentes temas. Maria de Lourdes Janotti também chama a atenção para o fato ao indicar que os *Apontamentos* não seguiam uma ordem, nem temática e nem cronológica, o que a levou a defender que não havia, da parte de Francisco Lisboa, um plano único para a composição.

A ausência, no entanto, deve ser compreendida quanto aos temas que seriam tratados, aos assuntos, pois em relação ao conjunto que compõem o *Jornal de Timon* de forma geral podemos perceber a preocupação primeira com o presente e futuro maranhense. É o que sugere também Vitor Batalhone Junior ao afirmar que concorria para o juízo que fez Capistrano de Abreu da obra de Francisco Lisboa o fato dele representar “[...] uma teoria particular sobre uma descrição de um fenômeno específico”.<sup>464</sup> Na mesma perspectiva, Flávio Soares defende, a partir da análise de alguns dos textos presentes no *Jornal*, que a obra veicula a percepção de Francisco Lisboa sobre a sua própria realidade, o que colocava o mal do partidarismo e o domínio da falsa representação da província do Maranhão como Atenas como expressão de “[...] uma experiência histórica de reversão constante das regras de civilização e representação em prol da barbárie e dos vãos simulacros”.<sup>465</sup>

O que afirmamos, então, é que o *Jornal de Timon* cumpre com uma dupla função: informação e formação. Quanto ao primeiro ponto podemos recuperar a crítica

<sup>463</sup> LISBOA, op. cit., v. III, p. 13-14, nota 22.

<sup>464</sup> JÚNIOR, op. cit., p. 137, nota 21.

<sup>465</sup> SOARES, op. cit., p. 4, nota 171.

de Varnhagen quanto à generalidade dos *Apontamentos*. Podemos inferir que a opção em escrever sob aquele gênero representava uma vantagem que permitia a Francisco Lisboa corresponder à expectativa de seus leitores fornecendo informações sobre temas variados. Junto, e relacionado a essa variedade, podemos colocar a opção que ele fez de fornecer resenhas, resumos de documentos e assuntos que fossem capazes de suprir a curiosidade de seus leitores sem que isso representasse a extensão de páginas no *Jornal*. Exemplos importantes desse procedimento são os trechos dos estudos de Ferdinand Dennis sobre os indígenas em que Francisco Lisboa selecionou as partes mais importantes referentes aos usos, costumes e religião indígenas ao invés de publicar as diferentes versões que integravam os debates sobre o tema. Outros exemplos são a *Sinopse* de documentos sobre o período colonial e as *Cartas de Doação*, tratadas no primeiro capítulo, todas resumidas e comentadas com a intenção de não fazer com que o leitor perdesse tempo com a leitura de informações de menor importância e de difícil leitura, ao mesmo tempo em que impedia que a publicação tomasse proporções volumosas. Timon, dessa forma, resumia, selecionando o que lhe parecia de maior interesse dos seus leitores, e comentava demonstrando as razões de suas escolhas.

Quanto ao segundo ponto, o da formação, vemos que, por meio dos diferentes folhetos que enchem as suas páginas, Francisco Lisboa está preocupado com o sentido, com o caminho para o qual caminhavam os maranhenses. O interesse pelo passado procurou responder à questão da origem, das causas dos problemas e das situações vividas pelos maranhenses na segunda metade do século XIX. Timon concentra o resultado dos acontecimentos nas ações dos homens, por isso foi imperioso pensar na formação da sociedade maranhense. A identificação da repetição dos vícios, da corrupção, dos maus costumes eleitorais procurava chamar a atenção para a necessidade de uma reorientação desses homens, reorientação do ponto de vista ético possível através de uma história que lhes fornecessem lições úteis. Timon, a despeito de seu aparente pessimismo, acreditava nas leis do progresso e do aperfeiçoamento moral e da ação da Providência na história, mas também no poder da ação dos homens para transformar a sua própria realidade. Assim, provocando os seus leitores com a narração do mal que se perpetuava na província ele pretendia, por meio da reflexão, o alcance do bem na esperança de um futuro provável.

### 3.6 Uma história para os maranhenses: o *Jornal de Timon* e as historiografias populares

Em um artigo publicado no periódico *Revolução de Setembro* em julho de 1856 e publicado no *Diário do Maranhão* em agosto do mesmo ano, o literato português Lopes de Mendonça chama a atenção para o tardio conhecimento que se teve na capital lusitana sobre Francisco Lisboa e seu *Jornal de Timon*. Nesse artigo, o autor aventa como possíveis explicações para o desconhecimento a, talvez, precariedade dos contatos entre as instituições literárias brasileiras, especialmente o IHGB, e portuguesas.<sup>466</sup> Em sua análise do trabalho de Francisco Lisboa, Lopes de Mendonça classifica o maranhense como um dos mais notáveis talentos que surgira até meados do oitocentos em ambos os Estados.

*O Diário do Maranhão*, que publicou o artigo, chamava a atenção dos leitores para o fato de no Brasil o trabalho de Francisco Lisboa e ele próprio terem sido alvos de ciúmes e inveja, de “espíritos tacanhos” que queriam amesquinhá-lo.<sup>467</sup> O fato é que, mesmo integrando os quadros do IHGB, Francisco Lisboa nunca chegou a publicar em sua revista. Durante a sua estadia no Rio de Janeiro, antes de iniciar os seus trabalhos oficiais em Portugal, o *Timon* maranhense trabalhou em periódicos escrevendo textos sobre magistratura. Já em terras portuguesas publicou a *Biografia de Odorico Mendes* em uma revista lusitana. Sua presença na agremiação não foi ativa, sendo lembrado no ano de sua morte, 1863, por Joaquim Manuel de Macedo que o seu *Jornal de Timon* foi o responsável por firmar a sua reputação como filósofo, literato e historiador.<sup>468</sup>

Se no IHGB não foi dedicada uma atenção mais firme sobre o *Jornal de Timon*, na imprensa periódica de vários estados o trabalho de Francisco Lisboa recebeu uma

---

<sup>466</sup> O texto originalmente foi publicado no periódico português *Revolução de Setembro*, N. 1:267, em 11 de julho de 1856. Foi publicado no Brasil nos periódicos *Correio Mercantil*, Ano III, N. 215, em 1856 e no *Diário do Maranhão* em 21 de agosto de 1856, Ano I, N. 277, sendo uma reprodução do *Correio Mercantil*. Antônio Henriques Leal também o reproduziu no seu *Pantheon Maranhense* em 1875 nas páginas 142-144.

<sup>467</sup> *Diário do Maranhão* em 21 de agosto de 1856, Ano I, N. 277.

<sup>468</sup> RHIGB, Tomo XXVI, p. 926. Esse “esquecimento” em torno da figura de Francisco Lisboa no IHGB se estenderia para o século XX, como demonstra o trabalho de Aline Menoncello. Segundo essa autora, tanto o centenário do nascimento quanto o cinquentenário da morte de Francisco Lisboa foram esquecidos pela agremiação. Coube, então, a “[...] Pedro Augusto Carneiro Lessa (1859-1921) lembrar-se de Lisboa, fora do IHGB, ao proferir uma conferência na Sociedade de Cultura Artística para alguns jornalistas e intelectuais da capital paulista”. MENONCELLO, op. cit., p. 2, nota 21. Postura se afasta daquela que tiveram os maranhenses que organizaram uma cerimônia para o seu enterro em São Luís (1864), nomearam uma praça em seu nome onde foi erguida a sua estátua (1911) e realizaram a cerimônia do centenário de sua morte (1963).

calorosa recepção que lhe rendeu a publicação de trechos e de folhetins inteiros. Uma investigação sobre essa recepção nos mostrou que o *Jornal* cumpria com as exigências que qualificavam uma boa obra histórica, a combinação de um estilo adequado com critério e pesquisas. Nesse sentido, algumas análises se destacam por colocar o *Jornal* e o *Timon* maranhense em oposição direta a um modelo de escrita da história mais próximo do âmbito disciplinar representados por Varnhagen e pelo IHGB. Ilustrativo do que afirmamos pode ser visto em um artigo publicado no *Correio Oficial de Minas*, em 1858, onde seu autor, F. J. Homem de Mello, tratando da temática indígena questiona a qualificação de Varnhagen como historiador comparando-o com Francisco Lisboa:

Aí estão os brilhantes escritos do sr. João Francisco Lisboa para atestá-lo. Comparai suas palavras com as do sr. Varnhagen, e julgai. Eis a história! Eis o historiador! Essas palavras notáveis seladas com o cunho da mais generosa filantropia, vingam a índole brasileira do desar que lhe viria em sancionar as ideias do sr. Varnhagen. Que diferença entre os dois escritores! E o sr. Varnhagen pretende cingir sua fronte com os louros de historiador, ao passo que o ilustrado autor dos *Estudos Históricos* apenas reclama para o seu livro o modesto título de *Apontamentos*. A modéstia foi sempre o característico do verdadeiro mérito. Só a mediocridade procura ostentar títulos que não possui.<sup>469</sup>

Dois pontos da avaliação feita acima merecem serem apontadas. O primeiro diz respeito à ênfase do autor em uma postura do historiador condizente com os temas de que trata, um cuidado, uma “filantropia”, como aplicada no caso dos indígenas, e a modéstia em detrimento da ostentação de títulos. O segundo, que aqui nos interessa mais, é a remissão do autor para Francisco Lisboa como autor dos “Estudos Históricos”. Tal obra, na verdade, é símbolo da boa recepção que o *Jornal de Timon* teve na imprensa periódica. Os “Estudos Históricos” foram uma iniciativa do *Correio Mercantil* que passou a publicar uma coluna sob aquele título em que o conteúdo era composto pelos capítulos dos *Apontamentos para servirem à História do Maranhão*, se juntando aos outros folhetos do *Jornal de Timon* que já haviam sido publicados no mesmo periódico. Sobre os “Estudos”, o periódico afirmava que além de constituírem-se em um trabalho de profundo estudo e crítica severa, não se tratava somente de um estudo sobre o período colonial, pois tinha também “[...] o mérito de ocasião, porque elucida pontos gerais de organização administrativa que entendem com todas as épocas e importam muito ao pensador político que projeta qualquer sistema de reforma na atualidade”.<sup>470</sup> Esse conjunto de elementos, levantados pelo periódico ao justificar a publicação dos

<sup>469</sup> Correio Oficial de Minas, Ano II, N. 182, 4 de outubro de 1858, p. 3.

<sup>470</sup> Correio Mercantil, coluna “Notícias diversas”, Ano XIII, N. 215, 1856, p. 1.

“Estudos Históricos”, colocava o nome de Francisco Lisboa em um lugar de destaque na escrita da história no país. Como defendia o texto do *Correio Mercantil*,

A crítica histórica que tanto recomendou em França os nomes de Thierry e de Guizot, não tem tido entre nós um representante mais hábil e consciencioso do que o Sr. Lisboa; ou antes foi ele quem primeiro tratou da história pátria com o gesto o sistema daqueles abalizados escritores. Se todas as províncias tivessem um filho tão dedicado como o Sr. Lisboa, a missão do Instituto Histórico ficaria preenchida em poucos anos e com a perfeição desejável.<sup>471</sup>

A exemplo do *Correio Mercantil* outros periódicos se ocuparam da publicação e divulgação do *Jornal de Timon*. O *Três de Maio* na sua coluna “Variedades”, em 1858, passou a publicar os folhetins e trechos do *Jornal*. Entre as razões que motivaram a prática seus editores defendiam que o *Jornal* continha “[...] considerações utilíssimas para a nossa história” e possuía grande mérito histórico.<sup>472</sup> O *Diário do Maranhão* passou a publicar a coluna “História Contemporânea” em que os textos que a compõem são também folhetos do *Jornal de Timon*.<sup>473</sup> O *Constitucional*, em 1852, foi outro que além de anunciar o surgimento do trabalho de Francisco Lisboa publicou o seu “Prospecto” para que os leitores pudessem ter conhecimento das matérias de que trataria o *Jornal*.<sup>474</sup> Outros que seguiram a prática foram *A Imprensa*, o *Publicador Maranhense*, o *Liberal Pernambucano* e o *Constitucional da Bahia*.<sup>475</sup>

Além da prática da publicação de trechos e de folhetos inteiros do trabalho de Francisco Lisboa, um artigo publicado no periódico *O Globo* chama a atenção para certa expectativa dos leitores em torno dos novos números do *Jornal*. Sob o título de “Uma boa nova”, o texto de Carvalho e Oliveira foi publicado em outros periódicos que pretendiam dar notícia da “reaparição” de Timon. Para entendê-lo precisamos lembrar que a publicação do *Jornal de Timon*, que se iniciou em 1852, foi interrompida por cinco anos durante o tempo em que Francisco Lisboa ficou trabalhando no Rio de Janeiro e na comissão oficial responsável pela coleta de documentos sobre o Brasil em Portugal. Com isso, a publicação que prometia ser mensal e não durar mais de um ano só foi completada em 1858. Um trecho do texto “Uma boa nova”, publicado em 1854, ilustra a expectativa que queremos destacar.

<sup>471</sup> *Correio Mercantil*, coluna “Notícias diversas”, Ano XIII, N. 215, 1856, p. 1.

<sup>472</sup> No ano de 1858, o *Três de Maio* publicou partes do *Jornal de Timon* nos números, 7, 8, 9, 10, 12, 20, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 39, 45, 47. O trecho citado encontra-se no número 07, p. 4.

<sup>473</sup> O *Diário do Maranhão* publicou no ano 1856 nos números 101 e 102.

<sup>474</sup> O *Constitucional* publicou em 1852 no número 25 e em 1854 no número 32

<sup>475</sup> *A Imprensa* publicou os trechos em 1858 nos números 6, 29, 30, 32, 33, 34, 45. O *Publicador Maranhense* publicou no ano de 1857 no número 32. O *Liberal Pernambucano* em 1852 no número 1673 e o *Constitucional da Bahia* em 1852 no número 53.

Lembrados estarão os nossos leitores, que o Sr. Lisboa no prospecto do seu *Timon* nos prometeu algumas considerações sobre as diversas raças em que se divide a população brasileira, bem como sobre a sua índole e condição, sobre os seus costumes, sobre o seu passado e o seu porvir. Pois anunciamos-lhes que a promessa vai ser cumprida. O *Timon*, que há muito nos abandonara, já por afluência de trabalho na tipografia, já porque o Sr. Lisboa resolveu-se a não dividir certas matérias, já por outras causas, bem depressa reaparecerá, e nos persuadimos que os seus leitores de boa mente lhe perdoarão a demora. Durante ela explorar-se-ão cartórios, e nenhum meio se poupou de tornar esta publicação interessante e agradável. [...] A imparcialidade e a crítica de *Timon* nada deixa a desejar nos vários pontos históricos discutidos naquele volume, e sem dúvida o Sr. Lisboa fez bom serviço à pátria. [...].<sup>476</sup>

A expectativa dos leitores no que tange à publicação dos números restantes do *Jornal de Timon* é somente um lado dessa relação íntima de dependência de Francisco Lisboa com seus subscritores. Esta se expressou de diferentes formas no *Jornal*. Primeiro pela impossibilidade que o autor do *Jornal* revelou de alijado da política, empreender uma publicação histórica para a qual deveria dedicar tempo e estudos sem o suporte das assinaturas. Na mesma direção, podemos pensar ainda na informação do autor, na advertência que abre os dois últimos números do *Jornal*, de que pensou em devolver as somas recebidas aos seus subscritores já que não sabia quanto tempo demoraria para concluir o seu trabalho. Ele afirma, ainda quanto a esse atraso, que uma forma de compensar os seus leitores fora a extensão das páginas e do conteúdo, além da narrativa sobre a Revolta de Beckman que, pouco estudada, possuía grande potencial como lição para a situação da província do Maranhão.<sup>477</sup> Os leitores, segundo ele afirma, se recusaram a receber o valor das subscrições e esperaram e cinco anos após o início de sua publicação o *Jornal de Timon* foi concluído em 1858.

A despeito da recepção do *Jornal* e das expectativas dos leitores, no entanto, temos a colocação de Varnhagen que abre esse terceiro capítulo. Nela, o visconde de Porto Seguro estabelece uma hierarquia onde o lugar do trabalho de Francisco Lisboa é inferior às histórias gerais, sendo somente uma “monografia” do Maranhão. É preciso pensar, contudo, que tal avaliação denota estarmos na presença de diferentes projetos historiográficos. Não estava entre os planos de Francisco Lisboa, por exemplo, escrever uma história do Brasil e negava ainda que intentasse o projeto de uma história geral do Maranhão, bastava aos seus objetivos a narração de alguns exemplos, de algumas cenas

<sup>476</sup> O Globo, N. 250, 20 de maio de 1854, p. 2

<sup>477</sup> LISBOA, João Francisco. Op. Cit. 1858, p. 9.

capazes de despertar a reflexão e incitar a mudança na sua sociedade, algo proporcionado pela história, mas não qualquer tipo de história.<sup>478</sup>

Nesse sentido, se pensarmos em algumas das discussões elaboradas ao longo dos capítulos anteriores e desse último podemos, com segurança, afirmar que o *Jornal de Timon* foi uma escrita da história para os maranhenses. O que significa dizer que as demarcações cronológicas, a seleção dos temas e as formas de interpretá-los pretendiam suprir uma demanda em torno de uma história capaz de promover a identificação dos maranhenses, a reflexão sobre os seus próprios costumes, o que os individualizam e assim, definir e delimitar, através de exemplos do passado e do presente, as mudanças éticas necessárias para frear a sua desmoralização.

O *Jornal de Timon* se aproxima, dessa forma, do que Sylvia Paletschek chama de historiografia popular. Um tipo de escrita que frequentemente gira em torno de demandas regionais, que possibilita fornecer apresentações históricas em formatos que satisfaçam as necessidades emotivas e estéticas dos seus leitores cumprindo, além das funções ligadas à formação de identidade, o papel do entretenimento. O termo popular, assim, designa que a obra em questão não é voltada para um público de especialistas. Outro ponto importante é que ela não é direcionada exclusivamente aos Estados e nações, ou a uma instituição científica, mas para a sociedade civil. Tais demandas se relacionam também à tendência desse tipo de historiografia em fazer uso de estratégias como a redução, a narração, a dramatização, personalização e emocionam a partir de seus objetos.<sup>479</sup>

Com relação ao *Jornal de Timon* vemos, por exemplo, através da sua recepção, que essa tendência adotada agradava aos leitores, como demonstra o artigo, não assinado, publicado no *A Imprensa*. O texto “A propósito do Jornal de Timon” enfatiza como com a sua publicação e com Francisco Lisboa a história da província do Maranhão ia “[...] progressivamente atraindo sobre si maior interesse”, especialmente porque ele não se limitava a “[...] a relatar acontecimentos, e transmitir notícias de fatos

<sup>478</sup> Em uma carta particular reproduzida por Antônio Henriques Leal em que Francisco Lisboa é indagado sobre a possibilidade de escrever uma história do Maranhão ele responde que era uma tarefa difícil e complexa e que deveria ficar a cargo dos “filhos prediletos e mimosos” do Maranhão. De sua parte afirmava na carta: “Não tenho pressa nenhuma de publicar cataplasmas literárias, escritas em língua de preto. Por ora não sei quando darei à luz alguma coisa, e talvez, à exceção de alguns pedaços, não seja nada durante a minha vida [...]”. LISBOA, Francisco apud LEAL, op. cit., p. 136, nota 11.

<sup>479</sup> PALETSCHEK, Sylvia. Introduction: why analyse popular historiographies? In: PALETSCHEK, Sylvia (Ed.), **Popular Historiographies in the 19th And 20th Centuries: Cultural Meanings, Social Practices**. New York: Berghahn Books, 2011, p. 4.

descarnados”, mas os tratava “[...] com mão de mestre” onde “[...] tudo é analisado, criticado, apreciado e moralizado em suas causas e efeitos, brilhando sempre a verdade histórica com tamanho fulgor, que nada fica a desejar”.<sup>480</sup> O periódico afirma ainda que para satisfazer a ansiedade dos seus leitores passaria a publicar, como o fez, excertos do *Jornal*. Como amostra de sua qualidade e para justificar a iniciativa da publicação *A Imprensa* deu o seguinte exemplo que ilustra a relação que estabelecemos entre o *Jornal de Timon* e as historiografias populares. O trecho é o seguinte:

A memória do infeliz Beckman tão ludibriada até hoje, por escritores apaixonados, é reivindicada 170 anos depois pelo digno historiador. A dedicação, coragem, generosidade e talentos da ilustre vítima do despotismo colonial, são postos em relevo com tanta verdade e lucidez, com tal nobreza de sentimentos, que ninguém que o leu pode deixar de simpatizar com o infeliz tribuno.<sup>481</sup>

O apelo ao sentimental, aliado à pesquisa documental, permitia esse movimento de identificação dos leitores com os acontecimentos e personagens narrados, ao mesmo tempo em que restituía a centralidade de estudá-los, como fez em relação à Revolta de Beckman. Tal combinação foi um dos aspectos mais enfatizados na recepção do *Jornal* e, mesmo em virtude dela, colocava a experiência da escrita histórica de Francisco Lisboa em um lugar diferente daquelas representadas, especialmente, pela *História Geral do Brasil* de Varnhagen.

Acerca dessas diferentes experiências de escrita da história, Valdeci Araujo as tem pensado a partir da categoria de “regime de autonomia”. Sua análise, detida na primeira metade do século XIX, mostra o desenvolvimento de dois regimes de autonomia intelectual. Um, classificado pelo autor como compilatório, seria caracterizado pela preocupação em responder a demandas sociais por sínteses históricas, tendo um caráter mais comercial e ligado ao mercado editorial e aos leitores não especializados. O segundo, chamado disciplinar, estaria mais próximo da prática historiográfica tal como no IHGB, voltada para um público mais especializado.<sup>482</sup>

As proposições de Paletschek e Araujo nos ajudam a compreender a complexidade das histórias produzidas no Brasil oitocentista. A historiografia de Francisco Lisboa, aqui exemplificada pelo *Jornal de Timon*, estava mais próxima daquele modelo compilatório, tal como se apresenta no trabalho de Araújo. O caso do

<sup>480</sup> *A Imprensa*, Ano II, N. 30, 14 de abril de 1858, p. 1.

<sup>481</sup> *A Imprensa*, Ano II, N. 30, 14 de abril de 1858, p. 1.

<sup>482</sup> ARAUJO, op. cit., p. 365-400, nota 58.

Timon maranhense é interessante pois, mesmo integrando os quadros do IHGB e da Academia de Ciências de Lisboa e tendo a o apoio financeiro garantido pela missão oficial em Portugal, ele permaneceu fiel à linha editorial de seu *Jornal*, o que significou a não inclusão de todos os novos documentos que encontrara nos arquivos estrangeiros e a reafirmação de seu papel de seleção e escolha do que considerava mais importantes para os maranhenses.<sup>483</sup> Ilustrativo, nesse sentido, são os inúmeros exemplos levantados ao longo de nosso trabalho que demonstram as resenhas, as produções de documentos com cortes para que somente as informações “mais importantes” permanecessem, o cuidado para evitar as repetições, etc.

Francisco Lisboa escreveu a história do Maranhão publicando em jornal. Combinando uma forma de publicação com temas próximos da realidade de seus leitores (como as eleições) e temas que se dirigiam diretamente para questões de identidade (como os costumes), adotou um estilo de argumentação que reunia pesquisa histórica, as anedotas<sup>484</sup> e diferentes mecanismos de validação da história que escrevia. Nesse sentido, podemos pensar aqui com Stefan Berger, que afirmar que se trata de uma historiografia popular e não direcionada a especialistas não quer dizer que ela não se preocupasse com a confirmação e verificação das informações que veiculava.<sup>485</sup> O que se deve pensar, como ressalta esse mesmo autor, é que os historiadores populares possuíam os seus próprios mecanismos de validação e formas de garantir a autoridade dos seus escritos. Assim, a historiografia popular não se refere a uma popularização da

---

<sup>483</sup> Segundo Sylvia Paletschek, as representações populares da história são marcadas por uma afinidade com os mundos da vida em um duplo sentido: um interesse na história da vida cotidiana e aspectos que são importantes na vida dos produtores e de seus públicos. Por isso, ao mesmo tempo em que cumpre com as questões de autenticidade e factibilidade, tendem a fazê-lo de modo emocional, personalizado. KORTE, Barbara; PALETSCHEK, Sylvia (Eds.). *Popular history now and then: an introduction*. In: **Popular history now and then, international perspectives**. New York: Bielefeld, 2012. p. 10.

<sup>484</sup> As anedotas, como destaca Lionel Gossman, sofreram desconfiança com o desenvolvimento da moderna historiografia em virtude da dificuldade de verificá-las. Nesse processo, Voltaire foi um dos muitos escritores a deplorar esse desenvolvimento como um sinal da decadência do gosto e a intromissão do espírito comercial na literatura, com os editores correndo para agradar um público leitor que não estava disposto ou não estava apto a se engajar seriamente com literatura e história. No entanto, como enfatiza Gossman, o uso das anedotas na historiografia, sua fabricação e sucesso denotam já uma evidência. Isso porque a anedota é principalmente emprestada e não encontrada. Ela é importada de um repertório de anedotas, depois que o argumento histórico já está colocado, como um dispositivo retórico ilustrativo. GOSSMAN, Lionel. *Anecdote and History*. **History and Theory**, 42, no. 2, 2003, p. 153-155 e 161-163. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/3590879>>. Acesso em: 20 de Agosto de 2016.

<sup>485</sup> BERGER, Stefan. *Professional and Popular Historians: 1800 – 1900 – 2000*. In: KORTE, Barbara; PALETSCHEK, Sylvia (Eds.). **Popular history now and then, international perspectives**. New York: Bielefeld, 2012. p. 13-31.

pesquisa científica, mas a seus próprios aspectos, teóricos, morais e suas próprias estratégias de estabelecimento e desenvolvimento.<sup>486</sup>

Francisco Lisboa escreveu para os maranhenses e nesse ínterim ele resenhou, resumiu, pintou o passado e o presente usando diferentes recursos que levassem os seus leitores a se identificarem com a história dos personagens narrados, com as cenas e deles tirassem exemplos para refletir sobre o seu próprio tempo e pensar em ações para o futuro. O Timon maranhense intentou, dessa forma, reformar os costumes de sua província pela história, o que pressupunha uma reorientação ética que somente se concretizaria através da infusão de sentimentos de moral e justiça advindos das lições do passado e do presente.

---

<sup>486</sup> Para Stefan Berger, o movimento de intensificação do interesse em torno das histórias populares pode, talvez, reverter o processo pelo qual a disciplinarização da história, retomando o argumento de Hayden White sobre os custos da transformação da história em disciplina acadêmica, deixou de lado as experiências sublimes e “grotescas” da história. As histórias populares abrem a possibilidade de retomar essas experiências históricas. BERGER, Stefan; LORENZ, Chris; MELMAN, Billie (Eds.). Introduction. In: **Popularizing national pasts: 1800 to the present**. New York, 2012. p. 7-8.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Francisco Lisboa, como bem frisou Luiz Costa Lima, tem o seu nome e sua obra como exemplos de um paradoxo. Ao mesmo tempo em que é considerado um clássico da historiografia é, também, um desconhecido da crítica e do público.<sup>487</sup> A afirmação, feita no avançar da década de 1960, vem sendo reforçada por trabalhos recentes que enfatizam certo “esquecimento” em trono do trabalho do historiador maranhense, ficando a sua memória relegada à publicação de trechos de seus textos e pela permanência de sua estátua em uma praça em São Luís.<sup>488</sup>

Diferentes aspectos interferiram para a formação desse quadro, mas, como procuramos enfatizar ao longo deste trabalho, a complexidade das relações estabelecidas entre a corte e as províncias estiveram presentes também no processo de escrita da história no Brasil oitocentista. A atenção em torno da formação de uma nação única e centralizada foi acompanhada de um esforço em escrever uma história cuja narrativa fosse a expressão dessa unificação. Nesse sentido, entraram em cena não somente diferentes formas de escrita da história, mas disputas em torno dos fatos que poderiam e deveriam ser narrados e de que forma seriam interpretados.

O *Jornal de Timon* e seu autor são exemplos dos entraves a que estavam sujeitos os indivíduos que quisessem escrever história longe dos espaços do IHGB, com o seu movimento de centralização dos documentos referentes à história e geografia nacionais. Porém, e em virtude disso, eles são, também, exemplos de diferentes iniciativas de escrita da história capazes de nos fornecerem informações que nos ajudam a perceber a complexidade da historiografia brasileira oitocentista.

Para tanto, foi necessário efetuarmos um duplo movimento: um para dentro do *Jornal* e um para fora. Nossa análise teve como foco a obra histórica de Francisco Lisboa. Tal atitude nos permitiu delinear aspectos particulares de sua prática historiográfica que, com relação à lógica interna do *Jornal de Timon*, se mostraram eficazes no que definimos como um projeto de moralização da sociedade maranhense. Contudo, o desnudamento desses mesmos aspectos nos colocou o questionamento sobre quais seriam as condições de possibilidade para aquela forma de escrita da história. Nos

---

<sup>487</sup> COSTA LIMA, op. cit., p. 706, nota 35.

<sup>488</sup> COSTA, op. cit., 2012, p. 01-12, nota 24; COSTA, op. cit., 2013, p. 01-11, nota 24.

interessou, então, pensar como, diante do processo de disciplinarização da história no Brasil ao longo do século XIX e das tentativas de normatização de sua prática, Francisco Lisboa, no avançar da década de 1850, realizasse resumos de documentos, fornecesse resenhas de cronistas e utilizasse como mecanismos de validação dos seus textos o seu próprio testemunho e como exemplos e lições diferentes anedotas. Tais questionamentos incitaram a realização de um segundo movimento, para fora do *Jornal*, em direção aos seus leitores e à sua recepção imediata. Essa investigação nos mostrou que o trabalho de Francisco Lisboa foi bem aceito não somente entre os maranhenses, público para o qual foi direcionado, mas também em outras províncias, sendo reproduzido e disseminado por diferentes periódicos. O resultado encontrado sugere, assim, que a historiografia do Timon maranhense não foi tomada por seus contemporâneos apenas como uma resposta a um fenômeno particular, como a necessidade de reorientação ética da sociedade maranhense, mas como um modelo desejável da prática historiográfica.

O caso do *Jornal de Timon* nos ajuda a pensar o cenário da escrita da história no Brasil oitocentista para além da preocupação central em torno da formação da nação e nos permite acompanhar como os historiadores nacionais responderam às demandas locais, às questões regionais e de que forma essas preocupações possibilitaram uma produção histórica mais próxima de um público não especializado que tinha uma expectativa por informação e entretenimento. Acredito que o alargamento dos estudos sobre a produção histórica fora do seu espaço privilegiado no século XIX brasileiro, o IHGB e sua revista, e os questionamentos suscitados pelos estudos em história pública e sobre as historiografias e histórias populares nos permitirão traçar uma imagem mais ampla das possibilidades de escrita da história naquele contexto, com as suas diferentes formas, heranças e tradições.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 5.1 Periódicos

*Jornal de Timon*, Maranhão (Biblioteca Nacional)

*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro (IHGB)

*Correio da Tarde*, Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional)

*Três de Maio*, Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional)

*Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional)

*Correio Mercantil*, Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional)

*Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional)

*A Nova Época*, Maranhão (Biblioteca Nacional)

*Diário do Maranhão*, Maranhão (Biblioteca Nacional)

*O Constitucional*, Maranhão (Biblioteca Nacional)

*O Globo*, Maranhão (Biblioteca Nacional)

*A Imprensa*, Maranhão (Biblioteca Nacional)

*Publicador Maranhense*, Maranhão (Biblioteca Nacional)

*O Constitucional*, Bahia (Biblioteca Nacional)

*O Liberal Pernambucano*, Pernambuco (Biblioteca Nacional)

*Diário de Pernambuco*, Pernambuco (Biblioteca Nacional)

*Correio Oficial de Minas*, Minas Gerais (Biblioteca Nacional)

### 5.2 Bibliografias

ABREU, Capistrano. **Correspondência**. Organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 3 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/MEC, 1977.

ALBERTI, Verena. **O riso e o risível na história do pensamento**. Rio Janeiro: Zahar/FGV, 1999.

ALENCAR, José de. Como e porque sou romancista. In: ALENCAR, José de. *Ficção Completa*. v.1. São Paulo: Companhia Aguiar, 1959.

AMARAL, Sérgio Alcides Pereira do. **Estes penhascos: Cláudio Manuel da Costa e a paisagem de Minas (1753-1773)**. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 1996.

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, Divisão de Publicações e Divulgação, vol. 84, 1964.

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 1972.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo**. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica. São Paulo: **Almanack Braziliense**, 2008. p. 47-56.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 31, n.56, ago. 2015, p. 365-400. Disponível em

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010487752015000200365&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010487752015000200365&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 de julho de 2016.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Sobre a permanência da expressão história magistra vitae no século XIX brasileiro. In: **Aprender com a história?** O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

ARAÚJO, V. L. de; RAMOS, A. da S. The Emergence of a Cosmopolitan Point of View: The Experiencing of the Universal History's History of Portugal. **Almanack**, agosto(10), 2015, 482.

BARBOSA, João Alexandre. **João Francisco Lisboa: Trechos Escolhidos**. Coleção Nossos Clássicos, n. 94. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1967.

BARBOSA, Socorro de Fatima. A escrita epistolar, a literatura e os jornais do século XIX: uma história. **Revista Anpoll**, 2011. v. 1, n. 30. pp. 261-291.

BERGER, Stefan. Professional and Popular Historians: 1800 – 1900 – 2000. In: KORTE, Barbara; PALETSCHEK, Sylvia (Eds.) **Popular history now and then, international perspectives**. New York: Bielefeld, 2012.

BERGER, Stefan; LORENZ, Chris; and MELMAN, Billie (Eds.). Introduction. In: **Popularizing national pasts: 1800 to the present**. New York, 2012.

BERREDO, Bernardo Pereira de. **Anais históricos do Estado do Maranhão**. Maranhão: Tipografia maranhense, 1848.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O Ofício de Historiador**. Edição anotada por Étienne Bloch. Prefácio de Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira de Lília Moritz Schwarcz. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **“Terra e Céu de Nostalgia”**: tradição e identidade em São Luís do Maranhão. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, UNESP, Assis-SP, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Athenas Equinocial**: a fundação de um Maranhão no império Brasileiro. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

BRANDÃO, Jacynto José Lins. **Presença Maranhense na Literatura Nacional**. São Luís: UFMA/SIOGE, 1979.

CAETANO, Antônio Filipe Pereira. **Entre drogas e cachaça**: a política colonial e as tensões na América Portuguesa (Capitania do Rio de Janeiro e estado do Maranhão e Grão-Pará, 1640-1710). Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

CAMPOS, Raquel. Nome próprio e descrição do social: poética da nomeação em Balzac. **História da Historiografia**, n. 16, Ouro Preto, dezembro de 2014, p. 55-74. DOI: 10.15848/hh.v0i16.828.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da Literatura Brasileira**. 6 ed. 2 v. Belo-Horizonte: Itatiaia, 1981.

\_\_\_\_\_. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

\_\_\_\_\_. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, n. 1, Rio de Janeiro, pp. 123-152.

\_\_\_\_\_. Introdução – Lisboa e Timon: o drama dos liberais no império. In.: LISBOA, João Francisco. **Jornal de Timon**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CÉZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **História Cultural: Experiências de Pesquisa**. Porto Alegre,: UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. Escrita da história e tempo presente na historiografia brasileira. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). **O Brasil em dois tempos: História, pensamento social e tempo presente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

\_\_\_\_\_. Lição sobre a escrita da história. Historiografia e nação no Brasil do século XIX. **Diálogos**, DHI/UEM, v. 8, n. 1, 2004. p. 11-29.

\_\_\_\_\_. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. **Métis: história & cultura**, v.2, n.3, jan.-jun. 2003.

\_\_\_\_\_. O poeta e o historiador: Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. **História Unisinos**, n. 3, v. 11, São Leopoldo, set./dez. 2007, p. 306-312.

\_\_\_\_\_. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi [online]**, vol.8, n.15, Rio de Janeiro, 2007, p.159-207.

CHARTIER, Roger. Figuras de autor. In: **A ordem dos livros**. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Trad. Mary del Priori. 2 ed. Brasília: UnB, 1998.

CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. Doutores em uma província imperial: Antônio Pedro da Costa Ferreira e Joaquim José Sabino no cenário político do Maranhão Oitocentista. In: **XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**. Anais... 27 a 31 de julho de 2015, Florianópolis-SC.

COSTA, A. S. Quem tu foste? Quem tu és? E o que fazes aí sentado? Um discurso apologético sobre João Francisco Lisboa, o Jornalista Pena de Ouro. **Revista Anagrama**, v. 05, São Paulo, 2012, p. 01-12.

\_\_\_\_\_. João Francisco Lisboa, das tintas dos jornais ao trono do descaso. Um discurso apologético sobre a memória do Tímon Brasileiro. In: **III SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA**. Anais... v. 1, UEMA, São Luís-MA, 2013, p. 01-11.

COSTA LIMA, Luiz. João Francisco Lisboa: A presença da ruptura. **Vozes**, Agosto, nº 8, 1967, p. 706-713.

\_\_\_\_\_. Luiz. João Francisco Lisboa: A presença da ruptura. **Vozes**, Setembro, nº 9, 1967, p. 812-821.

FERREIRA, Raína de Castro. **Utopia e prognóstico na história do Brasil imaginada por Joaquim Felício dos Santos (1860-1873)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.

FERRETI, Danilo José Zioni. Gonçalves de Magalhães e o sacerdócio moral do poeta romântico em tempos de guerra civil. **Almanack**, n.02, 2 semestre, Guarulhos, p.66-86.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: **Ditos e Escritos** – Estética: literatura e pintura; música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FRYE, N. **Anatomia da crítica**. São Paulo: Cultrix, 1973.

GAY, Peter. **O estilo na história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GENETTE, Gérard. **Figuras V**. Traducción de Ariel Dilon. México: Siglo Veintiuno Editores, 2005.

GONÇALVES, Miguel. Para Uma História Da Noção De Ironia Da Antiguidade Clássica a Escola Clássica Francesa. **Revista Portuguesa De Filosofia**, v. 52, no. 1/4, 1996, pp. 417–440. Disponível em: <[www.jstor.org/stable/40419429](http://www.jstor.org/stable/40419429)>. Acesso em: 13 de maio de 2016.

GOSSMAN, Lionel. Anecdote and History. **History and Theory**, 2, no. 2, 2003, p. 143-68. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3590879>>. Acesso em 13 de maio de 2016.

GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição**: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Trad. Enid Abreu Dobránsky. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1998.

GRAFTON, Anthony. **Falsarios y críticos**. Creatividad e impostura em la tradición occidental. Barcelona: Editorial Critica, 2001.

GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Magestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do IHGB**, n. 388, jul./set.,1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz S. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, J. M. de (Org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 93-122.

\_\_\_\_\_. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos: caminhos da historiografia**, n. 1, Rio de Janeiro, 1988. p. 05-27.

\_\_\_\_\_. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. p. 68-86. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. **Topoi**, v.5, Rio de Janeiro, 2002. p.184 – 200.

\_\_\_\_\_. **Livro de Fontes de Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

\_\_\_\_\_. Uma história da história nacional: textos de fundação. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do. **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Aconteceu5, 2008.

HARTOG, François. O tempo desorientado. Tempo e história. Como se deve escrever a história da França?. **Anos 90**, n. 7, Porto Alegre, julho de 1997. p. 07-28.

HUTCHEON, Linda. **Teoria e política de ironia**. Tradução de Julio Jeha. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

\_\_\_\_\_. **Uma teoria da paródia**. Lisboa: Edições 70, 1985.

HRUBY, H. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)**. 2007. 233

f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2007.

JANKÉLEVITCH, Vladimir. **La ironía**. Versión castellana de Ricardo Pochtar. Madrid: Taurus Ediciones, 1982.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **João Francisco Lisboa: jornalista e historiador**. São Paulo: Ática, 1977.

JORNAIS MARANHENSES (1821- 1879). São Luís: Fundação Cultural do Maranhão - Biblioteca Pública Benedito Leite; SIOGE, 1981.

JUNIOR, S. H. K. **A construção da narrativa nacional brasileira: a escrita da nação em Barbosa, Martius e Varnhagen**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2007.

JUNIOR, Vitor Claret Batalhone. **Uma história das notas de rodapé: a anotação da História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1953)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

\_\_\_\_\_. **O cavalo de Tróia da Nação: tempo, erudição, crítica e método em João Capistrano de Abreu**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

KHALED JUNIOR, Salah H. **Horizontes identitários: a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

KORTE, Barbara; PALETSCHEK, Sylvia (Eds.). Popular history now and then: an introduction. In: **Popular history now and then, international perspectives**. New York: Bielefeld, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

\_\_\_\_\_. **História, história**. Madrid: Trotta, 2004.

\_\_\_\_\_. **Los estratos del tiempo**: estúdios sobre la historia. Introducción de Elías Palti. Traducción de Daniel Innerarity. Barcelona: Ediciones Paidós: I. C. E. de la Universidad Autónoma de Barcelona, 2001.

LEAL, Antônio Henriques. **O Pantheon Maranhense**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873

LESSA, Pedro. **Discursos e conferências**. Rio de Janeiro: Tip. Jornal do Comercio, 1916.

LIMA, Israel Souza. **João Francisco Lisboa e Joaquim Caetano da Silva**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras (Coleção Afrânio Peixoto) – Bibliografia dos Patronos, v.10, 2007.

LISBOA, João Francisco. **Obras escolhidas**. v. 1. Rio de Janeiro: Americ Ed., 1946.

\_\_\_\_\_. **Trechos escolhidos**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1967.

\_\_\_\_\_. **Crônica do Brasil colonial**: apontamentos para a história do Maranhão. Introduções de Peregrino Junior e Graça Aranha. Petrópolis: Vozes/INL, 1976.

\_\_\_\_\_. **Crônica Política do Império**. Introdução de Hildon Rocha. Rio de Janeiro: F. Alves/INL, 1984.

\_\_\_\_\_. **Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão; precedidos de uma notícia biográfica pelo Dr. Antônio Henriques Leal**. 4 v. São Luís: Typographia de Belarmino Matos, 1864-1865.

\_\_\_\_\_. **Obras de João Francisco Lisboa**. 2 v. Lisboa: Typographia Mattos Moreira & Pinheiro, 1901.

\_\_\_\_\_. **Vida do Padre Antônio Vieira**. Clássicos Jackson. Volume XIX. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1964.

LUBBE, H. Esquecimento e historicização da memória. **Estudos Históricos**, 29, 2016, p. 285–300.

MAGALHÃES, Domingos Gonçalves de. Memória histórica e documentada da revolução da província do maranhão desde 1839 até 1840. **Novos Estudos do CEBRAP**, n.23, março, 1989.

MALEVAL, Isadora Tavares. A "arca do sigilo" do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro oitocentista. **XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL**. Anais... Natal-RN, 22 a 26 de julho de 2013.

\_\_\_\_\_. **Entre a “arca do sigilo” e o “tribunal da posteridade”**: o (não) lugar do presente nas produções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. São Luís: Typografia Frias, 1870.

MEDEIROS, B. F. **Plagiário, à maneira de todos os historiadores**. Jundiaí-SP: Paco Editorial. 2012.

MENDES, Odorico. Eneida. In: **Virgílio Brasileiro**. Paris: Tipografia de W. Remquet E. C., 1858.

MENONCELLO, Aline Michelini. A escolha de Pedro Lessa: João Francisco Lisboa, o historiador patriótico. In: **XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS**. Anais... Florianópolis/SC, 27 a 31 de julho de 2015.

MINOIS, G. **História do riso e do escárnio**. Trad. Maria Helena O. Ortiz Assumpção. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MOREL, Marco. Nação e Revolução: o rubro veio historiográfico no Brasil na primeira metade do século XIX. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antonio (Orgs.). **Território, Conflito e Identidade**. v. 1. 1 ed. Belo Horizonte: Argvmentvm; Brasília: CAPES, 2007, p. 181-206.

OLIVEIRA, Maria Cecília Lorenzini de Salles. Na querela dos folhetos: o anonimato dos autores e a supressão de questões sociais. **Revista de História**, São Paulo, n. 116, p. 55-65, june 1984. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61360/67999>>. Acesso em: 09 dez. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i116p55-65>

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

\_\_\_\_\_. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 59, São Paulo, 2010, p. 37-52.

\_\_\_\_\_. Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1839-1850). **História**, v. 26, n. 1, São Paulo: Ed. Unesp, 2007, p.154-178.

\_\_\_\_\_. O nobre sacerdócio da verdade: reflexões sobre o ofício de historiador no Brasil oitocentista. **Lusíada**. Série de História (Lisboa), v. 9, 2013, p. 191-207.

OLIVEIRA, Thamara Rodrigues. A Revolução Pernambucana e as disputas historiográficas: Abreu e Lima e Francisco Adolfo de Varnhagen. **História e Cultura**, v. 6, n. 1, Franca, mar. 2017, p. 289-308.

PALETSCHEK, Sylvia. Introduction: why analyse popular historiographies? In: PALETSCHEK, Sylvia (Ed.), **Popular Historiographies in the 19th And 20th Centuries: Cultural Meanings, Social Practices**. New York: Berghahn Books, 2011.

POCOCK, J. **Barbarism and Religion**. v. I. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

RANGEL, Marcelo. **Poesia, história e economia política nos *Suspiros Poéticos e Saudades* e na *Revista Niterói*: os primeiros românticos e a civilização do Império do Brasil**. Tese de Doutorado. Departamento de História, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. **Reflexão e diálogo**. Liberdade e responsabilidade em Gonçalves de Magalhães e a construção da Nação brasileira. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2005.

REALE, Giovanni. **História da Filosofia**. v. I. São Paulo: Papyrus, 1990.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil:** de Varnhagen a FHC. 5 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RODRIGUES, José Honório. **A Pesquisa Histórica no Brasil.** Sua Evolução e Problemas Atuais. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/ Departamento de Imprensa Nacional, 1952.

\_\_\_\_\_. (Org. e pref.). **Correspondência de Capistrano de Abreu.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL. 1977.

\_\_\_\_\_. **Teoria da História do Brasil (Introdução metodológica).** 5 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica.** Teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

SANTOS, Evandro. **Ensaio sobre a constituição de uma ética historiográfica no Brasil oitocentista:** Francisco Adolfo de Varnhagen, o historiador no tempo. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

\_\_\_\_\_. A História geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen: apontamentos sobre o gênero biográfico na escrita da história Oitocentista. **História da historiografia**, n. 9, Ouro Preto, Agosto, 2012.

\_\_\_\_\_. O historiador entre a ciência e a política. Um exame da ética historiográfica no Brasil do século XIX. In: **XIV ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO.** Anais... Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. O ser historiador ontem, hoje e amanhã: ética e história, um mapeamento a ser trabalhado. In: **X ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUHS** Anais... Rio Grande do Sul, 2010.

SANTOS, Rita. **Uma leitura pragmática do Jornal de Timon de João Francisco Lisboa**. São Luís: EDUFMA, 2000.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História breve da Historiografia Portuguesa**. Lisboa: Editorial Verbo, 1962.

SEXTO EMPÍRICO. **Esbozos Pirrónicos**. Livro I. Madrid: Editorial Gredos, 1993.

SILVA, J. R. da. A produção de autoridade: ponto de vista e partidarismo na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen. In: OLIVEIRA, Camila Aparecida Braga; MOLLO, Helena Miranda; BUARQUE, Virgínia Albuquerque de Castro (Orgs.). **5. SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA: BIOGRAFIA & HISTÓRIA INTELLECTUAL**. Anais... Ouro Preto: EdUFOP, 2011. (ISBN: 978-85-288-0275-7).

SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. **A reescrita da tradição: a invenção historiográfica do documento na História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1857)**. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SOARES, Flavio José Silva. **No avesso da forma: apontamentos para uma genealogia da Província do Maranhão**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

\_\_\_\_\_. **Barbárie e simulacro no jornal de Tímon de João Francisco Lisboa.**

Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SOTERO DOS REIS, Francisco. **Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira.** São Luís: Tipografia B. de Mattos, 1868.

\_\_\_\_\_. **Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira.** São Luís: Tipografia B. de Mattos, 1873.

TIBURSKI, Eliete Lucia. **Escrita da história e tempo presente no Brasil oitocentista.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. **História da Historiografia**, n. 2, Ouro Preto, março/2009.

\_\_\_\_\_. Experiência, história e modernidade no Brasil oitocentista. **História da Historiografia**, n. 04, Ouro Preto, mar. 2010, p. 299-305. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/view/143/82>>. Acesso em: 16 de julho de 2016.

\_\_\_\_\_. **Tempos cruzados:** escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

VARELLA, Flávia. **Da impossibilidade de aprender com o passado:** sentimento, comércio e escrita da história na “História do Brasil” de John Armitage. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2011.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência Ativa**. Coligida e anotada por Clado Ribeiro Lessa. Rio de Janeiro: INL/NEC, 1961.

\_\_\_\_\_. **História Geral do Brasil**. Tomo I, Madrid: Imprensa de V. Dominguez, 1854.

\_\_\_\_\_. **História geral do Brasil**, isto é, do descobrimento deste Estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, Natural de Sorocaba. Madrid: Imprensa de J. Del Rio, 1857.

\_\_\_\_\_. **História geral do Brasil**, antes da sua separação e independência de Portugal. 2 ed. tomo I e II. Rio de Janeiro: Casa de E. & H. Laemmert, [s.d.].

\_\_\_\_\_. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º**: apostila e nota G aos números 11 e 12 do ‘Jornal de Timon’; contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extracto do folheto ‘Diatrise contra a Timonice’, etc. Lima: Imprensa Liberal, 1867.

VERDAN, André. **O ceticismo filosófico**. Tradução Jaimir Conte. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.

VERÍSSIMO, José. **Estudos de Literatura Brasileira**. 2 série, cap. VII. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901.

\_\_\_\_\_. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1954.

VEYNE, Paul. **Como se escreve história e Foucault revoluciona a história**. Brasília: UnB, 1988.

VOLOBUEF, Karin. Ironia Romântica. In: **Frestas e arestas: a prosa de ficção do romantismo na Alemanha e no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

WALLENSTEIN, Henrique Julio. Memória sobre o melhor plano de se escrever a História Antiga e Moderna do Brasil. **Revista do IHGB**, n. 45, Rio de Janeiro, 1882, p. 159-160.

WEHLING, Arno. Historicismo e concepção de História nas origens do IHGB. In: **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.

\_\_\_\_\_. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WHITE, Hayden. Introdução: A Poética da História. In: **Meta-História - A imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Editora da USP, 1995.

\_\_\_\_\_. Burckhardt: o realismo histórico como sátira. In: **Meta-História - A imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Editora da USP, 1995.